

**UFRRJ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**TESE**

**Avaliação do Programa Frutificar: Uma Política  
Pública do Estado do Rio de Janeiro Aplicada no  
Município de Campos dos Goytacazes**

**Julio Candido de Meirelles Junior**

**2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA FRUTIFICAR: UMA POLÍTICA  
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO APLICADA NO  
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**JULIO CANDIDO DE MEIRELLES JUNIOR**

*Sob a Orientação do Professor*

**Hector Alberto Alimonda**

*e Co-orientação do Professor*

**Cezar Augusto Miranda Guedes**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor** no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ  
Março de 2015

338.1098153

Meirelles Junior, Julio Candido de, 1957-

M514a

T

Avaliação do Programa Frutificar: uma política pública do Estado do Rio de Janeiro aplicada no Município de Campos dos Goytacazes / Julio Candido de Meirelles Junior. – 2015.

xxii, 260 f.: il.

Orientador: Hector Alberto Alimonda.

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, 2015.

Bibliografia: f. 191-231.

1. Agricultura e Estado – Campos dos Goytacazes(RJ) - Teses. 2. Agricultura e Estado – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Frutas – Cultivo – Campos dos Goytacazes - Teses. 4. Frutas – Cultivo – Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 5. Projetos de desenvolvimento agrícola - Teses. I. Alimonda, Hector Alberto, 1949- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária. III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
EM AGROPECUÁRIA**

**JULIO CANDIDO DE MEIRELLES JUNIOR**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 12/03/2015

---

Hector Alberto Alimonda. Dr. UFRRJ  
(Orientador)

---

Marcelo Gonçalves do Amaral. Dr. UFF

---

Renato Linhares de Assis. Dr. EMBRAPA Agrobiologia

---

Júlio Cesar Andrade de Abreu. Dr. UFF

---

Roberto José Moreira. Dr. UFRRJ

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais Julio Candido de Meirelles e Ilca Alves de Meirelles, e à minha amada esposa Camyla, por estarem sempre ao meu lado me apoiando, orientando e me amando.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida maravilhosa, pelos caminhos que me proporcionou trilhar, por minha família, pelo meu sustento, e pelo seu amor, que me fez perseverante nesta conquista.

Aos meus pais, Julio Candido de Meirelles e Ilca Alves de Meirelles, que me proporcionaram uma educação exemplar e me conduziram aos encantos da educação.

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. Hector Alberto Alimonda, pela dedicação, sabedoria, paciência e confiança depositada na realização desta tese.

Ao meu coorientador, Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes, por suas intervenções, apoio e solidariedade.

Ao Professor Dr. Renato Linhares de Assis, à Dra. Célia Regina da Silva Dias e ao Dr. Marcelo Gonçalves do Amaral, pelas excelentes contribuições para a construção desta tese.

À nossa coordenadora Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos, pelo carinho, dedicação e incentivo.

Aos Professores Dr. Ricardo Thielmann, Msc. Carlos Frederico B. Kraemer, Msc. Clemente Gonzaga Leite, Dr. André Ferreira, Dr. Pauli Garcia, Dr. Murilo Alvarenga e Dr. Julio Cesar Andrade Abreu, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Aos profissionais do CREA-RJ, EMATER-Rio, FIRJAN, Grupo Executivo de Fruticultura, PESAGRO-Rio, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e seu Grupo Executivo de Fruticultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, e Secretaria de Agricultura do Município de Campos.

Ao Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Campos dos Goytacazes, em particular ao diretor de Fruticultura, Sr. Isaac de Azeredo Barros, que apoiou o desenvolvimento da pesquisa.

Ao querido e saudoso amigo, Professor Dr. Antônio Lopes de Sá, por seu incentivo, e que em vida não pode ver o término desta obra.

Aos professores, pela segurança com que transmitiram seus ensinamentos, e à toda equipe da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do programa PPGCTIA - Binacional Brasil e Argentina, e em especial à nossa querida secretária Renata Gomes.

Agradeço em especial à minha esposa Camyla, que, sempre juntos, com muito amor, me motiva e apoia na realização do projeto de nossas vidas. Obrigado pelo incentivo, amor e compreensão dedicados durante a realização deste doutorado.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente me sustentaram nesta jornada e contribuíram para a realização desta tese, que espero ser um instrumento de divulgação das boas práticas de políticas públicas e para o desenvolvimento deste nosso Brasil.

## RESUMO

MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de. **Avaliação do Programa Frutificar: uma política pública do estado do Rio de Janeiro aplicada no município de Campos dos Goytacazes.** 2015. 260f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2015.

O conhecimento e competência para inovar são de grande relevância no desenvolvimento econômico, e são responsáveis por um novo e estratégico papel a partir do rompimento de barreiras e quebra de paradigmas, de inovações sociais, institucionais, e fatores político e econômico. A informação é um ativo relevante na sociedade atual. Um país, para obter crescimento e desenvolvimento, necessita de ações do principal agente responsável pela promoção dos mesmos, o Estado, através de políticas públicas, ações e diretrizes, tornando-se o principal articulador de desenvolvimento. Esta tese tem como objetivo analisar a efetividade de políticas públicas para fruticultores no município de Campos dos Goytacazes, Programa Frutificar, governo do Estado do Rio de Janeiro. A sua hipótese é de que a intervenção das políticas públicas tem impacto na formação de um arranjo produtivo local. O objetivo é, ainda, investigar a relação entre os atores municipais, estaduais, federais, produtores e empresários locais ligados à fruticultura. A metodologia é a de pesquisa aplicada, que busca determinar conhecimentos para aplicação prática, que pode ser dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais, e que poderão ser aplicados em outros locais. É qualitativa e quantitativa, pois usa medidas para se buscar resultados que sejam quantificáveis e interpretar os fenômenos e a atribuição de significados, sendo o pesquisador o instrumento chave da pesquisa. Quanto às fontes, pode ser considerada uma pesquisa primária e secundária. Quanto aos objetivos, pode ser classificada como exploratória, pois proporcionou maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. É descritiva, pois descreve as características de determinada população, estabelecendo relações entre variáveis. No que tange aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica, construída com material já elaborado, em uma combinação de livros e artigos científicos; e documental, pois utilizou documentos que não receberam tratamento analítico. O levantamento foi feito por meio da interrogação direta das pessoas, através de entrevistas e estudo de caso, possibilitando um estudo do objeto com o método qualitativo. Como resultado, foi verificado que as políticas públicas para as aglomerações do setor agrícola frutícola do Estado do Rio de Janeiro, no município de Campos dos Goytacazes, não tiveram o resultado prometido. Embora as ações tenham promovido um avanço do conhecimento do setor produtivo frutícola, tornando-o referência na produção de abacaxi no país e proporcionando a redução do tempo de 24 para 11 meses para a colheita da fruta, não se pode comprovar se as políticas públicas induziram ao aumento da capacidade regional e local, pois não existem números oficiais para identificar o quanto evoluiu a fruticultura irrigada no município. O tecido social ainda não tem consistência e só o tempo poderá aumentar as relações e criar um ambiente social fluente e uma rede de valores efetiva para os fruticultores. As políticas públicas e ações colaborativas do programa devem continuar estimulando as ações conjuntas e o desenvolvimento do capital social para a criação de uma governança, que não foi percebida no município e na formação de um arranjo produtivo local.

**Palavras Chave:** Fruticultura. Redes. Arranjo produtivo local.

## ABSTRACT

MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de. **Frutificar program evaluation: a public policy of Rio de Janeiro State applied to Campos dos Goytacazes.** 2015. 260p. Thesis (Doctor in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2015.

The knowledge and competence to innovate are of great importance in economic development and are responsible for a new and strategic role through the breaking down of barriers and of paradigms, in social and institutional innovations, and political and economic factors. Information is actively relevant in current society. In order for a country to obtain growth and development, it requires actions from the main agent responsible for their promotion, the State, through public policies, actions, and directives becoming itself the main development articulator. This thesis aims to analyze the effectiveness of public policies for fruit farmers in the municipality of Campos dos Goytacazes, Program Frutificar, from the government of the state of Rio de Janeiro. In this context, there is a hypothesis that the intervention of public policy impacts the formation of a local production arrangement. The objective is to analyze the relationship between the municipal actors - state and federal government, growers, and local businessmen connected to the fruit industry. The methodology is that of an applied research that seeks to determine knowledge for practical application that can be directed to the solution of specific problems, taking into account local truths and interests that may be applied in other places. It is qualitative and quantitative, for it uses methods to obtain results that may be quantifiable and interprets the phenomenons and attributes their meaning, the researcher being the key instrument of the research. As far as the sources are concerned, the research is considered both primary and secondary. As for the objectives, it can be classified as exploratory, for it provided greater familiarity with the problem, making it more explicit. It is descriptive, for it describes the characteristics of a specific population, establishing relationships between variables. Regarding the technical procedures, it is a bibliographic research, built with material already available in a combination of scientific book and articles. It is documentary, for it utilized documents that did not receive analytical treatment. It is a survey, because it involved direct interrogation of people through interviews and case studies, for it held an in-depth study of the subject with the qualitative method. As a result, it was found that the public policies for the masses of the agricultural fruit sector of the state of Rio de Janeiro, in Campos dos Goytacazes, have not had the promised result. The actions promoted the advancement of knowledge in the fruit production sector and became a benchmark in the production of pineapple in the country, providing a reduction from 24 to 11 months for the fruit harvest. However, it cannot be proven whether public policies fueled the increase in the regional and local capacities, because there are no official numbers to identify how much the irrigated horticulture evolved in the municipality. The social net still has no consistency, and only time can increase relations, creating a fluid social environment and value network that will be effective for the fruit growers. The public policies and collaborative actions of the program should continue to stimulate joint actions and development of social capital for the creation of governance that was not perceived in the municipality and in the formation of a local productive arrangement.

**Keywords:** Horticulture. Nets. Local productive arrangement.

## RESUMEN EXTENDIDO

MEIRELLES JUNIOR, Julio Candido de. **Evaluación del Programa Frutificar: una política pública de Rio de Janeiro aplicada al município de Campos dos Goytacazes.** 2015. 260f. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación Agropecuaria). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2015.

### 1. Introducción

La sociedad actual está viviendo un momento diferente adquirido en su evolución a partir de la ruptura de paradigmas, innovaciones sociales, institucionales, políticas y económicas, que muestran que la información y el conocimiento son los responsables por un nuevo papel estratégico. En este contexto, parece que la investigación es un elemento de guía para el crecimiento y desarrollo de un país, que requiere la acción del Estado, su principal agente. A través de las políticas públicas, acciones y directrices, el gobierno se materializa como el articulador principal del desarrollo.

Brasil ha pensado en su desarrollo de la industria de la fruta y ha formulado las acciones para su desarrollo, como se destaca entre los principales productores mundiales de frutas. Cuenta con una amplia gama de productos que van desde el templado al tropical debido a su posición, su gran tamaño, la geografía y el clima. Apesar de su gran capacidad de producción y de climas el país tiene una cuota por debajo de su potencial. En este contexto fue creada por el Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento, MAPA, la agenda para el sector frutícola nacional con el objetivo de proporcionar la planificación de los trabajos, organizar, sistematizar y racionalizar las acciones y objetivos establecidos por la Cámara Setorial, con una visión de largo plazo, con la creación de condiciones que pueden abrir oportunidades para el sector nel futuro.

Con una visión integral y enfocada a las necesidades internacionales para darse cuenta de que el sector frutícola de Brasil tiene pronósticos para desarrollar plenamente, con la competitividad y la sostenibilidad. La organización nacional y estatal es fundamental para el desarrollo del sector y el país se ha ocupado de esta cuestión.

El Estado de Río de Janeiro, con una visión de futuro, innovó y creó varios programas para la agricultura, incluyendo el Programa Frutificar, que llegó como una guía para el cultivador. Se inició en los años 90 en las regiones del norte y del noroeste y está en el negocio durante 13 años. Actualmente se encuentra en pleno desarrollo en todo el estado de Río de Janeiro.

La investigación tiene como objetivo discutir cómo fue la implementación del Programa Frutificar en la ciudad, sus propuestas, los impactos y las principales contribuciones a la industria. Analizar la relación entre los actores de los gobiernos, estatales, federales, productores locales municipales y los empresarios en el sector de las frutas.

Esta tesis tiene como objetivo principal analizar la eficacia de las políticas públicas y verifique si promovieron el avance del conocimiento en el sector productivo. Buscar la prueba de que las políticas públicas fueron sorprendentes para inducir el aumento de la capacidad regional y local y si el conjunto de operaciones puede permitir el desarrollo sostenible, con la hipótesis de que la intervención de las políticas públicas tiene impacto a la formación de un arreglo la producción local.

## **2. Material y Métodos**

En vista de Lakatos y Marconi (2005: 155), "la encuesta es un procedimiento formal con el método de pensamiento reflexivo, el cual requiere un tratamiento científico y está en camino de conocer la realidad o para encontrar verdades parciales", que reúne un conjunto de información fundamental con el fin de encontrar las respuestas a una pregunta y la solución de un problema.

Esta se trata de una investigación con elementos cualitativos y cuantitativos utilizando fuentes primarias y secundarias, en sus metas clasificada como exploratoria y descriptiva. Cuanto a la investigación de los procedimientos técnicos se puede caracterizar la encuesta como la investigación bibliográfica, documental y estudio de casos.

Esta investigación se dividió en etapas de los procedimientos para la realización de la investigación. La primera fase de la investigación se caracterizó por la definición del proyecto, con el estudio de la definición del problema y la delimitación de la área.

En la segunda fase de la preparación del trabajo de campo se llevó a cabo a partir de una investigación secundaria, con revisión de la literatura y la investigación documental. Un plan de trabajo para la reunión de datos y otro que se utilizó en las entrevistas semi-estructuradas para los distintos actores. En este contexto, se construyó un marco teórico para apoyar la comprensión de la cuestión y el desarrollo de la investigación.

Se hizo una colección para una contextualización de la área estudiada con las bases en datos secundarios y buscas através de internet, con las informaciones de la investigación agrícola municipal, del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, departamentos, agencias estatales y municipales, la información puestos a disposición por la prensa, libros, artículos e información proporcionados por las asociaciones de productores, teniendo en cuenta a los actores y espacios de concentración y el municipio donde se encuentran.

Se realizó un mapeo de la legislación, de los actores sociales, proyectos colectivos, programas públicos federales, estatales y municipales presentes en el área seleccionada y las actuales políticas públicas.

Se hizo un estudio através de entrevistas semi-estructuradas con los actores y productores de frutos de Campos dos Goytacazes en el estado de Río de Janeiro.

La tercera fase consistió en un análisis inicial de los datos, la interpretación y el tratamiento de los mismos. El análisis de los conjuntos de datos y entrevistas.

La última fase consistió en un análisis final de los datos, comparaciones y conclusiones.

## **3. Resultados y Discusión**

El estudio se realizó en el municipio Campos dos Goytacazes, que se encuentra al norte del Estado de Río de Janeiro. Tiene 4026.696 kilómetros cuadrados, con una población de 463.731 habitantes, con estimación de crecimiento para el año 2014 a 480 648 habitantes, con una densidad poblacional de 115,16 habitantes por km<sup>2</sup>, como se evidencia en el último censo del IBGE en 2010.

El municipio tiene sus orígenes a principios del siglo XVII desde el dispositivo legal conocido como una carta de 1674, que creó la parroquia, la división administrativa más pequeña conocida entonces, bajo el nombre de San Salvador dos Campos. La historia muestra que después de varios dispositivos legales, su nombre fue cambiado en 16/10/1986 y 24/10/1988, por ordenanza municipal N° 559, aprobado en virtud de la ley estatal No. 1371, pasando de Campos para "Campos de Goytacazes", que es su nombre actual.

El proceso de crecimiento de la región y del municipio que lo demuestra su historia comienza con la ganadería y el siglo XVIII, se caracteriza por una actividad de producción de azúcar y café, desarrollado en las grandes haciendas y pequeñas propiedades. La expansión de azúcar fue intensa hasta el siglo XIX. Fueron desarrollados en los pequeños molinos y más tarde en las plantas, que se convirtió en un centro de importancia en la región y para el imperio. Con la economía en auge una poderosa aristocracia terrateniente fue desarrollada e influyó la política y el poder del Imperio.

Con la inauguración del ferrocarril Campos Macaé y la construcción de carreteras hubo la expansión de la industria azucarera y de la cultura del café.

El desarrollo agrícola era crítico para la región, pero comenzó una declinación de la aplicación del parque industrial y una serie de problemas como la baja productividad, bajos niveles de agua y la brecha entre el campo industrial y la industria, lo que llevó a muchas plantas a cerrar y hoy en día hay sólo dos. Había varias soluciones técnicas presentadas y difícil de implementar.

En 1974, con el descubrimiento de petróleo en el campo de Garoupa en la plataforma continental de la Bacia de Campos, la ciudad comienza una nueva etapa de desarrollo y a recibir pagos de regalías sobre los ingresos municipales.

Con la decadencia agrícola y el fuerte impacto de la industria del petróleo, el gobierno inició un proceso de alentador, con varios intentos de diversificación productiva llevada a cabo en los años 1980 a 1990. El proceso no logró el éxito esperado y la economía de la ciudad se mantuvo estancada y colapsos el ritmo de producción de caña de azúcar, que ha ido disminuyendo gradualmente, manteniendo bajos indicadores de campos de desarrollo económico y social de Campos, factores de bajo rendimiento y la falta de infraestructura social básica. (ROVERE Y CARVALHO, 205, P.74)

En 1999, la Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN creó el Grupo Ejecutivo de Frutas, con el fin de diagnosticar el potencial de la región, que se llevó a cabo por un estudio realizado por la empresa "Campo", que reveló la horticultura como una alternativa viable.

En el momento en que se hizo un gran evento con la participación del presidente Fernando Henrique Cardoso y el gobernador Anthony Garotinho, que se hizo cargo del estudio político y lo convirtió en un programa para su gobierno. El estudio culminó en el Decreto 26278 de mayo del 2000, el gobierno del estado creó el polo de la producción de fruta. A continuación, el Departamento de Agricultura ha creado su propio personal para cuidar de la fruticultura.

La Federación contrató a especialistas y docentes en la horticultura y comenzó a trabajar en el norte y noroeste, con reuniones en la horticultura y cursos para familiarizar a los agricultores acerca de ella y la aplicación de nuevas técnicas. La Universidad Federal de Viçosa participó con un experto y se han establecido asociaciones con los municipios locales y el Ministerio de Agricultura de los equipos financiados y toda la transferencia de tecnología.

La Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro - SEAPEC con su equipo coordinado por el Gerente de Sector de "Programa Frutificar" y Secretario Ejecutivo del Grupo de Agronegocios, están por delante de la obra, junto con el coordinador de PESAGRO-Rio y coordinador del programa el desarrollo agrícola y tecnológico especial, que funciona en la sede de polo de horticultura en la ciudad de Campos dos Goytacazes.

El programa cuenta con la participación de diversos actores como la Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Rio, la Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, la

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Universidade Federal de Viçosa - UFV, Fundação Estadual do Norte Fluminense - FENORTE, Unión Rural de Campos dos Goytacazes, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-Rio, Municipios y Ministerio de Integración Nacional, los actores empresariales y productores de frutas locales.

Realizado en las encuestas que no había apoyo del alcalde del municipio de Campos dos Goytacazes el programa y en la actualidad la falta de apoyo persiste, aunque el actual alcalde es la esposa del creador del programa y fue gobernador del estado en el comando de programa.

La participación de los actores ha sido crítica y, en particular, la política pública del Estado de Río de Janeiro con el aumento de la actividad. Los actores institucionales del municipio destacaron diversas situaciones sobre sus actividades, entre ellas el incentivo para formar una cooperativa para comprar y vender entradas y venta de productos.

SEBRAE ha trabajado en la región con el fin de cambiar el modelo de negocio, para romper el paradigma, porque la piña en la región está en manos de los intermediarios, "los productores no venden, se compran." La UFV participó con el apoyo y cursos de técnica y desarrollo de nuevas técnicas, especialmente en plantaciones de piña. El UENF ha desarrollado varias tesis y disertaciones sobre la horticultura y EMATER-Rio ha estado activo en la región con el apoyo técnico, sobre todo al principio, cuando el programa no había un personal adecuado de asistencia técnica a los productores. El SENAR tiene varios cursos relacionados con la horticultura y los otros actores tienen estacas de apoyo.

De acuerdo con el discurso de los diversos actores institucionales que se entrevistó, el programa se inició en el camino equivocado, a partir de un decreto de creación de un centro de la fruticultura en el norte y noroeste del Estado de Río de Janeiro sin la debida investigación necesaria. Hubo un estudio que identificó la vocación regional y sugirió horticultura, pero se dijo que el programa no fue efectivo en una forma positiva, no se consultó a las fundaciones locales, las instituciones y los agricultores privados para identificar sus necesidades y sus deseos.

La investigación proporciona una visión general de cómo se produjo el proceso en la perspectiva de los involucrados. Según los entrevistados, no se hizo un programa para la adaptación de las especies que se han implementado y hubo problemas de calidad y salud de las plantas, lo que compromete principalmente al cultivo de maracuyá en el condado. Como resultado hubo pérdida de los productores y la contaminación, que se tradujo en el abandono de los cultivos de maracuyá, en el Programa Frutificar.

El FIRJAN buscó alternativas y realizó trabajos para apoyar la implementación de los programas, alentadores de actores y de la industria, que según el estudio inicial sería esencial para la compra de la producción, convirtiéndose en una empresa ancla del programa.

Los encuestados afirman que el programa no obtuvo el resultado prometido por los desarrolladores debido a varios problemas reportados, incluyendo la falta de investigación básica, principios de riego y la adaptación de las plantas de semillero y que existe el programa de una forma política a 13 años, no más forma comercial. Sin embargo, observando el programa del curso, te das cuenta de que había una ganancia fundamental para la región, a través de innovaciones tecnológicas, que implementó la reducción en el tiempo de la cosecha de fruta de 24 por 11 meses, haciéndose referencia al país. Las políticas públicas en la ciudad contribuyeron al cambio en los procesos de gestión y paradigmas aunque no han impactado la formación de un acuerdo productivo local como hipótesis del estudio.

#### 4. Conclusiones

El programa fue desarrollado de manera inapropiada dentro de los procedimientos técnicos necesarios para que se pudieran llevar a cabo con eficacia. La investigación proporciona pruebas de que la intervención de las políticas públicas nel Programa Frutificar no tuvo impacto en la formación de un acuerdo productivo local para los diferentes aspectos denunciados, así como la adecuada preparación de los actores involucrados.

La sucesión de eventos en red formal e informal de los actores no mostró una evolución constante de las experiencias de los últimos 13 años del programa, que fuera lo suficientemente fuerte como para crear sólidas estructuras sociales, lo que podría llevar a la ejecución de un APL. La historia de los últimos años no se ha traducido en acciones que permitan su constitución, pero apesar de años de existencia del programa, se puede ver que hay una evolución en el conjunto, que puede culminar en una mayor capacitación participativa de los actores y que podrían formar un arreglo.

Se observó que si bien existe el Departamento de Agricultura y el Programa Frutificar como mediadores de la relación, no se dio cuenta de la formación y vínculos entre los actores.

El sindicato que debería actuar como un mediador y catalizador para el desarrollo local, no estaba involucrado lo suficiente como para acciones concretas que podrían aumentar los vínculos locales y la creación de una red formal interinstitucional.

El intermediario y también "desarrollador" con los actores involucrados no han podido aprovechar las relaciones con el fin de llevar a la formación de un arreglo.

La falta de apoyo del gobierno de la ciudad y el compromiso político en los tres niveles contribuyó a la consolidación de una alianza frágil, que no se agudizó la voluntad local para la participación efectiva en el programa por el sector empresarial y los agricultores, aunque se percibe una sensación entre los encuestados que la participación efectiva traerá mejoras en el largo plazo.

La búsqueda de soluciones rápidas no llevó efectiva para la mejora regional, debido a que el Programa Frutificar no vino como un salvavidas para la región, sino como una forma complementaria de ingresos para los agricultores y podría aprovechar la industria alimentaria en la región.

En esta tesis se analiza la relación entre los actores municipales, estatales, federales y productores locales relacionadas con la fruticultura. Observado a las relaciones precarias entre los actores de la falta de información, difusión y comunicación.

No se dan cuenta de los límites reales de rendimiento de cada institución socia y no obtener una documentación adecuada de apoyo de todas las instituciones. Las acciones y el tiempo del programa están contribuyendo a la madurez de las relaciones entre los actores que puedan implementar acciones como la formación de una cooperativa y más tarde culminarían en un APL.

El tejido social no tiene consistencia y sólo el tiempo y la continuación del programa pueden aumentar las relaciones y la creación de un entorno social fluido y una red de valores que será decisiva para la organización, el comportamiento entre las partes interesadas para la toma de decisiones.

El programa de acción de colaboración debería seguir estimulando acciones conjuntas y el desarrollo del capital social para la creación de un gobierno que no fue percibido en la ciudad.

Como resultados esperados se encontró que las políticas públicas de las masas de horticultura del Estado de Río de Janeiro no tuvieron el resultado esperado. No se puede probar si las políticas públicas impulsadas aumenta la capacidad regional y local ya que no

existen cifras oficiales para identificar cómo evolucionó la agricultura (cultivo de frutas) regada en la ciudad y la región. Según algunos actores encuestados, números del IBGE son cuestionables. Las acciones promovieron el avance del conocimiento en el sector de la producción de frutas y se convierten en un punto de referencia en la producción de piña en el país, con un corto período de 24 a 11 meses de maduración de la fruta.

Com el conjunto de acciones aún no es posible establecer la identificación del desarrollo sostenible.

El estudio es innovador y se observó durante la investigación que la información sobre el tema no se consolida. Se observó que existen algunos estudios sobre el tema y una serie de tesis y disertaciones de UENF sobre el tema fruticultura, pero pocos estudios sobre la eficacia de la política pública para el sector de las frutas, por lo que es difícil de ver las perspectivas de las acciones en el sector .

Este documento tiene sus limitaciones en metodologías destacadas en el estudio y en el futuro se espera que los nuevos investigadores tratan de destacar y profundizar en los temas tratados.

Se cree que esta tesis puede contribuir a la mejora del programa y las relaciones entre los actores involucrados que proporcionan una maduración de las ideas discutidas e iniciar un ciclo de búsqueda para el sector, allanando el camino para futuras investigaciones.

**Palavras-clave:** Fruticultura. Redes. Arreglo productivo local.

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Rede infinitamente plana.....	21
<b>Figura 2.</b> Rede invertida.....	22
<b>Figura 3.</b> Rede "teia de aranha" .....	22
<b>Figura 4.</b> Rede aglomerada.....	23
<b>Figura 5.</b> Rede "raio de sol" .....	23
<b>Figura 6.</b> Fluxo de metodologia de Microbacias.....	73
<b>Figura 7.</b> Mapa do Município de Campos dos Goytacazes circunscrito na divisão regional no Estado do Rio de Janeiro.....	95
<b>Figura 8.</b> Descrição do Programa Frutificar.....	145
<b>Figura 9.</b> APLs apoiados no Estado do Rio de Janeiro.....	158
<b>Figura 10.</b> Grau de instrução .....	164
<b>Figura 11.</b> Idade dos participantes.....	165
<b>Figura 12.</b> Condição de ocupação da propriedade.....	166
<b>Figura 13.</b> Experiência dos fruticultores no ramo .....	166

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Primeira fase: Agricultura Primitiva.....	50
<b>Tabela 2.</b> Segunda fase: Modernização da Agricultura .....	54
<b>Tabela 3.</b> Terceira fase: legislações importantes na fase de transição da agricultura.....	55
<b>Tabela 4.</b> Principais Legislações do Estado do Rio de Janeiro para a Fruticultura .....	75
<b>Tabela 5.</b> Retrospectiva do Programa <i>Brasilian Fruit</i> .....	77
<b>Tabela 6.</b> Feiras Internacionais .....	78
<b>Tabela 7.</b> Exportações Brasileiras de frutas frescas .....	79
<b>Tabela 8.</b> Eventos Internacionais <i>Brasilian Fruit</i> 2013-2014 .....	80
<b>Tabela 9.</b> Certificadoras .....	81
<b>Tabela 10.</b> Abrangência do Selo Fruta Sustentável .....	82
<b>Tabela 11.</b> Áreas de interesse de estudo na cadeia de fruticultura .....	83
<b>Tabela 12.</b> Principais frutas produzidas no município de Campos dos Goytacazes.....	88
<b>Tabela 13.</b> Universo da amostra .....	92
<b>Tabela 14.</b> Grau de importância da mão de obra .....	167
<b>Tabela 15.</b> Grau de importância da contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais .....	168
<b>Tabela 16.</b> Conhecimento sobre programas ou ação específica para o segmento onde atua	169
<b>Tabela 17.</b> Grau de importância das fontes de informações para o aprendizado .....	169
<b>Tabela 18.</b> Avaliação dos programas ou ações específicas para os fruticultores .....	170
<b>Tabela 19.</b> Ações de políticas públicas para o aumento da eficiência competitiva dos fruticultores .....	171

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

<b>ABDI</b>	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
<b>ADEJ</b>	Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região
<b>ADR</b>	Agência de Desenvolvimento Regional
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>APEX BRASIL</b>	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
<b>ASA</b>	Articulação no Semiárido Brasileiro
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil
<b>BANERJ</b>	Banco do Estado do Rio de Janeiro
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BRASILIAN FRUIT</b>	Projeto de Promoção das Exportações de Frutas Brasileiras e seus Derivados
<b>CAJ</b>	Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia
<b>CEASA</b>	Centrais de Abastecimento
<b>CEDESA</b>	Centro de Validación de Tecnologías Agropecuarias (Argentina)
<b>CEDERJ</b>	Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
<b>CER</b>	Comissão Especial de Recursos
<b>CFOC</b>	Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado
<b>CFP</b>	Companhia de Financiamento da Produção
<b>CIDE</b>	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
<b>CIMAS</b>	Observatório Internacional de Cidadania e Meio Ambiente Sustentável
<b>CISAP</b>	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>CNC</b>	Conselho Nacional do Café
<b>CNUDS</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
<b>CNPA</b>	Conselho Nacional de Política
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CODEFAT</b>	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>CODEVASF</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
<b>COGEM</b>	Comitês Gestores de Microbacias
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONSAD</b>	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CONSEPA</b>	Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária
<b>CBP&amp;D/Café</b>	Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
<b>COV</b>	Contratos de Opção de Venda de Produtos Agropecuários
<b>CPR</b>	Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural
<b>CREA-RJ</b>	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
<b>CREAI</b>	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão ao PRONAF

<b>DENACOOOP</b>	Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
<b>DGREGIO</b>	Diretoria Geral de Políticas Regionais da Comissão Europeia
<b>DNPEA</b>	Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>DRP</b>	Diagnóstico Rural Participativo
<b>DTS</b>	Desenvolvimento Territorial Sustentável
<b>EEC</b>	Estação experimental de Campos dos Goytacazes
<b>EMBRATER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EUREPGAP</b>	Sistema de Gestão de qualidade Europeia
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>FAERJ</b>	Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FENORTE</b>	Fundação Estadual do Norte Fluminense
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FINAME</b>	Agência Especial de Financiamento Agrícola
<b>AGRÍCOLA</b>	
<b>FINSOCIAL</b>	Contribuição social, destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, e amparo ao pequeno agricultor
<b>FIRJAN</b>	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
<b>FRUIT&amp;TECH</b>	Feira Internacional de Frutas e Vegetais, Tecnologia de Processamento e Logística
<b>FUNDES</b>	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>FUNDENOR</b>	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
<b>GEPOF</b>	Grupo Executivo do Polo de Fruticultura
<b>GLOBALG. A. P.</b>	Certificadora de Sistema Integrado de Garantia de Produção
<b>CERTIFICATION</b>	Europeia
<b>GTP APL</b>	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
<b>GTF</b>	Coordenação do Grupo de Trabalho da Fruta
<b>HORTINEXA</b>	Associação Nacional dos Exportadores de Horte Granjeiros
<b>IAA</b>	Instituto do Açúcar e do Alcool
<b>IBC</b>	Instituto Brasileiro do Café
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IMBEG</b>	Empresa de prestação de serviços especializada na execução de obras de construção pesada
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRAF</b>	Instituto Brasileiro de Frutas
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDEC</b>	Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina
<b>INEA</b>	Instituto Estadual do Ambiente
<b>INOVAGRO</b>	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
<b>INTA</b>	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Argentina)
<b>KM²</b>	Quilometro quadrado
<b>IPPUR</b>	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

<b>LEC</b>	Linha Especial de Crédito
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MARA</b>	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MCT</b>	Ministério Ciência e Tecnologia
<b>MDA</b>	Ministério de Desenvolvimento Agrário
<b>MDIC</b>	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
<b>MDIV</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>MI</b>	Ministério da Integração
<b>MIRAD</b>	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente – Brasil
<b>MODERAGRO</b>	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais
<b>MODERINFRA</b>	Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem
<b>MODERFROTA</b>	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>MTE</b>	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego – Brasil
<b>NSF</b>	Certificadora Internacional
<b>INTERNATIONAL</b>	
<b>TESCO NURTURE</b>	
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PACKING HOUSE</b>	Galpões de Embalamento e Processamento Pós-Colheita
<b>PD&amp;I</b>	Pesquisa, desenvolvimento e inovação
<b>PDSTR</b>	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
<b>PEFETE</b>	Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico
<b>PEP</b>	Prêmio para Escoamento de Produto
<b>PEM</b>	Plano Executivo da Microbacia
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PIF</b>	Produção Integrada de Frutas
<b>PNATER</b>	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>PNDTR</b>	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PNRA</b>	Programa Nacional de Reforma Agrária
<b>PNSAN</b>	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>PESAGRO-Rio</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
<b>PGPAF</b>	Programa de Garantia de Produção da Agricultura Familiar
<b>PGPM</b>	Política de Garantia dos Preços Mínimos
<b>PNPF</b>	Programa Nacional de Política Fundiária
<b>PPPG</b>	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
<b>PPGCTIA</b>	Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária
<b>PROAGRO</b>	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
<b>PROAGRO NOVO</b>	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, reformulado com base Lei Agrícola nº 8.171
<b>PROAGRO MAIS</b>	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Seguro público

	destinado a atender os pequenos produtores vinculados ao PRONAF nas operações de custeio agrícola
<b>PROAMBIENTE</b>	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
<b>PROCAP-AGRO</b>	Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
<b>PROCERA</b>	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
<b>PRODEAGRO</b>	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
<b>PRODECOOP</b>	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
<b>PRODUSA</b>	Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
<b>PROGRAMA ABC</b>	Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa
<b>PROINF</b>	Projetos de Infraestrutura nos Territórios Rurais
<b>PROLEITE</b>	Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite
<b>PROLAPEC</b>	Programa de Integração Lavoura-Pecuária
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONAN</b>	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PRONAMP</b>	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
<b>PROPFLORA</b>	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
<b>PROSOLO</b>	Programa de Incentivo ao uso de corretivos do solo
<b>PIMC</b>	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais
<b>PROAGRO</b>	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
<b>PRODEFRUTA</b>	Programa de Desenvolvimento da Fruticultura
<b>PROGER</b>	Programas de Geração de Renda e Emprego
<b>PRONAT</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>PROVAP</b>	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>RFL</b>	Reserva Florestal Legal
<b>SAMERJ</b>	Sistema de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos do Estado do Rio de Janeiro
<b>SBF</b>	Sociedade Brasileira de Fruticultura
<b>SEAPEC</b>	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
<b>SEDEIS</b>	Secretária de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviço
<b>SDS</b>	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável
<b>SDT/MDA</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>SISAN</b>	Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>SECAD/MEC</b>	Programa Educação no Campo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.
<b>SMA</b>	Secretaria de Meio Ambiente

<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SNPA</b>	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>SNPA</b>	Secretaria de Políticas para as Mulheres
<b>SPM</b>	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TC</b>	Territórios da Cidadania
<b>TECNORTE</b>	Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense
<b>TR</b>	Taxa Referencial de Juros
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>UENF</b>	Universidade Estadual do Norte Fluminense
<b>UNITV-TV</b>	TV Universitária de Campos dos Goytacazes
<b>UNR</b>	Universidade Nacional de Rio Quarto

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>4</b>
2.1. Desenvolvimento.....	4
2.1.1. Desenvolvimento econômico.....	8
2.1.2. Desenvolvimento endógeno local .....	10
2.1.3. Desenvolvimento endógeno local como desafio social.....	13
2.1.4. Desenvolvimento local participativo.....	15
2.1.5. Desenvolvimento rural .....	16
2.2. Redes e Governança .....	17
2.2.1. Redes: origem, conceito e aplicação .....	19
2.2.2. Configurações básicas de redes .....	21
2.2.3. Redes: sucesso ou fracasso empresarial .....	25
2.2.4. A governança na dinâmica empresarial.....	26
2.3. Aglomerações Empresariais e Arranjo Produtivo Local – APL .....	30
2.3.1. Aglomerações e arranjos produtivos locais: origens.....	32
2.3.2. Aglomerações produtivas, arranjo produtivo local e sustentabilidade.....	37
2.3.3. Aglomerações produtivas, arranjo produtivo local e distribuição de renda .....	42
2.3.4. Aglomeração e arranjo produtivo local: fruticultura no Estado Rio de Janeiro .....	44
2.4. Política Pública.....	45
2.4.1. Legislação e políticas públicas agrícolas.....	48
2.4.2. A Lei de Política Agrícola nº. 8.171 de 17.01.1991 .....	58
2.4.3. Desafios para o planejamento de políticas públicas para aglomerações e arranjos produtivos locais.....	64
2.4.4. Políticas para aglomerações e arranjos produtivos locais .....	65
2.4.5. Políticas públicas e programas estaduais para o setor agrícola .....	71
2.4.6. Legislação estadual para fruticultura.....	75
2.4.7. Políticas públicas e programas municipais.....	75
2.5. O Desenvolvimento da Fruticultura no Brasil .....	77
2.5.1. Agenda estratégica para fruticultura brasileira .....	83
2.5.2. A fruticultura no Estado do Rio de Janeiro .....	84
2.5.3. A fruticultura no município de Campos dos Goytacazes .....	88
<b>3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>90</b>
3.1. Tipo de Pesquisa.....	91
3.2. Etapas da Pesquisa.....	91
3.3. Universo da Amostra .....	92
3.4. Coleta e Tratamento dos Dados.....	93
3.5. Limitação do Método.....	93
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>94</b>
4.1. Município de Campos dos Goytacazes.....	94
4.1.1. Análise histórica do desenvolvimento frutícola no município .....	96
4.1.2. A fruticultura local .....	99
4.2. Atores Institucionais .....	99
4.2.1. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN .....	100

4.2.2. Informes do polo de fruticultura do norte/nordeste do estado do Rio de Janeiro.	103
4.2.3. Empresa Campo – Cia. de Promoção Agrícola .....	116
4.2.4. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – SEAPEC .....	117
4.2.5. Coordenação estadual de crédito fundiário da SEAPEC.....	121
4.2.6. Coordenação PESAGRO-Rio .....	124
4.2.7. Coordenação Estadual de Fruticultura do SEBRAE-Rio .....	125
4.2.8. Coordenação SEBRAE - Fruticultura .....	126
4.2.9. SEBRAE no Município de Campos dos Goytacazes.....	127
4.2.10. Sociedade Brasileira de Fruticultura - SBF e Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF .....	127
4.2.11. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, campus no Município de Campos dos Goytacazes.....	133
4.2.12. PESAGRO-Rio: Estação Experimental no Município de Campos dos Goytacazes .....	137
4.2.13. EMATER-Rio no Município de Niterói-RJ .....	139
4.2.14. EMATER-Rio: escritório regional no Município de Campos dos Goytacazes.	140
4.2.15. EMATER-Rio: escritório local no Município de Campos dos Goytacazes .....	141
4.2.16. Programa Frutificar no município de Campos dos Goytacazes.....	144
4.2.16.1. Palestra da engenheira Joana Siqueira – Dia de Campo.....	145
4.2.16.2. Palestra do engenheiro Ronaldo Soares – Dia de Campo .....	150
4.2.17. Secretaria de governo do município de Campos dos Goytacazes.....	151
4.2.18. Universidade Federal de Viçosa - UFV.....	152
4.2.19. Fundação Estadual do Norte Fluminense – FENORTE .....	154
4.2.20. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA .....	154
4.2.21. Câmara Especial de Gestão dos APLs do Estado do Rio de Janeiro .....	157
4.2.22. Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes .....	158
4.3. Atores Empresariais.....	159
4.3.1. ARBOR BRASIL: unidade produtora no Município de Campos dos Goytacazes .....	160
4.3.2. Parente Água de Coco .....	160
4.3.3. Codin Comércio e Indústria de Doces Ouro Ltda.....	161
4.3.4. Doces Nolasco Ltda .....	161
4.3.5. Doces caseiros Boas Novas Ltda .....	161
4.3.6. Dopázio e Silva Sucos Ltda.....	162
4.3.7. HJorges Indústria e Comércio de Doces Ltda .....	162
4.3.8. Doces Tradição .....	163
4.3.9. Outros produtores.....	163
4.4. Atores Locais: Fruticultores.....	163
4.5. Análise dos Resultados .....	173
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>188</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>191</b>
<b>7. APÊNDICE .....</b>	<b>232</b>
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>259</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O governo brasileiro vem mostrando interesse na manutenção do homem na sua comunidade local, evitando que ele migre para as metrópoles. Para isso, tem apresentado diversos programas que trazem uma perspectiva para a erradicação da pobreza, dentre eles o programa Brasil Maior 2011/2014, que apresenta ações de governança que podem contribuir para o desenvolvimento local e nacional, levando em consideração a segunda geração de políticas para Arranjos Produtivos Locais - APLs (MDIC, 2012b).

O fortalecimento da agricultura e das cadeias produtivas é essencial para o desenvolvimento local e a manutenção do homem no campo, podendo contribuir para o desenvolvimento econômico de um país, para a erradicação da pobreza e para a insegurança alimentar (BANCO MUNDIAL, 2008).

A presente tese parte das pesquisas e estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA, e tem como objeto de estudo a governança em aglomerações do setor produtivo agrícola frutícola em Campos dos Goytacazes. A intenção é analisar as políticas públicas para os fruticultores neste município - notadamente as propostas do Programa Frutificar do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Estabelecendo-se para esta análise a hipótese de que a intervenção das políticas públicas tem impacto na formação de um Arranjo Produtivo Local - APL.

A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF (2013), verifica-se que o setor frutícola tem se destacado no país nas exportações, com aumentos substanciais no comércio internacional. A partir das análises das importações, verifica-se que existe demanda suficiente para que o setor alimentício brasileiro possa se modernizar para atender as exigências do agronegócio globalizado, pois o setor de frutas, a partir das condições naturais e favoráveis do país, apresenta um potencial promissor.

A modernização do setor pode contribuir para o desenvolvimento local e para o aumento de produtividade sem incorporar novas áreas a partir da utilização de tecnologia, investimentos em infraestrutura e em capital humano.

Uma das alternativas para alcançar esse desenvolvimento pode ser através da associação de produtores em uma rede, que permita aos agricultores responderem de forma eficaz a situações de mercado, e ainda a identificação e consolidação dos APLs, como uma estratégia de desenvolvimento e valorização do local, empregando pessoas da comunidade e evitando, assim, o êxodo das pequenas cidades e do interior agrícola. Desse modo, o investimento na formação de redes de produtores aproveitando as sinergias para buscar um conjunto de melhorias na produtividade e melhor participação no mercado é uma forma de se alavancar o desenvolvimento local.

Uma das formas do governo de alavancar a formação de redes de agricultores, aglomerações produtivas e arranjos produtivos é através da criação de políticas que apoiem e ajudem no desenvolvimento dos mesmos.

O local como objeto de estudo para consolidação de redes, aglomerações produtivas e de arranjos é uma opção que leva em consideração a história da comunidade, a sua geografia, e o conjunto de relações sociais, onde a dinâmica do espaço está inserida no nacional e no global, mas o seu foco é o local, o saber da comunidade (GARCEZ; KAPLAN; MAGALHÃES; LEMOS; LASTRES; 2010).

As políticas de incentivos a esses arranjos no país têm se tornado evidente, e a relevância do assunto se traduz em ações de discussão nacional realizadas nas conferências

nacionais sobre Arranjos Produtivos Locais, APLs: i) 2004 - 1ª Conferência: Panorama e Desafios para a Construção de Políticas Públicas; ii) 2005 - 2ª Conferência: Financiamento, Acesso e Gestão de Recursos nos APLs; iii) 2007 - 3ª Conferência: APLs como Estratégias de Desenvolvimento; iv) 2009 - 4ª Conferência: APLs: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade – novas formas de olhar o espaço produtivo; v) 2011 - 5ª Conferência: Competitividade e Sustentabilidade; vi) 2013 - 6ª Conferência: 2ª Geração de Políticas para APLs: Competitividade e Sustentabilidade.

Essas conferências geraram debates que contribuíram para ampliar a visão das políticas públicas para arranjos produtivos. O país vem ao longo dos séculos com a marca da desigualdade na ordenação de sua sociedade, e verifica-se uma cobrança social para colocar o seu cidadão em condições de uma vida digna, equilibrada financeiramente, com redução da pobreza, da miséria e da desigualdade social; e para isso é fundamental dar a ele capacitação suficiente para atuar na sociedade (FAORO, 1979).

Uma aglomeração produtiva precisa de capital humano como uma das fontes de sua realização. Nesse sentido, é fundamental que a qualificação seja feita, fornecendo capacidade aos indivíduos, principalmente na fase organizacional de um arranjo produtivo. A partir desta visão, Sen (2000) enfatiza que o caminho para sair da pobreza se apoia na ideia de capacidades e de oportunidades, onde um modo de igualar as oportunidades entre os seres humanos deve ser dado através de suas capacidades. A partir das oportunidades, os indivíduos têm chances adequadas em suas vidas e poderão moldar seu próprio destino, sem a necessidade de serem vistos como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento, sendo o acesso a palavra chave de sua discussão.

No enfoque de recursos humanos para absorver a mão de obra local é fundamental a capacitação, de forma a contribuir para reduzir o índice de pobreza, além de manter a população em seu ambiente de origem.

Os APLs proporcionam um direcionamento de aprendizagem, ciência e tecnologia de suma importância para o desenvolvimento de um país (SILVA; APOLINARIO, 2010). Segundo Castells (2002, p.95): "a informação e o conhecimento sempre foram elementos cruciais no conhecimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica".

A sociedade atual está vivendo um momento diferenciado, adquirido na sua evolução a partir da quebra de paradigmas, de inovações sociais, institucionais, políticos e econômico no qual a informação e o conhecimento são responsáveis por um novo e estratégico papel.

Um país, para obter crescimento e desenvolvimento, necessita de ações do principal agente responsável pela promoção de seu desenvolvimento - o Estado -, que através de suas ações e diretrizes torna-se o principal articulador do desenvolvimento (EVANS, 2004).

É fundamental para o país trabalhar com políticas públicas que induzam ao aumento da capacidade regional e local de forma a oferecer um conjunto de ações que permitam o desenvolvimento sustentável, com aproveitamento de um leque diversificado de produtos, consolidando e potencializando assim o poder político decisório local. Com isso, possibilita-se trabalhar na construção de uma governança que permita a integralização e o engajamento dos atores locais, com ações que irão contribuir para a competitividade regional local com base nas relações em rede estabelecidas por uma boa governança.

O estudo do local permite a visualização e a perspectiva do crescimento e desenvolvimento endógeno utilizando-se as funções produtivas sociais e patrimoniais do meio rural, pois os habitantes locais dependem do setor primário e da territorialidade.

As ações públicas devem ser direcionadas para o incentivo à fixação do homem na terra com o aumento da produtividade, de forma a assegurar um rendimento que permita aos agricultores terem uma vida digna. Dessa forma, retira-se do nível de pobreza uma massa substancial do meio rural, quebrando o ciclo de desigualdades para integração em um novo círculo virtuoso levando-se em conta a cultura e as prováveis mudanças que ocorrerão com a criação do novo cenário - que pelos aspectos globais podem trazer benefícios substanciais, como a profissionalização pela capacitação dos atores locais, e conseqüentemente gerar propostas alternativas de crescimento.

A consolidação de uma rede ou de um arranjo de agricultura frutícola no município de Campos dos Goytacazes, a partir de uma infraestrutura e de uma governança eficaz, pode vir a materializar condições que permitam manter o agricultor na terra, aumentar seus ganhos e contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e melhoria na distribuição de renda.

O estado do Rio de Janeiro, situado geograficamente em uma localização privilegiada na região sudeste do país, possui uma condição substancial para o desenvolvimento territorial e a agricultura sustentável. As conexões das vocações locais, o apoio de políticas públicas, incentivos, logística adequada e a consolidação de um arranjo frutícola podem vir a ser uma oportunidade para o estado se tornar um importante fornecedor e distribuidor de frutas para o país e para exportação.

A pesquisa e a atração de investimentos externos à região são indiscutivelmente importantes, bem como a ampliação dos negócios regionais e o aproveitamento da situação de dinamismo econômico do estado, para criar condições de desenvolvimento endógeno, no qual os atores institucionais locais possam ter uma relevância maior e criar alternativas de desenvolvimento sustentável.

No contexto do agronegócio, a agricultura tem peso substancial nas economias em desenvolvimento e, em particular, onde se inserem Argentina e Brasil. Os aumentos de produção provocados por investimentos em pesquisa de desenvolvimento de produtos e novas técnicas agrícolas são notórios. Em relação à produção de frutas, trata-se de um agronegócio promissor.

A realidade em estudo é uma fonte rica para a pesquisa, evidenciada pelo contexto do século XXI, denominado por muitos como a Era do Conhecimento, onde a geração de riquezas está cada vez mais associada à criação de ciência, tecnologia, inovação e informação, bem como sua colocação em prática. A capacidade de absorção e geração de conhecimento e competência para inovar são fatores de grande relevância no desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2012, p.2).

Pretende-se analisar o Programa Frutificar, como política pública para os atores locais, e verificar se os produtores, a sociedade civil e as instâncias públicas, a partir do conhecimento do potencial deste quadro, poderiam organizar-se para a formação de um arranjo, tornando possível a consolidação de uma rede ou de um APL de frutas no município de Campos dos Goytacazes, para se desenvolverem e se consolidarem como grandes produtores nacionais e exportadores.

A investigação está dividida em quatro etapas de procedimentos, sendo a primeira caracterizada pela definição do projeto de pesquisa, com a definição do problema de estudo e a delimitação da área de pesquisa. Na segunda etapa, foi realizada a preparação do campo de trabalho, a partir de uma pesquisa secundária com revisão de literatura e pesquisa documental. A terceira etapa constituiu-se em uma análise inicial dos dados e das entrevistas, com interpretação e tratamento dos mesmos. Em seguida, a última fase se concentrou em uma análise final dos dados, comparações e conclusões. Espera-se que este estudo possa contribuir para a melhoria do Programa Frutificar no município de Campos dos Goytacazes.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Desenvolvimento

O desenvolvimento é o responsável por diversos estudos e conceitos que influenciam a mente humana, influenciando desde a maneira de pensar a comportamentos e políticas.

Filippim, Rossetto e Hermes (2005, p.2) afirmam que:

*ao revermos a história do conceito de desenvolvimento, nos defrontamos com um primeiro problema, que é a frequente confusão entre "desenvolvimento" e "crescimento". A análise da literatura pertinente ao tema esclarece que esses termos não são sinônimos, visto que "crescimento" remete quase exclusivamente à esfera econômica, excluindo aspectos fundamentais, como o ecológico, o social, o cultural e o territorial, muito caros ao desenvolvimento.*

Na visão de Souza (2012, p. 16), "não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento", mas Oliveira (2002, p.38) enfatiza que "o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida".

Furtado (2002, p.45) enfatiza que:

*as ideias sobre desenvolvimento econômico surgiram a partir do século XVIII, simultaneamente com a noção de evolução no campo das ciências da natureza. Dava-se como evidente que o homem sempre aspira ascender a melhores condições de vida.*

Ribeiro (1992, p.2), com uma visão holística, afirma que o "desenvolvimento possui várias outras conotações associadas à sua principal matriz, a ideia de progresso, uma concepção que historiadores e filósofos afirmam remontar até à Grécia Antiga". Filippim, Rossetto e Hermes (2005, p.2) evidenciam que "a ideia de desenvolvimento tem suas origens no Iluminismo do século XVIII, sobretudo na noção de progresso" e, segundo o autor, havia uma visão otimista dos neoclássicos, assim como os clássicos, quando se tratava do processo de produção. Segundo ele, as ideias desses economistas perduraram até 1929, período em que "consideravam o desenvolvimento como um processo gradual, contínuo e harmonioso, derivado da acumulação de capital".

Castro (2002, p.1) aponta para o fato de que:

*O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne.*

Ferreira (1986, p.561) descreve o desenvolvimento como um "estágio econômico social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção"; e Ribeiro (1992, p.1) esclarece que "desenvolvimento não é apenas uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos. É também algo que se situa no campo das ideias e da circulação de informações marcadas por contextos e trajetórias definidas, histórica, técnica ou culturalmente".

O desenvolvimento, segundo Oliveira (2002, p. 40), "deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social", e pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento

ainda está em construção, pois se trata de um processo dinâmico, complexo, de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. Uma das medidas mais gerais de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante. Hoje ele é um algoritmo cujo significado depende do contexto em que é utilizado (SACHS 2000, p.61, 64).

Sen (2000.p.51) evidencia que "uma visão considera o desenvolvimento um processo "feroz", com muito sangue, suor e lágrimas, um mundo no qual sabedoria requer dureza", mas considera outra corrente que direciona o pensamento para o entendimento do termo como um processo essencialmente amigável, que pode ser exemplificado por coisas como trocas benéficas ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou ainda por liberdades políticas ou por desenvolvimento social, ou combinações destas atividades de apoio" (SEN, 2000, p. 34, 35).

Maluf (2000, p. 63, 64), fazendo uma leitura de diversos autores, indica Sen (1988), que "admite o desenvolvimento como um conceito incompleto de forma permanente no que se refere ao ordenamento dos seus fins, dadas as avaliações divergentes quanto ao que se considera valioso promover, ou ao que seria uma vida valiosa"; e Crush (1995), que caracterizou desenvolvimento "como um conceito antes autoevidente que tem sido ameaçado pelo impacto pós-moderno, pós-colonial e feminista". Nesse sentido, Sen (2000) define ainda o desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade dos indivíduos de terem opções e fazerem escolhas.

Furtado (1964, p.64) enfatiza que o desenvolvimento é "um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas, preexistentes ou criadas pela própria mudança, é satisfeita através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas".

Heidemann (2010, p.23) aponta a trajetória do conceito, de forma que a:

*ideia do progresso embala a humanidade (ocidental) há quase quatro séculos. Em seu curso, ela iniciou e consolidou uma revolução paradigmática na cosmo visão humana. Depois de superada sua visão romântica e simplista, ela gerou o novo ideal de desenvolvimento, que por sua vez, reclamou o conceito de políticas públicas, como também os desdobramentos conceituais e operacionais que essas políticas implicavam.*

Quando se estuda a conceituação do tema, é relevante destacar a busca da melhoria da vida das pessoas e da sociedade como um todo, levando se em conta a dimensão social, onde a difusão de novas técnicas traz uma contrapartida social, diminui a desigualdade com a melhoria do bem estar, e direciona para o entendimento do desenvolvimento econômico.

A melhoria contínua da vida de pessoas implica em promover o seu crescimento em termos de: i) Capital humano, envolvendo conhecimentos e competências; ii) Capital social, com cooperação e interação construtiva; iv) Capital empresarial, com a sua realização, e geração de riqueza; e v) Capital natural, através da conservação e recuperação de valores naturais.

Na visão de Midgley (2007, p.227), "[...] é possível promover o crescimento econômico e simultaneamente redistribuir recursos econômicos de modo que não impeça o crescimento posterior".

Furtado (1977, p.126) utiliza em sua obra o conceito de desenvolvimento social, defendendo a ideia de uma alteração profunda da sociedade, onde ele utiliza "a palavra transformação no sentido de desenvolvimento global, o que inclui mudanças ao nível das estruturas".

Percebendo que o crescimento econômico deveria advir de uma industrialização contínua e duradoura, Midgley (2007, p. 227) diz que é preciso "[...] aproveitar o crescimento econômico para fins sociais".

Os conceitos de desenvolvimento econômico na visão dos autores citados apresentam dois sentidos. O primeiro está relacionado com a evolução do sistema de produção e do processo de acumulação juntamente com o progresso técnico, direcionado para elevação da produtividade da força de trabalho. Já o outro sentido nos sugere uma relação entre desenvolvimento e o grau de satisfação das necessidades humanas.

Tais olhares nos levam a diversos desdobramentos que estão relacionados à eficácia do sistema social de produção, bem como a satisfação das necessidades elementares da população e também o interesse dos grupos dominantes da economia na utilização dos recursos.

Outro espaço para o debate do desenvolvimento é a questão alimentar, que segundo Maluf (2000, p. 54):

*introduz a consideração de um direito básico, permite observar características socioeconômicas marcantes de uma sociedade por meio da análise de seu sistema alimentar, e tende a estar no centro das políticas públicas. O enfrentamento da política alimentar, por sua vez, é um componente indispensável para a crescente equidade social que se pretende seja promovida pelos processos de desenvolvimento.*

O desenvolvimento possui uma variedade de definições que muitas vezes se confunde com os conceitos relacionados aos bens econômicos, levando-se em conta que a teoria tem limites e não existe muita generalização na teoria do desenvolvimento.

Furtado (1974, p.22), tratando a questão do subdesenvolvimento, evidenciou que o grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser mensurado, ao enfatizar que:

*o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado ao processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno.*

Como a própria definição de Furtado (1974), fica evidente que o desenvolvimento é, assim, um fenômeno histórico, relacionado ao surgimento das nações, à acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital nas relações envolvendo o Estado e os mercados.

Percebe-se que o termo passa a incorporar o nosso cotidiano a partir dos anos 1940, com uma maior percepção e teorização do fenômeno, quando se inicia a construção do capitalismo do pós-guerra. Em um contexto no qual se lavra a hegemonia norte americana no mundo e se inicia uma nova ordem mundial, quando os Estados Unidos da América saem da guerra como um credor mundial, há um momento de construção de grandes organizações, como a das Nações Unidas (ONU).

No desdobramento dos acontecimentos mundiais, percebe-se que a noção de desenvolvimento passa a ser apresentada ao mundo, segundo Sachs (2000, p.2), a partir do:

*período histórico específico que se iniciou em 20 de janeiro de 1949, quando Henry S. Truman em seu discurso de posse referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como "áreas subdesenvolvidas". A Rubrica pegou e subseqüentemente forneceu a base cognitiva para a intervenção arrogante do Norte, como para a autocompaixão patética do sul.*

Heidemann (2010, p26) relata que:

*durante décadas subsequentes, os países foram classificados, por indicadores de desenvolvimento, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e países em desenvolvimento. O grau de industrialização era quase que sinônimo do grau de desenvolvimento [...] Desenvolver um país significava, e ainda significa, basicamente, implantar uma economia e mercado que incluía, se não a totalidade, pelo menos a maior parte de seus cidadãos.*

Estas considerações colocaram os norte americanos como ocupantes do ápice da cadeia desenvolvimentista mundial, portadores da capacidade de ajudar os países a se superarem para alcançarem o desenvolvimento a partir da difusão do conhecimento técnico, das inovações e da criação de novos métodos e novos produtos, gerando um crescimento consequentemente desenvolvido. Essa ideia traz consigo o foco da difusão do progresso técnico, que vai levar o desenvolvimento a se apresentar como uma contraposição social de diminuir a desigualdade com a melhoria do bem estar social.

Percebe-se, na leitura de Celso Furtado, que o subdesenvolvimento é um modo de desenvolvimento perverso, pois o aumento de novas técnicas ampliou também a desigualdade. Nesse sentido, Furtado (2002, p.36,39) acredita que:

*a superação desse impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.[...] temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem ela seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos.*

Os comentários apresentam a necessidade da superação social para alcançar o tão almejado desenvolvimento. Sachs (2000, p.15) enfatiza que:

*quatro décadas após a invenção do subdesenvolvimento por Truman, a maioria das condições históricas que deram origem à perspectiva desenvolvimentista deixaram de existir. Atualmente, o desenvolvimento tornou-se um conceito semelhante a uma ameiba, sem forma, mas inextricável. Seu contorno está tão pouco nítido que não delimita mais nenhum conteúdo e ainda assim ele se espalha, pois é sempre associado com as melhores das intenções.*

Levando-se em conta de as palavras de Sen (2000, p. 18),:

*o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.*

Fica evidente que, ao processo do desenvolvimento econômico, convergem inúmeros fatores nacionais e internacionais que se encadeiam uns aos outros, com muitos obstáculos ou pontos de estrangulamento que podem ocorrer durante o processo. Em cada momento histórico, é preciso que se esteja ciente de quais são os pontos mais relevantes, embora fique evidente que muitos desses fatores não são percebidos no contexto histórico e sim apenas analisados após o corrido em uma análise econômica pós-fato.

O resultado que se espera do processo de desenvolvimento se encontra aquém das necessidades da massa social, e ainda ficam em alta as linhas de investigação de Furtado (2000, p. 95), que demonstra: "por que a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o subdesenvolvimento".

Apesar de toda a busca pelo desenvolvimento, não se consegue alcançar os países que o lideram, pois a velocidade de crescimento e evolução destes se encontram bem acima. Deve-se ainda levar em conta a questão de que estes se tornaram referências culturais para o mundo, ditando as inovações tecnológicas e os padrões seguidos pela grande maioria dos povos, que vão perdendo a sua identidade cultural, se colocam à margem cultural de outros países e abandonam, assim, suas crenças, convicções e técnicas como simples consumidores da cultura alheia.

### 2.1.1. Desenvolvimento econômico

A ideia de desenvolvimento econômico pode ser entendida como um processo em que os países e sua sociedade se enriquecem a partir da acumulação de seus ativos públicos e individuais.

Na visão de Pereira (2006, p1),:

*o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos.*

Pereira (2006, p.2) enfatiza ainda que as taxas de desenvolvimento não serão iguais para todos os países, pois dependerão de suas capacidades para promover o desenvolvimento. Além disso, o autor evidencia dois fatores fundamentais que influenciam diretamente no desenvolvimento econômico:

*[...] a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento.*

O processo de desenvolvimento de uma região está inserido em um sistema de forças com atuações de diferentes variáveis, que apresentam efeitos de acordo com as condições existentes de sua história, de suas características locais, das condições demográficas, da cultura, dos seus recursos naturais e do seu capital intelectual. A resultante pode vir a evidenciar um saldo de crescimento acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia (SANDRONI,1999).

Sinteticamente, Queiroz (2011, p.166, 147) esclarece que o desenvolvimento econômico:

*pode ser resumido à uma mudança estrutural, ou seja, o desenvolvimento é uma transformação na relação e nas proporções internas do sistema econômico. [...] O desenvolvimento econômico ocorre quando o aumento permanente na produtividade média do trabalho se assimila a essa estrutura complexa. Em outras palavras, o círculo virtuoso ocorre quando a variação na produtividade modifica as formas de produção e gera outras mudanças na distribuição e utilização da renda. Esta por sua vez modifica as relações internas do sistema com a introdução de novas técnicas, o que acarreta outras variações na produtividade.*

Percebe-se nesta visão que o desenvolvimento econômico de um país pressupõe o aumento da produtividade e dos salários, com um ganho ascendente contínuo que permite a ampliação do padrão médio de vida da população e, com isso, a redução da pobreza, acompanhada de desenvolvimento político, social e sustentável.

Heidemann (2010, p.27) afirma que "para chegar ao desenvolvimento, principalmente a um desenvolvimento satisfatório à maioria de seus cidadãos, não basta que o país subdesenvolvido busque inspiração nos países desenvolvidos", é preciso muito mais; e a sociedade tem buscado uma visão de desenvolvimento econômico com uma perspectiva que evidencie o desenvolvimento humano concomitantemente.

Heidemann (2010, p.27) ainda ressalta que:

*O esgotamento do sistema econômico vigente e os novos valores, como a preservação do meio ambiente natural e a prática da redução sociológica, com o correspondente respeito à natureza e à cultura autóctone e suas potencialidades, são fatores essenciais para uma política de desenvolvimento sensível e suas potencialidades e aos interesses primordiais da humanidade em geral e de cada povo ou nação particular.*

Tal visão evidenciando o desenvolvimento humano também foi defendida por Amartya Sen (1988 a 2001), que faz uma crítica às abordagens tradicionais do desenvolvimento, desconsiderando as inúmeras variáveis que afetam a pobreza. Esta colocação fica evidente na sociedade que busca a melhoria contínua da qualidade de vida apresentada na mídia nos últimos anos. O PNUD (2013) esclarece que "para reduzir a pobreza, melhorar a igualdade e gerar empregos o crescimento econômico precisa ser inclusivo," e nesse sentido [...] "apoia os programas dos países no desenvolvimento das capacidades nacionais e locais para o desenvolvimento humano".

Sen esclarece que a pobreza não é apenas a privação das necessidades básicas, mas do uso das capacidades de realizar funcionamentos que envolvem o modo de ser e o modo de fazer, partindo do pressuposto de que a pobreza e a exclusão geram riscos à sobrevivência dos seres humanos. Tais consequências se reproduzem pela inexistência de instrumentos eficazes na sua superação. A solução do problema pode ser feita, então, a partir de políticas públicas de aumento da capacidade das pessoas, bem como de políticas de transferência de renda.

Nesse contexto, Goga (2006, p.1) evidencia a necessidade de se:

*[...] construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e geração de emprego.*

São aspectos relacionados a diversos atores, contribuintes para a acumulação e regulação, que podem favorecer o processo produtivo. Independente se advindos espontaneamente atraídos pelas possibilidades de criar alternativas de subsistência, construção de projetos, ou qualquer outro, fundamentalmente irão proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento local regional, seja através da criação de novos investimentos, ampliação dos atuais, adaptação da força de trabalho em parceria com instituições públicas ou privadas ou através de inovações tecnológicas nos processos e na criação e recriação de produtos inovadores.

## 2.1.2. Desenvolvimento endógeno local

O estudo da teoria do desenvolvimento endógeno direciona para o entendimento do local e para a compreensão dos processos de desenvolvimento espacial e dos fatores que podem influenciá-lo, como os atores internos de ampla dispersão - empresas, organizações, sindicatos e instituições regionais.

De acordo com a Agência de Desenvolvimento de Jundiáí e Região - ADEJ, o desenvolvimento endógeno é aquele feito com recursos oriundos da própria região, que de forma geral pode maximizar a utilização de fornecedores de materiais e serviços locais (ADEJ, 2013).

O desenvolvimento endógeno pode ser percebido ainda como fruto do espírito empreendedor dos cidadãos. Nasce do processo de promoção do empreendedorismo, que pode ser viabilizado através de instituições de apoio e de incubadoras de empresas, que oferecem oportunidades reais de capacitação empresarial em todos os níveis, e vem de encontro às necessidades locais ao transmitir um conhecimento indispensável para o desenvolvimento. Essas parcerias de apoio podem auxiliar do acesso ao crédito à criação de procedimentos, possibilitando o desenvolvimento local, integrado e sustentável.

O desenvolvimento endógeno pode ser alcançado através de um processo de crescimento econômico com um contínuo acréscimo da capacidade de geração e agregação de valor no giro da produção. O ciclo bem trabalhado pela comunidade e pela indução de políticas adequadas pode se transformar em um moto contínuo, ou movimento perpétuo. Nesse entendimento, é fundamental a compreensão da importância da capacidade de absorção da região, bem como da retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões. Percebe-se que esse processo pode apresentar como resultante a ampliação do emprego, da renda e do produto local, ou da região (AMARAL FILHO, 1995).

A política de promoção do desenvolvimento endógeno pode vir a criar uma nova dinâmica de desenvolvimento regional, com criação de emprego e renda, mesmo em períodos em que o resto da nação esteja mergulhado na estagnação do desenvolvimento econômico (ADEJ, 2013).

Ferreira (2012, p.22) mostra que:

*no centro destas novas políticas de desenvolvimento local endógeno está também o objetivo de promover o desenvolvimento das capacitações da região de forma a prepará-la para participar da competição internacional e criar novas tecnologias através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias.*

O processo deve estar ligado ao povo e ao seu bem estar, levando-se em conta que as medidas e políticas não devem ser apenas direcionadas para o desenvolvimento, interpretado como crescimento econômico, mas também deve estar ligado à sua dispersão, composição e sustentabilidade.

Boisier (1997, p. 12), com uma metáfora, exemplifica:

*Si el desarrollo territorial se visualiza como un "juego" en el que participan dos jugadores, el Estado y la Región (que es simplemente un territorio organizado que contiene su propio potencial endógeno de desarrollo), es fácil apreciar que al primer jugador, el Estado, le corresponde el papel de crear las condiciones para el crecimiento económico (mediante el manejo de los dos procesos que controla en diferente medida: la asignación de recursos entre regiones y la determinación del*

*cuadro de la política económica), en tanto que al segundo, la Región, le corresponde la muy compleja tarea de transformar el crecimiento en desarrollo.*

Santiago (2011, p.02) aponta para o fato de que "o desenvolvimento local é consolidado através da mediação entre os poderes central e local, através das relações horizontais, permitindo a participação de todos os agentes, desde a tomada de decisões, planejamento até a concretização das ações," onde "o capital social constitui uma ferramenta essencial para os estudos e análises de desenvolvimento urbano capaz de mobilizar a comunidade local através de redes comunitárias horizontais, de reciprocidade e de confiança," que é uma conjuntura de um APL. Nesse ponto, Garcez (2010, p.23) esclarece que "o foco deve estar na promoção e desenvolvimento de potencialidades e valorização de oportunidades econômicas, sociais, culturais, ambientais e de inovação local e no país".

Barquero (1995, p.229) coloca um ponto fundamental nessa questão, admitindo que:

*O êxito da estratégia de desenvolvimento local esta condicionado à disponibilidade de recursos (humanos, empresariais e financeiros), ainda que também dependa, em grande medida, da capacidade de se criarem as condições que irão facilitar o surgimento de novas empresas. Ainda assim, as ações destinadas a melhorar a infraestrutura, a adequar o conhecimento, o know how empresarial e a qualificação da mão de obra às condições do mercado, bem como a mudar a atitude da população, não teriam utilidade sem a atuação conjunta dos agentes públicos e privados. O êxito da estratégia requer a participação dos agentes públicos e privados interessados em cada uma das iniciativas na definição, na formulação e na execução das ações.*

Desse modo, o desenvolvimento local endógeno tem o pressuposto de promover a ampliação das capacitações da região de forma a prepará-la para participar do mercado - no intrincado mundo de competição internacional -, e criar inovações e novas tecnologias, através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias.

Barquero (1995, p.232) enfatiza também que "os sistemas locais de empresas e a política de desenvolvimento local constituem formas flexíveis de acumulação e de regulação que favorecem o atual processo de reestruturação produtiva, sobretudo nos países europeus recentemente industrializados". O autor argumenta que (2000, p.23):

*la política de desarrollo local cumple una función relevante em los procesos de ajuste productivo, [...] através de las iniciativas locales: fomenta la difusión de las innovaciones y el conocimiento, facilita la creación de redes de empresas, mejora la diversidad urbana y estimula la densidad del tejido institucional. Es decir, la política de desarrollo local permite mejorar el comportamiento de cada uno de los factores determinantes de la acumulación de capital. Pero la política de desarrollo locales, además, un instrumento que se propone integrar los diversos tipos de acciones de forma cada vez más ajustadas a las necesidades de los sistemas productivos y a la demanda de las empresas. De esta forma, su objetivo es actuar conjuntamente sobre todos los factores de acumulación, intentando mejorar la sinergia y el efecto combinado del desarrollo local endógeno, y favorecer así la propagación del efecto [...] em cada localidade o território.*

Esta tese leva em consideração as constantes locais que são determinantes para a estrutura espacial da economia, os fatores de natureza social e política, e o conhecimento holístico e setorial das economias de aglomeração, das famílias e das empresas. As redes que existem entre os atores e a caracterização da inovação são determinantes, assim como o

processo de difusão espacial, a identificação do investimento regional e sua adequação aos níveis situacionais.

Possuir o diagnóstico e o reconhecimento destes fatores é fundamental, pois o desenvolvimento local está ligado à organização social, às redes interacionais e às relações cívicas que envolvem o ambiente social. Pela cultura e pelo dinamismo das relações, a ideia é consolidada através da mediação entre os poderes central e local, e as relações horizontais, permitindo a participação de todos os agentes, - desde o planejamento até a tomada de decisões - e evidenciando que quanto maior o grau de civismo e democracia maior será o desenvolvimento econômico e social.

No desenvolvimento local, percebe-se que a construção é participativa e busca construir modelos endógenos, nos quais a comunidade local possa se envolver diretamente e coletivamente na solução dos problemas, não se abdicando de existir uma governança que coordene esforços locais. A participação deve ser efetiva principalmente em relação às políticas. Nesse contexto, Zani (2012, p.181) esclarece que:

*A participação de múltiplos atores sociais nas diversas fases que compõem o ciclo das políticas públicas, desde a sua elaboração até o momento da avaliação, tem sido uma abordagem cada vez mais experimentada pela administração pública, rompendo com o modelo descendente (top dow) que tradicionalmente marca a atuação governamental, baseado em processos verticalizados e centralizados.*

Este é um aspecto inovador na atualidade que permite ao cidadão, segundo Zani (2012, p. 183), "alargar cada vez mais os espaços de participação".

Barquero (2001, p. 39) ressalta que:

*O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.*

O autor direciona a reflexão para o entendimento de que o desenvolvimento regional está relacionado aos fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território, e também à maneira como se organizam os atores. Esta organização do sistema local gera uma sinergia entre os envolvidos, criando um ambiente favorável que poderá influenciar na geração da economia local.

Para se concretizar as ideias de desenvolvimento, é necessário que existam ações eficazes e que devam ser construídas em conjunto com a sociedade. Uma ação exógena, sem a efetiva chamada pública e, portanto, imposta a população, pode ser comprometida. Para que isso não aconteça, é fundamental a participação popular nas ações propostas por planos ligados às esferas governamentais.

Amaral Filho (2001, p.7) identifica que:

*O novo papel do Estado no desenvolvimento local tem se balizado em um modo de intervenção pragmático [...] têm criado forte necessidade de se promover em nível local um processo de aprendizagem sempre contínua e interativa entre os trabalhadores, entre estes e as empresas e entre os dois conjuntos e as instituições*

*públicas e privadas. Nesse caso, nem as forças do mercado nem o dirigismo estatal têm condições de proporcionar uma coordenação eficiente desse processo.*

No Brasil, outro aspecto a ser levado em conta pelo Estado e sociedade para o desenvolvimento local é a legislação vigente no tocante à sustentabilidade. O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, por exemplo, "regulamenta o art. 3 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP."

Em seu artigo 4º apresenta as seguintes diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Percebe-se desse modo que o grande desafio do país, a partir de sua dimensão territorial, com culturas distintas e características próprias, será o alinhamento de políticas nos níveis municipais, estaduais e federal com as dos atores locais, de forma a proporcionar articulações que proporcionem o desenvolvimento local.

### **2.1.3. Desenvolvimento endógeno local como desafio social**

O desenvolvimento local parte do princípio de que é possível tornar dinâmica uma potencialidade individual, através da identificação da vocação da comunidade e das características que ela apresenta em relação a outras. Porém, o foco no crescimento não é o bastante. É fundamental estimular os demais fatores que afetam o desenvolvimento em termos das perspectivas sociais, culturais, políticas, morais e éticas (CARVALHEIRO, 2005).

O desenvolvimento local pode ser visto ainda como estratégia que cria condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências, de forma que possam aproveitar as oportunidades, satisfazer suas necessidades, resolver seus problemas e melhorar a sua qualidade de vida e convívio social (ADEJ, 2013).

Buarque (1999 p. 9) conceitua o termo como "um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população", caracterizado por ações dos atores locais e por ser realizado de baixo para cima, partindo das potencialidades socioeconômicas do local. Esta ação substitui o modelo tradicional de desenvolvimento seguindo um fluxo de cima para baixo, onde se esperava que as ações e investimentos do Governo Federal, juntamente com a presença de grandes empresas motrizes, seriam suficientes para promover o desenvolvimento local (AMARAL FILHO, 2001).

Pensar em desenvolvimento local é estar engajado em um ciclo de situações que direcionem as comunidades para ampliarem suas capacidades, visando melhorar a qualidade de vida através de novas oportunidades econômicas, erradicação da pobreza e ações estratégicas no mercado. Cada comunidade possui suas próprias condições locais, características advindas de sua formação geográfica, colonização, cultura, influências regionais, nacionais e internacionais, que irão determinar a sua vantagem competitiva. Estas

devem ser exploradas e analisadas com critério para a identificação dos pontos fortes e fracos, e potencialidades que possam surgir em função de suas características.

O apoio à consolidação de um modelo de rede ou de um APL para os fruticultores do estado do Rio de Janeiro pode vir a consolidar condições de melhoria de vida das comunidades locais e, conseqüentemente, levar a uma mudança de paradigma local, apresentando novos conceitos que articulem o crescimento econômico com outros fatores humanos e sociais de forma inovadora e sustentável.

O modelo firmado em bases sociais pode vir a impulsionar o crescimento do capital intelectual em suas habilidades, conhecimentos e competências locais. Incitar o crescimento do capital social passa por permitir a cooperação mútua, de forma a se conquistar uma boa governança e construir canais de participação na gestão das esferas municipal, estadual e federal. A efetiva participação neste modelo implica no aumento do nível de representatividade e, conseqüentemente, da legitimidade e da confiança nas esferas governamentais.

Os investimentos privados ou parcerias com instituições públicas, que nascem com o objetivo de serem continuadas e estimular a geração de riquezas, necessitam de condições para se consolidarem. Essas estratégias de desenvolvimento devem ser negociadas com os poderes municipal, estadual e federal, de forma a substancializar condições efetivas para a geração da prosperidade.

A atuação do conjunto de forças pode vir a trazer como resultante o crescimento do capital empresarial, evidenciado pela capacidade do grupo social se organizar para empreender, gerar renda e melhorar a qualidade de vida da população local.

O crescimento nesse modelo legitimado pelas instituições governamentais e não governamentais permite promover um crescimento contínuo e sustentável, que tem como grande desafio buscar atender as carências atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das carências das gerações futuras, no uso dos recursos naturais materiais ou energéticas.

Para Goga (2006, p.5):

*a boa prática indica que o desenvolvimento econômico local (DEL) deve ser sempre guiado por uma estratégia. Idealmente, uma estratégia de DEL constituirá um componente de um plano de desenvolvimento estratégico mais amplo, que inclui componentes sociais e ambientais. A estratégia de DEL enfoca o fortalecimento da economia local e a construção de capacidade local. Uma estratégia de DEL costuma se estender pelo período de cinco a dez anos e inclui planos anuais de implementação.*

Muito são os desafios e obstáculos que as comunidades deverão ultrapassar para a firmação de seus empreendimentos e da efetiva melhoria do tecido social. Sejam eles no caráter municipal, estadual ou federal, devem ser encarados de forma que os resultados sejam maximizados pela interação dos diversos atores envolvidos.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS – Rio +20) na cidade brasileira do Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, foram discutidos os temas relativos à renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Na ocasião, o economista Sachs (2012) fez as seguintes considerações:

*Não basta o dinheiro, temos que ter ideias e propostas, e por isso é absolutamente fundamental que os países em desenvolvimento passem a depender cada vez menos da transferência de tecnologia de países mais ricos e cooperem científica e tecnologicamente entre si.*

Neste contexto de ideias, a consolidação de uma rede ou de um APL de fruticultores pode vir a ser uma alternativa de desenvolvimento viável para a região e para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

O consagrado autor fez diversas recomendações, e se posicionou evidenciando a necessidade de elaboração de um plano global de desenvolvimento sustentável, construído a partir de experiências locais.

*Não há uma solução pronta, as soluções terão que vir por meio de planejamento democrático apoiado no debate entre todos os atores sociais, [...] Estamos em fase de adaptação do homem na Terra, se daqui a 20 anos constataremos que fomos bem-sucedidos, teremos escrito um novo capítulo da ascensão do homem. Se falharmos, a aventura humana terá chegado ao seu fim. (SACHS, 2012)*

Enfim, percebe-se que o trabalho é árduo e com muitos desafios, envolvendo interação de diversos atores da sociedade civil e do setor privado, que podem juntos trazer mudanças na maneira como a política pública é construída e implementada no nível local, de forma a revolucionar o desenvolvimento no país.

#### **2.1.4. Desenvolvimento local participativo**

O desenvolvimento participativo parte da conjuntura de que o envolvimento dos atores locais é fundamental para se produzir conhecimentos necessários à solução dos problemas, mobilizando a comunidade e as instituições em torno de objetivos comuns.

A mobilização social permite gerar condições de criatividade social e confiança, de maneira que as pessoas se sintam protagonistas em um processo compartilhado de tomada de decisões, coordenando ideias e ações.

Altieri (2004, p.41) ressalta que "as estratégias baseadas na participação" devem estar de acordo com as características próprias de cada comunidade.

É essencial a busca da participação social na construção de políticas públicas que possam vir a contribuir para o desenvolvimento e para a resolução dos problemas sociais. A participação é fundamental para se decidir os rumos do Estado na condução das melhores práticas, com o envolvimento de pessoas de forma organizada e capacitadas para exercerem ações conjuntas.

A participação popular no processo de construção de políticas públicas é um direito constitucional (1988, p.5), destacado no artigo 1º, em seu parágrafo único: "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição".

Para se promover o desenvolvimento participativo como um processo de transformação social, é fundamental a utilização de estratégias e metodologias adequadas às condições locais.

Um das metodologias utilizadas em diversos países, principalmente na América do Sul, foi desenvolvida pelos pesquisadores do Observatório Internacional de Cidadania e Meio Ambiente Sustentável (CIMAS).

O CIMAS é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal as questões de desenvolvimento, aprofundamento da cidadania e da democracia participativa. A entidade busca na ação participativa e na pesquisa alcançar a sustentabilidade e a cooperação para o desenvolvimento, envolvendo indivíduos, grupos e organizações responsáveis pelos assuntos públicos através de metodologias participativas,

educação e estratégias de intervenção, criatividade de ação social e construção de redes de propostas e assuntos sociais (HERNANDEZ, 2013).

O CIMAS (2009, p.8) idealizou um manual de metodologias participativas e destaca que: "[...] ningún proceso participativo es igual a otro y su desarrollo no es lineal sino más bien cíclico y retroalimentado, en general podemos distinguir aquellos tiempos y actividades principales que pueden ir señalando el camino a seguir."

O manual enumera as diversas etapas que devem ser seguidas - sendo o ponto de partida a autorreflexão e a autocrítica - para a elaboração de um plano de trabalho. Trata-se de uma fonte de pesquisa que pode ser aplicada e adaptada para as realidades de cada situação local.

### **2.1.5. Desenvolvimento rural**

O desenvolvimento rural é um assunto pertinente para o estudo em nosso país, uma vez que os indicadores sociais do meio rural se encontram aquém dos indicadores urbanos (IBGE, 2010).

Fernandes (2011, p. 1) enfatiza que "a ausência de políticas específicas para o campo é umas das principais causas dessa desigualdade". A autora manifesta sua opinião no sentido de que a situação persiste em função da "ausência de ações em massa do Estado para superar as desigualdades".

Para se que possa trabalhar esse quadro, é fundamental a alteração do perfil social e governamental. Segundo Sen (1997, p. iii),

*tem havido uma mudança, nos últimos anos, no entendimento do processo de desenvolvimento. [...] ela envolve rejeitar uma "visão de sangue, suor e lágrimas" em favor de acender a cooperação das pessoas e a expansão da liberdade humana e capacidades.*

Trata-se de um assunto amplo e pragmático acima do conceito de acumulação efetiva de capital para a melhoria da condição social. O processo envolve a implantação de políticas públicas de forma a induzir a criação de processos que possam incentivar os potenciais locais de milhões de brasileiros do campo, através de redes de produtores, das associações ou através das pequenas aglomerações, sujeitos a descobrir oportunidades de desenvolvimento em seu local de vida.

Neste contexto, a educação assume um papel imprescindível e deve ser considerada como prioridade para o país pois, segundo o IBGE (2010, p.257) ela é:

*fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, capacitando os cidadãos para lidar com as questões que o envolvem no dia a dia, facilitando, assim, a aquisição de valores, habilidades e conhecimentos consistentes com a temática e necessários à implementação de estratégias local e nacional. Isto começa a partir da garantia do acesso universal à educação. [...] A garantia de frequência à escola permite aos indivíduos, a partir da infância, a sociabilidade no âmbito escolar, a noção de crescimento individual e coletivo e a valorização do conhecimento formal (escolar), atributos necessários para a formação de cidadãos capazes de atuar social, econômica e politicamente, no sentido de promover uma sociedade mais justa e sustentável em seus diferentes níveis. (IBGE, 2010)*

O desenvolvimento rural é um tema relevante e estratégico que precisa ser consolidado para a melhoria da sociedade. É um processo que pode advir de políticas públicas para trazer o desenvolvimento de forma sustentável e complementar o urbano de forma moderna.

O rural por muitos anos foi visto com olhares diferentes, com uma visão distorcida e rotulado de atrasado. Este estigma pode ser explicado, em parte, pelas razões que a história da colonização do país apresenta. O cenário implica em uma quebra de paradigma e se faz presente na realidade, uma vez que o rural renasce em um espaço multifacetário, que difere do cotidiano, com uma nova economia, novos atores atentos às fatias de mercado que podem angariar, e na alta escala do agronegócio das exportações de peso do país. O velho cenário rural está em fase de modernização, fazendo com que a qualidade de vida se aprimore a cada dia com novas políticas públicas e legislações.

No contexto dessa tese, é possível observar que o incentivo aos produtores rurais do setor frutícola do estado do Rio de Janeiro pode consolidar a produção local/regional e vir a incentivar o crescimento das áreas relacionadas, a produção local e o direcionamento do excedente de produção - ou mesmo a especialização produtiva para a exportação. Isso porque, segundo Fachinello (2013, p1),

*o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com 42 milhões de toneladas produzidas de um total de 340 milhões de toneladas colhidas em todo o mundo, anualmente. Apesar deste lugar de destaque, o país está no 12º lugar nas exportações de frutas. Deste volume total de produção, acredita-se que as perdas no mercado interno possam chegar a 40%. Contribuem com estes números, o mau uso das técnicas de manejo do solo e da planta, falta de estrutura de armazenamento, logística, embalagens inadequadas e a própria desinformação do produtor.*

Muitas ações ainda estão passíveis de serem colocadas em prática. No entanto, de uma forma holística, a fruticultura brasileira tem evoluído no país, tendo em vista a sua importância como um agronegócio promissor diante das expectativas de mercado nacional e internacional e da sua capacidade de produção.

Segundo o MAPA (2013, p.1), "o Brasil é capaz de produzir todo o tipo de fruta graças à sua extensão territorial e à diversidade de solos e tipos de clima", o que indica as potencialidades nacionais.

Percebe-se uma evolução substancial nos últimos dez anos, em particular quando se leva em consideração que a média mundial de crescimento da produção de frutas apresenta um crescimento de 2,5% ano, enquanto a brasileira apresenta um crescimento de 1,13 % ano a partir de 1990. As mudanças alimentares e a melhoria das condições econômicas do país têm contribuído para o aumento do consumo de frutas, gerando uma expectativa de mercado que, se bem trabalhada, pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

## **2.2. Redes e Governança**

A nova realidade administrativa mundial tem fornecido estudos sobre modelos de gestão, que podem ser definidos, segundo Malmegrim (2010, p.73):

*como o conjunto de princípios, normas, valores e sistemas; estruturas, processos e recursos, que explicam como a organização é entendida, como é dividida e como os trabalhos são alocados e coordenados para o alcance dos objetivos estabelecidos.*

As empresas, organizações, instituições públicas ou privadas possuem as mais diversas finalidades e envolvem diversos tipos de atores e recursos. Em todos os casos, percebem-se elementos comuns e que podem ser mapeados, identificados e aglutinados na busca de

solucionar os desafios de se estabelecer modelos gerenciais capazes de viabilizar os objetivos pretendidos.

Os modelos de gestão possuem uma estrutura organizacional que estabelecem o conjunto das funções e das relações que determinam formalmente as missões que cada unidade organizacional deve executar, e os modos de colaboração entre essas unidades. A estrutura organizacional é o conjunto de relações formais entre os grupos e os indivíduos que constituem a organização. Ela define as funções de cada unidade da organização e os modos de colaboração entre diversas unidades, e é normalmente representada num diagrama chamado organograma (GIL, 2009, p.3).

As empresas e organizações públicas ou privadas possuem uma macroestrutura que pode ser definida com base nas orientações estratégicas previamente feitas e também nos recursos que se tem disponível, divididas em macroestruturas básicas e avançadas. As macroestruturas básicas são menos elaboradas e requerem recursos que não sofrem diferenciação. Já as macroestruturas avançadas estão relacionadas com estratégias mais complexas, com base em recursos mais diversificados. As macroestruturas básicas são conhecidas como estrutura simples, estrutura funcional e estrutura divisional, enquanto as macroestruturas avançadas são denominadas de estrutura por unidade estratégica de negócio, estrutura matricial e estrutura em rede (GIL, 2009, p. 5).

As estruturas em redes organizacionais podem ser internas e externas, formando uma rede empresarial ou institucional, local, regional, estadual, nacional ou mesmo internacional. As redes são um fenômeno recente, e percebe-se que existem diversas razões que podem levar as organizações e instituições públicas ou privadas a se constituírem em redes, sendo que estas alianças podem proporcionar novas oportunidades para todos os atores.

As empresas, instituições públicas ou privadas, agricultores, associações, dentre outras, tem como prioridade a geração de riquezas e a sua manutenção no mercado. A melhoria de seu desempenho evoca as redes como alternativas dinâmicas para aumentar a competitividade diante dos desafios dos concorrentes locais e internacionais.

As dificuldades contemporâneas, a normal limitação de recursos e formas de se obter diferenciais para melhorar seu posicionamento no mercado faz com que as empresas busquem um contínuo processo de melhorias e inovações. A busca por melhorias de gestão e processos vem se intensificando e a tendência empresarial é estar num círculo contínuo virtuoso de aprimoramento, organizando e reorganizando a sua competência, os modelos de gestão e os modos de operação, com a finalidade maior de compatibilizar a organização com padrões atualizados de qualidade e produtividade, criando estratégias colaborativas como forma de adquirirem habilidades que ainda não possuem.

A consequência desse processo contínuo de aperfeiçoamento conjunto tende a refinar a metodologia, impactar na cultura local e proporcionar um ambiente de transformações, proporcionando a geração de novas combinações que contribuirão para o aprimoramento dos envolvidos e a capacidade dos arranjos em gerir eficientemente os seus relacionamentos interorganizacionais.

Esse é um ponto importante a ser considerado, pois a cooperação e a própria necessidade de competir para se manter no mercado exige a mudança de comportamento dos atores, bem como a sensibilidade para perceberem as suas capacitações, o que pode levar ao desenvolvimento de uma nova consciência cidadã e até mesmo a alteração do tecido social.

No caso de redes organizacionais de pequenos produtores rurais, percebe-se que existem características próprias, tendo em vista que a busca de estruturação de produtores rurais em arranjo organizacional do tipo associação buscam, em um primeiro momento, a possibilidade de aquisição de insumos básicos de forma coletiva, que permitirão a redução

dos custos de produção, a compra de insumos de qualidade para a melhoria do produto final, uso de equipamentos compartilhados por todos os associados e a estruturação da associação que permita uma relação eficaz entre os membros, a comunidade e os órgãos governamentais.

### **2.2.1. Redes: origem, conceito e aplicação**

As redes têm adquirido importância crescente nos últimos anos, principalmente na área social, revelando-se como um recurso que possibilita a comunicação e a colaboração entre atores sociais. São identificadas como qualquer estrutura que por sua disposição lembre um sistema reticular, ou seja, que tem forma de rede, significando um conjunto de pontos interligados de forma horizontal, um conjunto de nós e linhas articuladas de forma não hierárquica (FERREIRA, 1986, p.1466).

Malmegrim (2010, p.76) estabelece os elementos morfológicos das redes como:

*NÓS – os nós podem ser representados por uma empresa ou uma atividade entre empresas. Os nós são os pontos de interligação da rede.*

*POSIÇÕES – a posição de um ator na rede é compreendida pelo conjunto de relações estabelecidas com outros atores da rede.*

*LIGAÇÕES – as ligações ou conexões de uma rede são compreendidas pelas ligações entre os atores.*

*FLUXOS – através das ligações fluem recursos, informações, bens, serviços, contatos.*

As configurações de redes são estudadas em diversas áreas do saber e analisadas de formas distintas. Villela (2006, p.50) esclarece que "a gênese das redes de empresas remonta ao século XVIII nas regiões de Lyon na França e Birmingham na Inglaterra" e salienta que o "conceito de rede representa o fim do isolacionismo das organizações".

Castells (1999, p. 499) enfatiza que:

*redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças de equilíbrio.*

O conceito evidencia uma forma de organização presente nos mais variados sistemas de relações. Nas relações humanas é fundamental em todos os seus aspectos, criando comunicação, pensamentos e significados, evoluindo de forma a produzir um sistema compartilhado de crenças e valores em um contexto comum de significados conhecidos, que pode ser denominados de cultura, o qual é sustentado por comunicações adicionais que renovam as relações culturais, onde os indivíduos pertencentes a esse grupo adquirem identidade como membro de uma rede social.

A constituição de redes sociais é um processo de construção que pressupõe afinidades culturais e estratégicas, com um objetivo que se inscreva em campo de ação compartilhado pelo coletivo, onde os participantes estabeleçam vínculos e interconectem ações. Trata-se de condições necessárias para definir compromisso com o grupo e pela causa escolhida por todos.

O processo de construção e organização de uma rede implica em certas dificuldades. A questão conceitual, a dinâmica e a forma de funcionamento de uma rede, aliados a uma baixa disponibilidade e envolvimento dos participantes e facilitadores, bem como a falta de cultura e de experiência de trabalho e vivência em rede, podem ser um empecilho em sua formação.

Em outros casos particulares, as redes podem iniciar de forma espontânea e natural nas relações diárias de trabalho e convivência, sem que os atores se percebam como constituintes de uma rede.

A sociedade tem alguma dificuldade em entender o conceito e as estruturas, pois ainda encontra-se entranhado na dinâmica popular uma cultura baseada em estruturas hierarquizadas e transpassadas por processos econômicos e sociais fragmentadores e excludentes.

De uma forma geral, as redes, na visão de Teixeira (2007, p. 10):

*têm sido vistas como a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas, complexos; onde existem múltiplos atores envolvidos; onde há interação de agentes públicos e privados, centrais e locais, bem como uma crescente demanda por benefício e participação cidadã.*

Os recursos são escassos de maneira geral em todas as áreas, principalmente nas áreas de pequenos produtores rurais, que necessitam criar, programar e implantar ações estratégicas para se posicionarem e se manterem no mercado e ampliarem os seus negócios. Para que estes possam alcançar um nível de competitividade, é necessário um conjunto de diversos tipos de competências e uma organização em rede que permita o estabelecimento de parcerias e alianças.

Teixeira (2007, p.16) complementa esse raciocínio, destacando que:

*redes são um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em relação a uma política e que trocam entre si recursos para perseguir esses interesses comuns, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar metas comuns.*

Com essa visão, vem se tornando comum a realização de associações ou atividades cooperativas entre agricultores, instituições públicas ou privadas e empresas de um mesmo setor para se conseguir ou mesmo se manter em uma posição no mercado. Essas redes podem se apresentar em um formato simples ou complexo, que pode variar de acordo com os atores e a complexidade das relações estabelecidas entre eles, bem como a disposição e adesão dos mesmos.

Teixeira (2007, p. 10) salienta que:

*a criação e a manutenção da estrutura de redes impõem grandes desafios administrativos relacionados a diferentes processos, tais como negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos decisórios coletivos, estabelecimento de prioridades e acompanhamento.*

As estruturas de rede permitem às empresas aumentar suas capacidades de transposição de fronteiras e, de forma acentuada, de acordo com o seu grau de adesão, melhorar a eficácia dos atores envolvidos através da parceria, da colaboração e da ajuda mútua, e do compartilhamento de modo cooperativo para o alcance de objetivos em comum.

Santos (2011, p.16) orienta que:

*diante disso, o comportamento entre as organizações tem mudado, passando a enxergar os benefícios de um equilíbrio entre competição e cooperação. Configurando as redes entre empresas como um modelo de gestão que gera maior competitividade. Nesse contexto, as redes tornam-se um modo de obter as*

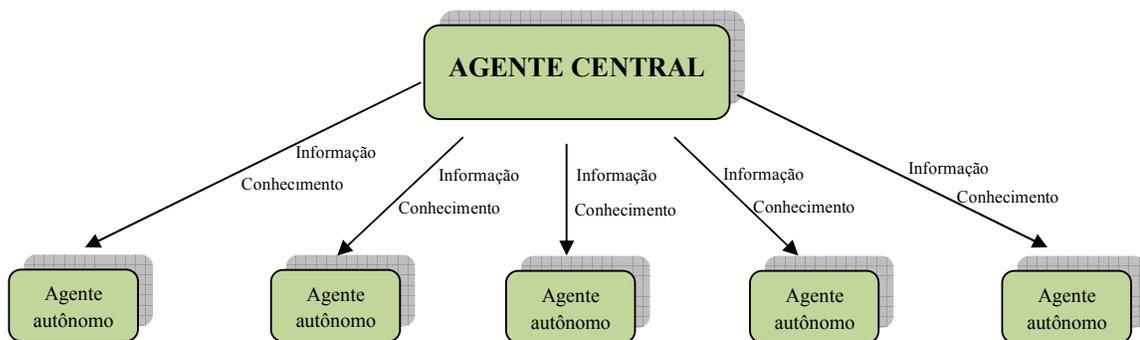
*vantagens competitivas necessárias, assegurando devidas condições de sobrevivência e desenvolvimento.*

No contexto desta tese, verifica-se que a formação de redes entre agricultores ou entre empresas na forma de Arranjo Produtivo Local (APL) pode contribuir para melhoria das relações entre atores e facilitar a competitividade do setor, por meio da realização dos princípios das redes sociais, explicitados adiante.

### 2.2.2. Configurações básicas de redes

Existem diversos formatos em rede, que podem variar de acordo com os interesses, a natureza do grupo associado, a metodologia, as áreas de atuação, a relação com outras redes e com a distribuição de recursos entre os atores, tornando difícil a existência de redes estruturadas de formas idênticas.

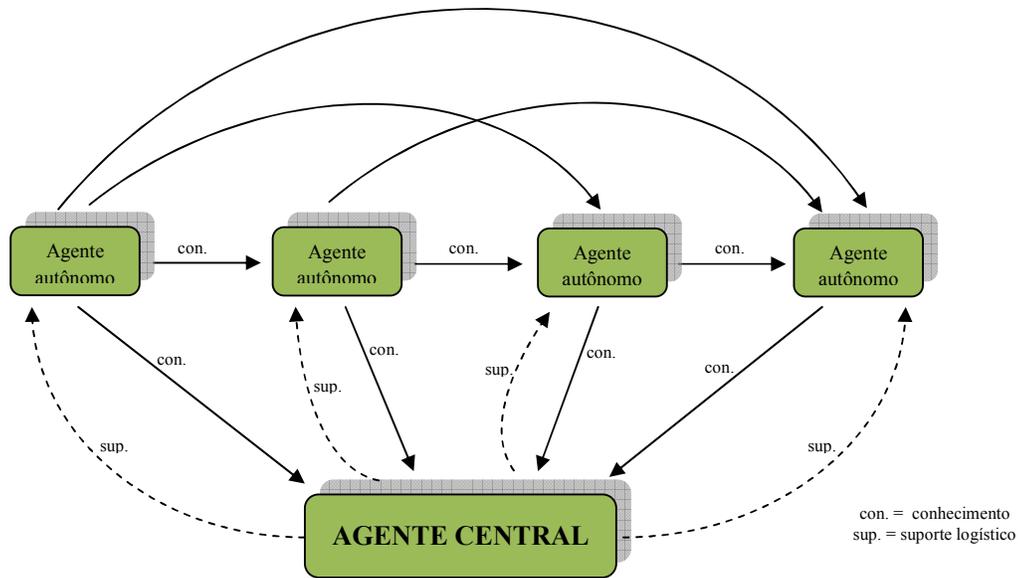
Nesta pesquisa, serão relacionadas cinco configurações básicas, iniciando com a rede infinitamente plana (Figura 1), que possui um ponto central ou nó, representando o agente central da rede que desempenha o papel de fornecedor e coordenador de informações. Tal elemento possui conhecimentos para capacitação do enfrentamento dos desafios cotidianos e para inovações dos diversos nós, de onde ramificam-se ligações para posições de atores que não se conectam entre si (MALMEGRIN, 2010, p.77).



**Figura 1.** Rede infinitamente plana

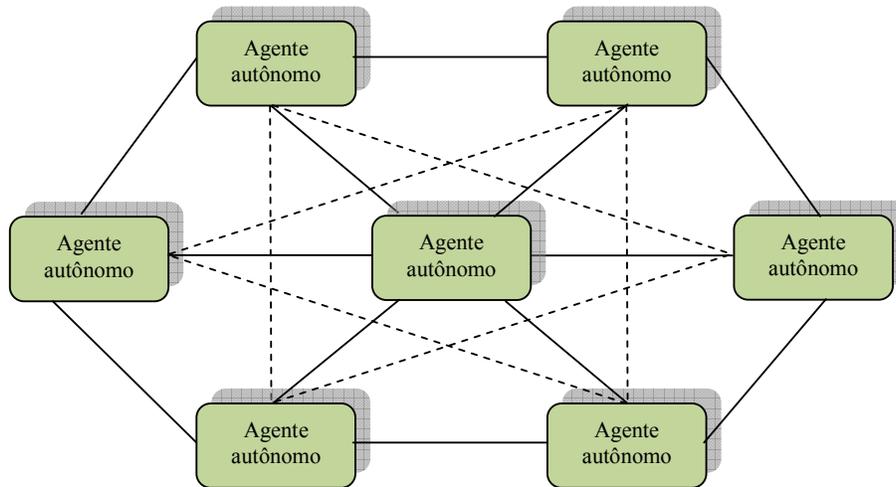
Fonte: adaptada de Malmegrin (2010, p.77).

A segunda configuração é conhecida como rede invertida (Figura 2), onde os nós são interconectados entre si, possibilitando que o conhecimento circule livremente de nó para nó ou formalmente para o centro, quando definido pelo modelo de gestão (MALMEGRIN, 2010, p.78).



**Figura 2.** Rede invertida  
 Fonte: adaptada de Malmegrin (2010, p.78)

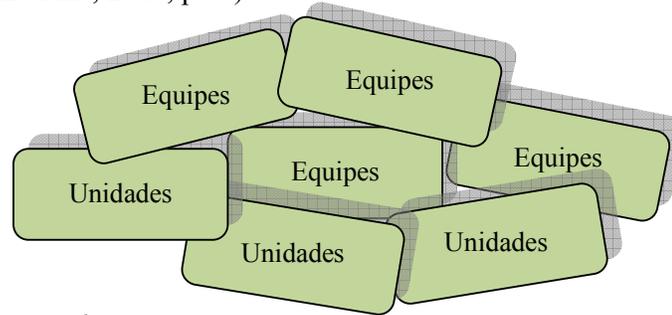
A terceira configuração é a rede teia de aranha (Figura 3), que é considerada como rede verdadeira, onde todos os nós são autônomos e não existe um agente central, mas uma livre interligação entre os atores, permitindo assim o fluxo de conhecimento livre entre todos sem um centro de controle (MALMEGRIN, 2010, p.78).



**Figura 3.** Rede "teia de aranha"  
 Fonte: adaptada de Malmegrin (2010, p.78).

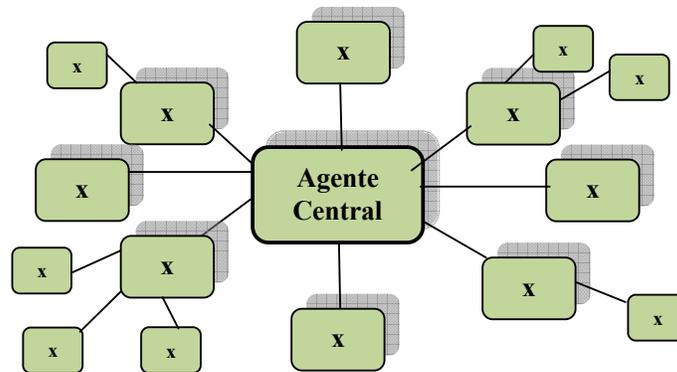
A quarta configuração (Figura 4) é a rede aglomerada, formada por nós que realizam atividades contínuas e permanentes, chamadas de unidades; e por nós que executam tarefas situacionais, que recebem o nome de equipes. As equipes são formadas por especialistas das

unidades que funcionam como centro de desenvolvimento de competências em disciplinas específica (MALMEGRIN, 2010, p.79).



**Figura 4.** Rede aglomerada  
Fonte: adaptada de Malmegrin (2010, p.79).

A quinta configuração (Figura 5) é denominada raio de sol, por possui um poder central que dissemina o conhecimento do centro para os nós que atendem os usuários, podendo ter nós intermediários que também podem gerar conhecimento. Essa rede possui uma hierarquia nas organizações que a compõem, e guarda algumas características da hierarquia tradicional das organizações.



**Figura 5.** Rede "raio de sol"  
Fonte: adaptada de Malmegrin (2010, p.80).

A necessidade de evolução do processo de organização e administração se torna uma rotina diária nas organizações, e percebe-se que a necessidade de cooperação em rede surge da percepção dos participantes de que os problemas comuns e as buscas de melhoria podem ser bem mais resolvidos de forma conjunta, respondendo de forma eficaz as situações.

Gil (2009, p. 5) apresenta a ideia de que:

*a estrutura em rede tem como objetivo fazer a ligação de uma só organização com um vasto conjunto de empresas externas e unidades externas e internas que se complementam nos vários níveis de desenvolvimento da empresa para os mesmos mercados. Ao ser preservado a autonomia de cada entidade na rede esta estrutura é parecida com uma teia de alianças estratégicas onde recebe a coordenação por um órgão central onde tem por único objetivo otimizar a performance conjunta. A estrutura em rede consegue combinar a descentralização da organização*

*com a eficiência da organização funcional aproveitando assim os efeitos sinérgicos da organização matricial.*

As diferentes tipologias de redes propõem a descrição da rede de acordo com certos atributos, como o nível de institucionalização (estável ou instável), o número de participantes (restrita ou aberta), a configuração das políticas (setorial ou transectorial), ou ainda o tipo de atores sociais envolvidos e a função principal da rede (por exemplo, redes de problemas, redes profissionais, redes intergovernamentais, redes de produtores) e o equilíbrio de poder (redes heterogêneas e redes homogêneas) (TEIXEIRA, 2002, p.6).

Villela (2006, p.52) apresenta 04 tipos de empresas em rede: i) "redes verticais", com uma clara estrutura hierárquica; ii) "redes horizontais", com cooperação intra firmas constituídas de empresas que guardam a sua independência, mas que optam por coordenar certas atividades específicas de forma conjunta; iii) "redes formais", formalizadas por contratos que estabelecem regras de conduta entre atores; iv) "redes informais", são redes de convivência que permitem os encontros informais entre atores econômicos portadores de preocupações semelhantes.

Brito (2002, p. 345) elenca alguns tipos de estruturas em redes, tais como:

- 1. Alianças estratégicas entre empresas e outras formas de cooperação produtiva e tecnológica;*
- 2. Programas de cooperação específicos, envolvendo agentes com competências em áreas distintas, que interagem entre si para viabilizar determinada inovação;*
- 3. Processos de subcontratação e terceirização realizados por empresas especializadas em determinadas atividades, que dariam origem a redes estruturadas verticalmente no interior de cadeias produtivas;*
- 4. Sistemas flexíveis de produção baseados em relações estáveis e cooperativas entre empresas atuantes em determinado ramo de atividades;*
- 5. Distritos industriais baseados na aglomeração espacial de empresas e outras instituições que interagem no âmbito de determinada região;*
- 6. Sistemas nacionais ou regionais de inovação baseados na especialização e interação de diversos tipos de agentes envolvidos com a realização de atividades inovativas (empresas, universidades, outras instituições, etc.).*

Malmegrin (2010, p.81) demonstra que as redes de cooperação podem ainda ser classificadas pelos critérios de autonomia em:

*rede autônoma ou orgânica - se constitui por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente, preservando-se a identidade original de cada participante. (por exemplo, redes sociais)*

*rede tutelada – no âmbito da qual os entes tem autonomia relativa, já que se articulam sob a égide de uma organização que os mobiliza e modela o objetivo comum. (por exemplo, as redes que surgem sob a égide governamental)*

*rede subordinada – uma classe de rede mais antiga, que é constituída de entes que são parte de uma organização ou de um sistema específico com interdependência de objetivos. Nesse caso, a rede independe da vontade dos entes e há apenas um locus de controle (por exemplo, cadeias de lojas e redes de serviços públicos).*

O autor orienta que as redes podem, ainda, ser classificadas pelo critério de variedade de componentes em homogêneas em relação ao perfil das instituições que as compõem ou que atraem e heterogêneas, que são as redes que precisam articular parceiros que produzem produtos ou serviços complementares entre si para servir a um mesmo público.

### 2.2.3. Redes: sucesso ou fracasso empresarial

O sucesso ou fracasso empresarial nas condições de rede estão diretamente relacionados ao comportamento dos atores envolvidos no processo.

Neto e Waker (2013, p.74) orientam que:

*a existência de objetivos comuns é responsável pelo alinhamento e direcionamento dos atores de uma rede, mas as estratégias coletivas dificilmente trarão ganhos substanciais sem um intenso processo de conectividade entre estes. Portanto, compreender o processo de relacionamento dos atores é crucial para o entendimento de sua dinâmica e para a obtenção de eficiência em seus resultados operacionais.*

O autor enfatiza que a estrutura da rede e a posição dos atores podem afetar o funcionamento da organização e suas habilidades na geração de valor para a empresa, bem como a intensidade e a frequência da comunicação entre os atores. As redes podem sofrer influência dos seus membros, pois o que acontece numa relação pode afetar, de forma direta ou indireta, o que acontece numa outra relação.

A estrutura em rede apóia a evidência de que os atores estão em uma situação de interdependência, gerada pela necessidade de compartilhar recursos para atingir um objetivo comum, embora cada ator específico tenha seus objetivos particulares. A construção de uma rede requer a constituição de um objetivo maior, que passa a ser um valor compartilhado acima dos objetivos particulares dos atores.

O engajamento voluntário é primordial e determinante para o sucesso nas atividades que são designadas para cada ator e na sua integração no grupo. A rede precisa ter um sistema de informações transparente e fluido, controles analisados pelos resultados, destacando ainda a necessidade de elos de confiança entre os atores envolvidos (VILLELA, 2006, p.54).

Para Teixeira (2002, p.14), os elementos condicionadores do êxito da gestão de redes seriam:

- ✓ *despender grande esforço para chegar a entendimentos comuns;*
- ✓ *alcançar situações em que todos ganham;*
- ✓ *envolver os reais decisores políticos e administrativos;*
- ✓ *focalizar questões específicas;*
- ✓ *avaliar permanentemente e negociar as soluções;*
- ✓ *criar um marco para a ação cotidiana*

A autora destaca que, para se alcançar uma gerência exitosa de redes, é preciso se basear nas seguintes condições: i) ativar seletivamente atores e recursos; ii) limitar os custos da interação; iii) buscar compromisso dos participantes; iv) oportuna atenção a aspectos políticos e administrativos; v) qualidade e abertura da interação.

Para se efetivar um relacionamento ideal e um sucesso nos empreendimentos em redes, as empresas e atores envolvidos precisam se interagir em harmonia em torno de um objetivo comum, que são alcançados através da negociação entre os atores da rede, formando uma parceria com o intuito de alcançar objetivos e recursos que individualmente não teriam capacidade de obter.

A confiança e a cooperação entre membros são aspectos fundamentais e centrais nas relações, e podem levar ao sucesso as organizações que trabalham em rede, lembrando que a confiança não pode ser intencionalmente criada, mas adquirida com o tempo, com os relacionamentos constantes entre os membros e também encorajada a partir de uma estrutura e

contexto adequados que permitam um relacionamento saudável. Esta confiança nas interrelações dos atores é um dos fatores que promove a redução dos custos de transação, e torna a existência das redes economicamente viáveis.

As relações em rede envolvendo pequenos, médios agricultores familiares, que é o caso deste estudo, envolvem relacionamento entre os atores, confiança e alianças que permitem investimentos para aquisição e criação de recursos diversos que podem se traduzirem em máquinas, pessoas, tempo ou aquisição de conhecimento. Esta coordenação que permite as organizações se adequarem e lidarem com as exigências de mercado e de competitividade são chamados arranjos produtivos locais ou redes locais, que se caracterizam pela concentração geográfica de empresas e pelas relações entre os atores.

#### **2.2.4. A governança na dinâmica empresarial<sup>1</sup>**

A dinâmica mundial transformou as relações empresariais nos últimos anos como o ambiente em que operam. Das relações exclusivamente econômicas, evoluíram para as responsabilidades ambientais e o apoio às atividades sociais. Apesar do giro mundial se encontrar num ambiente capitalista, a sociedade tem exigido mudanças no perfil empresarial e o apoio para a redução da pobreza, melhor distribuição de renda, controle ambiental, e que sejam efetivadas medidas que cooperem para a melhoria do bem estar social e a conservação dos recursos naturais.

A simples visão tradicional do ambiente de negócios que objetivava preço, qualidade e produto, na visão econômica, onde sua responsabilidade se consubstanciava na busca da maximização dos lucros e minimização dos custos, ficaram no passado.

Na atualidade, esse pensamento evoluiu para responsabilidade social na cadeia produtiva como um ato permanente e contínuo, necessário, exigida pela sociedade e voltada para o investimento social da empresa. Nesse pensamento, percebe-se que houve uma agregação de valor ao produto, que envolve a cadeia produtiva, na busca da ética cooperativa, da cidadania responsável por toda cadeia social.

Tornar-se uma empresa cidadã, mais competitiva no mundo global, ampliar o portfólio de soluções, e inovar para manter ou buscar a liderança são razões que levam as empresas a rever seus modelos de negócios. Essa visão é o resultado de uma mudança de enfoque que está ocorrendo no pensamento da sociedade e mudando sua ênfase do econômico para o social, valorizando aspectos sociais que incluem distribuição mais justa de renda, qualidade de vida, relacionamento pessoal, transparências nas atividades empresariais e princípios éticos.

As empresas percebem, nesse novo momento mundial, que cuidar apenas dos processos internos não é suficiente. É preciso garantir que as práticas responsáveis sejam adotadas em toda a cadeia produtiva. E nesse sentido, fica patente que se a empresa conquistar uma boa reputação nos aspectos sociais internos e externos, a sua visão no mercado se torna diferenciada.

---

<sup>1</sup> Texto discutido pelo autor no VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, no trabalho intitulado, "Governança corporativa e competência organizacional," ISSN 1984-9354 e em MEIRELLES JUNIOR, J. C. ; ALMEIDA, A. C. R. ; ALIMONDA, H. A. ; SALDANHA, J. A. V. Local Productive Arrangements' Concepts Analysis Under the Social Management Optics. In: Marcos Ferasso; Jorge Alberto Velloso Saldanha; Nelson Casarotto Filho. (Org.). Studies on Industrial Clusters and Local Development. 01ed.: Lambert Academic Publishing, 2013, v. , p. 241-271.

As empresas são agentes transformadores que exercem uma influência muito grande sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente e estão sempre em observação pela mídia. De uma forma ampla, percebe-se que elas tendem a querer ditar regras no seu entorno e ciclo de influências, mas os veículos de comunicação têm enfatizado sua vigilância nos comportamentos éticos das empresas, sejam elas públicas ou privadas, o que tem contribuído para melhorar o padrão ético e a busca de novas posturas estratégicas em face das mudanças que vem ocorrendo na atualidade.

A sociedade tem pressionado as empresas de diversas formas, principalmente nas áreas de transparência e meio ambiente, e ao mesmo tempo tem sido impactada pela opinião empresarial, principalmente das grandes empresas, proporcionando mudanças sociais significativas que se manifestam em atos de impactos consubstancializado pela ação social. Se estes forem organizados em cooperação com os diversos atores sociais e políticos em sua forma de organização institucional, podem vir a formar uma governança, ou uma boa governança. Santos (1997) afirma que a "*good governance* passa a ser requisito indispensável para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos".

Quintar (2006, p.107) coloca que o termo é polissêmico e que "a *governance* indica formas de coordenação das dinâmicas econômicas e sociais, nas quais estão envolvidas múltiplas instituições públicas, privadas e sociais".

Suzigan, Garcia, Furtado (2007, p.425) entendem a governança como:

*a capacidade de comando ou coordenação que certos agentes (empresas, instituições, ou mesmo um agente coordenador) exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras, influenciando decisivamente o desenvolvimento do sistema ou arranjo local.*

Os arranjos produtivos locais têm assumido um papel de destaque, dentro do padrão de cooperação interfirmas, sugerindo a importância da governança no incremento dos níveis de competitividade e sustentabilidade, tendo em vista que os arranjos, ao envolverem atores múltiplos e com interesses distintos, precisam de padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos, e arranjos institucionais que coordenem e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, ou seja, tenham uma governança (SOUZA E CÂNDIDO, 2010, p. 173, 174).

Alcoforado (2009, p. 2) apresenta a governança como:

*um termo que significa "capacidade de ação". É a utilização dos meios, instrumentos e recursos disponíveis em um dado contexto social, para se realizar o desenvolvimento local, com a provisão dos serviços demandados por uma determinada população. Para tanto, é importante o fortalecimento e inter-relacionamento das "instituições": Governo, mercado e sociedade civil, para se atingir um estágio de desenvolvimento social, como parte da Governança Social.*

É importante considerar que o termo governança tem sua origem a partir de processos históricos, transformações na política mundial, redefinição do papel do Estado e a globalização, que conduziram a revelação de formas de gestão, na esfera pública e privada, considerando os aspectos econômicos, envolvendo as questões sociais e as questões ambientais e sustentabilidade, trazendo à tona a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando claro ainda a importância da governança em todos os níveis (SOUZA E CÂNDIDO, 2010, p. 172).

Araújo (2010, p.2) esclarece que "governança constitui um conceito novo que traz em sua raiz a capacidade de conduzir os processos de formulação, execução e avaliação," Cruz (2007, p.6) conceitua como um "processo de coordenação entre atores que objetivam alcançar propósitos próprios discutidos e definidos coletivamente"; e Santiso (2002, p. 4) evidencia que "a qualidade da governança é basicamente atribuível à sua democracia," sendo que apresenta qualidades peculiares ajustados de acordo com as conformações das forças políticas e das instituições partícipes que podem estar baseados em articulações entre atores, pactos e alianças com lideranças.

Compreender o processo de mudança necessário para adequação do empresariado aos novos tempos se faz pertinente e urgente em todos os setores. O primeiro ponto a ser destacado nesse sentido é a visualização por parte do empresariado da urgência e do compromisso necessário para o momento atual ávido de conhecimento, relações dinâmicas e responsabilidade social que incentivam a comunidade a apoiarem as empresas que tem responsabilidade social com a comunidade na qual está inserida.

As empresas cientes deste compromisso tendem a se tornarem cada vez mais participantes da responsabilidade social. Em casos especiais, quando as comunidades possuem um potencial de desenvolvimento a partir das concentrações espaciais e setoriais de empresas, instituições e governos em torno de um eixo produtivo comum, denominados arranjos produtivos locais, ou APLs, é necessário concentrar os esforços empreendidos para administrar com eficácia.

A responsabilidade social do conjunto empreendedor se faz necessária para que a mesma se torne sustentável e amplie a sua capacidade de desenvolvimento, de competências e de relações com os atores envolvidos e com o mercado. Diante disso, Villela (2009b, p.1069) ressalta que:

*tais arranjos devem teoricamente, elaborar uma governança, capaz de conciliar interesses, nem sempre convergentes dos diferentes atores; planejar conjuntamente e executar ações cooperadas que promovam o desenvolvimento de suas atividades empresariais e consequentemente do local em que se radicou.*

Esta forma de organização conhecida como APL traz consigo a reunião no espaço territorial, diversos atores econômicos, políticos e sociais, com diversas participações de empresas de um setor e de setores complementares, as diversas instituições públicas e privadas como as agências governamentais, os sindicatos e associações de classe, os representantes do sistema financeiro, as instituições de ensino e pesquisa - que são parceiros fundamentais -, além de empresários, trabalhadores, consumidores e uma infinidade de atores que participam ou podem vir a participar da interação do arranjo, cujas articulações e relações constituídas formam um sistema produtivo setorialmente especializado (NICOLAU e CARIO, 2012, p. 184).

Na visão de Nicolau e Cario (2012), existem três tipos de governança que são utilizadas em APLs, a saber: i) governança associativa: entendida como aquela realizada pelas associações locais de classe e de coordenação geral; ii) governança contratual: subcontratação, ações conjuntas, programas de apoio e; iii) governança mercantil: levando em consideração a existência de um mercado local de trabalho, que é a forma de governança mais frequente e expressiva.

Segundo o autor, os APLs se organizam, segundo a governança, em: i) Arranjos da indústria tradicional; ii) Arranjos da indústria metal mecânica; iii) Arranjos de base tecnológica; e; iv) Arranjos de desenvolvimento rural;

A discussão desta tese se encontra no modelo de arranjos de desenvolvimento rural, denominados APLs de origem tradicional, mas que participaram de programas e ações de

entidades do governo voltadas à criação de condições para o desenvolvimento da atividade empresarial no meio rural.

Trata-se, portanto, de arranjos que se diferem dos três anteriores, dadas as características indicadas pelos indicadores, quais sejam:

- a) ausência de mercado local de trabalho significativo;
- b) venda de produtos finais no próprio arranjo, sendo a proximidade com consumidores e a venda conjunta de produtos as principais fontes de sinergia produtiva;
- c) forte presença de governança associativa, de ações conjuntas e de programas de apoio, que em conjunto são responsáveis pelas interações nos arranjos.

Percebe-se, nesses arranjos, que a atuação dos órgãos governamentais na sustentação dá-se mediante programas de apoio específicos (NICOLAU e CARIO, 2012, p. 200).

Suzigan, Garcia, Furtado (2007, p.426) enfatizam que a existência de uma estrutura de governança e a forma que ela pode assumir vai depender de um complexo conjunto de fatores, dentre os quais: i) o número e a distribuição por tamanho das empresas locais; (ii) o tipo de produto ou atividade econômica local e a respectiva base tecnológica; (iii) a forma como se organiza a produção local; (iv) a forma como as empresas locais se inserem nos mercados; (v) a presença de instituições locais com representatividade política, econômica e social, com interação com o setor produtivo, e principalmente; (vi) o contexto local político, social e cultural do qual emerge alguns dos mais importantes elementos das formas de governança em APLs, como a existência de cooperação nas relações produtivas.

Villela (2009, p.1070) informa que "em uma análise histórica sobre a formação dos atuais APLs existentes no estado do Rio de Janeiro, pode-se observar que tais capacitações perduraram a diferentes estruturas empresariais," evidenciando ainda que "a cooperação, as ações conjuntas e a formulação proativa de estratégias da rede se tornam fundamentais para a sustentabilidade do APL".

Nesse sentido, Villela (2009) sugere uma sequência lógica de interdependência evidenciando a seguinte cadeia:

redes empresariais → APLs → governança → gestão social participativa → desenvolvimento local.

Na sequência, observa-se que, com o surgimento dos APLs, torna-se imprescindível a necessidade de um governo participativo e não mais hierárquico, caracterizando uma governança. Como consequência, visando beneficiar os interesses dos diversos atores envolvidos, cria-se uma sustentabilidade nos processos, que acaba por viabilizar o desenvolvimento local em suas diferentes óticas (VILLELA, 2009b, p.1072).

A forma e a própria existência da governança vão depender de um conjunto de características específicas a cada sistema ou arranjo, implicando em considerar que a governança deve ser local e se colocar quando os agentes locais procuram ir além do aproveitamento das vantagens competitivas locais decorrentes de economias externas de aglomeração e tentam tomar iniciativas coletivas (SUZIGAN, GARCIA, FURTADO, 2007, p.425).

Fica patente ressaltar que a busca constante pela solução ideal da gestão faz com que se constituam e priorizem diversas formas de ferramentas, que podem contribuir para o crescimento empresarial, devem estar na rotina e associada à realidade social e de mercado, e aplicada de forma eficaz na estrutura dos arranjos.

### 2.3. Aglomerações Empresariais e Arranjo Produtivo Local – APL<sup>2</sup>

Na trajetória da evolução industrial, percebe-se que as empresas tendem a formar grupos industriais conhecidos como "distritos industriais", sejam eles formados por simples afinidades ou por políticas governamentais, sendo especializados na produção de bens relacionados, envolvidos nos diversos estágios do processo de produção de uma indústria.

Percebe-se a realidade pragmática do processo e também uma visão romântica, onde Becattini (1994, p.40), considerando os distritos industriais italianos, faz uma leitura demonstrando que "no distrito industrial, ao contrário do que se passa em outros ambientes, tende a haver uma osmose perfeita entre comunidade local e empresas". Demonstrando uma consciência comunitária que ele denomina noção de pertencimento, obtida a partir de um processo de interação dinâmica, evidencia-se a ideia como um círculo virtuoso a partir da divisão e da integração de trabalho praticadas nos arranjos, na busca de novos nichos de mercados, na constituição e consolidação de uma rede de sólidos vínculos internos e externos, e na formulação ideal de conduta para uma comunidade e empresas que atuem em conjunto que dando continuidade aos seus propósitos.

A leitura de Becattini (1994) remete o leitor aos aspectos ideais de confiança e cooperação. Na construção dessa imagem, pode-se reportar a opinião de Alfred Marshall, economista de origem inglesa, que na passagem do século XIX para o XX, evidenciou questões interessantes para reflexão, questionando por que em algumas regiões manifesta-se uma forte aglomeração de empresas de um mesmo setor. Nesse contexto, outra questão se faz presente: Quais as vantagens que as empresas extraem da proximidade com suas concorrentes? Ou, não seria mais racional que empresas concorrentes buscassem o maior afastamento possível uma das outras, distribuindo se de forma homogênea por todo o território? (PAIVA, 2004).

As respostas a estas indagações possibilitam o entendimento de várias questões, como o que origina uma aglomeração, distinto do que a sustenta e a faz desenvolver-se, ou mesmo a ideia do porque uma aglomeração tende a se reproduzir e a se aprofundar por determinações caracterizadas daquelas que lhes deram origem. No mesmo sentido, porque a aglomeração, uma vez constituída, tenda a se desenvolver, deixando de ser uma mera aglomeração, e passa a ser um arranjo produtivo? (PAIVA, 2004).

A pesquisa dos autores nos distritos da Grã-Bretanha permitiu identificar excelentes resultados econômicos decorrentes da concentração de atividades espacialmente localizadas (SANTOS, 2005; GARCIA, 2006).

Estas atividades localizadas, além de permitirem resultados econômicos, propiciam também o surgimento de um mercado de trabalho com habilidades e especialidades que beneficia empresa e trabalhador.

Observa-se também a facilidade de atração de fornecedores de insumos e serviços especializados, aumentando as situações de ofertas e demandas que permitem uma grande ocupação desses fornecedores, que por sua vez adequam as suas capacidades e podem chegar

---

<sup>2</sup> O conteúdo deste capítulo foi discutido no 15º Workshop, Políticas Públicas – APDR, em 24 de outubro de 2012, na Universidade de Évora, Portugal; no 2º Congresso Ibero Americano de Responsabilidade Social – CRIARS – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal em 26 de outubro de 2012 e em MEIRELLES JUNIOR, J. C. ; ALMEIDA, A. C. R. ; ALIMONDA, H. A. ; SALDANHA, J. A. V. Local Productive Arrangements Concepts Analysis Under the Social Management Optics. In: Marcos Ferasso; Jorge Alberto Velloso Saldanha; Nelson Casarotto Filho. (Org.). Studies on Industrial Clusters and Local Development. 1ed.: Lambert Academic Publishing, 2013, v. , p. 241-271.

inclusive a se estabelecerem-se nos arranjos, aumentado ainda mais a concentração de serviços e proporcionando uma empregabilidade no local.

Esta consciência acompanha a evolução da humanidade, sendo percebida em diversos estudos e no século XX, e uma nova visão vem evidenciar e considerar com profundidade o renascimento e a importância das empresas de pequeno porte.

A década de 1970 passa a ser um divisor de águas, quando o modelo fordista de produção, baseado na fabricação em massa de bens e serviços extensivos em materiais e energia, entra em crise. O modelo atinge os seus limites e demonstra o seu esgotamento. O momento social, marcado pela alta dos preços do petróleo e de várias matérias primas, com crises econômicas com reflexos mundiais, sinaliza a necessidade de alteração no paradigma produtivo, que irão contribuir para as mudanças da prática produtiva.

O então padrão fordista fica, com o passar dos anos, em contraste com um novo modelo baseado na flexibilidade e agilidade das pequenas e médias empresas, e no estreitamento bem forjado entre elas e o próprio ambiente social e cultural, envolvendo diversos atores e estabelecendo ligações formais e informais baseado na cooperação entre as empresas e o setor público, e tendo como mola propulsora o desenvolvimento sustentável com forte conteúdo local.

A saturação do modelo de produção em massa, representado pelas empresas verticalmente integradas, contribuiu para a emergência de novos formatos organizacionais mais flexíveis em um período também marcado por intensas mudanças tecnológicas e organizacionais (LIMA, 2006).

Villela (2006, p. 47) esclarece que "o ambiente empresarial pós-industrial passa a ser dependente da capacidade de mobilização dos diversos parceiros, para a conclusão de seus projetos, ou seja, da estrutura em rede".

Este novo modelo estruturado em rede passa a ser conhecido como Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são "aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes" (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p. 5).

O conceito é corroborado pelos pesquisadores Thomas, Brito, Marcondes e Ferreira (2011, p.192), ao afirmarem que:

*as aglomerações industriais são grupos de firmas de uma atividade econômica concentradas em uma área geográfica [...] Estudos recentes sobre a localização das firmas mostram que o fenômeno das aglomerações industriais é relativamente comum, não limitado somente aos clássicos exemplos do Vale do Silício e da Rota 128 e sua origem pode estar associada a distintas razões. Enquanto algumas indústrias podem concentrar-se em função da existência de recursos específicos a uma região, da proximidade de mercados consumidores ou até mesmo em função de acidentes históricos, outras não apresentam tendência natural alguma à aglomeração.*

As aglomerações desfrutam de vantagem em relação àquelas fora dessas constituições. Essas vantagens são derivadas da maior capacidade de inovação e de economias de equipamentos e mão de obra, pois apresentam cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como governos, associações empresariais, instituições de crédito e pesquisa (SEBRAE, 2003, p.12, THOMAS, BRITO, MARCONDES E FERREIRA (2011, p.192).

Os autores ainda salientam que "as aglomerações industriais passam a ser vistas como uma forma de impulsionar a competitividade das firmas em escala global," permitindo que a região possa ser vista como um espaço cognitivo, onde os valores compartilhados constituem

elementos fundamentais no processo de aprendizado interativo, levando a minimização dos custos de transações entre as empresas.

### **2.3.1. Aglomerações e arranjos produtivos locais: origens**

A partir das políticas dos distritos industriais italianos, que surgiram sem muita divulgação e sem o suporte de uma política governamental, ficou demonstrado o nascimento de um novo setor, de pequenas e médias empresas que emergiram de forma dinâmica e ágil.

Os distritos italianos, por sua alta competência e competitividade, foram destacados nas mais diversas literaturas nacionais e internacionais, evidenciando que esse fenômeno, que ocorreu durante a retomada do desenvolvimento da Itália do pós-guerra, direcionava para resultados positivos nas exportações italianas,

*[...] o que surpreendeu e suscitou estudos e pesquisas é que uma miríade de pequenas unidades de produção, aparentemente desfavorecida em termos de estruturas de comercialização, de escala produtiva, de acesso ao crédito e de intervenções nos mercados estrangeiros, conseguiu captar uma parte crescente de mercado (interno e internacional), obtendo maiores lucros e criando empregos. Isto numa conjuntura na qual as maiores empresas italianas, apesar de serem melhores equipadas para se imporem nos mercados mundiais, passaram a perder terreno para concorrentes de outros países. O sucesso das pequenas empresas vinha, ainda, contradizer as convicções solidamente estabelecidas dos economistas de todas as matrizes ideológicas, ou quase, para os quais as chances das empresas muito pequenas eram, estruturalmente modestas e declinariam com o tempo (BECATTINI, 1999, p.45.)*

Com a publicação da obra "A vantagem competitiva das nações", a discussão sobre *clusters* e distritos industriais passou a ser mais evidenciada e adquiriu maior seriedade, pois enfatizava a importância dos *clusters* para a competitividade industrial (PORTER, 1990).

O destaque principal neste plano na visão acadêmica e na política de desenvolvimento era baseado na cooperação interempresarial. Este era o ponto fundamental que surgia a partir da pesquisa em distritos industriais na Itália, explicando a competitividade das pequenas e médias empresas e sua presença no mercado internacional (PORTER, 1990).

Outro aspecto de extraordinária importância apresentado nos estudos dos distritos industriais era o fator geográfico e espacial, que foi identificado como de extrema relevância nas aglomerações, tendo em vista que não se pode tratar de aglomeração sem que as empresas estejam geograficamente próximas umas das outras.

A visualização desta teoria de proximidade espacial veio como quebra de paradigma, pois essa questão da localização foi relegada por muito tempo a um segundo plano, diante do pensamento da globalização que surgiu direcionando a mídia para um fato de que os mercados no mundo estariam interligados e mais próximos uns dos outros. Mas, no cotidiano, a administração prática e logística vem, com o passar do tempo, identificar o fator geográfico como um quesito fundamental na redução de custos logísticos, demonstrando a importância da cooperação e da localização geográfica das empresas participantes de uma aglomeração produtiva.

As aglomerações passam, então, a ser formas alternativas das pequenas empresas de se manterem no mercado, capazes de prover às firmas nelas instaladas uma série de produtos e serviços adquiridos a custos competitivos, diante das difíceis condições de sobrevivência no cenário globalizado, através das alianças interempresariais, da busca de novas formas de aumentar a produtividade e de novos negócios, ampliando suas chances não só de

permanência no mercado, mas também de expandir sua fatia de participação e de lucratividade (YOU, WILKINSON, 1994).

No século XXI, percebe-se que as respostas rápidas em um mercado altamente competitivo são fatores de sucesso no mundo altamente globalizado, e as empresas burocratizadas e ineficientes diante da necessidade social perdem com sua falta de agilidade.

No Brasil não foi diferente: a abordagem de aglomerações produtivas e APLs foram muito divulgadas com o desenvolvimento a partir do final dos anos 1990, uma década evidenciada pelo ângulo de desenvolvimento econômico, articulada com intenso trabalho com *clusters* (PORTER, 1990).

A partir desta época, houve muitos esforços direcionados para o seu entendimento e promoção, e uma busca acentuada para o aprendizado e a incorporação de conhecimentos (MCT, 2011).

Passou a fazer pauta das ações do governo os APLs, a partir da formalização nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007 a 2010, e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008 a 2013, entre outros. Foi criada uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e integrado por 33 instituições públicas e privadas. Com essas ações e adesão dos termos na esfera pública federal, passa a ser estimulada a criação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs em cada uma das unidades da federação, além de iniciativas privadas de organismos de representação empresarial e de agências internacionais (MCT, 2011).

Foi publicado o Plano Nacional de Capacitação em Arranjos Produtivos Locais (PNC/APLs) para o período de 2012 a 2015, que foi discutida e validada pelas instituições que integram o Grupo de Capacitação do Grupo de Trabalho Permanente para APLs do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (ABDI, 2012, p.5).

Verifica-se que, a partir da noção de aglomerações produtivas e APLs, passam a ser organizadas atividades produtivas com foco no território e com o apoio das esferas governamentais, com destaque na atuação dos bancos, públicos e privados, que reconheceram a importância da disponibilização de crédito em APLs (MCT, 2011).

Uma nova visão sobre a importância dos APLs direcionam as ações governamentais e da própria iniciativa privada, tendo em vista o seu valor para o desenvolvimento local, consubstancializado por estudos que expõem sobre a capacidade das pequenas empresas serem mais competitivas do que as grandes empresas com economias de escala. Estas são capazes de alternar seu tipo de produção e especialidade com facilidade, agilidade e maior eficiência, com grande capacidade de adaptação por parte da oferta produtiva à diferenciação e fragmentação existentes na demanda. Possuem um maior compromisso em relação à qualidade dos produtos, tendo condições de alcançar índices mais satisfatórios de lançamento de novos produtos no mercado, bem como de atender a nichos específicos de mercado, pois a sua sobrevivência está ligada ao seu compromisso social com a qualidade do produto.

As mudanças no comportamento social e profissional vêm exigindo posturas diferenciadas e ações impactantes dos governos em suas políticas públicas para proporcionar o desenvolvimento inovativo e a sua difusão, de forma que exista um desenvolvimento social de forma equilibrada e autossustentável (CASTELLS, 1999). É preciso construir não só um desenvolvimento alternativo, mas também alternativas ao desenvolvimento.

Analisar os conceitos pertinentes e considerar essas abordagens é primordial para que se possa ter o entendimento e a compreensão para o estudo do desenvolvimento econômico regional, bem como perceber a situação local e elaborar políticas que venham alavancar estas

economias e melhorar o nível tanto sócio quanto econômico de uma região e dos atores envolvidos.

O período atual é de intensa transformação, e o direcionamento mundial no processo de globalização faz com que as empresas se estruturam de forma a ampliar e tornar mais complexas suas operações, para que possam produzir de maneira mais competitiva e vender seus bens e serviços num mercado mais aberto e ampliado (PRESSER, 1995).

Os países, por sua vez, tentam buscar de forma constante e equilibrada a estabilização financeira em suas contas. Os mercados estão mais abertos, a competitividade diz respeito às exportações e ao enfrentamento das importações no mercado doméstico, e a capacidade para inovar é a principal arma para a competitividade das empresas (no longo prazo, pois o curto prazo pode-se mexer no câmbio ou contar com financiamentos, dentre outras medidas) e países. A globalização coloca desafios aos governantes nas áreas de qualificação dos seus recursos humanos e na tecnologia, que são fatores chave para o desenvolvimento.

Os estados incentivam e apoiam as aglomerações empresariais e APLs pela sua importância social, financeira e estratégia, identificando o seu valor pela potencialização dos resultados das empresas que as integram. Cassiolato e Lastres (2003, p. 11) definem que:

*arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas, que podem ser produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes entre outros e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento*

Neste contexto, Villela (2009a, p. 60) enfatiza que:

*estas estruturas produtivas são cada vez mais apontadas como peças importantes para o desenvolvimento econômico e social da região onde estão instaladas. Os APLs são possíveis em regiões de identidade e cultura homogêneas, com base social e política que sustentem sua existência. Sua instalação depende destas pré-condições e, também, sua existência fortalecerá estas características locais, desde que bem conduzidas por um processo de governança democrática e ativa, onde todos os membros participem.*

Este processo gera uma eficiência coletiva no contexto estruturado que pode ser visualizado no seu próprio conceito, definindo os arranjos produtivos como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A promoção de aglomerações e APL possibilita a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios e, de uma forma holística, estimula os processos locais de desenvolvimento, incentiva a conexão do arranjo com os mercados, promove a sustentabilidade por meio de um padrão de organização e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do mesmo territórios (SEBRAE, 2003).

Os conceitos e a própria prática de APLs enfatizam que a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com

potencial de gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p. 5).

Esta visão dos APLs destaca uma capacidade de associação em rede de uma grande quantidade de empresas, que podem ser de um mesmo ramo de atividade ou não, que têm a possibilidade de consecução de projetos comuns, tamanha a sinergia envolvida, como a economia de aglomeração e aprendizado por interação, sistemas locais de inovação e eficiência coletiva. Esses arranjos possibilitam uma oportunidade de potencializar a utilização, da proximidade física e de pesquisas desenvolvidas, por meio de processos de transferência de tecnologia de forma coletiva (CASSIOLATO E LASTRES, 2003).

Esta associação em rede é uma forma de organização que permite às empresas responderem de modo eficaz a situações complexas e de grande incerteza, levando-se em consideração que as condições que levam ao sucesso dos empreendimentos estão ligadas aos aspectos subjetivos como a motivação e o comportamento dos atores envolvidos, sendo então um fator determinante para o sucesso o engajamento dos atores nas atividades que lhe são designadas (VILLELA, 2006, p.54)

Percebe-se nos próprios conceitos e na visão prática das estruturas dos APLs, que estes proporcionam um direcionamento de aprendizagem, ciência e tecnologia de suma importância para o desenvolvimento de um país. Nesse sentido, Castells (2007, p.119) enfatiza que "a informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no conhecimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica".

A dinâmica empresarial é necessária no crescimento social. Moreira (2007, p.3) afirma que "a vantagem competitiva pode advir do tamanho da empresa ou de seus ativos, mas sem dúvida, a habilidade para mobilizar conhecimento e tecnologia e experiência para criar produtos, processos ou serviços está contando cada vez mais". Essa característica é observada e estudada nas pequenas empresas e nos APLs.

Pode-se reforçar a ideia do autor no sentido de exploração temática dos APLs como associações em redes locais, que proporcionam o desenvolvimento do conjunto das empresas a ele ligadas, onde Villela (2006, p. 51) esclarece que "o conceito de rede representa o fim do isolacionismo das organizações, [...] suscita mudanças na forma de estrutura organizacional, no estilo de gestão, na forma de organização das relações entre empresas".

Nesse contexto, percebe-se que os processos que envolvem o desenvolvimento local supõem sempre que existam esforços articulados de atores estatais e da sociedade, que tenham disposição para levar adiante projetos que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito. A articulação do desenvolvimento local, portanto, necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população (MARSIGLIA, 1996, p.75).

Os APLs são importantes para o desenvolvimento local, para a inclusão social e para a participação dos diversos atores envolvidos, que deverão utilizar uma dinâmica consciente de planejamento conjunto, de ações cooperadas que promovam o desenvolvimento de suas atividades empresariais e locais, entre empresas e o poder público, e outras possíveis combinações entre os atores presentes no APL, por meio de intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas e programas de capacitação e treinamento, integração de competências, com uma governança que seja adequada para conciliar todos os interesses (SEBRAE, 2003, p.14).

Esta governança precisa estar em rede com as lideranças empresariais, na busca do apoio governamental, e em sintonia com as políticas sindicais, envolvida com a construção de

centros tecnológicos prestadores de serviços na gestão dos recursos naturais - em particular com preservação e conservação adequada das condições ambientais - garantindo que a atividade produtiva não se torne destrutiva da qualidade ambiental. Deve, portanto, estar envolvida na comunidade e ter a preocupação com a geração de solidariedade, com a confiança mútua e atenção para com os problemas sociais, trabalhando de forma que se possam construir atitudes positivas dos atores envolvidos para alcançar um desenvolvimento técnico, tecnológico, econômico e social, além de estar envolvido com o ator estatal nas questões externas ao arranjo, relativo ao crédito e infraestrutura. A governança é primordial para o sucesso de um arranjo, mas Villela (2009b, p.1070) orienta que:

*a capacidade de se construir uma gestão social, verdadeiramente participativa e deliberativa, condutora de uma governança em APLs transformadores, na prática vem se mostrando bastante complexa, quiçá longínqua, e distante do encaminhamento, ora burocrático, ora romântico, que lhe é emprestado por órgãos governamentais e por alguns de seus divulgadores.*

Verifica-se que, a partir da noção de APLs, passam a serem organizadas atividades produtivas com foco no território com o apoio das esferas governamentais - com destaque na atuação dos bancos, públicos e privados, que reconheceram a importância da disponibilização de crédito em APLs (MCT, 2012).

Para atuação em APLs, a noção de território é fundamental, e esta ideia de território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta. O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço. Nesse sentido, o APL também é um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela (SEBRAE, 2003, p.13).

Uma das proficuidades dos APLs para construção das vantagens coletivas está na interação de um sistema de valor, que permite agregar pensamentos distintos em uma lógica de produção comum ao meio que estimula a inovação, a aprendizagem pela troca do conhecimento e na construção de novas metodologias, proporcionando um resultado que acaba no processo produtivo, criando vantagens mútuas.

Utilizando-se o capital humano através dos conhecimentos, habilidades e competências locais, com a organização e o empoderamento da população, com uma governança bem trabalhada e o uso racional do capital natural, se consegue criar condições de florescer sustentavelmente (SEBRAE 2003, p.10).

O forte estoque de conhecimento oriundo dos diversos atores interligados nessa imensa rede permite um compartilhamento e um fluxo de informações que irão aperfeiçoar a administração local, as mudanças nos processos, nos produtos e a própria organização produtiva que contribui para o desenvolvimento tecnológico do arranjo.

A facilidade de acesso a instituições e órgãos públicos, e a própria melhoria da motivação das empresas pelo estudo e medição da eficiência de cada empresa, ajudam a impulsionar o arranjo.

A capacidade de inovação é grande e está relacionada com a competitividade das empresas, pelas ameaças do ambiente empresarial, e pela necessidade de absorver mudanças que impliquem no desenvolvimento do processo produtivo e nos recursos humanos.

No estado do Rio de Janeiro, foi criada a Câmara Especial de Gestão dos APLs, pelo Decreto nº 40.372 de 28 de novembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 44.284 de 3 de julho de 2013, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviço do Estado do Rio de Janeiro (SEDEIS-RJ). É formada por entidades governamentais e não governamentais, empresariais, financeiras e de capacitação e inovação, responsável pela

coordenação das ações voltadas para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Rio de Janeiro, cujas propostas principais são elaborar e propor diretrizes para atuação coordenada, apoiar os APLs existentes no estado e identificar segmentos produtivos que apresentem potencialidades para se constituírem em futuros APLs, além de desenvolver estudos e elaborar propostas de políticas públicas, visando o desenvolvimento dos APLs do estado (SEDEIS, 2013).

### **2.3.2. Aglomerações produtivas, arranjo produtivo local e sustentabilidade<sup>3</sup>**

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer as demandas das gerações futuras, visando promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Freitas (2010, p.37) ressalta que "o desenvolvimento sustentável surge em contraposição ao desenvolvimento econômico que promoveu desigualdades e deterioração do meio ambiente".

Diante deste contexto, e com a necessidade de preservação dos recursos naturais do planeta e da própria manutenção da vida, fica evidente a necessidade de se buscar novos meios e organizações para que se possa manter o equilíbrio ecológico. Neste sentido, Périco (2011, p.55) orienta que uma das formas de se alcançar o desenvolvimento sustentável, com conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais,

*[...] é apoiá-lo por meio de modelos de desenvolvimento urbano, regional, rural ou local, compatíveis com os critérios de sustentabilidade. Manifesta-se claramente que o centro de desenvolvimento sustentável não é a natureza em si mesma, e sim o ser humano e sua relação e integração com ela.*

Ao se tratar deste tema, o foco fica direcionado para a questão de como produzir em detrimento da questão de quem e para quem. (SILVA e MENDES, 2005). Todos os esforços devem convergir com base nessa premissa, evidenciando que, para existir desenvolvimento sustentável, é preciso que haja mudança do padrão tecnológico atual em direção a padrões que agridem menos ao meio ambiente, destacando a qualidade, a redução do uso de matérias primas, produtos, o aumento da reutilização e da reciclagem, com uma consciência social voltada para a conservação, com políticas públicas conscientes, com empresas trabalhando com segurança, em condições adequadas de saúde seguindo a legislação ambiental, em dia com as suas obrigações trabalhistas e pagando os impostos devidos, que em tese devem ser revertidos em melhorias para a sociedade.

Neste contexto, o Ministério de Desenvolvimento Agrário(MDA), com a sua política de Territórios da Cidadania, direcionou ações com o objetivo de consolidar os 120 territórios rurais, por meio do atendimento de suas necessidades de infraestrutura física e social.

O MDA (2012) propõe que:

*os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.*

---

<sup>3</sup> Texto discutido pelo autor in: Políticas públicas para arranjos produtivos locais (APLs): uma visão estratégica. Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, 2013.

Esta estratégia vem de encontro às palavras de Furnelato (2011, p. 202), evidenciando que:

*[...] o desenvolvimento sustentável constitui-se num novo paradigma de desenvolvimento, numa nova filosofia de desenvolvimento econômico, a qual, por meio de uma perspectiva multidimensional busca a articulação entre a economia, o meio ambiente, a política, a cultura e as dimensões sociais e demográficas, sempre numa visão integrada que supera as abordagens unilaterais e explicações reducionistas. Pensar em desenvolvimento sustentável é pensar numa visão de longo prazo, incluindo os direitos das gerações futuras, assim como pensar nos ritmos naturais da vida e da matéria, sugerindo o respeito à capacidade de resiliência dos ecossistemas.*

É importante para o país o desenvolvimento social sustentável em todas as regiões de forma equânime, onde a sociedade esteja beneficiada nos diversos níveis e principalmente no local.

Clementi (2011, p.1) esclarece que:

*o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) é mais que um novo paradigma, é uma alternativa viável para a sociedade atual superar os desafios sociais e ambientais. Esta proposta de desenvolvimento se edifica nos potenciais naturais e humanos de cada região como força motriz para o desenvolvimento local.*

O desenvolvimento territorial sustentável é uma nova perspectiva de desenvolvimento, com base no tripé viabilidade econômica, justiça social e prudência ecológica, que permite, com isso, o tratamento de problemas particulares com soluções que sejam específicas e inovadoras, ao considerar os dados ecológicos, culturais e as necessidades a curto, médio e longo prazo (SACHS, 2007). Estas palavras estão ancoradas na declaração de Política de 2002, da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

Na visão do SEBRAE (2004, p.31):

*[...] desenvolver APLs é o fato de acreditarmos que a atuação sistemática em Arranjos Produtivos Locais constitui o que se pode considerar uma estratégia de interiorização do desenvolvimento para o país. O desenvolvimento de um APL está baseado em um sistema amplo de estímulo à iniciativa privada, passando desde o apoio ao empreendedorismo individual e coletivo até a transferência sistemática e mesmo maciça de competências em gerenciamento empresarial. Trabalham-se a organização produtiva, a concepção de produtos, a inovação tecnológica, o design e as estratégias de mercado.*

Nesta perspectiva, ratificada pelo SEBRAE, fica evidente que para o desenvolvimento territorial sustentável, o APL é um modelo que contém a participação e a interação de diversas empresas, associações, organizações públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos envolvendo a pesquisa, o desenvolvimento e engenharia, política, a promoção e o financiamento. Lembrando-se que, nesse contexto, estão as universidades, as organizações de pesquisa, as empresas de consultoria e de assistência técnica, os órgãos públicos, as organizações privadas e não governamentais, entre outros, fato este que demonstra um crescimento fundamentado em ações conjuntas de diversos atores que incentivam e favorecem de forma positiva o desenvolvimento territorial sustentável.

Para se alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário um sistema econômico capaz de gerar excedentes e conhecimentos técnicos em bases sustentáveis, tecnológico que busque constantemente novas soluções em todos os níveis e principalmente na produção, respeitando a necessidade de preservar a base ecológica do desenvolvimento. Neste contexto,

é importante um sistema político que assegure a participação efetiva da sociedade no processo decisório, em um sistema social que possa resolver as tensões geradas pelo desenvolvimento não equilibrado, pertencendo a um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento, além de, acima de tudo, um sistema administrativo flexível, capaz de se autocorrigir (ASSIS, 2012).

A promoção do desenvolvimento sustentável, segundo autores em tela e na visão de Assis (2012), seria por três vertentes que já se estabeleceram desde Estocolmo até a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, sendo que o mais conveniente seria a ação conjunta.

Existe a versão onde o Estado é o principal agente na promoção do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que a qualidade ambiental é um bem público e requer ação normativa reguladora e promotora do Estado, exigindo-se mecanismos de comando e controle.

A vertente comunitária onde as organizações sociais de base são os principais agentes na promoção do desenvolvimento sustentável e desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos, e ambas deveriam estar subordinadas a sociedade civil.

A abordagem do mercado, é um enfoque predominante, em que a lógica dos mecanismos é suficientemente eficiente para se alcançar a alocação ótima de recursos, requerendo apenas aparelhamentos estatais reguladores e atuação educativa das Organizações não Governamentais, ONG(s), mantendo-se Estado e ONG(s) subordinada ao mercado.

Numa visão holística, percebe-se que a dinâmica do APL é conveniente para o desenvolvimento local sustentável, onde a questão sócio ambiental é de extrema importância para a sustentabilidade, para a conservação e para a continuidade empresarial. Esta vertente vai além do cumprimento da legislação ambiental, tomando sentido real na mudança de comportamento dos atores envolvidos no processo, evidenciando uma cultura diferenciada, que aos poucos vai se integrando ao cotidiano das pessoas envolvidas e com o apoio da mídia, e pode-se tornar uma consciência universal.

A melhoria sócio ambiental vem seguida da crescente demanda de consumidores por produtos sustentáveis e a pressão dos ambientalistas, apoiada pela mídia, e já mostra sinais de mudança no setor, como no agrícola, onde a evidenciação dos produtos orgânicos vem sendo direcionada pela sua importância em diversos programas de televisão; e no setor de madeira, onde a cobrança internacional já está sendo sentida pelo setor a partir das exigências de certificações para a exportação do produto.

Nesse sentido, percebem-se as exigências nacionais e internacionais em relação à menor dependência possível dos insumos externos, a conservação dos recursos naturais, a prioridade em se maximizar a reciclagem de energia e nutrientes e minimizar as perdas de recursos durante os processos de produção.

Percebe-se que o conceito de responsabilidade social adotada pelas grandes empresas nacionais e internacionais em funções da mídia e da rede passa a fazer parte do cotidiano das pequenas e médias empresas.

Outro aspecto importante para a sustentabilidade está no melhoramento através do cumprimento da legislação. No Brasil, existe uma estrutura legal e de políticas públicas para combater os problemas sociais e ambientais, mas falta ainda uma maior cobrança e medidas para a sua implantação (PUPIM DE OLIVEIRA, 2008). A participação da mídia, apresentando os aspectos relacionados aos problemas de sustentabilidade, induz uma cobrança maior do Ministério Público, para que se cumpra a legislação.

Nos APLs, para se concretizar a sustentabilidade e a preservação, é importante que exista uma governança que integre os atores e facilite a interação entre eles de forma que o

comportamento voltado para a sustentabilidade seja difundido entre os indivíduos e o coletivo. Este processo se desenvolve de acordo com a dinâmica de cada arranjo, sendo que esta pode ajudar o conjunto de empresas a melhorar seus padrões sócio ambientais, através da busca e da integralização de inovações ou ações coletivas que tenham como objetivo a melhoria de cada unidade produtiva e do conjunto.

Como envolve a coletividade e territórios com limites geográficos expressivos, fatores diversos e atores econômicos e não econômicos facilitam a tomada de decisão sócio ambiental, através de medidas públicas direcionadas bem como o controle e melhoria de ações.

Quando o discurso envolve territórios, verifica-se que o entorno social, político e ambiental passa a influenciar a sustentabilidade do arranjo, onde, para a garantia dos padrões socioambientais, é conveniente a criação de um sistema eficaz de fiscalização.

Neste aspecto, percebe-se que a governança de um arranjo é muito dinâmica, pois envolve fatores internos, relacionados ao mercado e a busca de políticas públicas, que possam direcionar ações e incentivos, para a melhoria da governança de forma a aperfeiçoar os padrões socioambientais.

A economia de aglomerações e eficiência coletiva pode servir para criar mecanismos para o melhoramento sócio ambiental dos APLs, desde a economia de escala para o controle e tratamento dos efluentes de forma coletiva à conservação diversa no ambiente agro industrial. Com isso, percebe-se que para a sobrevivência do arranjo é fundamental uma política de inovação e capacitação para se conseguir as melhores práticas e ações de forma a se alcançar a eficácia ambiental.

Quando se expressa uma necessidade de governança eficaz, fica evidente a sua importância na governança das redes entre os agentes produtivos ligados aos arranjos, suas cadeias de suprimento (pois os fornecedores são importantes no impacto sócio econômico e sócio ambiental), seus clientes e demais organizações de suporte, que são fundamentais para o melhoramento e sucesso do arranjo e permitem aos atores estarem "*anteados*" para o mercado de forma a captar a necessidade de melhorias, inovações e as tendências do ramo de negócio envolvido, estando sempre atualizados.

Outro aspecto relacionado que pode se efetivar através de uma liderança a ser desenvolvida está arrolado com a especialização dos arranjos e outras habilidades especializadas que pode ser estabelecida na área sócio ambiental.

Com uma governança bem trabalhada, o APL, através de suas lideranças, pode aproveitar toda a sua sinergia em rede com potencial para a geração de inovações tecnológicas, tendo em vista que os arranjos são formados por uma gama de empresas de mesmo setor e com as mesmas necessidades e preocupações, podendo contribuir com soluções inovadoras, desde o controle de gastos gerais ao reaproveitamento de água e resíduos, onde este conhecimento precisa ser difundido nas redes de forma a beneficiar o individual e o coletivo.

Em caso de necessidades de melhoramento para o arranjo, a contratação de empresas de assessoramentos é fundamental, bem como o próprio arranjo ao longo do tempo pode se transformar num gerador de tecnologia e de serviços de consultoria, de gestão, dentre outros que foram aprimorados internamente no grupo.

Outro fator de grande importância nos APLs para a sociedade está no ganho de escala das ações governamentais, pois as ações estarão direcionadas sobre várias empresas ao mesmo tempo e não individualmente.

Existem diversos fatores que precisam ser trabalhados nos APLs pela governança, como mudanças de conceitos e integração de valores para que haja maior comprometimento

dos atores, uma busca de soluções para o individual e o coletivo, desenvolvimento de uma equipe a fim de minimizar os impactos e os riscos de investimentos coletivos, e redução das resistências internas no caso de cumprimento de legislação.

No contexto, percebe-se que são diversos os benefícios dos APLs e podem contribuir para o efetivo controle e sustentabilidade sócio ambiental, principalmente a partir de um maior acesso à informação, tendo em vista uma ampla estrutura em rede.

Com este tecido, possui uma grande capacidade de influenciar decisões em esferas fora do ambiente controlado pelas empresas, como, por exemplo, as governamentais, tendo em vista que se trabalha no conjunto com uma grande representatividade.

Destaca-se, desse modo, uma grande vantagem competitiva relacionada aos aspectos geográficos e as interligações empresariais que favorecem compras e vendas em conjunto, com a otimização dos recursos e possibilidade de economia de custos, promovendo uma melhoria da imagem perante a mídia e sociedade.

Para que se possa efetivar um desempenho diferenciado nos aspectos sócio econômicos, é fundamental a utilização de indicadores de prática de gestão, estudos dos impactos ambientais, de utilização territorial, de saúde, segurança, e uso de recursos naturais bem definidos, - como água, energia, qualidade do ar, níveis de barulho, impacto visual, dentre outros.

É importante, ainda, a utilização de indicadores sociais como quantidade de empregos locais, programas educacionais, as políticas de gestão pública social, conservação da cultura regional, o sistema de satisfação da comunidade e a melhoria de infraestrutura.

Aliados a estes, se deve ainda evidenciar, através de indicadores econômicos, aspectos relacionados à geração de novos empregos, os fornecedores locais que utilizam práticas sustentáveis e a criação de redes de negócios.

Os arranjos que trabalham com exportação sentem um maior impacto tendo em vista que o "mercado externo é mais exigente do que o nacional nas questões ambientais e tem investido na melhoria dos padrões ambientais para exportação" (ABDALLA, FEICHAS, 2009, p.126).

Abdalla e Feichas ainda demonstram que a certificação de origem de matéria prima (Forest Stewardship Council - FSC) é mais importante do que a certificação do sistema de gestão ambiental (International Organization for Standardization – ISO 1400).

Um aspecto abordado por Abdalla, Oliveira, Botelho e Bourguignon (2009) são que as exigências ambientais fortemente cobradas pelos clientes internacionais são superiores aos nacionais, e que os únicos órgãos que se aproximam das exigências dos clientes internacionais são os órgãos ambientais dos governos estaduais.

Percebe-se na literatura que o sucesso econômico dos APLs está relacionado à sua eficiência coletiva, desde os ganhos obtidos até os benefícios conseguidos pelo grupo de empresas com a colaboração dos agentes econômicos e governamentais.

Este tipo de arranjo permite a implantação conjunta de ações ambientais que possibilitem um diferencial produtivo, de sustentabilidade e uma visão diferenciada pela mídia, que pode ser feita no conjunto de forma a permitir uma maior economia de custos e uma proteção para o conjunto de empresas e para a sustentabilidade.

Existem diversas ações que podem ser implantadas por uma empresa no contexto de um APL que são importantes para sua continuidade e sustentabilidade, como a obtenção de licenciamento ambiental, a elaboração de plano de risco ambiental, a implantação de programa de prevenção de acidentes, troca de equipamentos para reduzir o nível de poluição, coleta e destinação de óleo de máquina, implantação de coleta seletiva, obtenção de certificado de qualidade, obtenção de certificado ISO 14001, implantação de um sistema de

gestão ambiental, realização de auditoria ambiental interna, realização de auditoria ambiental externa, implantação de programa de educação ambiental para os funcionários, plano de otimização do uso de energia elétrica, e plano de redução do consumo de água. Pode-se ainda acrescentar outros, como tratamento de efluentes e demais que sejam pertinentes ao arranjo em questão (ABDALLA; FEICHAS, 2009, p. 201).

Estas ações são prioritárias para o desenvolvimento sustentável do arranjo, bem como todas as medidas socioeducativas necessárias para o melhoramento do conjunto, como cursos de capacitação que proporcionem a melhoria do tecido social, de forma a integrar valores socioambientais dos agentes envolvidos em toda a sua cadeia, possibilitando uma mudança de comportamento permitida com a melhoria das capacidades individuais e coletivas e sua transformação em ações que permitam o amadurecimento e a melhoria do conjunto. Desse modo, busca-se desde a inovação local até políticas públicas que permitam o desenvolvimento sustentável dos APLs em todos os aspectos, do curto ao longo prazo.

Verifica-se que existem empresas em seus arranjos que identificam necessidades e introduzem práticas de gestão socioambiental em seus processos. Tais procedimentos de aprendizagem acontecem de várias formas e por diversas razões, e ao longo do tempo possibilitam formar um novo tecido social e empresarial que irão impactar decisões futuras e melhorias de qualidade de vida do planeta.

### **2.3.3. Aglomerações produtivas, arranjo produtivo local e distribuição de renda**

O desenvolvimento econômico de um país é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital, que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população. Com isso, pressupõe-se que haja uma redução da pobreza (PEREIRA, 2006).

A partir da ideia de desenvolvimento, é importante verificar se este, no contexto econômico, acompanha o panorama político e social, se é sustentável, e se há, novamente destacada, a redução da pobreza.

As empresas, em uma aglomeração ou arranjo formalmente constituído trabalhando em rede, buscam financiamentos, formam grupos de compras e consórcios de exportação, promovendo uma sinergia entre seus esforços, trazendo ganhos para todos.

Para a formação da mão de obra, o grupo conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de universidades locais, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

As universidades e os centros de tecnologia têm desempenhado um importante papel nas suas tarefas de ensino, formação e qualificação de pessoal, e apoio ao acesso a serviços especializados, mas ainda não se observa com efetividade relações de cooperação para desenvolvimento conjunto de tecnologias de produtos e processos. A partir da efetivação dos cursos e treinamentos, por outro lado, observa-se uma melhoria na qualidade de vida dos atores locais.

A rede de fruticultores de Campos dos Goytacazes conta com apoio das entidades anteriormente descritas, bem como do governo municipal, estadual e federal.

Segundo Tibúrcio (2010, p.65), o:

*[...] APL passou a ser objeto de exame nas academias, que desenvolveram estudos teóricos e empíricos voltados para a concepção, delimitação dos arranjos produtivos locais, e para definição de formas de ação e de políticas voltadas para*

*os referidos arranjos, como através de instituições estatais ou privadas que passaram a estimular propostas que adotaram essa forma de abordagem.*

No estudo e análise sobre o desenvolvimento, pode-se verificar que uma das formas de erradicação da pobreza seria a consolidação de arranjos produtivos locais (APLs), como uma das possíveis soluções para o desenvolvimento local.

Os fruticultores de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, ainda contam com municípios adjacentes, que, trabalhando em conjunto em forma de arranjo, podem obter melhorias em produtividade e congregar novos atores sociais, promovendo uma melhor distribuição de renda no campo e diminuindo as desigualdades sociais.

De acordo com Tibúrcio (2010, p.68):

*parte relevante dos esforços voltados para essa abordagem está relacionada com a decisão do Governo Federal em propor uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Tal decisão esteve associada a um processo de reivindicações tanto de integrantes do setor público, em suas diversas esferas, como de organizações da sociedade civil. As reivindicações se relacionavam com a necessidade de articulação e integração das várias ações de desenvolvimento nos territórios rurais e da exigência de abordagens inovadoras que contemplatessem as novas realidades do mundo rural*

A situação dos povos entrelaçados pela globalização vem exigindo mudanças radicais no comportamento social e profissional, impondo posturas diferenciadas e, de certa maneira, ações impactantes dos governos em suas políticas públicas, para proporcionar o desenvolvimento inovativo e a sua difusão de forma que exista um desenvolvimento social de forma equilibrada, equitativa e autossustentável.

A globalização coloca desafios aos governantes nas áreas de qualificação dos seus recursos humanos e na tecnologia que são fatores chave para o desenvolvimento. No enfoque de recursos humanos, é importante a utilização do capital humano local como forma de absorver a mão de obra existente e, ainda fundamental, a capacitação desta força de trabalho, permitindo a inserção social dos indivíduos excluídos e, com isso, tendendo a reduzir o índice de pobreza, mantendo também a população em seu ambiente de origem e diminuindo o êxodo para as grandes cidades.

É importante absorver a ideia de Sen (2000), que esclarece que a pobreza não é apenas a privação das necessidades básicas, mas do uso das capacidades de realizar funcionamentos que envolvem o modo de ser e o modo de fazer.

No Brasil, nascer na cidade ou no campo, dentre outros fatores, determinam o acesso a serviços de saúde e de educação. Neste sentido, verifica-se que nem todos os brasileiros terão as mesmas oportunidades na vida, pois estas estão condicionadas por uma série de fatores, que se tornarão ao longo da caminhada impeditivos para o progresso e para o desenvolvimento. Sendo assim, estes não obterão capacidades para realizar e efetivar seus sonhos.

Existe a necessidade de se igualar as oportunidades dos cidadãos do campo e da cidade, e verifica-se na pesquisa que um APL precisa de capital humano como uma das fontes de sua realização. Com isso, é fundamental que a qualificação seja feita, fornecendo competências aos indivíduos, observando o posicionamento de Sen (2000), que enfatiza que o caminho para se sair da pobreza se apoia na ideia de capacidades e de oportunidades, onde um modo de igualar as oportunidades entre os seres humanos deve ser dado através de suas capacidades.

Aproveitando que os estados incentivam e apoiam as aglomerações empresariais ou APLs pela sua importância, social, financeira e estratégia, em função da potencialização dos resultados das empresas que as integram, é fundamental tornar eficiente essa prática de trabalho.

Estas estruturas produtivas são cada vez mais apontadas como peças extraordinárias para o desenvolvimento econômico e social da região onde estão instaladas. Os APLs são possíveis em regiões que possuem referências compartilhadas, que tenham coesão, sentido de pertencimento, com base social e política que sustentem sua existência. Sua consolidação depende destas pré-condições e, também, sua experiência fortalecerá estas características locais, desde que bem conduzidas por um processo de governança democrática e ativa, onde todos os membros participem.

A visão dos APLs apresenta uma capacidade de associação em rede de uma grande quantidade de empresas, que podem ser de um mesmo ramo de atividade ou não, que têm a possibilidade de consecução de projetos comuns. Esses arranjos possibilitam uma oportunidade de potencializar a utilização, da proximidade física e de pesquisas desenvolvidas, por meio de processos de transferência de tecnologia de forma coletiva.

Os APLs proporcionam um direcionamento de aprendizagem, ciência e tecnologia de suma importância para o desenvolvimento de um país, onde a informação é um elemento crucial no conhecimento da economia, e a evolução da tecnologia determina em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica.

A sociedade atual está vivendo um momento diferenciado adquirido na sua evolução a partir da quebra de paradigmas, de inovações sociais, institucionais, políticos e econômico que comprovam que a informação e o conhecimento são responsáveis por um novo e estratégico papel.

De forma holística, na visão de um país, não é salutar ou mesmo possível o crescimento do todo sem as ações do principal agente responsável pela promoção do desenvolvimento de uma nação, ou seja, o Estado, através de suas ações e diretrizes, tornando-o principal articulador de desenvolvimento (EVANS, 2004).

O crescimento do país é necessário em todos os sentidos, da infraestrutura ao domínio tecnológico, de suas atividades administrativas à manutenção de seu parque industrial. A economia, para alcançar o nível de competitividade, precisa desenvolver novas formas de produzir e comercializar constantemente, além de promover, estimular e financiar todas as formas de desenvolvimento inovativo e de cooperação em ciência e tecnologia no seu parque industrial, estimulando a inserção social e a preparação dos atores locais.

Percebe-se que a pobreza e a exclusão geram riscos à sobrevivência dos seres humanos. Elas se reproduzem pela inexistência de instrumentos eficazes na sua superação. Neste contexto, percebe-se que a formação dos APLs como forma de desenvolvimento sustentável pode contribuir para a erradicação da pobreza e a manutenção do homem no campo com dignidade, sendo um instrumento apoiado por políticas públicas consistentes podendo ser um ponto de transferência de renda relevante.

#### **2.3.4. Aglomeração e arranjo produtivo local: fruticultura no Estado Rio de Janeiro**

De acordo com Britto, Vargas, Carvalho (2010, p.215), "a dinamização de vocações produtivas locais e regionais através da estruturação de APLs tem sido crescentemente reconhecida como fator de aceleração do processo de desenvolvimento da economia fluminense".

Em pesquisa realizada por Britto (2004, p. 35, 39), foram observadas no estado do Rio de Janeiro cinco concentrações de atividades ligadas ao agronegócio, uma delas no setor de fruticultura no município de Campos dos Goytacazes, que é o núcleo central, abrangendo os municípios adjacentes de Carapebus, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã. Este arranjo foi caracterizado em seu estudo como arranjo produtivo emergente, conhecido na região como polo de frutas.

Britto (2004, p.39) afirma que:

*a consolidação do polo de fruticultura irrigada das regiões Norte e Noroeste Fluminense, refletem as mudanças ocorridas na forma de exploração do solo na região, evoluindo-se de um modelo que privilegiava a monocultura, a fim de explorar a vocação da região, para o plantio de frutas, estruturando-se a partir da ação coordenada pelo Governo do Estado em conjunto com outros parceiros públicos e privados.*

Estas atuações do Estado como principal ator e articulador do desenvolvimento regional são fundamentais para o incentivo e desenvolvimento regional.

O Estado, através de ações conjuntas, criou o Grupo Executivo do Polo de Fruticultura (GEPOF), formado por técnicos qualificados que, em parceria com a rede de escritórios da EMATER-Rio e as estações experimentais da PESAGRO-Rio, constitui uma estrutura capaz de prestar assistência técnica eficaz aos produtores do estado.

Com o Programa Frutificar, o Governo do Estado passou a cadastrar as empresas industriais e comerciais interessadas na compra da produção de frutas do polo. Estas empresas são denominadas integradoras e tem a obrigação de garantir um preço para o produto, dentro da lógica de mercado, se comprometendo a adquirir 100% da produção daquele produtor. Já o produtor compromete-se a entregar apenas 50% da produção para a integradora, podendo o restante ser comercializado de acordo com o critério do agricultor (BRITTO, 2004, p.39).

Essas ações, segundo Britto (2004, p. 39), são uma visualização de um cenário futuro extremamente relevante para a região, pois, segundo pesquisas, cada hectare plantado com frutas tem uma capacidade de gerar dois empregos diretos. Este polo tem uma capacidade de gerar cerca de 12 mil empregos na região, levando-se em conta os dados levantados pelo SEBRAE/RJ, que demonstra uma área plantada de 6.2 mil hectares.

Outras ações na área de frutas, em especial de banana, são apresentadas, como o incentivo ao APL de banana do estado do Rio de Janeiro, que conta com o apoio da UFRRJ, EMBRAPA, CREA-RJ e outras instituições, e que tem no município de Itaguaí uma grande produção.

O incentivo a criação e consolidação de arranjos produtivos são fundamentais para o desenvolvimento local, e podem vir a traduzir em cenários produtivos de desenvolvimento para o estado e para o país, comprometendo a economia e a ação dos diversos atores.

#### **2.4. Política Pública**

Vários autores buscaram o entendimento sobre a questão da política pública, permanecendo ainda o debate em todos os níveis sociais (AMABILE, 2012; FERREIRA, 1986; RUA, 1988; RUA, 2009; SECCHI, 2010; SOUZA, 2006; SHIMITTER, 1984; TEIXEIRA, 2002; MULLER, 2008).

De uma forma geral, percebe-se que não há um consenso do conceito do que seja política pública, mas para buscar a abrangência sobre o assunto é importante ter o entendimento do que é sociedade.

Rua (2009, p.14) destaca que "sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades," articulando em diferentes estratégias em busca da satisfação de seus interesses e necessidades, exercendo a livre associação que envolve múltiplas possibilidades de cooperação e conflitos.

Os diversos interesses e recursos de poder estimulados pela relação social e pelo posicionamento de atores sociais na resolução de seus objetivos no decorrer de sua existência, trarão contribuições substanciais para a vida coletiva (RUA, 2009).

A autora enfatiza que as várias formas de interação social existentes incitam a concorrência, que podem se iniciar nas menores práticas coletivas até as formas de acesso a cargos distintos na sociedade, envolvendo indivíduos, grupos organizados ou mesmo a coletividade.

Em todo o processo, existe uma variedade de situações que envolvem a coletividade, dentre elas o conflito, que advém naturalmente das relações sociais, mas que devem ser administráveis, para a evolução, sobrevivência e progresso da sociedade (RUA, 2009).

O conflito faz parte da vida coletiva e pode ser administrado pela coerção ou pela política. Rua (2009, p.17), destaca que:

*a coerção consiste na ação de reprimir, de refrear. Na política corresponde à força exercida pelo Estado para fazer valer o direito. Como a aplicação da força pode gerar reações, o custo da coerção pode ser muito elevado, e o seu uso, demasiado desgastante para quem aplica. Por isso, as sociedades recorrem à política, seja para construir os consensos, seja para controlar o conflito.*

Ferreira (1986, p.1358) evidencia que a política é a "arte de bem governar os povos [...] a habilidade no trato das relações humanas com vista à obtenção dos resultados desejados", e segundo Teixeira (2002, p. 02) as políticas públicas são:

*um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.*

Shimmitter (1984, p. 34) esclarece que "política é a resolução pacífica para os conflitos", onde qualquer estrutura social que haja alcançado certo grau de diferenciação necessitará organizar-se politicamente através de princípios norteadores de ação do poder público, com regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, com as mediações entre atores da sociedade e do Estado, a fim de que seus conflitos internos não a tornem inviável (TEIXEIRA 2002, p.2).

Amabile (2012, p.390) coloca as políticas públicas como:

*decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório.*

A organização política é um instrumento em que a própria sociedade utiliza para auto-disciplinar-se, cabendo-lhe o monopólio de uso de força em nome da coletividade como um todo (FURTADO, 1964, p.37).

Amabile (2012, p.390) esclarece que:

*as políticas públicas são a concretização da ação governamental. Consideram atores formais e informais num curso de ação intencional que visa ao alcance de determinado objetivo. Podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva ou regulatória e inspiram o constante debate sobre a modernização do Estado e, por isso, estão contemporaneamente se fundando mais em estruturas de incentivos e menos em estruturas de gastos governamentais.*

Na visão de Secchi (2010, p.2), a política pública é "uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público," que pode advir por demandas de atores sociais que possuem interesses em determinadas questões, no decorrer de seu processo. Segundo Amabile (2012, p.390), "as políticas públicas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade", sendo uma necessidade para o bom andamento da coletividade. Já Dias (2011, p. 34) destaca que "nenhum grupo humano pode articular-se ou manter-se sem um poder que o estructure e mantenha coeso, exercendo a sua direção e direcionando o conjunto em ordem para atingir seus objetivos". A política pública requer definições de objetivos e ações para implementar as decisões tomadas, (RUA, 1998), que "após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, [...] ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação" (SOUZA, 2006, p.26).

Teixeira (2002, p.2) evidencia que elaborar:

*uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir "Políticas Públicas" de "Políticas Governamentais". Nem sempre "políticas governamentais" são públicas, embora sejam estatais. Para serem "públicas", é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.*

A elaboração e implantação de políticas públicas são um exercício do poder político que envolve a distribuição e redistribuição de poder, em um ambiente de maturidade social que envolve processo de decisão social, onde se reparte os custos e os benefícios sociais. Trata-se de uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, advinda por demandas de atores sociais que possuem interesses em determinadas questões, sendo um mecanismo de ação conjunta do Estado e sociedade com objetivos definidos em suas ações e que possam vir a contribuir para o desenvolvimento da região, estado e do país.

Para o entendimento da questão, é preciso que se identifique a situação como um problema, que deve ser incluído na agenda governamental, para que se possam definir as linhas de ação para as possíveis soluções do problema.

Uma proposta de política pública deve ser advinda das necessidades dos atores envolvidos no contexto, discutida em suas bases, no local que será implantada, tendo sido apresentada por eles com os melhores caminhos e soluções na visão local. Importante também se faz a criação de alternativas no parecer da comunidade e de técnicos especialistas na questão problema. Este procedimento proporciona à autoridade uma série de opiniões que

pode servir como base para apontar o caminho desejado pelos segmentos sociais, auxiliando na escolha e contribuindo com a legitimidade da proposta.

Os passos de definição normalmente geram embates políticos entre os atores envolvidos e grupos que se manifestam como favoráveis ou desfavoráveis às questões discutidas. É um momento especial de acertar nos termos de discussão os objetivos da política pública, cujo debate deve ser iniciado nas bases dos atores envolvidos e consubstancializados em questões que envolvam a sociedade, apresentando quais serão os programas a serem desenvolvidos e as metas a serem alcançadas.

Para o desenvolvimento de um debate, é fundamental a busca de referencial teórico e prático para os assuntos tratados. É importante explicitar para o grupo as fontes estatísticas e todas as informações para o processo e a análise das situações que são relevantes e necessárias para os atores locais. A partir deste ponto, após discussões, demandar ações baseadas no conhecimento adquirido durante o processo. As escolhas devem levar em conta as repercussões que possam ocorrer nos grupos interessados na questão, em suas bases nas esferas municipais, estaduais e federal.

As políticas públicas e a legislação complementar compõem um arcabouço de ferramentas para o desenvolvimento de um país.

#### **2.4.1. Legislação e políticas públicas agrícolas**

Os registros da humanidade evidenciam que o desenvolvimento social está ligado à produção de alimentos e à criação das cidades, conectada aos excedentes de produções agrícolas que proporcionam renda para os produtores, oportunidade das pessoas viverem longe do campo e incentivo ao comércio.

A falta de alimentos disponíveis para todos pode levar a um caos social que impacta negativamente na ordem estabelecida no país. Para Belik (1999, p.16), "o controle das variáveis de decisão política se torna muito importante, [...] evitando ao mesmo tempo pressões e choques externos que possam vir a influenciar o quadro interno."

A grande preocupação com a fome trouxe à tona a discussão da necessidade de intervenção do Estado.

No Brasil, o tema se inicia de forma discreta com o incentivo à produção agrícola como forma de prover alimentos, pela necessidade de controle social e a segurança alimentar, bem como forma de comercialização dos excedentes nacionais.

A necessidade de produção agrícola no mundo foi muito influenciada pela teoria Malthusiana do século XVIII, no ano de 1789. Foi a primeira teoria demográfica de grande impacto e até hoje a mais popular de todas e representou um marco para o incentivo à agricultura no mundo, em função de que apresentava o crescimento demográfico em uma progressão geométrica, onde a população dobraria a cada 25 anos, com isso a produção de alimentos deveria acompanhar na mesma proporção para manter o equilíbrio dinâmico e a segurança alimentar das populações (RAMIREZ, 2009; GEO GUIA, 2008).

Para manter o equilíbrio, os governos adotam políticas de incentivo à produção em todos os momentos do processo, pois, segundo Graça (2010, p.1) "a agricultura é diferente de outros setores da economia, pois envolve muitos riscos, sendo necessário sustentar a atividade em todas as fases que vão do plantio à colheita".

O conceito de política agrícola ou política de desenvolvimento rural é fornecido pelo artigo 1, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, destacando em seu § 2º que Política Agrícola é:

*o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.*

Trata-se de um movimento dinâmico e de caráter permanente, que se importa em vincular os recursos tecnológicos de ponta para retirar as riquezas, de forma sustentável, sem exaurir e esgotar a capacidade natural. Para que exista uma harmonia e sustentabilidade, se faz necessário a ação governamental coordenando uma política agrícola, para que o desenvolvimento econômico possa caminhar para a formação de uma comunidade homogênea (BORGES, 1988, p. 22).

Os três principais motivos para a elaboração de uma política agrícola que auxilie a colheita são a melhoria da alocação de recursos, a redução das flutuações na renda e a garantia da segurança alimentar (COELHO, 2001).

A saga da evolução da política agrícola no país tem seu início, de modo frágil, no fim do século 19, com a transformação do Banco do Brasil, da época, em fonte de financiamento rural. Com o sucesso do sistema de cooperativas de crédito na Europa, o governo lançou as bases de um sistema semelhante denominado Caixas Raiffersen<sup>4</sup>, que não teve uma participação importante na oferta de crédito (COELHO, 2001).

O sistema financeiro nacional, devido a sua fragilidade e a sua dependência da economia dos mecanismos externos de financiamento que tinham como eixo as exportações de café e a mineração, impediram a expansão dos créditos de longo prazo e, portanto, a institucionalização de um sistema mais amplo de apoio à agricultura nos moldes existentes em outros países (COELHO, 2001).

Coelho (2001, p.3) esclarece que "a evolução da política agrícola no Brasil pode ser dividida em quatro fases":

- a) 1 fase: 1931 - agricultura primitiva;
- b) 2 fase: 1965 - modernização da agricultura
- c) 3 fase: 1985 - transição da agricultura
- d) 4 fase: 1995 - agricultura sustentável

A primeira pode ser chamada de fase da agricultura primitiva (Tabela 1), que se inicia a partir da criação do Conselho Nacional do Café (CNC) e do Instituto do Cacau da Bahia em 1931, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933; da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1936, que foi criada para financiar a agropecuária, e criar e ampliar indústrias, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos; e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), quando foi instituído a Política de Garantia dos Preços Mínimos, PGPM, pelo Decreto Lei nº 5212, de 21 de janeiro de 1943, que sofreu várias reformulações; pelo Decreto nº 57.391, de 12 de dezembro de

---

<sup>4</sup> Baseado nos princípios da cooperativa de crédito rural criada em 1864 por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, onde os associados de Raiffeisen eram pobres agricultores que necessitavam das operações de microcrédito de baixo valor.

1965, e pelo Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966 (COELHO, 2001 e COSTA NETO, 2004, p.74).

Rocha (1995, p. 41,42) evidencia que:

*a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAMI, [...] combinava a demanda das clientelas rurais e industriais com a necessidade governamental de sistematização da área financeira para a concessão de crédito à agropecuária e à indústria brasileiras e o resultado foi uma ampliação dos encargos institucionais do Banco do Brasil. A CREAMI começou a operar efetivamente em 1938.*

A PGPM foi concebida como estratégia de combate à inflação e tinha a mesma como grande obstáculo, pois os valores reais estavam acima do que foi projetado e, conseqüentemente, do cálculo do preço mínimo que foi definido antes da safra.

Buainain (1999, p. 139) evidencia que a política de PGPM enfrentou obstáculos, e foi relegada a um caráter secundário, pois:

*Os preços mínimos fixados para cada região eram baixos, e deveriam funcionar apenas como uma garantia de última instância. Além disso, a infraestrutura disponível, particularmente de armazenamento, era insuficiente para viabilizar uma política de garantia de preços mínimos em larga escala; tampouco o Estado dispunha de capacidade operacional (e financeira, durante alguns anos) para ampliar o escopo desta política.*

Foi um programa que na época de sua criação e nas condições técnico econômicas em que se encontrava a agricultura brasileira não induziria os produtores a adotar práticas mais modernas com a mesma rapidez e extensão que o crédito diretamente vinculado à forma de organizar a produção (BUAINAIN, 1999, p. 139).

Várias legislações foram criadas, e Pereira (2013, p.5) destaca as importantes normas legais do período 1931-1964, que:

*compreendem os Decretos nº 24.114/1934 (defesa sanitária vegetal); nº 24.548/1934 (defesa sanitária animal) e as Leis nº 569/1948 (inspeção sanitária animal); nº 1.283/1950 (inspeção de produtos de origem animal); nº 1.506/1951 (preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional) e nº 1.779/1952 (criação do Instituto Brasileiro do Café – IBC).*

Na visão de Costa Neto (2004, p.74), essas medidas vieram para "mitigar os efeitos da crise, [...] aproximar dos produtores em suas próprias regiões, dando oportunidade a um maior contato com seus problemas e ao atendimento de alguns de seus interesses mais imediatos".

A tabela 1 apresenta os principais eventos da agricultura primitiva.

**Tabela 1.** Primeira fase: Agricultura Primitiva

Descrição	Ano
Criação do Conselho Nacional do Café (CNC) e do Instituto do Cacau da Bahia.	1931
Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)	1933
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil.	1936
Política de Garantia dos Preços Mínimos, PGPM.	Decreto Lei nº 5212/1943

Fonte: Compilação do autor a partir de COELHO, 2001 e COSTA NETO, 2004.

Uma segunda fase (Tabela 2) pode ser identificada com a modernização da agricultura que se inicia em 1965, a partir da reformulação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), reformulada pelo Decreto Lei nº 79/1966. (COELHO, 2001). Um fator importante neste período foi a criação da Coordenação Nacional de Crédito Rural, CNCR; do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, sob o Decreto nº 54.019 de 14 de Julho de 1964; e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pela Lei nº 4.829/1965, regulamentado pelo Decreto nº 58.380 de 10 de maio de 1966, marcado pelo grande uso de subsídios no crédito rural e, em algumas ocasiões, da PGPM, para expandir a fronteira agrícola através do crescimento da produção de grãos.

O art. 1º da Lei nº 4.829/1965 esclarece que "o crédito rural, [...], será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e tendo em vista o bem estar do povo".

Segundo Leite (1998, p.90), o SNCR:

*era constituído pelo Banco Central, Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural.*

Foi um período de inovações necessárias com a criação de dispositivos para apoio aos agricultores, pois a agricultura brasileira, como as demais, estão subordinadas às leis da natureza marcadas pela sazonalidade, pela dependência de fatores climáticos, ambientais, e dos ciclos biológicos das plantas e animais, que afetam diretamente as receitas e despesas dos agricultores.

Em 1982, com o advento do Decreto Lei nº 1.940, pode ser destacado a atuação da contribuição social, destinada a custear investimentos de caráter assistencial, FINSOCIAL, apoiando investimentos comunitários através do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, PROCERA, que foi instituída e destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor. Este decreto, em seu artigo 5º, muda a denominação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que passa a ser denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 1999, foi extinto o PROCERA, sendo esse público incorporado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo Almeida (2000, p.83), "o PROCERA representou um capítulo fundamental na história de luta por crédito rural desencadeada, em meados da década de 80".

Buainain (1999, p. 64) esclarece que:

*[...] a sazonalidade, a forte dependência de fatores climáticos e a rigidez produtiva fazem com que a atividade agropecuária enfrente maiores riscos e incertezas do que o conjunto da economia. A concentração da oferta agrícola em poucos meses do ano, por exemplo, provoca uma pressão baixista sobre os preços agrícolas precisamente quando os produtores estão vendendo suas colheitas e necessitam de recursos para cobrir os gastos realizados durante a fase anterior. Além disso, enquanto a indústria pode ajustar-se com certa agilidade às mudanças nas conjunturas de mercado, ampliando sua produção caso tenha capacidade ociosa ou reduzindo a produção corrente, a agricultura só poderá ajustar na próxima safra.*

Para reduzir o impacto negativo destes fatores no agronegócio e garantir a oferta constante de alimentos para a sociedade, a maioria dos países criaram políticas de proteção

para o homem do campo, como as políticas de garantia de preços, ou mesmo a garantia de renda mínima e intervenções que permitam ao agricultor se manter no mercado de forma digna.

Buainain (1999, p. 64) esclarece que:

*[...] devido às especificidades da produção agropecuária, fortemente dependentes de condições naturais que variam de ambiente para ambiente, a viabilidade do processo de modernização dependia da capacitação do país para pelo menos adaptar a tecnologia disponível às condições locais. Até o final dos anos 60, o país não dispunha de um sistema de pesquisa agropecuária e a capacitação nesta área estava concentrada em instituições estaduais. Tais instituições apresentavam grandes desníveis científicos, técnicos e operacionais, operavam em poucas áreas, em geral determinadas pela realidade agrícola do estado, e cobriam apenas uma pequena área do vasto território brasileiro.*

É essencial que o produtor rural, principalmente os produtores familiares, que em geral mantêm parte da oferta de alimentos na mesa dos brasileiros, obtenham tecnologias para controle de suas propriedades, para o plantio de suas safras e um sistema de crédito que forneça subsídios financeiros com investimentos necessários ao plantio, implementos agrícolas, custeio de suas atividades e recursos para a comercialização de sua safra.

Neste período, inicia-se um novo norte para agricultura brasileira com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(EMBRAPA), pela Lei nº 5.851/1972; e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural(EMBRATER), pela Lei nº 6.126/1974; e ainda a instituição do Programa de Garantia da Produção Agropecuária, (PROAGRO), pela Lei nº 5.969/1973. O caminho traçado com a política agrícola passou a refletir as preocupações do governo com inflação e abastecimento (PEREIRA, 2013, p.5).

O governo buscou revitalizar o sistema de controle com a criação de um mecanismo coordenação central, denominado de Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), pois o Brasil, com um imenso potencial agrícola e com um crescimento acelerado da população e da renda per capita, necessitava de investimentos em ciências agrárias, para reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras.

Neste contexto, um grupo de técnicos no âmbito do Ministério da Agricultura marcou a década de 1970 com debates sobre a importância do conhecimento técnico científico para apoiar o desenvolvimento agrícola no Brasil. Segundo eles, seria necessário gerar conhecimentos para que se pudesse repassar aos agricultores e profissionalizar a agricultura nacional nos parâmetros estabelecidos internacionalmente.

Nessa época, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão e, diante da necessidade de se projetar um novo cenário brasileiro para a agricultura, o então ministro da agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, constituiu um grupo de trabalho para definir objetivos e funções da pesquisa agropecuária, para identificar as limitações, sugerir providências, indicar fontes e formas de financiamento, além de propor uma legislação adequada para assegurar a dinamização desses trabalhos (EMBRAPA, 2012).

Em 07 de dezembro de 1972, o então presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o poder executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura. O artigo 7º estabelecia um prazo de 60 dias para a expedição dos estatutos, e determinava que o decreto fixasse a data de instalação da empresa. O Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da empresa e determinou a sua instalação no período de 20 dias. Este foi atualizado em 04 de agosto de

1997 pelo Decreto nº 2.291, que foi revogado pelo Decreto nº 7.7666 de 2012 (EMBRAPA, 2012).

Em 1974, foram criados os primeiros centros nacionais por produtos: Trigo em Passo Fundo(RS); Arroz e feijão em Goiânia(GO); Gado de Corte em Campo Grande (MS); e Seringueira em Manaus (AM) (EMBRAPA, 2012).

Com o objetivo de apoiar as ações da diretoria e funcionar como elemento de ligação às áreas responsáveis pela execução da pesquisa, criou-se os departamentos de Diretrizes e Métodos, o Técnico Científico, de Difusão de Tecnologia, de Recursos Humanos, Financeiro e de Informação e Documentação (EMBRAPA, 2012).

A política agrícola veio mostrando a preocupação do governo com o abastecimento, buscando como estratégia a modernização e uma sólida política de pesquisa agrônômica e extensão rural.

A EMBRAPA buscava desenvolver e adaptar as tecnologias disponíveis nos países desenvolvidos às condições brasileiras, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), com diversas empresas coligadas, tinha como objetivo acelerar o processo de difusão das novas tecnologias (EMBRAPA, 2012).

A EMBRATER foi extinta pelo então presidente da república Fernando Collor de Mello, através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

Buainain (1999, p. 142) relata que:

*o trabalho da EMBRAPA foi um dos principais responsáveis pelo processo de modernização da agricultura brasileira, pela rápida expansão da produção agrícola na fronteira da Região Centro-Oeste e pela mudança de padrão de crescimento que se observaria a partir dos anos 80, quando a elevação dos rendimentos superou a incorporação de terras como fator explicativo do crescimento do produto.*

A EMBRAPA tornou-se um ícone para o agronegócio brasileiro, respeitada em todos os países por sua capacidade técnica e científica.

Um novo cenário já se vislumbrava no país com a instituição do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que foi estabelecido pela Lei nº 5.969/1973 com a finalidade de proteger o produtor rural de perdas de suas receitas esperadas em consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que porventura viessem atingir os seus bens, rebanhos e plantações; indenizar os recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados (BACEN, 2007, p.2).

O PROAGRO é administrado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e é operado por seus agentes, representados pelas instituições financeiras autorizadas a operar em crédito rural, as quais contratam as operações de custeio e se encarregam de formalizar a adesão do mutuário ao programa, da cobrança do adicional, das análises dos processos e da decisão dos pedidos de cobertura, do encaminhamento dos recursos à Comissão Especial de Recursos (CER) dos pagamentos e registros das despesas (MAPA/PROAGO, 2013).

A criação do PROAGRO, de acordo com BACEN (2013, p.1), foi motivada pelos seguintes fatos:

- *Ausência de um mecanismo de proteção contra perdas da produção agropecuária decorrentes de causas naturais fortuitas, com consequente descapitalização e crescente endividamento dos produtores;*
- *fracasso na tentativa de implantação de um seguro rural capaz de proteger o agricultor dos riscos de prejuízos causados por fenômenos naturais fortuitos. A*

*Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), criada em 1954 com essa finalidade, foi extinta em 1966 sem ter conseguido atingir seus objetivos;*

➤ *Existência de modelos, em outros países, em que o governo concede créditos ou assume despesas advindas de perdas de produção;*

➤ *necessidade de institucionalizar um mecanismo de garantia das operações de crédito rural que pudesse ser usado em substituição às garantias reais ou fidejussórias usualmente exigidas pelo sistema bancário.*

O PROAGRO, a partir da Lei nº 6.685 de 3 de setembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

*o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO cobrirá até cem por cento do financiamento de custeio ou investimento concedido por instituição financeira, e da parcela de recursos próprios do produtor, prevista no instrumento de crédito, segundo critérios a serem aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.*

Em 1991, o PROAGRO veio a ser reformulado com base na Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. A partir desta data, foi renomeado de PROAGRO NOVO. A reforma ampliava a cobertura dada aos produtores.

Em 2004, foi criado o PROAGRO MAIS, que é um seguro público destinado a atender os pequenos produtores vinculados ao PRONAF nas operações de custeio agrícola, e passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme estabelecido pela Lei nº 12.058/2009 (MAPA/PROAGO, 2013).

A tabela 2 apresenta a fase da modernização da agricultura.

**Tabela 2.** Segunda fase: Modernização da Agricultura

<b>Descrição</b>	<b>Ano</b>
Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), reformulada pelo Decreto Lei nº 79/1966, e da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pela Lei nº 4.829/1965	1965
EMBRAPA	Lei nº 5.851/1972
EMBRATER	Lei nº 6.126/1974
Instituiu-se o Programa de Garantia da Produção Agropecuária – PROAGRO	Lei nº 5.969/1973

Fonte: elaborado pelo autor a partir da legislação brasileira

A terceira fase, denominada fase de transição da agricultura (Tabela 3), iniciou-se em 1985, após 20 anos, e se estendeu até o ano de 1994, sugerindo uma fase que pode ser denominada de transição da agricultura, quando o Governo Federal eliminou o subsídio ao crédito (COELHO, 2001).

O autor esclarece que essa fase foi marcada pela influência dos vários planos de estabilização e da abertura comercial na condução dos negócios agrícolas, pela redução drástica na oferta do crédito rural oficial, a partir da crise fiscal do Estado, e pela grande utilização da PGPM para subsidiar o custo de transporte, além da escalada no endividamento do setor rural pela preocupação inicial do governo pelos valores ambientais.

Com o advento da nova constituição (BRASIL, 1988), fica patente a importância da implementação e formulação de políticas para o desenvolvimento do meio rural, como definido em seu artigo 187, que diz:

*a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:*

*I - os instrumentos creditícios e fiscais;*

*II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;*

*III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;*

*IV - a assistência técnica e extensão rural;*

*V - o seguro agrícola;*

*VI - o cooperativismo;*

*VII - a eletrificação rural e irrigação;*

*VIII - a habitação para o trabalhador rural.*

Segundo o artigo 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica definido que:

*lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.*

No ano de 1991, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 8.171, que dispõe sobre a política agrícola, e que em seu artigo 1º destaca que:

*esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.*

Esta fase foi marcada pela formalização de diversos dispositivos e normas legais de interesse nacional, que direcionam o país para um novo patamar, com legislações pertinentes (Tabela 03).

**Tabela 3.** Terceira fase: legislações importantes na fase de transição da agricultura (continua)

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Data</b>	<b>Objetivo</b>
Lei nº 7.802	11/07/1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.
Lei nº 7.827	27/09/1989	Regulamenta o art. 159, inciso i, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte(FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste(FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste(FCO), [...].

### Tabela 3 - continuação

Lei nº 8.029	12/04/1990	Extinção e dissolução da EMBRATER.
Lei nº 8.315	23/12/1991	Criação do serviço nacional de aprendizagem rural (SENAR).
Lei nº 8.171	17/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.
Lei nº 8.427	27/05/1992	Concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.
Lei nº 8.929	22/08/1994	Institui a Cédula de Produto Rural – CPR. Alterada pela lei n.º 10.200, de 14 de fevereiro de 2001. Alterada pela lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004

Fonte: elaborado pelo autor a partir da legislação brasileira

A Cédula de Produto Rural (CPR), instituída pela Lei nº 8.929 de 22 de agosto 1994, surgiu devido à redução dos investimentos no setor rural por parte do governo, oferecendo aos investidores uma nova opção de investimento com rentabilidade superior ao mercado. Trata-se de um título cambial e declaratório, líquido e certo e exigível pela quantidade e qualidade de produto, e está baseado em uma promessa de entrega futura de produtos, geralmente emitida por uma cooperativa rural, por uma associação ou por um produtor, consistindo na venda antecipada do produto onde o produtor tem a possibilidade de eliminar o risco de queda futura de preço, além de receber adiantado o valor de sua produção para poder financiar os custos dela. Mas se, em contrapartida, houver aumento de preço, o produtor não o receberá. Com isso, foi criado o Contrato de Opção de Venda de Produtos Agropecuários (COV).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), instituiu as condições para a operacionalização da oferta de contratos de opção de venda de produtos agropecuários de acordo com os termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966; da Lei n.º 8.427, de 28 de abril de 1992; Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999; Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e a Lei nº 11.775 de 17 de setembro de 2008, em conformidade com as decisões do Conselho Monetário Nacional que estão contidas na Resolução BACEN n.º 3.711, de 17 de abril de 2009 e demais legislações vigentes (CONAB, 2013).

Outro período identificado pelo autor é a quarta fase (Apêndice B), denominada Agricultura Sustentável. Iniciou-se em 1995, a partir do desenvolvimento de novos instrumentos de política agrícola, com fortes preocupações ambientais e aprovação da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, que dispõe sobre o crédito rural. Esse dispositivo legal apresentou um norte para equacionar o problema do endividamento rural através da securitização, com o desenvolvimento e utilização de novos instrumentos de política agrícola, menos intervencionistas e mais orientados para o mercado.

O governo, neste período, lançou o Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), que, segundo o CONAB (2013),

*é uma subvenção econômica concedida àqueles que se disponham em adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor do preço mínimo fixado, promovendo o seu escoamento ou destinação na forma definida no Aviso específico.*

O governo faz a aquisição do produto através de leilão aberto, no qual a CONAB é responsável pela intermediação estipulando a data, horário e local em que esse se procede.

O PEP foi autorizado através da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; e da Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999, que altera dispositivos das Leis nº 9.138, de 29 de novembro de 1995;

8.427, de 27 de maio de 1992; e 9.126, de 10 de novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural, sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, autoriza o poder executivo a renegociar as obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF), vencidas e prorrogadas a partir de 1991, e a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, que veio garantir um preço de referência ao produtor e às cooperativas ao mesmo tempo, de forma a refletir no abastecimento interno.

Essa fase foi marcada pelo Plano Real, ampliação da abertura comercial, pela presença das variáveis ambientais e da agricultura sustentável nas decisões de política agrícola e diversos dispositivos legais, que tem influenciado a política agrícola nacional, conforme destaques no Apêndice A, com ênfase no período de 1991 a 2013.

No contexto das fases, é relevante destacar situações ocorridas como em 1982, no governo do presidente João Figueiredo, que instituiu o Programa Nacional de Política Fundiária pelo Decreto nº 87.457. Este instrumento veio para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e ao aumento de renda de famílias de trabalhadores rurais, com uma linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural (CPR) (BRASIL, MDA, 2009, p.16). O programa veio direcionado com o objetivo de:

*I - unificar a implantação dos projetos fundiários; II - ativar a execução de projetos para assegurar o cumprimento das metas prioritárias do Governo na regularização fundiária; e*

*III - intensificar a execução da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.*

*Art. 3º. A execução do Programa ficará a cargo de um Ministro de Estado Extraordinário, nomeado nos termos do artigo 37 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.*

*Art. 4º. O Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários, que integrará a estrutura da Presidência da República, proporá as medidas necessárias à realização dos objetivos do Programa.*

*Art. 5º. Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vinculado, para os fins deste Decreto, ao Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários.*

Em 1985, o Decreto nº 91.214 cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) com as seguintes competências:

*Art. 1º. Fica criado, na Organização do Poder Executivo Federal, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, com a seguinte área de competência:*

*I - reforma agrária;*

*II - discriminação e arrecadação de terras públicas;*

*III - regularização fundiária;*

*IV - legitimação de posses;*

*V - colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada;*

*VI - lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de melhoria referente a imóveis rurais;*

*VII - aquisição de imóveis rurais estrangeiros;*

O MIRAD foi extinto pela Medida Provisória n.º 29, em 15 de janeiro de 1989, e foi incorporado pelo Ministério da Agricultura em março de 1990.

Em 25 de novembro de 1999, foi criado o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário pela Medida Provisória nº 1.911-121, e, em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério, que, a partir de 2001, passou a chamar-se Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ficando encarregado dos assuntos fundiários e do apoio aos assentados pela reforma agrária e aos agricultores familiares.

Em 2009, foi criado o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA); e em 04 de agosto de 2010, a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério foi regulamentado pelo Decreto nº 7.255.

O país, como relatado, possui uma legislação em fase de expansão e melhorias que podem vir a facilitar a vida do homem no campo. No Apêndice B, observa-se algumas políticas públicas de impacto para o setor rural.

#### **2.4.2. A Lei de Política Agrícola nº. 8.171 de 17.01.1991**

Para consubstancializar as diretrizes derivadas da Constituição Federal de 1988 e para disciplinar a política agrícola, no plano infraconstitucional, a Lei 8.171 foi aprovada em 1991 dispondo sobre a política agrícola nacional, como mecanismo capaz de direcionar e permitir o planejamento e execução da política agrícola, com a participação efetiva dos diversos atores que formam o tecido social, estabelecendo os princípios, os objetivos e os instrumentos de política agrícola.

A atividade agrícola é caracterizada pela produção, processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais, e a política fundamenta-se em seus pressupostos.

No contexto da legislação, compreende-se que a agricultura é uma atividade econômica e deve proporcionar rentabilidade compatível com a de outros setores da economia e o abastecimento alimentar para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social.

A legislação confirma que a produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infraestrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais. O processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

Em termos holísticos, a política agrícola é definida pelo Ministério da Agricultura como "um conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção," e constitui a base da Política Agrícola (MAPA, 2013).

Os objetivos da política agrícola corroboram com o artigo 174 da Constituição, que apresenta o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica:

*exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. § 1º - A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento. (BRASIL, 1988)*

A política agrícola brasileira, para se adaptar aos interesses do Estado e dos agricultores, passou por várias reformulações ao longo dos anos para atingir a atual conformação. Nesse contexto, Rocha (1995, p.69) evidencia que:

*a discussão da Lei Agrícola vinha desde a Constituinte, tendo sido inspirada por membros da elite técnica do Estado, com a adesão das lideranças das associações rurais, agrupadas na Frente Ampla da Agricultura. A discussão da Lei envolveu o empenho do Ministro da Agricultura e uma negociação entre secretários da agricultura, associações nacionais de produtores, associações de profissionais (agrônomos, especialmente), de defesa do meio ambiente e a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.*

Após os debates envolvendo diversos atores nacionais, a Lei de Política Agrícola nº8.171, aprovada em 17 de janeiro de 1991, apresenta em seu artigo 1º:

*fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.*

Em seu artigo 2º, apresenta os pressupostos na qual esta se fundamenta, caracterizando os processos, recursos, atividades, infraestrutura, produção e desenvolvimento agrícola. A lei enfatiza as questões que envolvem a produtividade, incremento à produção, regularidade, descentraliza a execução dos serviços de apoio ao setor rural, mas centraliza a elaboração da política de desenvolvimento rural, prevendo ações de abrangência ampla, como planejamento, crédito, mecanização ou infraestrutura descrita em seu artigo 3º:

*I - na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;*

A legislação descreve os objetivos da política agrícola e diz, amplamente, que o Estado tem a função de planejamento, visando à garantia da produtividade agrícola, da regularidade de abastecimento interno, da redução das disparidades regionais e proteção ambiental, com ações sistematizadas para os diversos segmentos intervenientes da agricultura planejando suas ações e investimentos numa perspectiva de médios e longos prazos. Com isso, espera-se reduzir as incertezas do setor, eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura e promover o meio ambiente, garantindo o seu uso racional e estimulando a recuperação dos recursos naturais.

Desse modo, o Estado deve ser o promotor da descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementaridade de ações com estados, Distrito Federal, territórios e municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades, compatibilizando as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo.

O Governo Federal deve promover e estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia agrícola pública e privada, em especial aquelas voltadas para a utilização dos fatores de produção internos, possibilitando a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira. Deve prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família e estimular o processo de agro industrialização junto às respectivas áreas de produção.

A Lei nº. 8.171, dentre outros aspectos, destaca que o Estado deve promover a saúde animal e a sanidade vegetal; a idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura; a qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico; a concorrência leal entre os agentes que atuam nos setores e a proteção destes em relação a práticas desleais e a riscos de doenças e pragas exóticas no país, visando melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural.

A gestão de políticas de desenvolvimento da produção, envolvendo os aspectos de expansão da cadeia produtiva de alimentos e a garantia do abastecimento, são deveres do estado, por intermédio de políticas adequadas de incentivo à produção e para a estabilidade dos produtores agropecuários, para que haja um abastecimento alimentar satisfatório, que é a condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social (GUTIERREZ, 2000, p. 97).

O apoio estatal para o desenvolvimento agropecuário nacional é essencial em uma atuação conjunta com o produtor rural, por meio de práticas de extensão capazes de orientá-lo sobre os modos corretos de produção, armazenamento e desenvolvimento.

A legislação, em seu artigo 4º, apresenta os instrumentos de política agrícola e prevê o apoio e estímulo a ser dado pelo poder público aos produtores rurais, para que estes se organizem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos e condomínios com ações e instrumentos de política agrícola, referentes a: i) planejamento agrícola; ii) pesquisa agrícola tecnológica; iii) assistência técnica e extensão rural; iv) proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais; v) defesa da agropecuária; vi) informação agrícola; vii) produção, comercialização, abastecimento e armazenagem; viii) associativismo e cooperativismo; ix) formação profissional e educação rural; x) investimentos públicos e privados; xi) crédito rural; xii) garantia da atividade agropecuária; xiii) seguro agrícola; xiv) tributação e incentivos fiscais; xv) irrigação e drenagem; xvi) habitação rural; xvii) eletrificação rural; xviii) mecanização agrícola; xix) crédito fundiário. Observando em seu parágrafo único, os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos plurianuais, que foram incluídos pela Lei nº 10.246 de 2 de julho de 2001.

Em seu artigo 5º, instituiu o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), que está vinculado ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), com diversas atribuições.

O artigo 6º destaca que a ação governamental para o setor agrícola é organizada pela União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo:

*ao Governo Federal a orientação normativa, as diretrizes nacionais e a execução das atividades estabelecidas em lei. [...] às entidades de administração direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o planejamento, a execução, o acompanhamento, o controle e a avaliação de atividades específicas.*

O artigo 7º enfatiza que a ação governamental para o setor agrícola deve ser desenvolvida pela União, pelos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, com respeito à autonomia constitucional e em sintonia com os três poderes, evitando-se superposições e o paralelismo.

A necessidade de participação democrática e participativa fica demonstrada no artigo 8º, onde o planejamento agrícola deverá ser através de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais observando as definições constantes em lei.

O artigo 9º direciona o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) para coordenar, a nível nacional, as atividades de planejamento agrícola, em articulação com os estados, o Distrito Federal, os territórios e os municípios.

Já o artigo 10º define o Poder Público para:

*I - proporcionar a integração dos instrumentos de planejamento agrícola com os demais setores da economia;*

*II - desenvolver e manter atualizada uma base de indicadores sobre o desempenho do setor agrícola, a eficácia da ação governamental e os efeitos e impactos dos programas dos planos plurianuais.*

A legislação apresenta nos artigos 11º, 12º, 13º e 14º que o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) está autorizado a instituir o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em convênio com os estados, o Distrito Federal, os territórios, os municípios, entidades públicas e privadas, universidades, cooperativas, sindicatos, fundações e associações.

A assistência técnica e extensão rural estão discutidas nos artigos 16º, 17º e 18º. Já o artigo 17º se concentra em ratificar que o "poder público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural".

A legislação prevê a proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais, que são tratadas nos artigos 19º, 20º, 21º-A, 22º, 23º, 25º e 26º, levando-se em conta também o artigo 26º, que enfatiza que a "proteção do meio ambiente e dos recursos naturais terá programas plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelos órgãos competentes".

A defesa agropecuária é trabalhada nos artigos 27º-A, 28º-A e 29º-A, que evidenciam "que serão constituídos um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal [...] de inspeção de produtos de origem animal, bem como sistemas específicos de inspeção para insumos usados na agropecuária."

O artigo 30º enfatiza a informação agrícola como essencial para os produtores, onde o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), integrado com os estados, o Distrito Federal, os territórios e os municípios, deverá manter um sistema de informação agrícola ampla para divulgação de: i) previsão de safras por Estado, Distrito Federal e Território, incluindo estimativas de área cultivada ou colhida, produção e produtividade; ii) preços recebidos e pagos pelo produtor, com a composição dos primeiros até os mercados atacadistas e varejistas, por Estado, Distrito Federal e Território; iii) valores e preços de exportação FOB, com a decomposição dos preços até o interior, a nível de produtor, destacando as taxas e impostos cobrados; iv) valores e preços de importação CIF, com a decomposição dos preços dos mercados internacionais até a colocação do produto em portos brasileiros, destacando, taxas e impostos cobrados; v) cadastro, cartografia e solo das propriedades rurais: (Redação dada pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). vi) custos de produção agrícola; vii) volume dos estoques públicos e privados, reguladores e estratégicos, discriminados por produtos, tipos e localização; (Redação dada pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). viii) dados de meteorologia e climatologia agrícolas; ix) pesquisas em andamento e os resultados daquelas já concluídas.

x) informações sobre doenças e pragas; (Incluído pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). xi) indústria de produtos de origem vegetal e animal e de insumos; (Incluído pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). xii) classificação de produtos agropecuários; (Incluído pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). xiii) inspeção de produtos e insumos; (Incluído pela Lei nº 9.272, de 03/05/96). xiv) infratores das várias legislações relativas à agropecuária. (Incluído pela Lei nº 9.272, de 03/05/96).

Em seu parágrafo único, destaca que:

*o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) coordenará a realização de estudos e análises detalhadas do comportamento dos mercados interno e externo dos produtos agrícolas e agroindustriais, informando sua apropriação e divulgação para o pleno e imediato conhecimento dos produtores rurais e demais agentes do mercado.*

A produção, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem é tratada no artigo 31º, dispondo que "o Poder Público formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores e estratégicos, visando garantir a compra do produtor, na forma da lei, assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno".

O art. 35º impõe que as vendas dos estoques públicos serão realizadas através de leilões em bolsas de mercadorias, ou diretamente, mediante licitação pública e o artigo 36º atribui que o Poder Público criará estímulos para a melhoria das condições de armazenagem, processamento, embalagem e redução de perdas em nível de estabelecimento rural, inclusive comunitário.

O artigo 37º mantém a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo, cuja redação é definida pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000.

O artigo 45º destaca que o Poder Público deverá apoiar e estimular os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e outras, através de:

*I - inclusão, nos currículos de 1º e 2º graus, de matérias voltadas para o associativismo e cooperativismo;*

*II - promoção de atividades relativas à motivação, organização, legislação e educação associativista e cooperativista para o público do meio rural;*

*III - promoção das diversas formas de associativismo como alternativa e opção para ampliar a oferta de emprego e de integração do trabalhador rural com o trabalhador urbano;*

*IV - integração entre os segmentos cooperativistas de produção, consumo, comercialização, crédito e de trabalho;*

*V - a implantação de agroindústrias.*

*Parágrafo único. O apoio do Poder Público será extensivo aos grupos indígenas, pescadores artesanais e àqueles que se dedicam às atividades de extrativismo vegetal não predatório.*

O artigo 47º direciona para os investimentos públicos e apresenta o Poder Público com a obrigação de implantar obras que tenham como objetivo o bem estar social de comunidades rurais, compreendendo: i) barragens, açudes, perfuração de poços, diques e comportas para projetos de irrigação, retificação de cursos de água e drenagens de áreas alagadiças; ii) armazéns comunitários; iii) mercados de produtor; iv) estradas; v) escolas e postos de saúde rurais; vi) energia; vii) comunicação; viii) saneamento básico; ix) lazer.

O artigo 48º destaca que o crédito rural é um instrumento de financiamento da atividade rural e será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos; Já o artigo 50º dispõe que a concessão de crédito rural observará os preceitos básicos de: i) idoneidade do tomador; ii) fiscalização pelo financiador; iii) liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas

associações formais ou informais, ou organizações cooperativas; iv) liberação do crédito em função do ciclo da produção e da capacidade de ampliação do financiamento; v) prazos e épocas de reembolso ajustados à natureza e especificidade das operações rurais, bem como à capacidade de pagamento e às épocas normais de comercialização dos bens produzidos pelas atividades financeiras.

Os artigos 56º e 58º instituem o seguro agrícola, destinado a: i) cobrir prejuízos decorrentes de sinistros que atinjam bens fixos e semifixos ou semoventes; ii) cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, pragas, doenças e outros que atinjam plantações e evidenciam que a apólice de seguro agrícola poderá constituir garantia nas operações de crédito rural.

Os artigos 59º, 60º, 65º, 65º A, 65ºB, 65ºC, 66º e 66º tratam do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que regido pelas disposições desta lei e que assegura ao produtor rural, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, a redação dada pela Lei nº 12.058, de 2009.

Os artigos 81º e 82º tratam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural; e os artigos 84º e 85º destacam a irrigação e drenagem, direcionando as obrigações do Poder Público.

O artigo 87º cria a política de habitação rural, dotando à União a responsabilidade de destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural. Nos artigos 93º, 94º e 95º, são tratadas questões sobre eletrificação rural, e no 96º, sobre mecanização agrícola.

As disposições finais se encontram a partir do artigo 97º, que vincula o prazo de noventa dias para enviar ao Congresso Nacional o projeto de Lei. O artigo 98º, por sua vez, autoriza o poder executivo a outorgar concessões remuneradas de uso pelo prazo máximo de até 25 anos, sobre as faixas de domínio das rodovias federais, para fins exclusivos de implantação de reflorestamentos.

O art. 99º estabelece que a partir do ano seguinte ao de promulgação desta lei, obriga-se o proprietário rural, quando for o caso, a recompor em sua propriedade a Reserva Florestal Legal, prevista na Lei nº 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei nº 7.803, de 1989, mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um trinta avos da área total para complementar a referida Reserva Florestal Legal (RFL).

O artigo 102º estabelece que o solo deve ser respeitado como patrimônio natural do país; e o art. 103º destaca que o Poder Público, através dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que:

- I - preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade;*
- II - recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade;*
- III - sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual.*

*Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos:*

- I - a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial, através da concessão de crédito rural e outros tipos de financiamentos, bem como a cobertura do seguro agrícola concedidos pelo Poder Público.*
- II - a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação;*
- III - a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento, através dos órgãos competentes;*

*IV - o fornecimento de mudas de espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e (Vide Lei nº 12.805, de 2013)*

*V - o apoio técnico-educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.*

O artigo 104º isenta de tributação e do pagamento do Imposto Territorial Rural as áreas dos imóveis rurais consideradas de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei nº 7.803, de 1989.

O artigo 106º autoriza o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) a firmar convênios ou ajustes com os estados, o Distrito Federal, os territórios, os municípios, entidades e órgãos públicos e privados, cooperativas, sindicatos, universidades, fundações e associações, visando ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais, dentro de todas as ações, instrumentos, objetivos e atividades previstas nesta lei.

Os artigos citados estão em ordem numérica e os que não foram citados foram vetados.

A Lei nº. 8171 foi alterada pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009 - DOU de 14 de outubro de 2009; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 – DOU de 18 de setembro de 2008; Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 – DOU de 23 de junho de 2008; Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005 – DOU de 24 de janeiro de 2005 – revogado e acrescentado incisos pela Lei nº 10.298 de 30 de outubro de 2001 - DOU de 31 de outubro de 2001.

### **2.4.3. Desafios para o planejamento de políticas públicas para aglomerações e arranjos produtivos locais**

O maior desafio no planejamento de políticas públicas para aglomerações e APLs continua sendo a construção de modelos eficazes de articulação das políticas públicas e a inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas vantagens comparativas. As mudanças demográficas e econômicas têm levado à tendência à diversificação das economias rurais, fato importante, pois permite a essas regiões a compensação da perda de postos de trabalho na atividade agrícola. Estimular essa diversificação e orientá-la no aproveitamento de novos mercados ou na promoção de novas formas de uso social dos recursos naturais é crucial para um futuro sustentável (TIBURCIO, 2010, p.38).

Percebe-se que a evolução do planejamento territorial está relacionada com as aglomerações, e os arranjos produtivos locais que apresentou uma grande difusão e envolveu as mais diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas e não governamentais. Neste caso, as ideias centrais residem na inovação dos processos de produção e na articulação dos atores (produtivos e institucionais) locais de forma coletiva, a partir de uma visão sistêmica da atividade econômica.

O ponto de partida para a adoção dessa forma de abordagem está no reconhecimento das mudanças ocorridas no cenário mundial, caracterizado por uma intensa globalização e competitividade, o que induz à necessidade de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento no qual os arranjos produtivos locais podem se constituir uma alternativa viável e eficaz para o desenvolvimento econômico e social (TIBURCIO, 2010, p.65).

Quando se verifica a seriedade dos APLs no desenvolvimento local, regional e nacional, observa-se a importância de um processo de planejamento e de políticas públicas

que busquem o consenso em torno de uma solução que satisfaça aos anseios da sociedade. No caso de arranjos, isso é mais facilmente obtido, pois se abordam questões pontuais e locais.

Os desafios são grandes, pois existem muitos atores envolvidos nos processos organizacionais, institucionais ou individuais, privados ou públicos, cada um defendendo interesses pessoais ou coletivos e até mesmo usando sua posição social para favorecer ambições individuais e de suas coletividades.

O consenso é fundamental, devendo caminhar para a cooperação universal onde todos os atores possam ser solidários e ter o entendimento de que ganham com uma solução conjunta.

É importante a formulação das alternativas diante das preferências dos atores, que irão manifestar os seus interesses. Nesse processo os atores entram em confronto, constroem suas alianças visando decisões favoráveis às suas prioridades.

A prática demonstra que cada um deles procurará mobilizar seus recursos de poder e pressionar os tomadores de decisão através de sua influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, argumentos de persuasão, votos, organização, dentre outras.

Este é um ponto de tensão em negociações, visto que, pois por mais adequada que seja a fundamentação técnica de uma alternativa, a decisão envolve relações de poder. Neste contexto, pode acontecer situações onde uma solução tecnicamente perfeita pode se revelar politicamente inviável, e vice-versa, o que significa dizer que não existem soluções perfeitas.

Outro ponto fundamental e delicado é a implementação do conjunto de decisões e ações realizadas, direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos, mediante decisões anteriores sobre uma determinada política pública.

O fazer acontecer é um longo caminho evidenciado pelas ações que possibilitem que as políticas teóricas se transformem em práticas cotidianas visando ações efetivas, pois envolve os mais diversos aspectos do processo administrativo e tem uma distancia a percorrer, iniciando na provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projeto de lei autorizando realização de concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de serviços.

A jornada se torna mais complexa se a política envolver os níveis de governo municipal, estadual e federal, pois será preciso realizar reuniões para decidir e pactuar as responsabilidades de cada uma das partes. Este é um trabalho árduo, pois é necessário firmar protocolos de cooperação, estabelecer os mecanismos de transferência de recursos entre instâncias governamentais.

#### **2.4.4. Políticas para aglomerações e arranjos produtivos locais <sup>5</sup>**

As novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico a partir das aglomerações produtivas e com a difusão nos enfoques em sistemas APL têm atraído as atenções de diversos países, agências internacionais e diversos profissionais que estão preocupados com a dinâmica do desenvolvimento industrial e tecnológico, pois o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento das empresas e, para que essas se desenvolvam e se sustentem, é necessário um cenário de cooperação e de competitividade bastante intenso (CASSIOLATO, LASTRES E MACIEL, 2003).

---

<sup>5</sup> Texto discutido pelo autor in: Políticas públicas para arranjos produtivos locais (APLs): uma visão estratégica. Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, 2013.

Percebe-se que o apoio aos APLs é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Na praticidade do cotidiano, as formações de APLs têm proporcionado contribuições valorosas à economia nos diversos setores regionais, e vêm trazendo consigo não só a noção de sobrevivência e desenvolvimento, mas a interiorização de conceitos importantes como união, integração, cooperação e força conjunta, que se traduzem em relações maduras que proporcionam solidez nas relações econômicas.

Os autores relacionados no referencial bibliográfico desta pesquisa mostram os arranjos produtivos como forças oriundas da concentração espacial de empresas, que proporcionam desenvolvimento de situações econômicas conjuntas, pela criação ou manutenção de mão de obra especializada, pelo aproveitamento da infraestrutura de fornecedores e das instituições especializadas e tem em comum a necessidade de sobrevivência como fator fundamental de colocação no mercado. Essas empresas necessitam de apoio e de políticas que sejam incentivadoras para que possam se desenvolver e proporcionarem ganhos sociais significativos para a sociedade.

Apesar da vantagem proporcionada pelos arranjos e pela maior integração dos atores envolvidos, de suas capacidades de ultrapassar obstáculos, de se adaptarem e se readaptarem a novas situações a partir da flexibilização de sua estrutura, é essencial à integração através de medidas específicas de políticas públicas de incentivo e proteção para que se possa materializar as eficiências coletivas e os ganhos sociais.

Alianças locais e territoriais são fundamentais para o incentivo e desenvolvimento dos APLs, bem como políticas de infraestrutura necessária para o suporte e crescimento do arranjo, e apoio ao ensino e treinamento de mão de obra, fundamental para o direcionamento consciente dos trabalhadores no desenvolvimento local. A criação e fortalecimento de centros de pesquisas ligados às áreas de atuação, o financiamento de atividades cooperativas e investimentos públicos que proporcionem externalidades para os arranjos, apoio na interlocução e mediação entre os agentes e como catalisador das entidades empresariais que proporcionem investimentos locais e regionais.

Existem os ganhos naturais que são advindos das trocas de informações entre os atores, e favorecem a existência de infraestruturas que consolidam a identidade sociocultural do arranjo, mas é necessária para que se possam materializar situações de resultados econômicos e sociais a necessidade de mecanismos que promovam e permitam a sustentabilidade das localidades.

Com o advento da Constituição de 1988 e da própria mídia solicitando a participação popular e a organização de entidades não governamentais pelo país, veio à tona a necessidade de articulação e coordenação dos atores sociais, através de políticas e programas que integrem a sociedade nos níveis municipais, estaduais e federais de forma que se possa atingir o desenvolvimento sustentável local e regional.

O direcionador governamental, as medidas de incentivo no âmbito local, estadual e federal possibilitam reduzir as incertezas nas relações existentes, criando uma atmosfera propícia às interações entre os diversos atores e a sociedade de forma a promover o desenvolvimento, aumentar a eficiência dos processos, contribuir com novos processos construídos pelas novas interações em cadeia na rede de relacionamentos e permitir a distribuição intelectual e da própria produção na cadeia logística do país.

Uma das medidas que proporcionou um novo direcionador para o desenvolvimento e fortalecimento dos APLs foi a criação do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional, através da Portaria MCT nº 530, de 27 de agosto de 2002.

Devido à necessidade de articular as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a arranjos produtivos locais, foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), envolvendo 23 instituições governamentais e não governamentais. Em outubro de 2005, foram integradas mais 10 instituições (Portaria Interministerial nº 331, de 24 de outubro de 2005), totalizando as 33 que atualmente constituem o grupo. Posteriormente, foram alterados alguns de seus representantes por meio de portarias do MDIC, a saber: nº 187, de 31 de outubro de 2006; nº 106, de 28 de abril de 2008; e nº 133, de 16 de junho de 2010. Em 2011, novos nomes foram inseridos, conforme Portaria Ministerial nº 167, de 29 de junho de 2011.

A preocupação sobre o assunto foi apresentada no Seminário Internacional Brasil – União Europeia: Inovação em Arranjos Produtivos Locais, em 01 de julho de 2010, que objetivou promover, com base no intercâmbio e cooperação com a União Europeia, o desenvolvimento regional brasileiro, por intermédio da introdução e/ou fortalecimento de processos de inovação em APLs do país.

Com a instituição do Grupo de Trabalho Permanente (GTP APL), coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), percebe-se um maior desenvolvimento no país com ações de incentivo e consolidação de APLs. Com a parceria com o Ministério da Integração (MI), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Diretoria Geral de Políticas Regionais da Comissão Europeia (DGREGIO), estabeleceu-se um diálogo estruturado sobre política regional, com a criação de canais de comunicação para o intercâmbio de informações.

Sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio da Coordenação Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial do próprio ministério. Esta se constitui, também, como Secretaria Técnica do GTP APL. (MDIC, 2011).

O GTP elaborou um Termo de Referência (TR) para a política de apoio ao desenvolvimento de APLs, que inclui as variáveis que determinam a existência de um arranjo, as regras de atuação e a macro estratégia integrada. Pelo Termo de Referência (TR), um APL deve possuir um número significativo de empreendimentos e indivíduos no território; atuar em torno de uma mesma atividade produtiva predominante em que compartilhem formas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas (MDIC, 2005).

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, junto com as instituições participantes do grupo, apresentaram um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas e implementadas junto aos Arranjos Produtivos Locais identificados no levantamento dos APLs no País.

Foi publicado um Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, que divulga essas ações, organizando os diferentes instrumentos de apoio por eixos, bem como apresenta algumas experiências exitosas do período.

Este manual se torna referência no assunto e apresenta na primeira seção:

1 – Arranjos Produtivos Locais – apresenta a estratégia de atuação das políticas públicas dirigidas aos APLs, que conduziram a uma metodologia específica e à proposta de estruturação de instrumentos e ações em 05 (cinco) eixos estruturantes (áreas de atuação), quais sejam:

- a. Investimento e Financiamento, a fim de suportar o processo de especialização produtiva localizada;
- b. Governança e Cooperação, para consolidar as relações interfirmas;
- c. Tecnologia e Inovação, para promoção da capacidade tecnológica endógena;
- d. Formação e Capacitação, na construção de capital humano diferenciado nos APLs; e
- e. Acesso aos Mercados Nacional e Internacional, para sustentabilidade do arranjo produtivo.

Na seção Dois, as ações são apresentadas em Fichas de Apresentação de Ações que envolvem a discriminação dos seguintes itens: Tipo de Recurso, Órgão Responsável, Características, Beneficiários, Área de Abrangência, Projetos Enquadráveis, Requisitos, Contato e APLs Atendidos (GTP APL, 2012).

O GTP APL possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional. Com o objetivo de fortalecer esse intercâmbio, foi realizado um seminário seguido de visitas técnicas em APLs brasileiros, onde foi aprofundado o debate em relação à experiência da União Europeia na formulação de políticas públicas voltadas ao incremento da competitividade dos empreendimentos por meio da inovação.

Este evento, seguido de visitas técnicas, consistiu na 2ª fase do projeto "Estímulo à Inovação em Arranjos Produtivos Locais". A sua 1ª fase foi a "Missão Técnica a países da União Europeia", realizada de 1º a 15 de maio de 2010, nos países: Irlanda, Inglaterra, Itália e Espanha. O objetivo da missão foi conhecer a experiência europeia na elaboração de políticas públicas de fomento à competitividade das empresas de pequeno e médio porte por meio da inovação (MCT, 2011).

Outro ponto fundamental é o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fortalecer os APLs, onde foi enfatizado que o banco pretende se comprometer pesadamente com os projetos apresentados pela iniciativa privada. "O BNDES quer fortalecer os arranjos produtivos para criar estruturas socioeconômicas resistentes e capazes de dar manutenção à ideia da soberania nacional". A afirmação é do então presidente do BNDES, e foi dirigida a representantes do setor industrial pernambucano, durante seminário sobre Arranjos Produtivos Locais (APL). O encontro, resultado de parceria do BNDES com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) (MCT, 2011).

A relevância do assunto se traduziu em ações de discussão nacional, realizadas nas seguintes conferências nacionais sobre APL:

- 1ª Conferência: Panorama e desafios para a construção de políticas públicas. 02 a 04 de agosto de 2004.
- 2ª Conferência: Financiamento, acesso e gestão de recursos nos APLs. 12 a 14 de setembro de 2005.
- 3ª Conferência: APLs como estratégias de desenvolvimento. 27 a 29 de novembro de 2007.
- 4ª Conferência: APLs: Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade – novas formas de olhar o espaço produtivo. 27 a 29 de outubro de 2009.
- 5ª Conferência: Competitividade e sustentabilidade. 08 a 10 de novembro de 2011.
- 6ª Conferência: 2ª Geração de Políticas para APLs: Competitividade e Sustentabilidade. 04 a 05 de dezembro de 2013, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

As conferências são fundamentais, pois geram debates que podem contribuir para a mudança do perfil nacional.

O assunto discutido na 5ª Conferência foi pertinente ao momento histórico nacional e trouxe uma oportunidade de discussão e incentivo do espaço produtivo, em especial no que tange ao "desenvolvimento sustentado", à inovação constante, à facilitação da atividade empreendedora e a geração de oportunidades de negócio. Sendo acompanhada diretamente pela presidência da república, a 5ª Conferência atraiu um público muito maior do que o da última edição, fato que possibilitou a evidência do tema APLs no contexto nacional, com uma troca muito rica e de diversas experiências, aproveitando-se do conhecimento acumulado até o presente momento.

Houve a participação de empresários e representantes de associações de classe empresariais, governanças e gestores de APLs, Governo Federal e governos estaduais, gestores técnicos governamentais, agentes financeiros, parceiros dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, acadêmicos e parlamentares.

Por meio de painéis, mesas redondas e apresentação de experiências locais, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a realidade e a diversidade dos APLs brasileiros, os principais desafios enfrentados e as soluções propostas na busca por resultados mais eficazes e sustentáveis (MCT, 2012).

Foi passado para os participantes que os APLs no país mostram diferenças marcantes, iniciando em suas origens, nos setores de atividades, nas fases de amadurecimento, em suas formas de articulação, entre atores envolvidos e em suas características hierárquicas. Com relações complexas em suas intensidades e nas formas de cooperação existentes.

A 6ª Conferência trouxe diversas contribuições com apresentações que contribuíram para o entendimento das questões sobre APL na atualidade, desde o cenário macro econômico às experiências locais como indústria moveleira do Rio de Janeiro, governança e cooperação em APL, formação e capacitação, desenvolvimento sustentável, programas de inovação, políticas para APLs, dentre outras contribuições que marcaram o evento (REDEAPL, 2013).

Diante da necessidade de crescimento e do fortalecimento da indústria brasileira, surge o Plano Brasil Maior e a convergências das políticas públicas de desenvolvimento 2011 a 2014.

O Plano Brasil Maior é a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff, que surge em um contexto conturbado da economia mundial, envolvendo os países desenvolvidos mergulhados numa crise e os países emergentes, liderados pelo crescimento chinês, que tem garantido o crescimento mundial.

O Plano Brasil Maior pretende: i) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; ii) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Diante deste desafio, o plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.

O governo acredita que a estabilidade monetária, a retomada do investimento e crescimento, a recuperação do emprego, os ganhos reais dos salários e a drástica redução da pobreza criaram condições favoráveis para o país dar passos mais ousados em sua trajetória rumo a um estágio superior de desenvolvimento.

O plano pretende ainda adotar medidas importantes de desoneração dos investimentos e das exportações para iniciar o enfrentamento da apreciação cambial, de avanço do crédito e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, de fortalecimento da defesa comercial e ampliação de incentivos fiscais e facilitação de financiamentos para agregação de valor nacional e competitividade das cadeias produtivas.

O país vai mobilizar suas forças produtivas para inovar, competir e crescer. O mercado grande e pujante, o poder de compras públicas criado pelas políticas inclusivas, a extensa

fronteira de recursos energéticos a ser explorada, a força de trabalho jovem e a criatividade empresarial constituem trunfos institucionais, de recursos naturais e sociais formidáveis para desenvolver um Brasil Maior (MDIC, 2012b).

O plano apresentou uma etapa estadual, com os Seminários Inovar para Competir e Competir para Crescer, e uma etapa macroregional, que foram realizados de outubro de 2012 a junho 2013.

O circuito de fechamento da etapa nacional da proposta de operacionalização foi a 6ª Conferência Nacional sobre APL, em dezembro de 2013 (MDIC, 2012b; REDEAPL, 2013).

Essa complexidade de situações mostra a preocupação do governo com o programa de desenvolvimento nacional e a necessidade de políticas públicas direcionadas, pois cada situação tem o seu caráter particular e necessidades diversificadas.

Neste contexto nacional, abrem-se as portas para um novo cenário envolvendo políticas públicas, com um desafio de incorporar atores locais na concepção e sustentação do processo de desenvolvimento fortalecendo a sua autonomia e incentivá-los a produzir um projeto estratégico de desenvolvimento regional e de inserção cooperativa e interdependente.

Este processo gera uma eficiência coletiva no contexto estruturado que pode ser visualizado no seu próprio conceito, onde arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2000).

Os conceitos e a própria prática de APLs enfatizam que "a interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local" (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p. 5).

Esta visão dos APLs evidencia uma capacidade de associação em rede e uma oportunidade de potencializar a utilização, da proximidade física e de pesquisas desenvolvidas, por meio de processos de transferência de tecnologia de forma coletiva (CASSIOLATO E LASTRES, 2003).

Percebe-se, nos próprios conceitos e na visão prática das estruturas dos APLs, que estes proporcionam um direcionamento de aprendizagem, ciência e tecnologia de suma importância para o desenvolvimento de um país. Nesse sentido, Castells (1999, p.119) enfatiza que "a informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no conhecimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica".

Neste contexto, percebe-se que os processos que envolvem o desenvolvimento local supõem sempre que existam esforços articulados de atores estatais e da sociedade, que tenham disposição para levar adiante projetos que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito.

A articulação do desenvolvimento local, portanto, necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população (MARSIGLIA, 1996, p.75).

O tema Políticas Públicas para APLs é de suma importância para o desenvolvimento social sustentável e para a própria segurança nacional, o que envolve as esferas governamentais nacionais e internacionais a discutirem o assunto e se posicionarem de

maneira pró ativa para o desenvolvimento das questões relacionadas e para a formulação de critérios para políticas públicas para APLs.

A resposta a esse desiderato na visão prática e acadêmica seria o critério de eficiência para as ações, no sentido de gerar melhorias significativas na capacidade produtiva da comunidade local, levando-se em conta que os APLs além das ações privadas originárias de seus atores locais, necessitam de iniciativas públicas como elemento de catalise, sendo um fator estimulante para o desenvolvimento dos processos locais promovendo a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos no território onde o APL está inserido.

#### **2.4.5. Políticas públicas e programas estaduais para o setor agrícola**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro evidencia que os seus atos, com relação à agricultura, estão em consonância com os dispositivos estabelecidos na legislação vigente - em particular com a Constituição Federal e legislação em vigor no país (Anexo 1). (ALERJ, 2013). As principais legislações para a agricultura do estado do Rio de Janeiro, de interesse para os estudos abordados nesta tese, estão indicadas no apêndice C.

O governo, através da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC), busca o desenvolvimento da agricultura familiar e de todo o agronegócio através da pesquisa, prestação de serviço e elaboração de políticas públicas para o setor, com ênfase na geração de oportunidades de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do interior do estado do Rio de Janeiro (SEAPEC, 2013).

A secretaria possui diversos programas para o estado, como o Cultivar Orgânico, Crédito Fundiário, Estradas da Produção, Eletrificação Total, Florescer, Frutificar, Jovem frutificando, Multiplicar, Prosperar, Rio Agro Energia, Rio Café, Rio Carne, Rio Genética, Rio Horti, Rio Leite, Rio Mel, Rio Rural, Sanidade Rio, Programa Estadual de Recuperação da Economia do Meio Rural Fluminense, todos devidamente identificados conforme a listagem apresentada no apêndice D.

A orientação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para agricultura se fortalece com a Lei nº 6179, de 9 de março de 2012, que em seu artigo 1º "cria o Programa Estadual de Recuperação da Economia do Meio Rural Fluminense, visando o fortalecimento da Agricultura Familiar e atividades afins."

Em seu artigo 2º estabelece os objetivos do programa:

- a) Identificar as principais causas do êxodo rural no território fluminense.*
- b) Identificar as regiões do estado onde haja maior incidência de redução da atividade econômica rural e maiores níveis de empobrecimento do homem do campo.*
- c) Promover ações conjuntas de governo que objetivem incentivar a fixação do homem no campo.*
- d) Promover ações que possibilitem a diversificação das atividades econômicas rurais.*
- e) Estabelecer parcerias entre os diversos níveis de governo, através da elaboração de convênios, onde haja disponibilização de patrulhas mecanizadas.*
- f) Estabelecer ações facilitadoras de acesso a aquisição de insumos, mudas e demais recursos tecnológicos.*
- g) Promover a valorização do trabalhador rural através da capacitação técnica nos diversos ramos de atividade econômica rural.*
- h) Restaurar ecossistemas de água doce, possibilitando a implantação de projetos de aquicultura como alternativa de desenvolvimento econômico-rural da região.*

*i) Propiciar a inclusão das áreas rurais ao serviço de telefonia fixa e móvel celular, expandindo o atendimento a todas as regiões.*

Para o caso específico desta tese, destaca-se o Programa Frutificar, mas as práticas relacionada ao Programa Rio Rural entram em sintonia com o Programa Frutificar, pois trabalha com os agricultores estimulando a adoção de práticas sustentáveis e com transferências de técnicas produtivas que sejam mais eficientes e ambientalmente adequadas. Em contrapartida, propõe a melhoria da qualidade de vida no campo, harmonizando a conservação dos recursos naturais com o aumento da renda do produtor rural, sendo executado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC) através da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), com financiamento do Banco Mundial (RIO RURAL, 2013).

O programa vem promovendo a participação comunitária nas políticas públicas e na gestão de recursos naturais, incentivando e catalisando a adesão do produtor às práticas sustentáveis. Podem ser identificados como beneficiários do programa 300 mil habitantes de 470 microbacias e, de forma indireta, os residentes nos centros urbanos e na região metropolitana do Rio de Janeiro, através do aumento da oferta de alimentos e água, pela proteção à biodiversidade.

Os principais benefícios do programa são:

- *Desenvolvimento da cidadania;*
- *Melhoria de suas condições de vida;*
- *Recuperação ambiental;*
- *Aumento de renda;*
- *Melhoria da infraestrutura;*
- *Maior inserção no mercado e,*
- *Criação de uma nova perspectiva de vida para suas famílias e para as futuras gerações.* (RIO RURAL, 2013)

Esta metodologia de microbacias se encontra em estudo e implantação no país há cerca de 20 anos, com melhorias constantes de forma a promover a integração comunitária local na autogestão comunitária dos recursos naturais, evidenciando que o homem depende do ambiente para sobreviver (RIO RURAL, 2013).

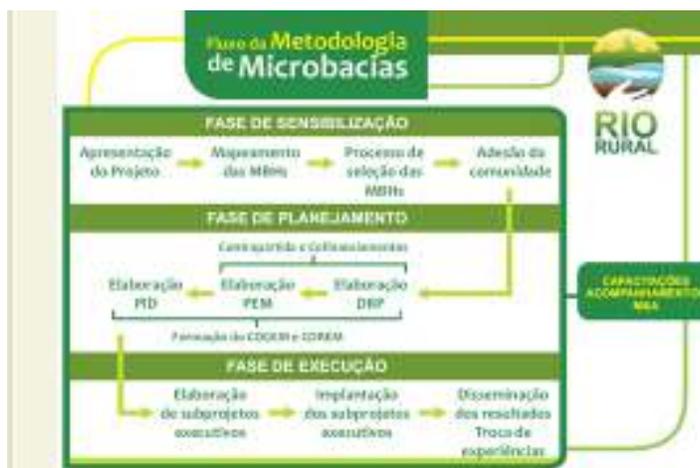
Um dos fatores motivadores para a utilização da microbacia como unidade de planejamento e intervenção é a dificuldade de planejar em bacias hidrográficas, com toda a sua complexidade e inúmeras variáveis socioeconômicas e ambientais. Assim, nasceram os programas de microbacias, preocupados em solucionar a crescente degradação dos solos e a má conservação dos rios, principais fontes de insumos no meio rural (RIO RURAL, 2013).

O programa trabalha com transparência nas decisões, onde a comunidade tem acesso às informações e são estimuladas a se organizarem de forma profissional através do associativismo e cooperativismo, o que pode vir a ser transformado em aglomerações produtivas eficientes.

A participação cidadã e o incentivo a melhoria de vida traz ao agricultor uma nova perspectiva de vida, proporcionando oportunidades de formarem lideranças em seus grupos de interesse, para compor os Comitês Gestores de Microbacias, COGEM, que são as entidades encarregadas de liderar as ações de desenvolvimento rural sustentável.

Os membros do comitê realizam um levantamento das principais demandas e potenciais da microbacia, junto aos atores locais, através do diagnóstico rural participativo (DRP). A partir deste primeiro documento, é construído o plano executivo da microbacia PEM, que contém as ações que serão realizadas (RIO RURAL, 2013).

O fluxo da metodologia de microbacias está apresentado na figura 6, disposta a seguir.



**Figura 6.** Fluxo de metodologia de Microbacias  
Fonte: Rio Rural (2013).

O Programa Frutificar possui uma competência direcionada para o aumento da produção e da produtividade de frutas no estado do Rio de Janeiro, através de linha de crédito específica para financiamento de projetos de fruticultura irrigada (SEAPEC, 2013). Ao proporcionar o financiamento para investimento e custeio de lavouras de fruticultura irrigada, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) financiado através do Banco do Brasil (SEAPEC, 2013), o programa dispõe também de uma rede de técnicos para pesquisa e orientação, realizada por técnicos do quadro da secretaria, da EMATER-Rio e de prefeituras municipais conveniadas. Como particularidade fundamental, o programa apresenta a pesquisa e o suporte para a identificação e estudo de problemas relativos à nutrição de plantas, irrigação e fitossanidade das lavouras.

Com uma capacidade de pesquisa que leva aos produtores informações a respeito de possíveis causas e os meios de controle agronomicamente viáveis, por meio diagnóstico de laboratório, das empresas de pesquisa e universidades oficiais, o produtor recebe informações, através de visitas, cursos e literatura, e é orientado a conduzir suas atividades produtivas respeitando as legislações e normas ambientais vigentes (SEAPEC, 2013).

O programa incentiva ainda a agricultura irrigada e orienta os produtores que produzem em áreas próximas, que são exploradas com as mesmas fruteiras, a implantação de condomínio de irrigante, levando em conta a viabilidade e a concordância dos envolvidos. Este condomínio tem como objetivo minimizar os custos operacionais dos projetos de irrigação, através da utilização comum dos equipamentos envolvidos, redes, motobomba, casa de bomba, filtros, painel elétrico, sistema de captação e de condução de água, dentre outros (SEAPEC, 2013).

O Governo do Estado regulamentou a Lei nº 4.177, que isenta todos os produtos agrícolas da tributação do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), e estimula os agricultores a se organizarem em grupos de produtores, associações e ou cooperativas, de maneira que estas entidades possam atuar como responsáveis pela negociação e comercialização da produção com atacadistas e intermediários, compra em comum de insumos, equipamentos, capacitação, dentre outras, que neste estudo em questão seria a formação de arranjos produtivos locais, denominados APLs (SEAPEC, 2013).

A Lei nº 4.177 estabelece em seu artigo. 1º: "fica criado o regime especial de benefícios fiscais ao setor de Agronegócio e da Agricultura Familiar Fluminense, a vigir nas condições especificadas nesta Lei".

O seu artigo 2º estabelece:

*§ 4º - Os benefícios previstos nesta lei também se aplicam:*

*I – na aquisição de sementes por seus beneficiários;*

*II – na contratação de assistência técnica e extensão rural a ser prestada por entidade oficial ou privada;*

*III – no incentivo a criação de cooperativas para ajudar a comercialização e o escoamento da produção.*

Para a participação no Programa Frutificar é necessário que o postulante seja um produtor rural, pessoa física ou jurídica, em suas diversas formas de organização, e que exerçam suas atividades nos municípios do estado do Rio de Janeiro, ressalvadas as condições exigidas pelo programa (SEAPEC, 2013).

Outro requisito é a comprovação de que suas propriedades possuam solos com aptidão agrícola para implantação da fruticultura, disponibilidade de água de qualidade e em quantidade suficiente para desenvolvimento do projeto de irrigação. Também participam do programa os produtores de mudas frutícolas, fiscalizadas ou certificadas das variedades e cultivares estabelecidos pelo programa, devidamente legalizados junto aos órgãos oficiais, que se comprometam a direcionar pelo menos 50% da produção para atendimento aos produtores contemplados no programa (SEAPEC, 2013).

A concessão de crédito a arrendatário, comodatário, usufrutuário, parceiro, dentre outros, fica condicionada à apresentação de documentação que comprovem a relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito, registrada em cartório.

Serão concedidos créditos para formação de lavouras, com custo estimado pelo programa na solicitação, a pretendentes que comprovem a ocupação mansa e pacífica do imóvel rural há mais de 5 (cinco) anos ininterruptos.

Segundo a SEAPEC, (2013) para concessão de financiamento são necessárias:

*a) "Declaração do pretendente", atestada pela EMATER-RIO e pela Secretaria Municipal de Agricultura, contendo descrição detalhada do imóvel, com sua exata localização, seus confrontantes e o período de ocupação.*

*b) Confirmação da posse, por pelo menos dois produtores confrontantes ou pelo Sindicato dos Produtores Rurais, ou ainda pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mediante aposição, nos documentos fornecidos, das respectivas assinaturas com firmas reconhecidas e identificação dos responsáveis.*

➤ *Nos empreendimentos organizados de forma coletiva, os financiamentos poderão ser contratados pelos participantes, desde que, individualmente, o beneficiário satisfaça os pré-requisitos exigidos e se disponham a responder solidariamente pelo cumprimento das obrigações.*

➤ *A solidariedade nos contratos poderá ser afastada, quando comprovado o interesse do Estado na resolução de conflitos, e desde que o co-obrigado beneficiado pelo afastamento assumam a responsabilidade pelo pagamento de seu quinhão correspondente.*

➤ *Quando o beneficiário for pessoa jurídica, deverá comprovar a quitação das suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Caso as restrições cadastrais referidas recaiam sobre pessoas jurídicas, também estarão impedidos de operar na forma do FRUTIFICAR os seus respectivos sócio-quotistas.*

- Não poderão ser aceitas no Programa propostas de financiamento de proponentes que apresentem restrições cadastrais [...]
- Não serão aprovadas propostas de financiamento de proponentes que não demonstrarem capacidade técnica, financeira e gerencial, necessárias ao desenvolvimento dos projetos, a critério do Grupo Executivo.
- Cadastro - Esta proposta deve ser impressa e encaminhada ao Núcleo Executivo da Regional de Campos dos Goytacazes.

A secretaria também possui o Projeto Jovens Frutificando no Interior, que oferece acesso à moradia e condições diferenciadas na linha de crédito do Programa Frutificar, como atrativos para que jovens agricultores, de 18 a 24 anos, possam plantar e permanecer no interior do estado. Adota as mesmas regras do Programa Frutificar com relação ao crédito, comercialização, orientação técnica, e demais elementos, permitindo um acréscimo de 30% no valor do limite de crédito, destinado à construção de sua moradia (SEAPEC, 2013).

Para efetivar o implemento de políticas públicas, o fomento da agricultura familiar e do agronegócio no estado, foi criada a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC).

A SEAPEC (2013) tem como atribuições:

*implementar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a todo o agronegócio, cumprindo uma agenda social com ênfase na geração de oportunidades de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do interior do Estado do Rio de Janeiro.*

A Secretaria do Estado do Rio de Janeiro possui parceria com diversas entidades para cumprir a sua missão, conforme indicadas no apêndice E.

#### 2.4.6. Legislação estadual para fruticultura

As principais legislações do estado do Rio de Janeiro para a fruticultura são apresentadas na tabela 4.

**Tabela 4.** Principais legislações do estado do Rio de Janeiro para a fruticultura

Dispositivo Legal	Data	Objetivo
Decreto n.º 26.278	04 de maio de 2000	Institui o Programa Moeda Verde – Frutificar, cria o grupo executivo para a implementação do projeto polo de fruticultura.
Decreto n.º 29.194	14 de setembro de 2001	Cria o comitê de deferimento de crédito dos programas especiais de fomento agropecuário e dá outras providências.
Decreto n.º 32.811	19 de fevereiro de 2003	Institui o "Projeto Jovens Frutificando no Interior", no âmbito do Programa Moeda Verde Frutificar, e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da legislação do estado do Rio de Janeiro.

#### 2.4.7. Políticas públicas e programas municipais

A Constituição Federal de 1988 destaca, em seu artigo 29º, que: "o município reger-se-á por Lei Orgânica, [...] que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado [...]".

A Carta Magna amplia a competência municipal, legitimando a autonomia política local a partir de sua habilitação em elaborar a sua lei orgânica e legislações pertinentes, e escolha direta de seus governantes. Desse modo, os municípios, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30º, têm competência para "legislar sobre assuntos de interesse local".

A mídia tem evidenciado a importância de parcerias municipais com o governo estadual e federal nas áreas de saneamento, saúde e mobilidade urbana e programas de geração de renda e emprego, como grandes desafios a enfrentar (PT NO SENADO, 2013). Nesse contexto, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou o Programa de Geração de Renda e Emprego (PROGER) (2013), que:

*ênfatiza o apoio a setores intensivos em mão de obra e prioritários das políticas governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador.*

Um dos objetivos do PROGER (2013) é "o desenvolvimento de infraestrutura [...] melhoria das condições de vida dos trabalhadores, [...] o estímulo às exportações do País, o estímulo ao adensamento das cadeias produtivas [...]" que em parcerias estabelecidas com os municípios que assim desejarem, pode vir a permitir "a participação ativa na democratização do crédito produtivo popular" para se construir um município autônomo e fortalecido.

O PROGER foi criado em 1994 pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT para possibilitar o financiamento de setores geradores de emprego e renda e intensivos em mão de obra. A princípio estruturado com três programas, sendo eles o PROGER Urbano, PROGER Rural e o PRONAF, operava apenas quatro linhas de crédito. Ao longo dos anos, o programa foi reestruturado e o número de linhas aumentou substantivamente. Em 2006, ano do lançamento da primeira edição do Informe PROGER, já operava com mais de 30 programas/linhas, atendendo a diferentes demandas sociais e diversos setores considerados prioritários pelo governo (PROGER, 2001/2007).

O município tem responsabilidades e encargos para realizar a sua gestão, que são definidas na Constituição Federal e particularizadas nas Leis Orgânicas, onde este tem autonomia para definir suas políticas e aplicar seus recursos, no caso das competências privativas ou exclusivas.

Apesar das competências instituídas aos municípios, percebe-se que muitos não têm recursos suficientes e necessitam negociar transferências de recursos. Segundo apresenta Teixeira (2002, p.7), essas solicitações consideram "a posição política, o prestígio e a vinculação partidária dos prefeitos e parlamentares, cujas alianças se pautam, em grande parte, pelos interesses eleitoreiros e clientelistas," dificultando a gestão local.

A situação relatada por Teixeira (2002) mostra que administrar um município e formular políticas públicas é um desafio para a sociedade civil. Estudar a esfera pública e democracia participativa nos municípios implica em perceber o entendimento da sociedade sobre democracia, a constituição em vigor no país e as leis complementares.

Nesse sentido, a participação do cidadão na construção de sua história permite um crescimento social e, com isso, na visão de Putnam (1996, p.186):

*os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo, que são as características de uma comunidade cívica.*

Para o cidadão comum que se encontra disperso nos seus afazeres diários, é compreensível a sua falta de conhecimento e entendimento sobre esses questionamentos, mas a participação traz transformações. Como diz Offe (1999, p.122), a mudança pode trazer o:

*feito "republicano" de transformar "sujeitos" em "cidadãos", isto é agentes capazes de empregar seus próprios recursos cognitivos e morais em formas deliberativas e inteligentes para solucionar problemas políticos de acordo com uma lógica de aprendizado coletivo, e lutando, como consequência, para servir ao "bem comum".*

A partir deste contexto, percebe-se que as políticas públicas e programas municipais precisam ter o consenso dos atores envolvidos e o apoio do cidadão nas suas bases representativas, em seus locais de moradia, ou seja, na organização de bairros, organizações não governamentais que estão inseridas nas bases e a sua participação na construção social de sua comunidade.

## 2.5. O Desenvolvimento da Fruticultura no Brasil

O Brasil se destaca entre os principais produtores mundiais de frutas, com uma ampla oferta de produtos que variam das tropicais às temperadas, devido a sua vasta extensão territorial, posição geográfica e clima. Apesar de sua grande capacidade produtiva e de climas, o país tem uma participação no mercado mundial abaixo de suas potencialidades.

A fruticultura, na maioria dos casos, é produzida para o mercado *in natura*, pois os produtores conseguem um retorno maior. A produção excedente a um preço menor é direcionada para a agroindústria. A produção e comercialização de frutas processadas estão em linha com a produção e comercialização de fruta fresca. Os segmentos podem ser divididos em frutas frescas e frutas processadas como doces, geleias, secas, sucos, refrescos, etc (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

O Brasil é o 3º maior produtor de frutas, com 42,6 milhões de toneladas produzidas em 2,2 milhões de hectares distribuídos pelo país, com sua produção comercializada *in natura* de 47% e 53% processadas, sendo que 31% das frutas frescas e processadas produzidas no Brasil são exportadas para diversas partes do mundo (*Brazilian Fruit*, 2013).

O país, para alavancar a produção de frutas, criou em 1988 um programa denominado de *Brazilian Fruit*, com o apoio da Associação Nacional dos Exportadores de Horte granjeiros (Hortinexa). O objetivo era promover as exportações das frutas frescas e processadas. A tabela 5 apresenta a trajetória do Programa *Brazilian Fruit*.

**Tabela 5.** Retrospectiva do Programa *Brazilian Fruit* (continua)

Ano	Ações
1982 a 1986	Iniciada campanha internacional de promoção da fruta brasileira, nos mercados europeu e norte-americano, sob o tema "Delícias do Brasil", sob a coordenação da Hortinexa.
1996 a 1997	Ministério da Agricultura (DENACOOP) viabilizou o desenvolvimento do Projeto "Promoção da Fruta Brasileira nos Mercados Interno e Internacional." Coordenação do Grupo de Trabalho da Fruta (GTF), com recursos operacionais do IBRAF.
1998 a 1999	Início da parceria entre o IBRAF e a APEX BRASIL para a realização do Projeto Piloto <i>Brazilian Fruit</i> .
2000	Início da segunda fase do programa, sob o apoio da APEX BRASIL, com foco especial no mercado Europeu.

**Tabela 5. continuação**

2002	Com a estruturação das novas ações em parceria com a APEX BRASIL, o Projeto ganhou o nome de "Programa Horizontal de Promoção das Exportações das Frutas Brasileiras." Neste período, passou a promover frutas como abacaxi, limão, maçã, manga, melão, papaia e uva.
2005	Ampliação dos mercados alvo para a promoção das frutas frescas e processadas brasileiras. Com isso, países asiáticos, do Leste Europeu, árabes e da América Latina renderam-se ao peculiar sabor das frutas do Brasil. Criação do <i>Brazilian Fruit</i> Festival. Ação cujo objetivo é promover e comercializar as frutas brasileiras nas principais redes de varejo espalhadas pelo mundo, por meio de degustação de frutas e sinalizações no ponto de venda. Lançamento do Turismo Receptivo, cuja meta é apresentar a qualidade das frutas frescas e processadas ao turista estrangeiro que visita o Brasil durante o café da manhã nos principais hotéis do país. Criação da Feira Internacional de Frutas, Legumes e Derivados, Tecnologia e Logística, Fruit&Tech, cujo objetivo é ampliar as oportunidades de produção, logística, distribuição e negócios de toda a cadeia de frutas, legumes, verduras e derivados, convergindo todos os setores envolvidos em um único evento.
2006 a 2008	Aumento de 76% das exportações das empresas beneficiárias do projeto de 2005 para 2008. Criação da <i>Web Radio Brazilian Fruit</i> como canal de comunicação.
2009	A realização do Projeto Comprador e imagem nesse ano atingiu 33 convidados, com destaque para as ações realizadas durante o evento Fruit&Tech em São Paulo. Novas ações integraram o projeto como os <i>Workshops</i> regionais, que visa apresentar às empresas de diferentes regiões do Brasil o projeto <i>Brazilian Fruit</i> e os benefícios de participar das ações. Indicação do IBRAF como entidade madrinha.
2010	Análise e definição dos mercados prioritários com o apoio da área de inteligência comercial da APEX BRASIL e reformulação do site <i>Brazilian Fruit</i> .

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados *Brazilian Fruit* (2013).

O Projeto *Brazilian Fruit* envolve a execução de diversas ações para promover as frutas brasileiras e seus derivados no mercado internacional, incentivando a participação de produtores a integrarem os principais eventos internacionais de negócios relacionados a produtos frescos e processados (Tabela 6).

**Tabela 6. Feiras Internacionais**

<b>Eventos</b>	<b>Países</b>
<i>Gulf Food</i>	Dubai - Emirados Árabes
Fruit Logística	Berlim - Alemanha
Sial - The Global Food Marketplace	Paris - França
PMA - Produce Marketing Association	Orlando - EUA
Ásia Fruit Logística	Hong Kong
Fruit&Tech	São Paulo - Brasil

Fonte: Adaptado pelo autor (*Brazilian Fruit* (2013)).

O programa ainda concentra diversas ações, como:

- Projeto Comprador e Imagem, onde compradores e jornalistas estrangeiros têm a oportunidade de conhecer a produção brasileira de frutas, por meio de visitas a regiões produtoras e contato direto com as empresas exportadoras, inclusive agroindústrias (BRASILIAN FRUIT, 2013).
- Prospecção de mercados cujo objetivo é identificar as oportunidades para as frutas brasileiras e seus derivados em mercado com potencial de expansão, por meio de missões empresariais (BRASILIAN FRUIT, 2013).
- Relações Públicas cujas ferramentas de comunicação visam maximizar a visibilidade das ações do projeto *Brazilian Fruit* com seus diversos públicos alvo no Brasil e exterior (BRASILIAN FRUIT, 2013).
- Workshop regional que visa criar a oportunidade de que empresas de diversas regiões do país tenham conhecimento das ações realizadas pelo projeto e de como fazer parte, bem como somar esforços com entidades governamentais para ampliar as ações de apoio às exportações de frutas e derivados (BRASILIAN FRUIT, 2013).
- Promoção no ponto de venda que utiliza ações promocionais em supermercados através da organização de campanhas de degustação, decoração e distribuição de folhetos. Visa atrair a atenção dos consumidores ao promover a venda das frutas brasileiras das empresas exportadoras integrantes do Projeto de Marketing (BRASILIAN FRUIT, 2013).
- Ações Específicas em função da particularidade de promover cada variedade de fruta ou segmento. São desenvolvidos projeto e ações específicas que atendam as necessidades de cada setor (BRASILIAN FRUIT, 2013).

A fruticultura vem crescendo a partir de ações de incentivo, como apresentado nas estatísticas das exportações e importações de frutas frescas (2013) pelo SEBRAE (Tabela 7).

A promoção da fruticultura brasileira no país e no exterior é fundamental para a comercialização e expansão dos negócios, e para isso é imprescindível a realização de feiras e eventos internacionais para as ações de divulgação (BRASILIAN FRUIT, 2013, 2014). Os eventos internacionais realizados em 2013 e 2014 constam listados na Tabela 8.

**Tabela 7.** Exportações brasileiras de frutas frescas  
(Continua)

Exportações Brasileiras de Frutas em Valor (US\$) e Peso Líquido (kg)	
Ano	Total
2007-US\$	642.743.947
2007-kg	918.796.503
2008-US\$	724.232.575
2008-kg	888.088.756
2009-US\$	559.499.886
2009-kg	780.413.735
2010-US\$	609.612.136
2010-kg	759.420.595
2011-US\$	633.639.942
2011-kg	681.252.818
2012-US\$	606.405.136
2012-Kg	564.678.166

**Tabela 7 - continuação**

2013-US\$ jan/fev	77.100.589
2013-kg jan/fev	92.752.852

Fonte: SEBRAE, 2013

**Tabela 8. Eventos internacionais *Braslian Fruit* 2013-2014**

<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Localidade</b>
Gourmet Abu Dhabi 2013	5/2/2013 a 20/2/2013	Abu Dhabi - Emirados Árabes
Food & Hotel Indonesia 2013	10/4/2013 a 13/4/2013	Jakarta. Indonesia
Juice Latin America 2013	16/4/2013 a 18/4/2013	Santiago. Chile
SIAL China	7/5/2013 a 9/5/2013	Xangai. China
HOFEX 2013	7/5/2013 a 10/5/2013	Hong Kong. China
Vitafoods Europe	14/5/2013 a 16/5/2013	Geneva. Suíça
Seoul Food & HOTEL 2013	14/5/2013 a 17/5/2013	Seul. Coreia do Sul
Saudi Food Hotel & Hospitality 2013	19/5/2013 a 22/5/2013	Jedah - Arábia Saudita
Juice Asia 2013	15/6/2013 a 16/6/2013	Bangkok. Tailândia
Tomato Forum 2013	15/6/2013 a 16/6/2013	Roma. Itália
Asia Fruit Logística 2013	de 4/9/2013 a 6/9/2013	Hong Kong - China
Food & Hotel Tailand 2013	4/9/2013 a 7/9/2013	Bangkok. Tailândia
World Istanbul 2013	5/9/2013 a 8/9/2013	Estambul. Turquia
World Food Moscou	16/9/2013 a 19/9/2013	Moscou. Rússia
Anuga 2013	05/10/2013 a 9/10/2013	Colônia. Alemanha
Fruit Attraction 2013	16/10/2013 a 18/10/2013	Madrid. Espanha
PMA Fresh Summit	18/10/2013 a 20/10/2013	New Orleans. EUA
Fruittech 2013	26/11/2013 a 28/11/2013	Milão. Itália
WOP 2013	17/11/2013 a 19/11/2013	Dubai. Emirados Árabes
17º FHC China	13/11/2013 a 15/11/2013	Shanghai. China
Semana Verde Internacional	18/1/2014 a 27/1/2014	Berlim - Alemanha
Fruit Logística 2014	05/02/2014 a 07/02/2014	Berlim, Alemanha.
Gulfood 2014	23/02/2014 a 27/02/2014	Dubai. Emirados Árabes
Worldfood Warsaw 2014	09/04/2014 a 11/04/2014	Varsóvia, Polônia

Fonte: Adaptado pelo autor (*BRASLIAN FRUIT*, 2013, 2014).

Os eventos internacionais são fundamentais para ampliação das exportações e para marcar a presença das frutas brasileiras no exterior. O mercado internacional é seletivo e exige que os fornecedores estejam adaptados aos padrões internacionais de qualidade. Com isso, o projeto incentiva a tecnologia e inovação a serviço das frutas, com profissionais competentes em suas áreas de atuação com o compromisso de atender aos regulamentos técnicos e fitossanitários que são exigidos por cada país. Promove, desse modo, a produção de tecnologias inovadoras que proporcionam segurança e higiene às frutas em todas as etapas do processo, apoiando os métodos de cultivo certificados e supervisionados pelas certificadoras mostradas na Tabela 9 (*BRASLIAN FRUIT*, 2013).

**Tabela 9.** Certificadoras

<b>Certificadoras</b>	<b>Objetivos</b>
GLOBALG. A.P. Certification. (EUREPGAP)	Sistema integrado de garantia da produção. Destinado à generalidade da produção do setor primário no que respeita ao produtor agrícola de produtos para consumo humano.
Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) Selo Fruta Sustentável	Selo Fruta Sustentável é uma certificação que visa assegurar a qualidade diferenciada da produção do fruticultor que optar em cumprir com os parâmetros das Boas Práticas Agrícolas (BPA).
INMETRO. Produção Integrada de Frutas. (PIF)	Estabelece critérios para o processo de produção frutícola, para eliminar as barreiras técnicas que vêm sendo impostas pelos grandes mercados consumidores, especialmente os EUA e a União Europeia.
NSF INTERNATIONAL. TESCO NURTURE.	La norma es un requisito para los productores que suministran a Tesco con frutas y hortalizas frescas. Asegura las mejores prácticas agrícolas en la producción de productos frescos.

Fonte: Adaptado pelo autor (*BRASLIAN FRUIT*, 2013, 2014).

As certificações são de extrema importância, pois traduzem a seriedade do país no envolvimento de sua produção com as boas práticas agrícolas, garantindo ao consumidor que a produção no campo respeita as normas de higiene, preservação do meio ambiente e condição de trabalho, que são adequadas e seguras para os agricultores e terceiros envolvidos.

Segundo o INMETRO (2013 a), "a Produção Integrada de Frutas (PIF) é um sistema que assegura a produção de frutas de alta qualidade, de acordo com os padrões internacionalmente exigidos quanto à tecnologia, rastreabilidade, competitividade, controle de agrotóxicos, segurança alimentar e ambiental".

A certificação apresenta a rastreabilidade garantida do sistema e permite um controle rígido sobre cada área de produção até a embalagem final da fruta (IBRAF, 2013 a).

Segundo a Rural *Master* consultoria (2013):

*EUREPGAP (GLOBAL. G. A. P.) é um sistema de gestão da qualidade, com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos a indústria alimentícia. Originou-se como uma iniciativa dos comerciais varejistas e supermercados europeus em 1997, na Alemanha (Euro Retailer Produce Working Group Eurep).*

Para apresentar sinteticamente o protocolo EUREPGAP para os agricultores e Organizações de Produtores, foi elaborado um guia para certificação GLOBALGAP (EUREPGAP) (CODIMACO, 2013).

O PIF e o EUREPGAP são ferramentas essenciais para os agricultores que querem expandir suas fronteiras de comércio, principalmente para o mercado europeu. Os associados da Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia (CAJ), que exportam frutas para a Europa, utilizam os referidos protocolos.

O Selo de Fruta Sustentável do IBRAF possui abrangência apresentada na Tabela 10, com benefícios para o produtor e para o consumidor.

**Tabela 10.** Abrangência do Selo Fruta Sustentável

<b>Abrangência do Selo</b>	<b>Benefícios para o produtor</b>	<b>Benefícios ao consumidor</b>
Rastreabilidade.	Melhoria na gestão da propriedade.	Segurança do alimento.
Uso adequado de insumos e defensivos.	Aumento da competitividade da fruta.	Consumo de uma fruta com origem conhecida e controlada.
Higiene na manipulação de alimentos.	Acesso a canais diferenciados de comercialização.	Apoio, através da opção de consumo, de uma agricultura responsável com o meio ambiente.
Segurança no trabalho	Marketing das frutas produzidas.	Conhecimento de que a propriedade respeita as leis trabalhistas.
Impactos ambientais da produção. Acesso a novas tecnologias.		

Fonte: Adaptado pelo autor (IBRAF, 2013 a.).

As certificações vieram com o objetivo de evidenciar como um produto foi produzido, de sua origem ao consumidor final, em todos os seus aspectos, como a norma GLOBALG. A.P. (2013), que foi elaborada para:

*reafirmar perante os consumidores que a produção alimentar nas unidades de produção agrícola é realizada através da minimização dos impactos negativos de operações agrícolas no meio-ambiente, redução do uso de insumos químicos e garantia de uma abordagem responsável dos assuntos de saúde e segurança dos empregados e saúde animal. [...] Funciona como um manual prático de Boas Práticas Agrícolas (BPA) em todos os lugares do mundo. A base é uma parceria igualitária entre produtores agrícolas e retalhistas que desejam estabelecer normas e procedimentos de certificação eficientes.*

O Brasil foi inovador criando um modelo de conformidade de Produção Integrada de Fruta (PIF) que, segundo o INMETRO (2013), tem como objetivo "estabelecer critérios para o processo de produção frutícola, que possam eliminar as barreiras técnicas que vêm sendo impostas pelos grandes mercados consumidores, especialmente os EUA e a União Européia".

As normas apresentadas no *Brasilian Fruit* vieram para assegurar a qualidade do produto nacional e a credibilidade diante dos países compradores, através de normas conhecidas internacionalmente como a norma *TESCO NURTURE*, que assegura as melhores práticas para produtos agrícolas frescos (TESCO, 2013).

A fruticultura no Brasil é de grande importância socioeconômica, pois emprega 5,6 milhões de pessoas e corresponde a 34% da mão de obra agrícola, estando fundamentada em pequenas e médias propriedades agrícolas, com investimentos significativos, evidenciando que para cada US\$ 100 mil dólares investidos, estes geram 3 empregos diretos e permanentes, e 2 indiretos (*BRASILIAN FRUIT*, 2013).

Os principais destinos das frutas brasileiras são União Europeia, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Uruguai, Bélgica, Canadá, França, Itália, Portugal e Espanha.

### 2.5.1. Agenda estratégica para fruticultura brasileira

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, criou a agenda para o setor frutícola nacional no período de 2010 a 2015.

De acordo com o MAPA (2011, p. 3), a agenda tem como objetivo proporcionar o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro, sendo:

*fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fruticultura, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro. A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais. Permite, também, pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, ou seja, abrange também as chamadas questões estruturais.*

A agenda estratégica, segundo o MAPA (2011, P. 4), tem como principais objetivos:

- 1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- 2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- 3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

A Tabela 11 apresenta um resumo com os grandes temas, os itens da agenda que possuem diretrizes que balizarão a discussão dos temas, e a construção de propostas pelo grupo de trabalho e toda a equipe envolvida.

**Tabela 11.** Áreas de interesse de estudo na cadeia de fruticultura  
(Continua)

<b>Áreas de interesse de estudo</b>
<b>1. Estatísticas</b> Levantamento das áreas de produção agrícola e safras; Levantamento dos custos de produção; Levantamento de estoques; Levantamento da produção industrial; Levantamento de preços de mercados; Levantamento da comercialização de frutas frescas.
<b>2. PD&amp;I</b> Rede de PD&I da Fruticultura; Programa Nacional de PD&I da Fruticultura
<b>3. Assistência técnica com Capacitação, Difusão e Extensão</b> Plano de Capacitação e Difusão
<b>4. Defesa agropecuária</b> Fiscalização e Controle; Revisão dos Marcos Regulatórios; ARP; Centros Quarentenários
<b>5. Marketing &amp; Promoção</b> Plano de Marketing para o Mercado Externo; Plano de Marketing para o Mercado Interno
<b>6. Gestão da qualidade</b> Sistemas de Qualidade, Diferenciação e Boas Práticas

## **Tabela 11 - continuação**

### **7. Governança da cadeia**

Entidade de Representação da Cadeia; Relações entre os elos da Cadeia; Serviço de Inteligência Competitiva; Associativismo; Criação de Câmaras Setoriais Estaduais; Infra Estrutura e Logística; Revisão de Grades Curriculares; Acesso a Fundos Ambientais; Zoneamento Econômico Ecológico.

### **8. Crédito e seguro**

Crédito; Reformulação do Crédito Oficial; Seguro Rural.

### **9. Legislação**

Legislação Tributária; Legislação Ambiental; Legislação Trabalhista; Lei de Inspeção Vegetal; NCM de Frutas; Legislação Fundiária; Anteprojeto de Lei das Ceasas; Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97.

### **10. Comercialização**

LEC; PGPM; Seguro de Preço; Canais de comercialização.

### **11. Incentivo a agro industrialização**

Programa de Industrialização da Fruticultura

---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do MAPA (2011).

Após o levantamento de dados exposto na Tabela 11, estão sendo estabelecidas as diretrizes e ações para o aprimoramento da cadeia produtiva.

## **2.5.2. A fruticultura no Estado do Rio de Janeiro**

A fruticultura no estado do Rio de Janeiro vem se destacando nos últimos anos em todos os aspectos, da pesquisa às atividades vinculadas a produção agroindustrial. As regiões norte e noroeste - e em particular o município de Campos dos Goytacazes e municípios adjacentes - vêm apresentando resultados satisfatórios.

Essas regiões prosperaram com o plantio de café e da cana de açúcar, que perderam a sua competitividade. Neste século, no entanto, buscam adequação e expansão em outras áreas do agronegócio, com investimentos e apoio do estado, que está apostando na produção de frutas, aproveitando o seu clima, solo e a facilidade de irrigação.

O início do processo de adequação e expansão se deu na década de 1990, quando a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) iniciou uma busca de alternativas para a região a partir do estudo das potencialidades do estado do Rio de Janeiro, com o apoio de diversas agências de fomento que atuam no estado, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ) (INSTITUTOTERRA, 2013; FIRJAN, 2008, FGV, 2008).

O estudo visava descobrir as novas vocações sócio econômicas das regiões, para obter um direcionador, no intuito de desenvolver e explorar suas potencialidades e alavancar a economia.

De acordo com Silva (2006, p.102):

*O material técnico resultante desse levantamento é um dos instrumentos vitais para o direcionamento das atuais ações governamentais de modernização do espaço rural do estado. [...] o diagnóstico econômico do estado foi financiado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e idealizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro (SEBRAE-RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RJ) e Serviço Social de Indústria (SESI-RJ), e*

*vem servindo de apoio para a organização de outros estudos mais específicos, para a implementação de políticas de desenvolvimento em todas as regiões fluminenses, com vultosos investimentos governamentais e privados.*

Os estudos revelaram a vocação agrícola da região e a sua consolidação, evolução e amadurecimento, que contribuíram para a criação do projeto Polo de Fruticultura Irrigada das regiões norte e noroeste fluminense, com parcerias com setores públicos e privados, entre estes a FIRJAN, o SEBRAE, prefeituras da região, universidades e institutos de pesquisas da Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF e a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional, FUNDENOR, além de criar programas de financiamento específicos para a atividade nas regiões.

O documento, com o título "Estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na região norte e noroeste fluminense," foi publicado em agosto de 1998 (FIRJAN, CAMPO, 1998).

A apresentação do estudo FIRJAN, CAMPO (1998, p.1) esclarece que:

*O perfil do polo de fruticultura foi caracterizado em suas dimensões de área irrigada, produção frutífera e processamento industrial. Definiu-se, através de uma avaliação dos mercados internacional e doméstico de frutas tropicais uma estratégia central do tipo "Market oriented". Tal análise possibilitou a identificação do mix ideal de frutas a ser contemplado pelo polo de fruticultura e as respectivas participações relativas a cada cultura.*

O trabalho de pesquisa apresentado fez uma análise do contexto estratégico da região norte fluminense, levando em consideração a inserção desta na estratégia central de logística para o estado do Rio de Janeiro. Foi visualizada a situação da infraestrutura de telecomunicações, de energia elétrica, situação do gás natural, recursos humanos, as condições geomorfológicas e edafoclimáticas e as atividades econômicas preponderantes.

O estudo FIRJAN, CAMPO (1998, p.7) direcionando para a focalização na fruticultura irrigada e agroindústria associada evidenciou que:

*o conjunto de fatores estratégicos analisados possibilitou identificar claramente que a Região Norte-Noroeste Fluminense, pode contar com uma favorável concentração de recursos logísticos para o desenvolvimento de atividade empresariais, principalmente em agricultura irrigada associada à agroindústria. [...] A opção pela fruticultura irrigada decorre também das escalas de produção que poderiam ser alcançadas, da ampla gama de desdobramentos industriais possíveis e da maior potencialidade de atuação junto aos mercados internacionais, superiores às que seriam possíveis com outras alternativas agropecuárias, tais como a oleicultura irrigada ou pecuária de corte e leite.*

O estudo ainda revelou que, com a implantação do polo de fruticultura, seria possível: i) abastecer o mercado do Rio de Janeiro; ii) comercializar os excedentes com outros estados; iii) atingir patamares de qualidades compatíveis com os mercados internacionais; iv) agregar valor a produção agrícola através do processamento na agroindústria; v) elevar o nível de renda da região e evitar o êxodo rural (FIRJAN, CAMPO, 1998, p.8).

O documento evidenciou aspectos de interesse para o país, como as potencialidades dos mercados de frutas, nacional e internacional, destacando um potencial mercado consolidado para as principais frutas tropicais.

Outro aspecto relevante do relatório foi o dimensionamento econômico e viabilidade do polo de fruticultura, apresentando os módulos mínimos, investimentos, economicidade,

como taxa de retorno de investimento, tempo de retorno do investimento, capacidades de produção e que a implantação do polo de fruticultura exigiria a realização de investimentos globais, na ocasião, da ordem de R\$1,57 bilhão de reais, com expectativas de geração de receitas anuais na estabilização da produção de cerca de R\$1,1 bilhão de reais.

O documento estratificou os gastos apresentando as obras coletivas, equipamentos e entalção de irrigação, implantação de culturas, plantas para processamento industrial, os equipamentos complementares e o capital de giro necessário. Destacou também as microrregiões selecionadas para o início da implantação do polo de fruticultura.

Um ponto fundamental do estudo FIRJAN, CAMPO (1998, p.24) para o diagnóstico das potencialidades do norte e noroeste fluminense, em sua conclusão, foi que para assegurar a integridade de sua concepção global, a implantação do polo de frutas deveria seguir 17 diretrizes, conforme apresentadas no apêndice F.

A FIRJAN criou, em 1999, o Grupo Executivo de Agroindústria para apoiar a formação de um polo de fruticultura irrigada no norte fluminense, a partir dos estudos de viabilidade realizados pela empresa Campo, companhia de promoção agrícola.

O estudo foi fundamental para a implantação do polo de fruticultura, que se iniciou a partir do Decreto n.º 26.278 de 04 de maio de 2000, instituindo o Programa Moeda Verde – FRUTIFICAR. O programa de fruticultura iniciou com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com o objetivo de estimular o potencial exportador da fruticultora no estado.

O decreto criou o Grupo Executivo Estadual ligado à Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, para a implementação do projeto Polo de Fruticultura das regiões norte e noroeste do estado.

O estado passou a contar então com dois grupos ligados à fruticultura: o grupo executivo da FIRJAN e o grupo da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, que trabalhavam com ações direcionadas com o objetivo de fortalecer o norte e noroeste fluminense.

O estado continua, ainda, com uma parceria com a FIRJAN, que atualmente promove encontros do Fórum de Agroindústria do Estado do Rio de Janeiro para discutir com empresários, pesquisadores, técnicos e autoridades públicas quais são as potencialidades e os gargalos do setor, as tendências de mercado e a formulação de políticas públicas para fortalecer as cadeias produtivas vocacionadas da região (FIRJAN. 08/2013).

Segundo Silva (2006, p.104),

*as chamadas "atividades potenciais" buscariam estimular regionalmente projetos de revitalização socioeconômica como resposta às novas demandas exigidas para o estado do Rio de Janeiro com a inserção do Brasil, desde o final da década de 80, na chamada ordem competitiva internacional.*

A FIRJAN (2012, p.3) publicou o documento "Visões de Futuro: Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro na Região Norte Fluminense", onde enfatiza que:

*dentro de sua missão de promover a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida da sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro, mobilizou mais de mil empresários, técnicos do Sistema FIRJAN e representantes do poder público e da sociedade organizada para, entre julho de 2011 e agosto de 2012, elaborarem juntos as "Visões de Futuro" para as diversas regiões do estado: caminhos possíveis, ou prováveis, que o Rio de Janeiro poderá seguir, conforme as particularidades regionais, elencando os principais*

*motores de crescimento, as oportunidades e desafios no horizonte de 5 a 15 anos à frente.*

A primeira etapa do processo envolveu o empresariado, que analisou e discutiu com os gestores locais os futuros possíveis para cada região, identificando os principais gargalos a impactar a economia da região e do estado nos próximos anos, em um período de 5 a 15 anos (FIRJAN, 2012, p.3).

O documento enfatiza as medidas identificadas pelo empresariado regional para que as potencialidades econômicas possam se concretizar. Destaca-se no documento que as ações dependem de esforço, principalmente governamental, na elaboração de políticas de planejamento e investimentos antecipados destinados a adequar a região ao futuro que já se aproxima (FIRJAN, 2012, p.11).

Por iniciativa do Sistema FIRJAN, foi criado o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, como uma iniciativa para a construção de uma visão estratégica compartilhada para o estado, com o alinhamento das lideranças empresariais em torno de objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas para os próximos dez anos, trabalhando diversos temas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro em uma visão para o ano de 2015 (FIRJAN, 2013).

O Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN foi instituído para apoiar a criação e implantação de projetos setoriais de caráter estruturante, com o objetivo de promover o desenvolvimento do interior do estado, com geração de empregos e aumento de renda. Os projetos em andamento são; i) fruticultura Irrigada; ii) floricultura; iii) indústria de base florestal. O Sistema FIRJAN apoia a agroindústria em questões tributárias e ações para fortalecimento da atividade sindical (FIRJAN, 2013 a).

O estado tem incentivado a fruticultura irrigada, principalmente na região de Campos dos Goytacazes, que apresenta uma tradição frutícola. A modernização e o uso tecnologias avançadas na fruticultura é uma importante alternativa de investimento no setor agrícola (SILVA, SILVA, KHAN, 2004).

Lacerda, Lacerda (2004, p.1) destacam que:

*a modernização do padrão produtivo possibilitado pela irrigação vem transformando a economia [...]. O desenvolvimento de padrões produtivos em bases modernas impõe à produção agrícola um estreitamento de relações com os setores industriais à montante (fornecedores de insumos e equipamentos) e à jusante (indústrias agrícolas), de comercialização e serviços tais como os que dizem respeito ao crédito, à assistência técnica, pesquisa, formação de mão de obra.*

Com o apoio do governo e dos demais atores, com parceria instituições organizadas, centros de pesquisa, universidades e SENAR, percebe-se que o estado busca implantar um desenvolvimento regional, com tecnologia, novas técnicas e melhor qualificação da mão de obra empregada por meio de estudos acadêmicos e atores institucionais.

Um dos grandes incentivos para os fruticultores da região foram os Decretos 26.278 de 04 de maio de 2000, que instituiu o Programa Moeda Verde, Frutificar; o Decreto 29.194 de 14 de setembro de 2001, que criou o Comitê de Deferimento de Crédito dos Programas Especiais de Fomento Agropecuário; e o Decreto 32.811 de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu o projeto denominado Jovens Frutificando no Interior, que se encontra no âmbito do Programa Moeda Verde Frutificar.

O estado tem vários projetos, sendo que um deles é coordenado pela Embrapa Agroindústria de Inovação Tecnológica no Arranjo Produtivo do Maracujá no Rio de Janeiro,

reunindo uma rede de parceiros que representa quase toda a cadeia produtiva da cultura. O projeto congrega pesquisadores, técnicos, educadores, produtores e empresários do Rio e de outros estados, que estão envolvidos na iniciativa com o intuito de buscar soluções para o campo, a agroindústria e a geração de novos produtos (EMBRAPA, 2013).

A evolução dos trabalhos na fruticultura no estado chegou a ser destacado com a formação de um APL, no município de Campos dos Goytacazes e adjacências. O relatório, na ocasião, evidenciava a presença de uma empresa âncora conhecida como "Bela Joana" e uma malha de pequenos agricultores, com expressivo apoio institucional e coordenado pelo Programa Frutificar do Governo do Estado (CAMPOS, 2004, p.45). A empresa encerrou suas atividades em função de vários problemas, descaracterizou sua influência como âncora do projeto e foi reinaugurada em 2013, sendo que na atualidade não processa frutas locais.

Fachinello, Pasa, Schmitz, Betemps (2011, p.120) evidenciam que:

*o desenvolvimento de novas tecnologias e o domínio sobre as técnicas de cultivo de plantas frutíferas de clima temperado possibilitaram que o Brasil passasse de grande importador para exportador de frutas no período de 1999 a 2009. Isto demonstra que com o apoio e os incentivos públicos, é possível aproveitar o potencial de clima e solo existente no País para aumentar a diversificação de cultivos e atender à demanda crescente por clima temperado para atender ao mercado interno e às exportações.*

A FIRJAN incentiva à fruticultura irrigada como uma fonte de renda substancial alternativa, que pode ser praticada com sucesso pelos pequenos e médios produtores e tem elevado potencial para geração de empregos. Nesse panorama, desenvolve projetos nas regiões Norte e noroeste fluminense.

A região apresenta um plantio representativo de frutas tropicais, como o abacaxi, maracujá, goiaba e coco, e competência para trabalhar com outras culturas.

Este projeto possibilitou a instalação de algumas indústrias que processam as frutas produzidas (FIRJAN, 2011).

### 2.5.3. A fruticultura no município de Campos dos Goytacazes

A PESAGRO-Rio (2013) disponibiliza literatura sobre fruticultura. As principais frutas segundo EMATER-Rio produzidas no município constam listadas na Tabela 12.

**Tabela 12.** Principais frutas produzidas no município de Campos dos Goytacazes

Cultura	Área colhida (ha) 2009	Produção colhida (kg) 2009	Área colhida (ha) 2010	Produção colhida (kg) 2010
Abacaxi	85	1.613.000	111	2.690.000
Acerola	9	90.000	6	50.000
Banana	30	345.000	52	556.000
Coco verde	168	3.702.000	143	2.980.000
Goiaba	6	109.000	7	108.000
Laranja	6	49.000	3	25.000
Limão	6	67.000	3	28.000
Manga	5	45.000	8	71.000
Maracujá	6	88.000	6	71.000
Melancia	1	15.000	0	0
Melão	1	15.000	0	0
Pinha	2	18.000	1	8.000

<b>Total geral fruticultura</b>	<b>325</b>	<b>6.156.000</b>	<b>340.00</b>	<b>6.587.000</b>
---------------------------------	------------	------------------	---------------	------------------

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da EMATER-Rio (2009, 2010).

Para o aproveitamento das frutas da região de Campos dos Goytacazes, foi reinaugurada a antiga fábrica, conhecida como Bela Joana, transformada em uma moderna Fábrica de Sucos da ARBOR BRASIL, atualmente denominada *Unidrinks*. Com investimentos de R\$ 30 milhões de reais, que incluem a aquisição da planta industrial, já atuava há quase dois anos na condição de arrendatária, representando um incentivo para a retomada do crescimento da fruticultura na região. A solenidade, realizada no dia 12 de abril de 2013, contou com a presença do governador do estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, demais autoridades estaduais e municipais, e diversos atores envolvidos no projeto, clientes e fornecedores do empreendimento (SEAPEC, 2014).

A fábrica de sucos vem representar um catalisador e um incentivador para a expansão da fruticultura na região em no município de Campos. A Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro está em entendimentos com o grupo para que, cada vez mais, busquem matéria-prima dentro do próprio estado, o que representa, além da redução de custos, geração de empregos (SEAPEC, 2014).

A expectativa do presidente da ARBOR BRASIL com relação à vocação da região para a fruticultura é positiva. Ele adiantou que a parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro na identificação de produtores fornecedores de frutas será importante para a consolidação do projeto. A estimativa da empresa, que atualmente utiliza polpa de frutas provenientes de outros estados, é que o consumo de frutas tropicais alcance 50 milhões de quilos a partir da ocupação plena da unidade de Campos (SEAPEC, 2014).

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, é apresentada a metodologia utilizada no estudo. No referencial consultado, Lakatos e Marconi (2005:155) evidenciam que "a pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

Na mesma linha, Gil (2008, p.27) define método científico "como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para se atingir o conhecimento", onde se define a abordagem de pesquisa, a população, a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e também a forma de tabular. Booth, Colomb e Williams (2005, p.7), de maneira consisa, defendem que "pesquisar é simplesmente reunir informações necessárias para encontrar resposta para uma pergunta e assim chegar à solução de um problema". Já Hair Jr, Babin, Money e Samouel (2005, p.30) apresentam a pesquisa como "uma busca com o objetivo de discernir a verdade", mostrando que "aqueles que realmente pesquisam estão procurando por respostas". Segundo Trivinõs (1987, p.112), para que uma investigação tenha 'validade científica, precisa de delimitações técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a interpretação dos dados'.

Para o direcionamento correto do estudo, se faz necessário conhecer de forma aprofundada a metodologia no que tange à classificação. Nesse contexto, uma pesquisas pode ser considerada, quanto à sua natureza, em básica e aplicada. A pesquisa básica tem como objetivo suscitar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais. Em contrapartida, a aplicada busca originar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002).

Quanto à forma de abordagem, pode ser: i) quantitativa, na qual se utilizam medidas com a finalidade de se buscar resultados que sejam quantificáveis, através de técnicas de estatística ; ou ii) qualitativa, que busca interpretar os fenômenos e a atribuição de significados sem, necessariamente, utilizar métodos e técnicas estatísticas, sendo o pesquisador o instrumento chave (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002).

Quanto às fontes, a pesquisa pode ser: i) primária, quando se utiliza os dados brutos, não coletados, tabulados ou analisados; e ii) secundárias, quando se utiliza dados já coletados e sistematizados, disponíveis para consulta (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002).

Em relação aos objetivos, o estudo pode ser definido como: i) exploratório, buscando conhecimento e diagnóstico na literatura sobre o tema, de forma a proporcionar maior familiaridade e torná-lo explícito; ii) descritivo, com a simples descrição do fenômeno, expondo as características da amostra, as relações entre variáveis, atores e o estabelecimento de elementos entre eles; iii) explicativo, cujo objetivo é identificar fatores que colaboram ou determinam a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade ao explicar a razão das coisas (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser: i) bibliográfica, elaborada a partir de documentos publicados e de acesso público ou restrito; ii) documental, a partir de documentos que não receberam tratamento analítico e se encontram em sua condição normal; iii) experimental, que determina o objeto, seleciona as variáveis, define as formas de controle e observa os efeitos que as variáveis produzem; iv) levantamento (*survey*), que envolve interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer utilizando métodos quantitativos, com aplicação de questionários; v) estudo de caso, que realiza um estudo

profundo do objeto com o método qualitativo; vi) *expost-facto*, quando o experimento se realiza após o fato ocorrido; vii) *ação*, realizada em estreita associação com uma ação ou a realização de um problema coletivo; viii) *participante*, com interação entre participante e investigados. ix) *estudo de campo*, com a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no cotidiano, coleta de dados e com base numa fundamentação teórica consistente; x) quanto aos instrumentos, pode utilizar a observação, o formulário, questionário e a entrevista (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002).

### 3.1. Tipo de Pesquisa

Diante desses desdobramentos, esta tese pode ser considerada uma pesquisa aplicada, que busca determinar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais, aplicáveis em outras localidades.

O trabalho pode ainda ser definido como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois utiliza medidas com a finalidade de se buscar resultados que sejam quantificáveis e procura interpretar os fenômenos e a atribuição de significados, sendo o pesquisador o instrumento chave da pesquisa.

Quanto às fontes, a pesquisa se delimita como primária, pois utiliza dados brutos, e também como secundária, ao fazer uso de dados já coletados e sistematizados que estão disponíveis para consulta.

Quanto aos objetivos, pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa, uma vez que proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, e descreve as características de determinada população, estabelecendo relações entre variáveis.

No que tange aos procedimentos técnicos, o trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica documental, fazendo uso de levantamento e estudo de caso. Bibliográfica, pois é construída com material já elaborado, em uma combinação de livros e artigos científicos, o que permitiu ao pesquisador ampliar o escopo do seu referencial teórico; Documental, a partir de dados e informações que não receberam tratamento analítico e se encontram em sua condição normal; de levantamento, pois envolve a interrogação direta das pessoas envolvidas através de entrevistas e com aplicação de questionários; e estudo de caso, pois realiza uma investigação profunda do objeto com o método qualitativo.

### 3.2. Etapas da Pesquisa

Esta tese foi dividida em etapas de procedimentos para a realização das pesquisas:

A primeira fase foi caracterizada pela definição do projeto de pesquisa, com a demarcação do problema de estudo e a delimitação da área temática.

Na segunda fase, foi realizada a preparação do campo de trabalho, a partir de uma pesquisa secundária, com revisão de literatura e pesquisa documental. Nessa etapa, foi elaborado um questionário para aplicação, mas logo percebido que os atores locais teriam dificuldades no trato do material em função de divergentes níveis de escolaridade. Dessa forma, optou-se pela preparação de um roteiro para coletas de dados e utilização de entrevistas semiestruturadas para os diversos atores envolvidos.

Foi feita uma coletânea para contextualização da área a ser estudada com base em dados secundários e pesquisa na *internet*, consubstancializando com as informações da pesquisa agrícola municipal, a partir do IBGE, secretarias, órgãos municipais e estaduais, livros, artigos e informações disponibilizadas pela imprensa e associações de produtores -

levando-se em consideração os agentes, espaços de concentração e o município onde se encontravam.

Em seguida, foi realizado o mapeamento da legislação, dos atores sociais, dos projetos coletivos, programas públicos federais, estaduais e municipais presentes na área selecionada, bem como o levantamento de políticas públicas existentes. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos e produtores de frutas do município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa de campo no município foi realizada nos meses de março, abril e maio de 2014.

A terceira fase foi contemplada pela análise inicial dos dados e das entrevistas, com interpretação e tratamento dos mesmos. Já a última etapa da pesquisa constituiu em uma análise final dos dados, comparações e conclusões finais.

### 3.3. Universo da Amostra

A definição do universo dos entrevistados (Tabela 13) levou em conta os poderes públicos e estaduais; Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e do município de Campos dos Goytacazes; entidades de apoio e pesquisa; Sindicato Rural; atores relacionados à produção frutícola de Campos dos Goytacazes e lideranças dos agricultores, cujas ações poderiam ser relevantes para a questão central desta pesquisa.

**Tabela 13.** Universo da amostra

Atores
ARBOR BRASIL- Campos dos Goytacazes
Codin Comércio e Indústria de Doces Ouro Ltda
Doces Caseiros Boas Novas Ltda
Doces Nolasco Ltda
Doces Kidoçuras
Doces Q Delícia
Doces Tia Sônia
Doces Tradição
Dopázio e Silva Sucos Ltda
EMATER-Rio - Campos dos Goytacazes
EMBRAPA Agrobiologia - Seropédica/RJ
Fruticultores ativos no Programa Frutificar - Campos dos Goytacazes
Fundação Estadual do Norte Fluminense – FENORTE – Campos dos Goytacazes
FUNDENOR – Niterói e Campos dos Goytacazes
Goiabada São Tomé
HJorges Indústria e Comércio de Doces Ltda
Parente Água de Coco
PESAGRO-Rio – Niterói e Campos dos Goytacazes
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - Secretário de Agricultura
SEBRAE E SENAR – Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes
Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro - Coordenadores Programa Frutificar - Grupo Executivo da Agroindústria – Niterói/RJ
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro
Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes
Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – Campos dos Goytacazes
Sociedade Brasileira de Fruticultura – SBF – Campos dos Goytacazes
Universidade Federal de Viçosa – UFV – Viçosa - MG
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ – Campus Dr. Leonel de Miranda - Campos dos Goytacazes

Fonte: Autor

### **3.4. Coleta e Tratamento dos Dados**

A coleta de dados teve como objetivo levantar informações que fossem relevantes à execução desta pesquisa. Inicialmente, foram consultadas fontes secundárias a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando-se livros, periódicos, revistas, jornais, internet, dissertações e teses, e compilação da legislação pertinente à agricultura e fruticultura, para um melhor posicionamento e compreensão do tema proposto. O trabalho fez uso também de pesquisa documental, projetos de execução, relatórios de gestão e demais documentos, que foram disponibilizados pela prefeitura e demais instituições que fizeram parte do estudo.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de levantar subsídios para a pesquisa. Os atores envolvidos no campo são agricultores - denominados de fruticultores - ativos no Programa Frutificar, destinado a transferir tecnologia para a produção de frutas de forma irrigada. Os agricultores permanecem no programa o tempo necessário para a transferência de tecnologia. De acordo com um levantamento feito junto à coordenação do projeto, já foram concluídos 165 programas de transferência de tecnologia com sucesso no município de Campos dos Goytacazes. Atualmente, existem 13 agricultores no processo de transferência de tecnologia. Foram entrevistados todos os fruticultores ativos no programa.

Os dados coletados foram registrados e tabulados em uma abordagem quantitativa. Em seguida, o conteúdo das entrevistas semiestruturadas foi analisado. Em seguida, as entrevistas foram divididas em três categorias: i) atores institucionais; ii) atores empresariais; e iii) fruticultores ativos no Programa Frutificar. Essa fase de tratamento dos dados foi de grande importância para perceber como estão inseridos os fruticultores do município de Campos dos Goytacazes e como os mesmos estão contribuindo para o desenvolvimento local da região. Outro fator relevante para o estudo foi verificar a atuação das instituições e atores na dinâmica desse processo de desenvolvimento municipal e regional.

### **3.5. Limitação do Método**

De acordo com o referencial bibliográfico, verifica-se que toda metodologia possui dificuldades e limitações que surgem no decorrer da pesquisa. No que tange aos estudos nos quais se concentraram esta tese, foram observadas limitações com relação às entrevistas, uma vez que os entrevistados apresentam reações diversas na condução do processo - podem responder de maneira evasiva, se abster de entrar em detalhes, ou mesmo não se comprometerem com as respostas, além de não serem representativos da população.

Um ponto de destaque diz respeito à isenção das instituições públicas e empresas privadas consultadas. Nesse caso, as entrevistas podem se mostrar tendenciosas, uma vez que os agentes, para manterem a integridade da imagem das nas quais estão alocados, podem direcionar suas opiniões e informações relevantes de forma parcial.

Outra questão importante a ser citada com relação à entrevista diz respeito à própria figura do pesquisador na habilidade de entrevistador, que pode oferecer restrições e limitações na medida em que não possui formação específica para esse fim. Não formatar a entrevista de forma clara, confundir o entrevistado em suas questões ou mesmo influenciar as respostas são alguns dos entraves passíveis.

No mesmo viés, em relação ao tratamento dos dados, existe a possibilidade de limitações que são inerentes a qualquer pesquisador, ao fazer suas interpretações e análises sobre as entrevistas conduzidas e os dados levantados no estudo.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. Município de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes, cidade que compreende a amostra deste estudo, situa-se na parte norte do estado do Rio de Janeiro, representando o maior município do estado em área territorial e o décimo maior do interior do Brasil. Com uma área próxima a 4 milhões de km<sup>2</sup> e uma população de 463.731 habitantes - com estimativa para o ano de 2014 de 480.648 habitantes e uma densidade demográfica de 115,16 habitantes por km<sup>2</sup> -, segundo dados apresentados no último censo do IBGE em 2010, a cidade. Está distante da capital estadual em 232,47 km em linha reta, e em 274 km pelas rodovias que atendem a região. O município faz divisa com as cidades de i) São João da Barra; ii) São Francisco do Itabapoana; iii) Cardoso Moreira iv) Italva; v) São Fidelis; vi) Quiçamã; vii) Conceição de Macabu; viii) Santa Maria Madalena; e v) Bom Jesus do Itabapoana (ATLAS BRASIL, 2013; IBGE, 2013; PREFEITURA CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

O cidadão de Campos é conhecido como campista, e o âmbito urbano concentra a maior parcela da população - 90,29%, contra 9,71% da população rural. Do total, 48,14% são homens e 51,86% mulheres, residentes em 181 localidades organizadas em 14 distritos, denominados i) Campos dos Goytacazes (sede); ii) Dores de Macabu; iii) Ibitioca; iv) Morangaba; v) Morro do Coco; vi) Mussurepe; vii) Santa Maria; viii) Santo Amaro de Campo; ix) Santo Eduardo; x) São Sebastião de Campos; xi) Serrinha; xii) Tocos; xiii) Travessão; e xiv) Vila Nova de Campos. Nas pesquisas de campo e nos relatos dos vários atores que definem o cerne deste estudo verificou-se que a população rural está em decréscimo e que os jovens estão buscando novas oportunidades nos centros urbanos (ATLAS BRASIL, 2013; IBGE, 2013; PREFEITURA CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

Na mesma linha, ao traçarmos um breve panorama histórico referente à evolução do município, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM da cidade sofreu um aumento considerável a partir de 1991, quando se encontrava em 0,505, chegando em 2000 a 0,618. Apresentando uma taxa de crescimento de 22,38% à época, teve, em seguida, um incremento de 41,78% em relação ao ano de 1991, passando para 0,716 em 2010. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu foi o acesso à educação - com um crescimento de 0,156 -, seguida por aumento na expectativa de vida e renda. Entre 2000 e 2010, o âmbito educacional novamente apresentou um crescimento - de 0,145, porém inferior se comparado à década anterior-, seguido por longevidade e por renda. Para os fins nos quais se concentram a temática desta tese, a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto no período de 1999 a 2010 seguiram as seguintes proporções: i) a agropecuária iniciou com 2,07% e decresceu para 0,46%; ii) a indústria iniciou no mesmo período com 50,51% e cresceu para 73,84%, sendo o seu auge entre 2005 e 2008, com valores de 81,50%, em média; iii) os serviços iniciaram com 47,42% e caíram para 25,70%; iv) a administração pública inicia em 16,29% e cai para 8,34% (ATLAS BRASIL, 2013; IBGE, 2013; PREFEITURA CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

Em posse desses dados, é importante destacar que a partir do declínio das lavouras e a implantação de legislações específicas para o campo, foi possível observar um forte êxodo rural, com intensa ocupação urbana. O município iniciou um processo de reurbanização com o Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos, a partir de 1970, com base nas leis do Plano de 1944 (FARIA, 2005).

O município apresenta um artesanato local que utiliza couro, palha, madeira e cerâmica como matéria-prima, e ainda uma culinária que se destaca pelos doces tradicionais na região - chufiscos, suspiro, cachaça e a goiabada cascão.

No mapa a seguir, representado pela Figura 7, é possível identificar a localização do município circunscrito na divisão regional no estado do Rio de Janeiro.



**Figura 7.** Mapa do Município de Campos dos Goytacazes circunscrito na divisão regional no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>> (adaptado pelo autor)

Ainda fazendo referência às características da cidade, o bioma Mata Atlântica é um predado do município, que está localizado em uma região de relevo suave e possui um clima agradável, com hidrografia abundante que facilita a agricultura irrigada na região. O seu principal rio é o Paraíba do Sul, que atravessa todo o município, além dos rios i) Macabu; ii) Rio; iii) Ururá; iv) Urubu; v) Itabapoana; vi) Muriaé; e vii) Bela Joana. Como complemento da bacia hidrográfica, há ainda a Lagoa Feia, maior do estado e a segunda maior do Brasil; a Lagoa de Cima, ponto turístico na região; a Lagoa do Campelo e a Lagoa Limpa (ATLAS BRASIL, 2013; IBGE, 2013; BRASILCHANNEL, 2014).

A geografia de Campos dos Goytacazes é caracterizada por serras, colinas e maciços costeiros no norte e oeste., com uma extensa faixa de tabuleiros formados por depósitos sedimentares, terciário e quaternário, e uma grande planície quaternária. A geomorfologia do município apresenta i) planícies aluviais, ii) planícies costeiras, iii) planície colúvio-alúvio-marinha, iv) tabuleiros, v) colinas isoladas, vi) domínio colinoso, vii) domínio serrano. Possui solos areno-argilosos e argilo-arenosos sobre substrato aluvial e marinho (AA); Associação de Solos Orgânicos e Argilosos sobre substrato flúvio-lagunar (AO); Cordões Litorâneos – solos arenosos sobre substrato marinho (CL); e solos originados por sedimentos fluviais de

granulometria variável, sujeitos a inundações periódicas (SF) (COSTA, POLIVANOV, ALVES, 2008, p.52).

O município apresenta uma porção de mata nativa remanescente e a prefeitura, através do Centro Integrado de Produção de Mudas e Alimentos, reestruturado pela Secretaria de Agricultura e Pesca, iniciou a partir de 2012 a produção de mudas de árvores nativas que são doadas para pequenos produtores rurais e agricultores dos assentamentos rurais do INCRA. Observou-se em alguns anúncios de vendas de fazendas a evidenciação de que 50% da área é de mata nativa. A prefeitura possui o Programa Mais Verde, trabalho permanente da Secretaria de Meio Ambiente que abrange a distribuição de espécies frutíferas como o abricó, romã, pitanga, manga, acerola e atemóia, entre outras. Muitas espécies nativas da Mata Atlântica, como oiti, pata de vaca, aroeira vermelha e ipês, entre outras, também são plantadas e distribuídas pelo projeto (PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014).

#### **4.1.1. Análise histórica do desenvolvimento frutícola no município**

Visando à delimitação do recorte da pesquisa, a fim de compreender o papel do município no cenário de desenvolvimento e produção frutícola, o desenvolvimento geopolítico e demográfico em Campos dos Goytacazes começou a partir da colonização iniciada por Miguel Aires Maldonado, no início do século XVII. A região era habitada por índios Goitacás, Guarulhos e Puris, e haviam muitos conflitos ligados a posse da terra - período que compreende a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, em que pecuária era predominante na região e os seus produtos eram negociados na cidade do Rio de Janeiro.

O século XVIII foi marcado pela expansão da atividade açucareira desenvolvida em grandes latifúndios e em pequenas propriedades, que se expandiram até o século XIX em engenhos e, posteriormente, em usinas, aumentando a importância da região para o Império.

A partir da atividade açucareira, desenvolveu-se uma poderosa aristocracia agrária que influenciava na política e no poder do Império, cenário em que a cidade foi instituída, na data de 08 de março de 1835.

A partir da inauguração da ferrovia Campos-Macaé e a construção de rodovias, expandiram-se a indústria açucareira e a cultura do café. Em 1875, a região possuía aproximadamente 245 engenhos de açúcar, mas somente em 1879 foi construída a primeira usina destinada ao processamento da matéria-prima, denominada Usina Central do Limão. Posteriormente, várias outras usinas surgiram, encerraram suas atividades ou foram adquiridas por outras maiores, reduzindo o número de empresas destinadas a esse fim. Na atualidade, existem apenas três usinas em funcionamento, evidenciando o declínio da atividade.

No atual cenário, a pecuária assume um papel importante para a economia do município, principalmente no nordeste da localidade, onde predomina o gado leiteiro (TCE-RJ, 2011).

No decorrer desta pesquisa, ao se mensurar as informações fornecidas pelos atores institucionais entrevistados, pode-se observar que a cultura da cana, na visão dos agentes, iniciou o seu declínio a partir da implantação do parque industrial, que conseqüentemente ocasionou baixa produtividade, baixos índices hídricos e descompasso industrial entre campo e indústria. Essa série de problemas levou ao fechamento de muitas usinas. Embora diversas soluções técnicas tenham sido apresentadas com o intuito de minimizar o problema, as mesmas se mostraram de difícil implantação.

O cultivo produtivo da cana necessita de técnicas apropriadas e de um acompanhamento profundo, ao contrário do que foi levantado no depoimento dos diversos atores. Na visão de Reis Junior e Monnerat (2002, p.369), é indispensável o "uso de

metodologias que realmente avaliem e calibrem a quantidade de adubos nessa cultura [...] permitindo uso de adubações racionais que visem aumentos de produtividade e evitem desperdícios de adubos". Para os autores, o custo da adubação, nesse caso, corresponde a 30% dos custos gerais.

As especificidades da matéria-prima e a forma como é feito o cultivo também interferem nesse processo. O tipo de colheita da cana queimada ou da cana crua, por exemplo, impacta de maneira divergente na reposição de nutrientes. A colheita de cana queimada exige quatro vezes mais adubo e, por isso, se incentiva a colheita automatizada, que diminui os custos de cultivo e minimiza o impacto ambiental no controle de erosão de solo, após a segunda colheita. Na visão de Ponciano, Monteiro e Tosto (2011, p.8), "o sistema de manejo da cana crua contribui ambientalmente para a preservação da fertilidade do solo, visto sua menor taxa de erosão hídrica".

Durante a pesquisa, alguns atores sugeriram uma comparação entre a plantação de cana de açúcar e de frutas, evidenciando que a fruticultura exige mais dos produtores. Mas, de acordo com alguns autores, para que a cana tenha uma produtividade compatível com a obtenção de lucro, é necessário que exista maquinário e moderno aparato tecnológico nas lavouras. Tal necessidade acaba por representar um desafio para a realidade local, visto que a produtividade de cana na região é inferior à observada em outros estados e regiões do país, segundo relato do Secretário de Governo do município, Dr. Suledil Bernardino, um dos atores entrevistados na pesquisa. Para ele, a chegada de carretas de açúcar para a indústria do município oriundas do estado de São Paulo ocorre em função do preço local do açúcar não ser competitivo com a indústria nacional.

A descoberta do lençol petrolífero no campo de Garoupa, na plataforma continental da Bacia de Campos, em 1974, possibilitou um aumento da receita municipal nos últimos anos, por meio do pagamento de *royalties* e participações especiais (TCE-RJ, 2011). Trata-se de uma realidade percebida na contemporaneidade por meiodos relatos obtidos no estudo: hoje o município vive em função da indústria do petróleo, que representa, como atividade, uma concorrência desigual com a agricultura e demais ramos, mas que não apresenta um retorno substancial, no que tange àsalários e geração de empregos para os trabalhadores. Essa queixa presente nos relatos dos atores pode ser confirmada no Índice de Participação das Atividades Econômicas, onde a posição da agropecuária na economia do município apresentou uma queda considerável na última década, reduzindo de 2,07% para 0,46%.

Demais informações acerca da evolução histórica do município podem ser consultadas no apêndice G.

Segundo Rovere e Carvalho (2005, p.74):

*Campos dos Goytacazes é, em termos demográficos, o principal centro urbano do interior do estado do Rio de Janeiro. Capital de uma região (Norte fluminense) relativamente distante do centro administrativo e econômico do Estado, localizado na região metropolitana, Campos é um importante e tradicional centro interiorano que se desenvolveu em torno das atividades agropecuárias e agroindustriais, relativamente à parte dos principais eixos de dinamismo do Estado.*

Várias tentativas de diversificação produtiva foram realizadas nos anos de 1980 e 1990, que não obtiveram o almejado sucesso, mantendo a economia do município estagnada e oscilando segundo a produção de cana de açúcar. A atividade, que vem se reduzindo progressivamente, mantendo baixos os indicadores de desenvolvimento econômico e social de Campos, encontra-se em um cenário que representa um dos fatores que, nesse período,

explicam o baixo desempenho e a falta de infraestrutura básica e social (ROVERE E CARVALHO, 2005, p.74).

Stellet e Borba (2008, p.8) evidenciam que:

*no município de Campos dos Goytacazes, nota-se elementos de uma economia periférica, convivendo com elementos de uma economia dinâmica, ou seja, o petróleo funciona como uma "monocultura" ao passo que proporciona ao município uma grande arrecadação de recursos financeiros, mas ao mesmo tempo, causa um "imaginário" em nível governamental de que esses recursos advindos dos Royalties permanecerão por um bom tempo, o que dificulta o pensamento e a criação de outras formas de desenvolvimento econômico.*

Rovere e Carvalho (2005, p.74) ainda relatam que os royalties referentes à exploração de petróleo na Bacia de Campos modificaram significativamente a situação financeira do município e o potencial de investimentos da Prefeitura Municipal. Os estudos dos autores evidenciam que, entre os anos de 1996 e 2002, os royalties per capita do município passaram de R\$ 0,62 para R\$ 729,27, e a participação dos royalties na receita total da cidade passou de 0,33% para 54,26%.

Nessa ocasião (1999), foi criado o Grupo Executivo da Fruticultura, da FIRJAN, que esteve na origem dos estudos buscando identificar a fruticultura irrigada como a principal vocação regional.

Com o Decreto Estadual nº 26.278, de maio de 2000, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou o Grupo Executivo de Fruticultura ligado à Secretaria de Agricultura, com o objetivo de implantar o polo de agricultura irrigada nas regiões norte e noroeste do estado, visando aumentar a oferta de trabalho através da abertura de linhas de financiamentos a projetos de investimentos e custeios em fruticultura irrigada, de produtores rurais e agroindustriais, suas associações e cooperativas (RJ DECRETO N.º26.278).

Segundo Rovere e Carvalho (2005, p.116):

*Os programas ligados à agricultura irrigada (Rio Cana e Fruticultura) atuam sobre o mesmo espaço econômico, mas não se articulam. Os programas voltados à fruticultura irrigada tampouco se coordenam. O órgão que deveria congrega essas instituições - o comitê gestor da Fruticultura Irrigada - não tem funcionamento regular. O governo estadual, por intermédio do grupo executivo do Programa Moeda Verde Frutificar, principal responsável pelo financiamento e implantação do polo demonstrativo da fruticultura irrigada, exerce na prática a coordenação do processo.*

Segundo os autores, essa falta de articulação acarretou em consequências graves, na medida em que parcelas consideráveis dos produtores agrícolas municipais apresentaram dificuldades de incorporação à fruticultura irrigada.

A implantação da agricultura irrigada foi concebida para revitalizar e ampliar a agroindústria do município, e foi articulada como um processo de duas etapas. A primeira veio com a construção de um polo demonstrativo, visando mostrar para os atores locais no entorno as vantagens econômicas de se investir na região - em particular para as empresas processadoras de frutas, que comercializam e exportam -, bem como indicar para os produtores locais as novas possibilidades a partir da fruticultura irrigada como fonte de renda.

A segunda etapa viria com a ampliação da produção e de seu processamento, comercialização e no processo de aprendizagem coletiva da fruticultura irrigada, fundamentado na experiência piloto.

Muitos problemas ocorreram em função da carência de recursos humanos no setor público, para dar suporte às ações propostas na ocasião, não acompanhando o interesse dos agricultores na adesão ao programa. A partir desse momento, era necessário uma equipe de articulação entre os produtores e as empresas fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos - em particular especialistas em equipamentos para irrigação e para o fornecimento de mudas certificadas -, bem como treinamento e capacitação técnica dos produtores e uma equipe de assistência técnica. Os recursos humanos utilizados no programa foram insuficientes, tanto em termos quantitativos como qualitativos, para desenvolver essas atividades de forma correta (ROVERE E CARVALHO, 2005, p.74).

#### **4.1.2. A fruticultura local**

Segundo Rovera e Carvalho (2005, p.124):

*A efetiva implantação de um polo de agricultura irrigada na região - previsto para 150 mil hectares - não apenas representaria a volta do estado do Rio de Janeiro ao agronegócio nacional, como geraria uma demanda de pelo menos 200 mil postos de trabalho e elevaria significativamente a produção agrícola e a renda municipal.*

Os autores ressaltam ainda que a agricultura irrigada voltada para o consumo *in natura* e para a produção industrial permite a abertura de novas oportunidades econômicas na região, particularmente no setor alimentar. Uma das iniciativas nesse sentido, conforme informações fornecidas pelo secretário de agricultura de Campos, Eduardo Crespo, é o cadastramento dos pequenos produtores rurais, pela Secretaria de Agricultura do município, para a confecção do Cartão do Produtor. Os dados desse cartão indicam o perfil de cada propriedade e possibilitam traçar um mapa agrícola e pecuário dos pequenos produtores locais, que servirá de subsídio para o planejamento de ações e políticas públicas voltadas para o setor rural.

Diversos produtores já foram cadastrados e estão usufruindo dos benefícios, que inclui, na visão do secretário de agricultura, a realização de serviços de preparação da terra para o plantio - com tratores, arados, grades, e outros implementos agrícolas - que facilitarão o trabalho rural, além de melhoria no manejo, com novas tecnologias, a partir da assistência técnica, que podem vir a proporcionar aumento da produtividade e geração de renda e empregos. As informações estão sendo tabuladas pelos técnicos da secretaria e formam um censo agrário dos produtores da agricultura familiar nos assentamentos do município, cuja conclusão é estimada para o ano de 2015 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2013 a).

#### **4.2. Atores Institucionais**

Para iniciar os trabalhos de campo, optou-se por seguir os caminhos traçados para a criação do Polo de Fruticultura da região norte e noroeste fluminense identificados na literatura, e documentação da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC), SEBRAE e FIRJAN. A partir desta rota, iniciou-se o contato com os atores envolvidos no processo.

#### **4.2.1. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN**

No final de dezembro de 2013, foi iniciado um contato com a FIRJAN com o intuito de se obter material para a pesquisa de campo. No início de mês de janeiro de 2014, foi solicitada, então, uma entrevista com os responsáveis pelos estudos de viabilidade econômica e implantação do Polo de Fruticultura das regiões norte e noroeste fluminense. O encontro com o coordenador operacional do grupo executivo de agroindústria da FIRJAN, Sr. Antonio Salazar P. Brandão, aconteceu no dia 29 de janeiro de 2014. Na ocasião, diversas informações levantadas serviram de subsídio para o desenvolvimento da pesquisa – entre elas, a evidência de que as regiões noroeste e norte do estado, e notadamente o município de Campos dos Goytacazes, com a perda da competitividade da cana de açúcar, precisavam buscar um processo de modernização e novas vocações para o campo.

O coordenador supracitado fez um o relato de um estudo encomendado pela FIRJAN (1997) à empresa "Campo", de capital japonês e Brasileiro, com sede em Brasília (DF), com o objetivo de diagnosticar as potencialidades da região, que revelou a fruticultura como uma alternativa viável. Com o levantamento, foi sugerida a criação de "APLs" para a modernização da região, de forma que a fruticultura irrigada pudesse representar uma alternativa e complemento para a economia local e o desenvolvimento regional. O resultado do estudo proporcionou para o governo uma direção para a economia regional, gerando diversas parcerias públicas e privadas envolvendo a FIRJAN, SEBRAE e as prefeituras.

Em 1999, a FIRJAN criou o Grupo Executivo de Agroindústria para trabalhar com a fruticultura, quando foi realizado um grande evento com a participação do então presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. O último encampou o estudo politicamente e o transformou em um programa para o seu governo, publicando em seguida o Decreto 26.278 de maio de 2000, criando assim o Polo de Fruticultura.

A partir do ano de 2000, o estado do Rio de Janeiro estabeleceu no âmbito da Secretaria de Agricultura e Pecuária uma equipe para tratar da fruticultura, e a FIRJAN - outra equipe -, intitulada Grupo Executivo do Agronegócio. Desde então, esses grupos atuam em parceria e realizam ações de fomento, articulações e disponibilizam informações para os agricultores e indústrias.

Evidenciou-se que a atuação junto aos agricultores se iniciou em 1999, com o citado encontro sobre fruticultura irrigada, envolvendo agricultores, parceiros e empresas, evento que se repetiu nos anos de 2001 e 2003. Foram realizados diversos cursos para familiarizar os agricultores sobre o assunto e sobre a aplicação de novas técnicas.

A FIRJAN buscou especialistas na área de fruticultura, incluiu acadêmicos com viés empresarial em seu corpo técnico, e iniciou o projeto piloto no noroeste do estado, com a implantação de uma nova fruta (pêssego) com variedades que não exigissem um clima frio e pudesse vir a contribuir, ao mesmo tempo, para a ampliação do agronegócio na região e para o aumento na geração de emprego e renda - sobretudo para os produtores familiares. Durante a entrevista, foi comentado se existe dificuldade para cultivar pêssego de forma comercial em regiões de clima quente, o que foi justificado por estudos e pela possibilidade de se obter produção precoce com baixo risco de perda por geadas.

O processo se iniciou com uma parceria com as prefeituras locais, que, como contrapartida, adquiriram mudas certificadas. O Ministério da Agricultura financiou o equipamento e toda a transferência de tecnologia e, sem seguida, foi feito um edital convidando diversas universidades federais para participar do projeto. A Universidade Federal de Viçosa foi a contemplada para atuar no projeto de transferência de tecnologia, e um

professor foi contratado para promover cursos e visitas a cada 30 ou 45 dias. O projeto organizou ainda uma viagem com os produtores para que eles pudessem conhecer uma plantação de pêssego na cidade de Barbacena, no estado de Minas Gerais.

Os produtores plantaram e entraram na dinâmica de trabalho acompanhados pelo professor. Em paralelo, foi contratado um técnico agrícola para atuar de forma integral, com o objetivo de auxiliar os agricultores na implantação dos processos de transferência de tecnologia e ajudar a diagnosticar as situações e interferências no projeto - ações de acordo com o estabelecido nos cursos e treinamentos, e relatadas ao professor.

No norte do estado, nas cidades de São João da Barra, São Francisco e Campos dos Goytacazes, a plantação de abacaxi era tradicional, mas vinha com problemas de manejo, tendo em vista que o tamanho da fruta cultivada era muito pequeno e, conseqüentemente, o valor de mercado era menor. Durante um curso sobre o tema, o professor sugeriu mudanças no plantio e manejo, o que trouxe resultados satisfatórios para a produção, tendo em vista que aumentou o tamanho, a qualidade e a quantidade da fruta. Foi uma situação de melhoria positiva para a região, que proporcionou um aumento de renda dos agricultores.

O novo processo se difundiu por toda região pela rede de produtores que estavam no projeto, incluindo aqueles que não faziam parte e que, ao adotarem as novas práticas, alavancaram a produção.

Segundo o coordenador, a FIRJAN atuou em um terceiro projeto, de citricultura, na região de São José de Ubá, que obteve a primeira colheita em 2013. O estado do Rio de Janeiro foi um grande produtor de laranja (Laranja Seleta), reconhecida no estado e no país como uma fruta de qualidade e que perdeu a produção em função de pragas, levando os agricultores a abandonarem o cultivo da fruta. Após efetuado um diálogo com produtores e interessados na área, induzindo a FIRJAN a difundir a citricultura na região, o processo foi gerenciado pela entidade, a prefeitura patrocinou as mudas e os programas federais forneceram os financiamentos. O projeto se estendeu para Natividade e a FIRJAN concluiu o projeto, entendendo que atuou de forma positiva na região em conformidade com o seu papel como órgão de fomento, tendo os convênios com o Ministério da Integração Nacional se encerrado.

O coordenador relatou ainda que a FIRJAN tem uma parceria com o estado que gerencia o Programa Moeda Verde, criado pelo Decreto nº 34.015 de 03/10/2003. O programa tem atuado de forma substancial na região, sendo o seu aceite uma das condições para inscrição de projetos junto à FIRJAN. O órgão realiza uma seleção, verifica se a propriedade apresenta condições para a agricultura irrigada, se possui água em abundância, se o proprietário apresenta impecilhos financeiros e bancários, dentre outros. Os agricultores precisam se cadastrar e reunir diversas informações referentes às propriedades, e o Programa Frutificar, por exemplo, financia os agricultores e os apoia com assistência técnica.

O polo de frutas é trabalhado com o Grupo Executivo de Fruticultura da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, que atualmente gerencia o programa e executa as ações de forma independente do Grupo Executivo de Agroindústria da FIRJAN. O grupo que cuida dos Programas Moeda Verde Frutificar foi criado em 2000 e o grupo da FIRJAN foi criado em 1999, tendo cada um as suas especificidades. Evidenciou-se que, embora parceiros, os grupos possuem diferentes ações e dinâmicas, o que gera uma confusão por parte de muitas pessoas ao distinguir os dois grupos. Isso porque o nome Frutificar, bastante sugestivo, gerou ampla visibilidade, se tornando conhecido no estado e levando as pessoas a terem a impressão de que se trata de um mesmo grupo.

Dando continuidade às informações levantadas na entrevista e apresentadas para o auxílio na compreensão deste estudo, existia na região a empresa Bela Joana Sucos e Frutas,

que foi comprada e atualmente é gerenciada pelo grupo ARBOR BRASIL. A empresa foi reinaugurada em 2013 com expectativas de melhoria para região; no entanto, não compra frutas *in natura* e se concentrou na aquisição de polpa de frutas para fazer sucos.

A empresa foi criada para o polo, como empresa âncora, e chamou muito atenção, sendo um dos motivos que levou a FIRJAN a se inserir no processo de fruticultura. Com o tempo, porém, a empresa diminuiu suas atividades, representando perda para o polo. Na visão da coordenação, o Programa Moeda Verde iniciou com dificuldade e atrasos em alguns projetos, o que causou muito ruído entre os atores. O programa, porém, tem superado as dificuldades ao longo da caminhada de forma natural e ainda financia muitos produtores ao oferecer taxas de juros atrativas para financiamentos e equipe técnica especializada, que visita as fazendas, analisa seu perfil, as condições para o plantio e se existe água suficiente, assumindo um papel de destaque para o desenvolvimento da região.

O coordenador relatou de forma enfática que as ações na região, durante a implantação até 2014, proporcionaram melhorias na região, aumentando a área plantada de 2 mil para 6 mil hectares, evidenciando um crescimento acentuado com grande impacto para a região, a partir das ações do Estado e da FIRJAN. Foi apresentado para os agricultores como funciona o mercado e oferecidos cursos de transferência de tecnologia, com o intuito de impulsioná-los a dar continuidade aos trabalhos e se associarem. No caso do abacaxi, os agricultores necessitam de uma associação e uma cooperativa especializada, e já possuem condições de executá-las de forma independente devido aos subsídios oferecidos no que tange à tecnologia e conhecimentos técnicos. Para o estudioso, existe uma série de barreiras que devem ser vencidas nesse sentido. A agricultura no estado sofreu um impacto grande, com alguns poucos produtores de café e uma quebra de gerações, já que os jovens foram embora e predomina a presença dos mais velhos à frente dos negócios, com uma bagagem cultural tradicionalista e que carece de mudanças. Segundo ele, é preciso que haja uma mudança de cultura, desafio para quem quer dinamizar a região e incentivar o progresso.

Existem diversas associações pequenas de agricultores, com propósitos múltiplos, associações de classe sem, necessariamente, um foco na fruticultura. O SEBRAE e o SENAR são atuantes na região proporcionando treinamento e qualificação profissional. Devido ao tamanho da região, a FIRJAN sinaliza a oportunidade para vários arranjos produtivos, em particular para um APL de frutas tropicais, com foco na produção de abacaxi, pêssego e figo. Apesar do abacaxi não definir um arranjo, sua produção está concentrada na região e se fortalecendo, ou seja, como um APL, ainda não tem densidade, mas a ideia do cooperativismo é fundamental para sua criação.

Observa-se com os dados obtidos na entrevista que a região ainda não tem muita alternativa, principalmente no noroeste do estado, no qual a base de renda se concentra nos benefícios concedidos pelo INSS, empregos nas prefeituras e comércio local. Com o esforço adicional do estado, a tendência é desenvolver a região para a agricultura, embora atrair pessoas de volta para a agricultura se mostre como um desafio, não só no estado do Rio de Janeiro, mas em todo o país.

A FIRJAN está se concentrando menos na fruticultura e se direcionando para a agroindústria como sua principal atividade, mas a organização entende que a semente está plantada no estado. No contexto geral, o Rio de Janeiro tem patrocinado e promovido ações em torno de financiamentos, mas ainda existem problemas localizados, como a defesa sanitária e o investimento nacional, que é pequeno. Em relação à certificação dos produtores, ela e ainda é não é significativa na região.

#### **4.2.2. Informes do polo de fruticultura do norte/nordeste do estado do Rio de Janeiro**

A FIRJAN disponibilizou os informativos publicados e produzidos pelo Grupo Executivo de Agroindústria, no período entre 2003 e 2013, que relatam as atividades ligadas à fruticultura, nas regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro. Essas informações, relevantes ao que se propõe este estudo, são apresentadas a seguir. Os informes se concentram em enfatizar as atividades do setor, sobretudo no que tange às ações, treinamentos e capacitações dos agricultores da região.

No ano de 2003, ocorreu um acordo da empresa Bela Joana sobre a venda de 3 mil toneladas de suco integral e concentrado de maracujá e abacaxi, que foram produzidos com as frutas colhidas nas regiões norte e noroeste fluminense, no período de novembro 2003 a abril 2004.

Foi realizado nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2003 o programa de treinamento para os agricultores denominado Redes Associativas, desenvolvido pelo SEBRAE para as pequenas agroindústrias de frutas do norte fluminense. O projeto tinha como objetivo instigar as empresas a estabelecerem e programarem estratégias que pudessem identificar, ampliar ou mesmo manter, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Este encontro permitiu aos empresários obter informações sobre o processo profissional de cooperação, participação, cooperativismo, associativismo, gestão compartilhada e o passo a passo para o planejamento e a legalização de um empreendimento coletivo. O treinamento foi definido pelo SEBRAE como um conjunto de soluções, divididos em quatro módulos, onde se realiza oficinas e cursos com consultoria, a saber: i) Módulo 1: Despertando para o Associativismo; ii) Módulo 2: Planejando Nosso Empreendimento Coletivo; iii) Módulo 3: Praticando o Associativismo; e iv) Módulo 4: Legalizando Nossa Associação.

Este encontro possibilitou aos empresários a oportunidade de discutirem as questões relativas à fruticultura, bem como suas dificuldades e oportunidades, de forma a levar os agricultores a visualizarem que, através da sinergia coletiva, gerada pela interação entre as empresas e os demais atores do ambiente onde se localizam, pudessem construir acordos de cooperação, estabelecer competências na busca de conhecimentos, capacidade inovativa e produtiva, fatores essenciais para sobrevivência no mercado atual. Tal estratégia do SEBRAE abriu as portas para a possibilidade de se iniciar os primeiros passos para o desenvolvimento sustentável, definida pela possibilidade de criação de um APL e de uma governança.

O informativo relata também a produção integrada de maracujá, que levou o estado do Rio de Janeiro a iniciar treinamentos sobre Produção Integrada de Frutas – PIF, através do convênio MAPA/CNPQ, com apoio da EMBRAPA. Foram programados e realizados 14 cursos sobre a Produção Integrada de Frutas – PIF até julho de 2004.

O primeiro treinamento foi realizado nos dias 10 e 11 de março de 2004, no auditório da Representação Regional no Norte Fluminense da FIRJAN, em Campos dos Goytacazes. A formação foi promovida em conjunto com a Delegacia Federal da Agricultura no Estado do Rio de Janeiro – DFA-RJ/MAPA, e teve apoio do Sistema FIRJAN, do SEBRAE-RJ e da ANDEF. O público alvo foi composto de técnicos pesquisadores, extensionistas, professores, líderes agrícolas e produtores das regiões norte e noroeste fluminense.

Um relato importante de um grupo de fruticultores do distrito de Santo Eduardo foi a manifestação, através da Secretaria de Agricultura de Campos dos Goytacazes, do interesse de se organizar na busca de alternativas para comercializar seus produtos e agregar valor à produção, evidenciando uma semente para o desenvolvimento de uma associação, cooperativa ou mesmo de um APL.

Ainda no quesito treinamento e oportunidades, constatou-se que o SEBRAE-RJ realizou, na Fundação Rural, em Campos dos Goytacazes, a Top Norte, nos dias 12 a 15 de maio de 2004, que consistiu em uma feira multisetorial direcionada a apresentar oportunidades de realização de investimentos e negócios, em diversos setores da economia regional. Um dos principais enfoques do evento foi o setor de agronegócios, onde vários segmentos tiveram programações específicas.

No ano de 2004, diversos boletins estavam corrompidos, mas foi verificado em relato que o mercado atacadista do abacaxi do Rio de Janeiro (CEASA-RJ) comercializou, em 2003, 37,5 mil toneladas do produto, e que o mercado apresentava tendência de crescimento a partir dos cinco anos anteriores. A recuperação dos arquivos referentes ao ano de 2005 não foi possível de se efetivar, e como não havia cópias impressas à disposição, foram utilizadas neste estudo as informações presentes a partir dos arquivos eletrônicos disponibilizados pela FIRJAN para os anos seguintes.

Em 2006, o estado do Rio de Janeiro inaugurou a Central de Recebimento de Embalagens, sendo o Brasil hoje líder por excelência nesse segmento (descarte de embalagens).

Os informativos relatam que um dos aspectos mais importantes das boas práticas agrícolas é o adequado manejo dos defensivos, tanto no que se refere à utilização adequada quanto na manipulação correta das embalagens. A Lei Federal 9.974/00, de junho de 2000, definiu as responsabilidades de cada um dos envolvidos no processo produtivo agrícola quanto à destinação dos recipientes de produtos fitossanitários, evidenciando um aspecto de esclarecimento para os agricultores do estado. Outro ponto de destaque é a necessidade de inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do maracujá no norte fluminense, além dos aspectos de mercado e da comercialização de pêssego no Rio de Janeiro, e da apresentação de projetos por parte do Grupo de Agroindústria no município de Itaperuna. Em uma reunião realizada no dia 24 de outubro do último ano na sede do SISTEMA FIRJAN da cidade, onde o coordenador do Grupo de Agroindústria do Sistema apresentou a posição atual dos projetos que estão sendo desenvolvido por sua equipe, foi assinado convênio com a EMBRAPA e apresentado projeto à FINEP para transferência de tecnologia aos produtores de abacaxi em municípios do APL de Fruticultura do Norte Fluminense, em parceria com a EMBRAPA – CTA.

Os relatórios apresentam como consolidado um APL de fruticultura no norte fluminense, o que ainda não representa uma realidade nos dias atuais, mas que, na ocasião, parecia promissor tendo em vista os diversos treinamentos e investimentos pelos atores institucionais na região.

Foi descrito também o projeto em parceria com o Ministério da Integração Nacional de modernização da cultura de abacaxi, que abrange os municípios de São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana e Campos dos Goytacazes. Para programar o processo de transferência de tecnologia, esse projeto contou com a coordenação técnica de um especialista na cultura de abacaxi, professor Flávio Couto, da Universidade Federal de Viçosa, e serviços de campo realizados pela empresa Pro Campo, Empresa Júnior da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Outro ponto de destaque é o depoimento do professor Cesare Pace, coordenador técnico do viveiro que forneceu mudas certificadas ao projeto, e que inovou na região com o plantio com cobertura plástica do solo. O objetivo principal do projeto era aumentar significativamente a produção de frutos de melhor classificação. Com isso, percebe-se nos informes a preocupação em transferência de tecnologia e na formação de novos agricultores especializados visando a produção frutícola na região.

Em outro projeto, de introdução da cultura de pêssego nos municípios de Porciúncula, Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana, os produtores que vêm sendo capacitados e já fizeram uma visita técnica a produtores de Barbacena (MG). A coordenação técnica também ficou a cargo de um especialista da Universidade Federal de Viçosa, professor Cláudio Bruckner. Os informes enfatizam os processos de capacitação e a busca de melhoria de qualidade e de bons exemplos práticos desenvolvidos.

Os informativos relatam ainda que o SEBRAE-RJ e seus parceiros realizaram, entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2006, em Campos dos Goytacazes, a Top Norte 2006, feira multissetorial que apresentou oportunidades de negócios em diversos setores da economia regional, com palestras de representantes de supermercado, da CEAGESP e de empresas processadoras com interesse nas frutas do polo de fruticultura. Esse evento se destacou devido à articulação de informações para os produtores e oportunidades de aproximação entre compradores e produtores, evidenciando que a diversificação do polo é uma das prioridades do grupo de agroindústria.

No ano de 2007, foi destacado que, no período de 13 a 16 de março, foi ministrado pelo SEBRAE o curso Despertar Rural, em São João da Barra. A formação foi direcionada para os produtores de abacaxi da região e fez parte da capacitação do Projeto Colhendo Qualidade, parceria entre as seguintes instituições: Sistema FIRJAN, SEBRAE, Prefeitura de São João da Barra, Ministério da Integração Nacional, MAPA e UFRRJ.

Outro evento importante aconteceu na representação regional do Sistema FIRJAN em Campos dos Goytacazes, nos dias 27 e 28 de março de 2007, constituindo o terceiro curso de Produção Integrada de Frutas promovido pelo Ministério da Agricultura e diversos parceiros. O tema principal foi a produção integrada de abacaxi, uma das frutas de maior destaque atualmente na fruticultura do estado do Rio de Janeiro. Esteve presente no evento José Maurício Andrade Teixeira, chefe da Divisão de Fruticultura do Ministério da Agricultura. Na ocasião, o especialista mostrou os avanços expressivos da produção integrada no Brasil e advertiu que os produtores que não implantarem sistemas de rastreabilidade ficarão fora do mercado. O encontro destacou ainda a necessidade de qualificação e certificação com uma maior preocupação para a qualidade das frutas, que possibilita abrir novos mercados para os produtores do município em âmbito internacional através das participações em feira e eventos no exterior.

O informativo destacou que mais de 40 pesquisadores da EMBRAPA, PESAGRO-Rio e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF) estão envolvidos no Projeto de Inovação Tecnológica para a Cadeia Produtiva do Maracujá no Norte Fluminense, com o apoio institucional para o desenvolvimento da fruticultura no estado. Nos dias 29 e 30 de março de 2007, aconteceu um encontro na instituição, em Campos dos Goytacazes, onde foram expostos os principais gargalos e as soluções tecnológicas já disponíveis.

No dia 19 de abril de 2007, os parceiros se reuniram na PESAGRO-Rio, em Macaé, para discutir a instalação de unidades demonstrativas e difusoras de tecnologias em cinco microrregiões do norte fluminense; a prorrogação até o ano seguinte de convênios com o Ministério da Integração Nacional (MI) dos projetos de introdução de pêssego nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai, e a modernização da comercialização da cultura de abacaxi nos municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra.

Um grande avanço para a fruticultura foi a informação de que o Programa Frutificar, por demanda dos próprios beneficiários, ampliou o leque de culturas financiadas. Além do abacaxi, maracujá, goiaba e coco, incluem agora a manga, banana, citrus e, mais recentemente, o pêssego.

Foram realizadas nos dias 27 e 28 de junho de 2007, nas representações regionais da FIRJAN no norte e noroeste Fluminense, as reuniões dos comitês gestores dos projetos "Modernização da Comercialização da Cultura de Abacaxi" e "Introdução Comercial da Cultura de Pêssego". Estiveram presentes representantes do Ministério da Integração Nacional (MI), da FIRJAN, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER- Rio), dos Sindicatos Rurais, do Ministério da Agricultura (MAPA), do Programa Moeda Verde Frutificar (SEAPPA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e das Prefeituras de São João da Barra e Porciúncula. O Sistema FIRJAN, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), realizou ainda um curso de produção e comercialização do abacaxi no auditório da unidade em Campos dos Goytacazes. A capacitação foi voltada para técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que atuam no Polo de Fruticultura Irrigada da região norte fluminense, para nivelamento e aperfeiçoamento da tecnologia envolvida nos processos.

No dia 1º de agosto de 2007, aconteceu a 3ª Semana do Produtor Rural, realizada pela UENF, com o tema Comercialização de Frutas. O encontro, promovido pelo Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN e pelo SEBRAE-RJ, contou com a presença maciça de fruticultores dos municípios da região norte fluminense, com destaque para os de São Francisco do Itabapoana.

Conforme as informações que constam nos documentos disponibilizados, foram implantadas no município de São João da Barra oito unidades demonstrativas de abacaxi, com a supervisão técnica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo a primeira delas implantada em junho de 2006. As unidades utilizaram mudas certificadas da variedade *Smooth Cayenne* produzidas no viveiro da SFA/MAPA em Cambuci, no interior do estado do Rio. O plantio foi realizado em sistema de cobertura plástica *mulching*, e a unidade foi programada para demonstrar os benefícios da utilização de mudas sadias e apresentar uma alternativa de adensamento de plantio com utilização da cobertura plástica. O experimento teve sua indução floral realizada somente em outubro de 2007, com o objetivo de realizar a colheita em fevereiro/março de 2008, época em que o abacaxi encontra boas cotações no mercado. A lavoura, que vem sendo monitorada mensalmente, apresentou bons resultados.

Foi realizado um "dia de campo", próximo ao dia da colheita, para apresentar os resultados aos produtores de abacaxi da região. Segundo o coordenador da FIRJAN, a prática do dia de campo é fundamental para o treinamento e para mostrar os ganhos da tecnologia na lavoura. O abacaxi, que se colhia na região com 22 a 24 meses a partir do novo manejo, passou a ser colhido com 11 a 12 meses, proporcionando ganhos para o produtor. As outras sete unidades demonstrativas foram plantadas entre abril e agosto de 2007, e demonstraram os benefícios do plantio em linhas duplas, além da seleção e separação de mudas por tamanho. Os plantios estão de acordo com Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC), entretanto, alguns se destacam devido ao fato dos produtores estarem seguindo com mais rigor as orientações do professor Flávio Couto, da UFV, que mensalmente realiza visita às lavouras.

Estudos ecológicos sobre moscas das frutas no Polo de Fruticultura do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro também foram feitos visando subsidiar ações de pesquisa em controle biológico dessa praga, de grande relevância econômica para a fruticultura nacional. Esta prática veio demonstrar o compromisso de ações dos parceiros para o desenvolvimento da atividade na região.

No ano de 2008, foi relatado que no dia 20 de fevereiro, técnicos do Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN visitaram o viveiro do Ministério da Agricultura,

localizado na Fazenda Santo Antão, no município de Cambuci para revisar, juntamente com os técnicos do Ministério da Agricultura, o cronograma de entrega de mudas aos produtores que participam do projeto de modernização da comercialização da cultura do abacaxi em municípios do Norte Fluminense. Na ocasião, havia no viveiro aproximadamente 68 mil mudas, em fases distintas de crescimento, que foram entregues para os produtores no mês de julho. Até o final do ano foram doadas um adicional de 265 mil mudas aos agricultores.

As doações destas mudas foram feitas preferencialmente para produtores que se dispusessem a multiplicá-las, componente estratégico para a transferência de tecnologia feita pelo projeto de modernização da cultura do abacaxi. O informativo relata que a elevada qualidade das mudas garante maior produtividade, reduz doenças e diminui o custo de produção. Havia outras iniciativas complementares como o monitoramento de pragas e doenças, a implantação do sistema de produção em linha dupla e do sistema de produção com cobertura plástica. A produção com cobertura plástica foi utilizada no plantio da variedade *smooth cayenne* na propriedade de Francisco Paes Neto, localizada no município de Campos dos Goytacazes.

A lavoura foi monitorada mensalmente e todos os dados de incidência de pragas, práticas culturais e produtividade foram devidamente tabulados e divulgados de maneira a constituir uma unidade demonstrativa, constituindo a nona unidade demonstrativa de abacaxi instalada na região norte fluminense. Foram programados diversos dias de campo na propriedade de Paes Neto para que os demais produtores de abacaxi pudessem conhecer os benefícios da utilização de um material de propagação de qualidade, como também avaliar um sistema de produção alternativo, com cobertura plástica e adensado.

Em São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, aconteceu no dia 1º de março de 2008, um "dia de campo" que contou com a presença 55 produtores de abacaxi. Inicialmente, os agricultores visitaram três lavouras em São João da Barra, plantadas em janeiro, abril e maio de 2007, de acordo com as orientações do professor Flávio Couto, coordenador técnico do projeto. Essas lavouras utilizaram um sistema de plantio diferenciado orientado pelo professor, que evita a poda das folhas - prática comum na região que acarreta uma colheita de frutos maiores e mais valorizados pelo mercado.

Segundo o relato, a visita foi esclarecedora para os agricultores, pois evidenciou que a utilização da adubação correta no plantio e no desenvolvimento da planta e a seleção de mudas por tamanho são fundamentais para uma boa lavoura e recomendados pelo coordenador, pois garantem maior homogeneidade da lavoura e facilita os tratos culturais, principalmente em relação à irrigação. O grupo visitou também uma propriedade no município de São Francisco do Itabapoana, onde foi realizado um plantio de duas linhas com as características preconizadas, utilizando um sulcador desenvolvido pelo próprio produtor para a cultura do abacaxi. Com isso, o objetivo de difundir conhecimento e técnicas mais apropriadas à cultura do abacaxi foi atingido. Os produtores mostraram-se motivados a mudar a forma de plantio utilizando as recomendações apresentadas e a prática multiplicou-se entre os agricultores em sua rede de comunicação informal, sobretudo em lavouras de agricultores que ainda não faziam parte do projeto, mas que já imitavam as boas práticas.

A publicação mensal de abril de 2008 relatou que a fruticultura no noroeste fluminense está em um processo de renovação por meio da introdução de novas técnicas e práticas. A plantação de pêssego nas partes altas da região noroeste está ocorrendo de forma satisfatória graças à qualidade das mudas utilizadas, à supervisão técnica da Universidade de Viçosa e à introdução da irrigação feita pelo Programa Moeda Verde /Frutificar.

Em maio de 2008, os produtores de abacaxi e técnicos dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana participaram de um dia de campo, realizado na

Fazenda Santo Antônio, que era administrada pela Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro (SFA/RJ/MAPA), no município de Cambuci. O evento foi realizado no dia 15 de maio e fez parte das ações de transferência de tecnologia na cadeia produtiva da fruta. Durante a visita, foi mostrada a produção de mudas certificadas de abacaxi pelo método de secção de talos em estufa, com o objetivo de conscientizar os produtores sobre as vantagens da utilização de mudas sadias em seus plantios, garantindo o retorno dos investimentos. As mudas produzidas no viveiro visitado são distribuídas aos produtores participantes do projeto "Colhendo Qualidade".

O Sistema FIRJAN e seus parceiros, no projeto de introdução comercial da cultura de pêssigo no noroeste fluminense (Lucre Mais, Plante Pêssego), realizaram também, no dia 20 de junho de 2008, um encontro técnico sobre a cultura do pêssigo. O evento foi pautado em três temas: poda de frutificação, quebra de dormência e uso de equipamento de proteção individual (EPI) para aplicação de produtos químicos.

A publicação mensal de julho de 2008 enfatizou que as ações para a cultura do abacaxi no arranjo produtivo local do norte fluminense se mantiveram no segundo semestre do mesmo ano. Foi relatado que os produtores do polo de fruticultura do Norte e Noroeste fluminense vêm demonstrando interesse pela expansão e modernização da cultura do abacaxi e que a redução das perdas por morte de plantas indicava que havia um maior cuidado na seleção das mudas e nos tratamentos culturais, o que gerou um aumento na produção e na qualidade dos frutos colhidos.

No dia 28 de agosto de 2008, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), foi promovido o II Encontro de Pesquisadores do Projeto Inovação Tecnológica para a Cadeia Produtiva do Maracujá no Norte Fluminense (APL Maracujá), onde os Pesquisadores da EMBRAPA, UENF e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio) mostraram o andamento das atividades iniciadas há um ano, que vieram à tona para recuperar a economia em torno da cultura que mobiliza agricultores familiares e agroindústrias da região. Houve problemas, como a mortalidade de plantas, baixa produtividade e descompasso entre campo e agroindústria, que colocaram a atividade em risco, e o projeto, que reúne mais de 40 pesquisadores, visou reverter esse quadro.

A publicação mensal de setembro de 2008 relatou que o mercado atacadista fluminense comercializou 35 mil toneladas de abacaxi em 2007. Após apresentar um período de redução na quantidade comercializada entre 2003 e 2005, as quantidades voltaram a crescer; e no período de 2000 a 2007, o abastecimento do mercado atacadista contou com frutos provenientes de estados como Paraíba, Tocantins e Espírito Santo. A média desses estados foi de 44%, enquanto a produção do Rio de Janeiro, no mesmo período, representou cerca de 48% da comercialização. A participação da produção do Rio de Janeiro neste mercado apresentou significativo crescimento: 44% em 2000 e, em 2007, 51%, explicado pela maior entrada do produto vindo do norte e noroeste fluminense a partir dos programas de apoio à cultura naquelas regiões.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Sistema FIRJAN e o Ministério da Integração Nacional (MI), realizou cursos de capacitação, com ênfase na Produção Integrada (PI), para técnicos do Estado em novembro, com gratuidade para os interessados. O curso sobre abacaxi foi realizado na sede da representação regional norte fluminense da FIRJAN, nos dias 11 e 12 de novembro de 2008 (SFA-RJ do MAPA). É possível constatar que existia uma preocupação com treinamentos e qualificações evidenciando o compromisso do Programa Frutificar com o desenvolvimento da sustentabilidade e continuidade do projeto e melhoria da qualidade dos produtos. Na mesma ocasião, aconteceu o III Encontro Nacional de Mesorregiões.

A publicação de fevereiro de 2009 fez um relato sobre o Programa Frutificar, que na ocasião completava quase uma década de existência, enfatizando que o mesmo vem se adequando a cada desafio e continuava com a finalidade de estimular e ampliar a fruticultura no estado do Rio de Janeiro. O programa teve início nas regiões norte e noroeste do estado, e está disponibilizado hoje para todos os municípios fluminenses. Sua expansão para outras regiões se deu na forma de parceria com prefeituras municipais, através de suas Secretarias de Agricultura, Sindicatos Rurais e Associações de Produtores Rurais, com objetivo de formar polos regionais de fruticultura irrigada, organizar e capacitar os produtores e sua mão de obra na atividade. Durante a implantação do Programa Frutificar, ocorreram várias situações de caráter operacional e fitossanitário que exigiram a adequação de suas normas.

Em março, a mesorregião do Itabapoana esteve presente na 1º Mostra Nacional do Desenvolvimento Regional, com aproximadamente 60 participantes e expositores. Já em abril de 2009, houve um relato sobre a história das centrais de negócios no município de São Francisco do Itabapoana, que iniciaram seus trabalhos em junho de 2008 como resultado do Projeto "Modernização da Comercialização da Cultura do Abacaxi". As centrais foram criadas com o objetivo de estimular o fortalecimento da cultura da cooperação de maneira a fortalecer os pequenos grupos.

Essas ações do Programa Central de Negócios é uma metodologia desenvolvida pelo SEBRAE Nacional que visa à organização desses grupos, de forma que os mesmos possam efetuar compras em conjunto, vendas em conjunto ou ambos, além da contratação de serviços especializados, realização de ações de marketing, dentre outros. A partir de sua operacionalização, os envolvidos obtêm ganhos de escala e uma maior participação no mercado, de forma a proporcionar um aumento em sua competitividade e possibilitando o acesso a produtos e mercado que, isoladamente, seriam inviáveis. Essas ações representam uma preocupação da instituição para a formação de grupos que possam ser ampliados para cooperativas, estimulando a participação de todos e o desenvolvimento da região.

Nos dias 15 e 16 de abril de 2009, foram realizadas reuniões dos projetos apoiados pelo Ministério da Integração Nacional. No dia 20 de maio do mesmo ano, aconteceu a quinta reunião do Fórum da Mesorregião Itabapoana. O encontro apresentou resultados de projeto de recuperação da cultura do maracujazeiro no norte e noroeste fluminense.

Já nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2009, na Fazenda Jatobá, em Miracema, o III Encontro de Pesquisadores do Projeto APL Maracujá apresentou novas tecnologias de produção e industrialização envolvendo a cadeia produtiva da fruta e as novas variedades tolerantes às viroses da cultura, que foram as principais atrações. Esta ação veio para mostrar que a plantação de maracujá poderá ser retomada a partir das novas variedades. Ainda no ano de 2009, em novembro, foi inaugurada duas Centrais de Negócios, organizadas pelo SEBRAE – RJ, cujo principal produto é o abacaxi.

Em fevereiro de 2010, foi anunciado que para a colheita daquele ano seria disponibilizado o galpão de embalagem (*packing house*), equipado com câmara fria para apoiar a logística do preparo dos frutos e sua comercialização. No mês seguinte, o informativo evidenciou que a fruticultura teve elevado potencial para criar muitos empregos e gerar renda. Os membros da Cooperativa Agro Comercial Nova Belém Ltda – COOPERNOB, produtores de abacaxi de São Francisco de Itabapoana e de produtores de pêssego do noroeste fluminense participaram da II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, que foi realizada no período de 10 a 14 de março em Florianópolis, pelo Ministério da Integração Nacional. A preocupação dos parceiros pelo incentivo aos participantes em conhecerem outras regiões do país seus e produtos obteve significativo destaque.

No dia 14 de abril de 2010, uma reunião do Banco do Brasil, em Campos dos Goytacazes, convocada e coordenada pela Gerência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Agronegócios da Superintendência Estadual da empresa no Rio de Janeiro, reuniu na Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional todas as instituições envolvidas no apoio ao APL de Fruticultura das regiões citadas. O encontro estabeleceu a convergência das ações através de um planejamento conjunto e contínuo para o ano de 2010.

No dia 13 de abril de 2010, foi apresentado, na Representação Regional da FIRJAN de Campos dos Goytacazes, o Plano de Ação da Mesorregião do Itabapoana. O documento é decorrência de um processo de discussões entre as instituições locais e seus diversos atores, e confirma algumas ações que já estavam sendo implantadas - entre elas a estruturação do segmento da fruticultura na porção fluminense da mesorregião. Essa ação teve como articuladora inicial a FIRJAN, que apresentou ao Ministério da Integração Nacional um estudo demonstrando que a região tem condições adequadas para o desenvolvimento de algumas culturas como forma de diversificar a atuação de produtores locais, ou mesmo melhorar, por meio de novas tecnologias, o processo produtivo. A infraestrutura instalada na porção fluminense que é composta por um *packing house* e uma agroindústria de processamento de frutas foi utilizada também pelos novos produtores dos outros estados, proporcionando a otimização da capacidade operacional.

O informativo afirma que o desenvolvimento regional e sustentável só é viável quando ações de implantação e dinamização de atividades produtivas e geração de renda são estruturadas com a participação de vários parceiros. Esse processo é o que contribui para a diminuição das desigualdades regionais do país.

Em maio de 2010, o informativo apresentou a informação de que a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2010 foi publicada no Diário Oficial da União, em 24 de fevereiro de 2010. A notícia se mostrou interessante sobretudo para os produtores de frutas como acerola, caqui, figo, goiaba, pêssego, maracujá, entre outras, que são consideradas culturas com registros de defensivos insuficientes, e que poderiam, então, comemorar a regulamentação do uso desses defensivos.

Em junho de 2010 foi criada a Cooperativa dos Produtores de Frutas da Mesorregião Itabapoana, a Coopfruta, para administrar o *packing house* onde seria recepcionada, selecionada, classificada, embalada, armazenada e distribuída a produção colhida, como estratégia de comercialização. Os produtores resolveram efetuar a formalização da cooperativa, pois não havia, na ocasião, possibilidade de nenhum apoio financeiro do Banco do Brasil sem a concretização dessa iniciativa.

O informe de julho de 2010 fez considerações sobre a região norte fluminense e evidenciou que existe um número expressivo de produtores de abacaxi onde a cultura vem se expandindo, com cerca de 33 mil hectares plantados e expansão contínua em produção e em comercialização da Ceasa – RJ. Os dados reforçaram ainda que a área plantada no estado era capaz de atender a sua demanda, a partir de uma reprogramação de épocas e técnicas de plantio que permitiriam colher o ano todo concentrando a safra nos meses de agosto a dezembro. Apesar da existência do aparato tecnológico, era preciso mudar os hábitos e comportamentos dos agricultores.

O Ministério da Integração Nacional, principal financiador do projeto, assumiu a negociação direta com o Banco do Brasil para viabilizar a integralização de capital. O informativo referente ao mês de agosto revela que o Sistema FIRJAN, por meio de ações desenvolvidas em parceria com os setores públicos e o privado, vem demonstrando sua convicção de que a fruticultura é uma atividade de viabilidade econômica e social para as regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro. O projeto era mais um a contar com o

"Dia de Campo," instrumento imprescindível para a transferência de tecnologia, ao envolver os atores locais em atividades didáticas nas áreas de plantação.

Para atender às novas exigências do mercado de frutas, sobretudo em relação à qualidade do produto, regularidade da oferta e rastreabilidade da origem dos produtos, foi construído um *packing house* para pêssegos em Porciúncula. Existem ainda recursos empenhados pelo Ministério da Integração Nacional para a construção de outro *packing house*, voltado para a produção de abacaxi, em São Francisco de Itabapoana. Tais estruturas estão projetadas para receber, selecionar, classificar e embalar a produção. Apesar de imprescindíveis, há desafios para que possam operar de maneira satisfatória.

Em setembro de 2010, com o Intercâmbio Brasil e União Européia, foi realizada uma missão de produtores rurais integrantes do APL de municípios da Bacia do Rio Itabapoana. A notícia qualifica os produtores como membros de um APL, enfatizando o compromisso dos parceiros com a construção de um arranjo na região. O objetivo desta missão foi trocar experiências com empresários e produtores do setor frutífero da Europa - especificamente das regiões de Valência, na Espanha, e de Piemonte, município de Turim, na Itália. O projeto foi composto por representantes dos produtores de abacaxi do norte fluminense, de pêssego do noroeste fluminense e do Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN, que visitou, em Valência, o Centro de Estratégias e Desenvolvimento de Valência – CEYD e o Instituto Valenciano de Pesquisas Agrícolas – IVIA e a ANECOOP S. Coop. – cooperativa líder no mercado europeu na comercialização hortifrutícola. Após a concretização da visita, houve o relato do grupo de fruticultura que participou do intercâmbio Brasil União Europeia 2010. Este grupo foi composto por seis integrantes das mesorregiões Itabapoana e Vale do Ribeira, que avaliou a visita à Itália como produtiva principalmente porque cobriu quase todos os elos da cadeia de produção de frutas. Um aspecto de grande interesse relatado pós-visita foi a de que toda a produção comercializada pelo Grupo Lagnasco é rastreada e possui diversas certificações (ISO, BRC, IFS, UNI, Eurepgap, Agricultura Orgânica, entre outras). O grupo exporta para diversos países fora da União Européia.

O grupo relatou ainda que na Itália existem 260 estruturas de cooperativas desse tipo, de diferentes portes, e a Lagnasco é uma das cinco Organizações de Produtores - OP da região de Piemonte. A visita foi importante em diversos aspectos, mas especialmente interessante por possibilitar a verificação *in loco* do sistema de cooperativas. As cooperativas visitadas têm ações de interesse dos atores e regionais com várias funções, além das tradicionais das cooperativas, pois se encarregam de prevenir e gerenciar crises por excesso de oferta ou escassez de produtos.

Uma ação de proteção identificada foi a de que se houver um excesso de produção, a mesma é retirada do mercado ou não é nem colhida, até que os preços voltem a remunerar os custos. Campanhas publicitárias e promoções também são realizadas no gerenciamento de crises, e existem seguros e fundos para diminuir eventuais prejuízos do produtor.

O informe de novembro de 2010 faz uma conscientização de que a região norte fluminense concentra um número significativo de agroindústrias, predominantemente rurais, familiares e de processamento de frutas. Esse dado está relacionado tanto à necessidade do produtor rural de agregar valor à sua produção como, também, à tradição da região na produção de doces de frutas. Entretanto, esse potencial não se reverte em resultados econômicos significativos para as famílias e para a região. Nesse contexto, para apoiar esses empresários, foram estabelecidas parcerias com a FIRJAN Agroindústria, a Rede de Tecnologia e o Programa Prosperar do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No dia 10 de novembro foi realizada em Carangola (MG) a última reunião de 2010 do Fórum da

Mesorregião do Itabapoana, na qual foram discutidos os projetos da mesorregião que ainda receberam recursos no mesmo ano, e os recursos que seriam repassados para o ano seguinte.

O gerente executivo do Ministério da Integração Nacional, Breno Figueiredo, ressaltou que, além de estender o apoio à fruticultura aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o ministério apoiará os projetos de incentivo à fruticultura encaminhada pela bancada do Rio de Janeiro no Fórum, pois atendem à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e demonstram capacidade de sustentabilidade e geração de renda.

A área plantada com abacaxi, coco, goiaba e manga cresceram de maneira acentuada entre 1999 e 2009, com uma taxa média de 13% ao ano. Esse elemento positivo mostra que os esforços para apoiar e incentivar a atividade estão sendo recompensados. Foi observado também que um dos maiores obstáculos para a expansão da produção encontra-se na comercialização, que precisa ser orientada de forma associativa e com vistas a atingir mercados mais exigentes, que pagam preços melhores pelos produtos, inclusive no exterior.

Em fevereiro de 2011, o informativo apresentou um relato do dia de campo que foi realizado em uma propriedade rural em São Francisco de Itabapoana, no dia 19 de fevereiro, com o objetivo de propagação de técnicas agrícolas para os produtores de abacaxi desse município e de São João da Barra. O evento foi organizado pela Associação de Moradores e Produtores Agrícolas de Carrapato e pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – FAPUR, com recursos do Edital FAPERJ nº 16 – Apoio à Inovação Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro.

Na ocasião, o professor Jair Felipe Garcia Pereira Ramalho, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresentou o sistema de plantio em fileira dupla, e a empresa Folha Verde fez uma demonstração da utilização de pulverizador de barra tratorizado para uso em lavouras de abacaxi plantado em fileira dupla.

No que tange à produção brasileira de frutas, foi observado um aumento de 19% entre 2001 e 2009, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O consumo também cresceu de 113 kg/hab/ano, em 2001, para 125 kg/hab/ano, em 2009. Na avaliação do técnico da Coordenação-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Gustavo Firmo, o crescimento se deu com a melhora de produtividade e rendimento.

Nesse sentido, foi feita uma solicitação, por parte dos Fóruns de Desenvolvimento das Mesorregiões, para uma reunião com o secretário do Ministério da Integração Nacional (MI), com o objetivo de conhecer a proposta da nova gestão para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além de obter informações sobre a liberação financeira dos convênios já assinados. A reunião com o titular da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Sérgio Duarte, foi realizada em Brasília (DF) no dia 12 de abril de 2011. De início, ele esclareceu que os fóruns continuarão a serem importantes interlocutores da PNDR, além de destacar que a cadeia produtiva da fruticultura continuaria recebendo apoio no Rio de Janeiro.

Em maio, o informativo relatou que o plano de negócios da agroindústria da Cooperativa de Produtores de Frutas da Mesorregião do Itabapoana estava sendo concluído por meio de um convênio firmado entre a Prefeitura de Porciúncula e o Ministério da Integração Nacional. Em julho de 2011, a atual gestão do Ministério da Integração Nacional (MI) definiu, então, uma nova missão com diretrizes específicas de atuação, algumas referentes ao direcionamento dos recursos para as mesorregiões. A nova Secretaria de Desenvolvimento Regional trabalharia com cinco segmentos: apicultura, fruticultura, piscicultura, ovinocultura, caprinocultura e economia criativa, sendo que, em cada mesorregião, apenas um segmento teria apoio. Na mesorregião do Itabapoana, por exemplo,

única com municípios fluminenses, foi escolhida a fruticultura. Esta opção do MI foi um reconhecimento do trabalho que o Sistema FIRJAN e seus parceiros vinham desenvolvendo até então para a consolidação do polo de fruticultura das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.

No mês de agosto do mesmo ano, o informativo evidenciou que os poderes públicos, em todas as esferas, fomentaram a organização dos produtores rurais em cooperativas. As instituições privadas e o Sistema S, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que trabalham com o setor agropecuário, também apoiaram iniciativas nesse sentido.

O informativo de setembro de 2011 consta que a Universidade Federal de Viçosa – UFV monitora, desde 2006, as perdas e resultados das lavouras de abacaxi da região norte fluminense. Esse monitoramento é executado para registrar as práticas culturais adotadas, avaliar os resultados e propor modificações. Desde a conclusão do primeiro levantamento, durante a colheita de 2007, foi identificado que um dos principais problemas para a obtenção de frutos de maior peso e qualidade era o corte de folhas, realizado de três a quatro vezes em cada ciclo produtivo, para facilitar os tratos culturais (adubações, pulverizações e etc.) necessários ao desenvolvimento da lavoura. Isso era necessário em consequência da utilização de um espaçamento inadequado por ocasião do plantio. Para resolver esse problema, foi preconizado pela UFV o plantio em linhas duplas. Segundo dados da EMATER-Rio, o plantio em linhas duplas vem aumentando a cada safra, e já era significativo em 2010 o percentual da área total plantada desta forma na região, possibilitando afirmar, hoje, que o problema foi erradicado.

No dia oito de setembro de 2011, o professor Flávio Couto apresentou em reunião em São Francisco de Itabapoana os resultados do monitoramento da safra que estava em colheita. No encontro, foram entregues relatórios individuais a cada um dos 86 produtores que estavam sendo monitorados. O informe relatou que durante o mês de outubro de 2011, a ARBOR BRASIL iria reativar a fábrica da empresa Bela Joana Sucos e Frutas Ltda. Caso se confirmasse as expectativas da ARBOR BRASIL e o investimento previsto de R\$ 15 milhões se efetuado, o Polo de Fruticultura do Norte e Noroeste Fluminense receberia um novo e importante estímulo para o seu crescimento. Em novembro, porém, houve um relato de que técnicos discutiram perspectivas do polo de Fruticultura, no Encontro Técnico de Fruticultura, promovido pelo Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN, pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e pelo SEBRAE-RJ. A reunião representou uma oportunidade para cerca de 20 técnicos envolvidos na implantação da fruticultura nas regiões norte e noroeste fluminense analisarem as ações, os resultados alcançados e as perspectivas para a atividade naquelas regiões.

O Polo de Fruticultura das Regiões Norte e Noroeste pode transformar aquele espaço geográfico em importante produtor de frutas para atender o mercado nacional, e também o internacional. Os participantes foram enfáticos ao ressaltar que o continuado comprometimento das diversas instituições privadas e públicas que vinham apoiando o desenvolvimento do polo era um fator estratégico para a ampliação dos resultados e a superação dos desafios.

Em dezembro de 2011, houve o relato de que a citricultura chegava ao noroeste fluminense. Em fevereiro do ano seguinte, o Ministério da Integração Nacional manteve o apoio à fruticultura na mesorregião do Itabapoana, uma das 13 definidas como prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a única que contempla municípios do estado do Rio de Janeiro. Ao todo, são 12 municípios situados nas regiões norte e noroeste fluminense.

Em março de 2012, as informações disponibilizadas constataram que a produção da banana teve bom resultado no noroeste fluminense. Em abril do mesmo ano, a ARBOR BRASIL iniciou a produção de polpas e sucos de frutas no estado do Rio e arrendou a unidade industrial do Grupo MPE no município de Campos dos Goytacazes, onde está produzindo três milhões de litros de concentrados, néctares e sucos de frutas por mês. A meta da empresa era chegar ao final de 2012 com a produção de nove milhões de litros por mês.

Em maio de 2012, foi efetivada a produção consorciada de laranja com maracujá no noroeste fluminense. O relatório de junho do mesmo ano se concentrou em informar como estava o cenário da fruticultura nas regiões norte e noroeste do estado. No mês seguinte, o informe apresentou as normas para produção de mudas de abacaxizeiro, que seriam efetivamente definidas em evento a ser realizado futuramente na Paraíba.

Em agosto de 2012, foi relatado que, com o apoio da FAPERJ, por meio do edital Rio Inovação, a empresa CitroRio produziu mudas certificadas de vários tipos. No mês seguinte, a informação de destaque foi a evidência de que os produtores de pêssego da COOPROFRUTA estavam tendo contato com novas técnicas de produção em Paranapanema. Logo em seguida, no mês de outubro, foi publicado um trabalho sobre o futuro da embalagem de madeira para frutas e hortaliças. O informe seguinte deu destaque às novidades na comercialização de frutas pela mesma cooperativa, a partir das duas câmaras de climatização de banana que foram entregues em novembro na sede da Cooperativa de Produtores de Frutas da Mesorregião do Itabapoana Ltda, também em Porciúncula. A aquisição das câmaras foi feita com recursos do convênio firmado entre a Prefeitura de Porciúncula e o Ministério da Integração Nacional (MI). Além delas, foram também adquiridas mil caixas plásticas retornáveis para acondicionamento e transporte de bananas em pencas, já classificadas para o mercado. Essa iniciativa integra um conjunto de medidas de apoio à COOPROFRUTA para organizar o pós-colheita, a classificação e a comercialização de frutas. Com o encerramento do ano, as unidades demonstrativas da cultura de maracujá estavam na pauta da fruticultura do estado do Rio.

Em 2013, a expansão da área de banana irrigada no estado colocou a fruta como nova prioridade de atendimento para os técnicos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). O cultivo de banana teve apoio do Programa Frutificar, com iniciativa da Secretaria Estadual de Agricultura, e a comercialização da safra ao mercado varejista foi incentivada pela Cooperativa dos Produtores de Frutas da Mesorregião do Itabapoana (COOPROFRUTA). Em novembro do mesmo ano, a produção de banana e laranja no Polo de Fruticultura do Estado do Rio passaram a contar, no âmbito do convênio do Sistema FIRJAN com o Ministério da Integração, com a consultoria da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nos relatos apresentados pelos boletins de informação da FIRJAN, verificou-se a existência de diversas ações que cooperam de forma a contribuir para o desenvolvimento da fruticultura na região norte e noroeste fluminense. Um fato relevante constatado na pesquisa foi a visualização de que a fruticultura é uma vocação dessas regiões. O diagnóstico, que não é novidade, mostra que diversas instituições se empenham para que essa atividade se consolide e se transforme em fonte adicional de renda, de emprego e de desenvolvimento regional.

Ficou relatada ainda a necessidade e importância da produção regular de fruta de boa aparência e sabor, que não causem males aos consumidores devido às formas de cultivo e procedimentos inadequados de pós-colheita. Dentro dos aspectos inerentes ao controle de qualidade, existe a preocupação dos atores institucionais com relação à rastreabilidade dos produtos - realidade exigida pelo mercado varejista - na adoção de melhores tecnologias e práticas de produção e de controle, evidenciando a importância de uma certificação dos

produtos da região. Em todo o período verificado, constam também as preocupações com o meio ambiente e com o bem-estar dos trabalhadores.

Outro fator destacado é a necessidade de gestão administrativa e financeira efetiva pelos produtores, dentre elas: i) evitar desperdícios de insumos; ii) usar de maneira correta defensivos agrícolas; iii) fazer controle dos gastos receitas. Tais parâmetros são fundamentais para garantir a lucratividade e a sustentabilidade do negócio, e o SEBRAE tem trabalhado essas questões com os produtores. O programa incentiva, sobretudo, a irrigação, por se tratar de uma prática importante para o sucesso da fruticultura. Os relatos enfatizam que as constantes inovações tecnológicas vêm reduzindo os custos dos equipamentos, mas estes ainda são elevados para pequenos produtores rurais. Para realizar os investimentos necessários ao uso da irrigação, é essencial que esse grupo de produtores receba recursos de crédito.

Nesse quesito, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, atualmente SEAPEC, através do Banco do Brasil, financia o investimento em irrigação nos diversos projetos de fruticultura em implantação nas regiões norte e noroeste fluminense. O Programa Moeda Verde Frutificar faz a análise técnica das propriedades e, naquelas em que a irrigação é viável, o financiamento é concedido com taxas de juros e em condições compatíveis com a cultura e seu ciclo produtivo. Os projetos de modernização da cultura do abacaxi na região norte fluminense e de implantação da cultura do pêssego e da citricultura na região noroeste do estado têm se beneficiado sobremaneira desse apoio, evidenciando que a parceria Sistema FIRJAN / SEAPPEC / Ministério da Integração Nacional / SEBRAE-RJ está funcionando em uma sintonia cada vez mais ajustada.

Outro aspecto abordado e dirigido aos produtores diz respeito à importância e necessidade de se prepararem e estarem atentos com a Resolução nº 15 de 23 de setembro de 2010 do INEA, que estabelece os procedimentos para regularização do uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro. A regularização do uso da água pelos empreendedores familiares rurais é realizada mediante cadastramento dos usuários pelos procedimentos especificados na legislação descrita anteriormente. É válido ressaltar que o atendimento dessa resolução será obrigatório para acesso ao PRONAF e ao Programa Moeda Verde Frutificar em financiamentos de investimento e custeio de culturas irrigadas. (INEA, 2014)

Percebe-se, na atualidade, que os projetos para diversificação e modernização da fruticultura nas regiões norte e noroeste fluminenses estão entrando em uma fase na qual os produtores devem assumir novas responsabilidades. Além de manter os procedimentos relativos à condução da lavoura, faz-se necessário voltar sua atenção para as atividades de comercialização, com destaque à necessidade de comercialização direta da produção, assimilação dos custos operacionais e gerenciamento do processo.

A COOPROFRUTA – Cooperativa dos Produtores de Fruta da Mesorregião do Itabapoana – assumiu o compromisso de gestão e capitalização da agroindústria de processamento de frutas, que está sendo reformada através de convênio do Ministério da Integração Nacional com a Prefeitura de Porciúncula. A cooperativa já havia se comprometido com a operação da unidade de comercialização de fruta *in natura*, já construída naquele município. Complementarmente, o Ministério da Integração Nacional está ampliando o projeto de produção de pêssegos para os municípios de Carangola (MG) e Ibitirama (ES). Tal medida deverá fortalecer os canais de comercialização e reduzir os custos médios de operação.

O estado do Rio de Janeiro tem uma produção expressiva de abacaxi, e a transferência de tecnologia deverá fazer com que os frutos sejam adequados aos gostos dos consumidores.

Com a modernização de sua comercialização, haverá aumento expressivo na renda dos produtores. As ações em curso no noroeste deverão consolidar a produção de pêssegos e lançar bases para que a região se transforme em polo de produção de frutas de clima temperado.

A região norte fluminense concentra um número significativo de agroindústrias, predominantemente rurais, familiares e de processamento de frutas. Esse dado está relacionado tanto à necessidade do produtor rural de agregar valor à sua produção como, também, à tradição da região na produção de doces de frutas. Entretanto, esse potencial não se reverte em resultados econômicos significativos para as famílias e para a região. Desde o início de 1999, quando foi criado o Grupo Executivo de Fruticultura do Sistema FIRJAN, o informe de fruticultura faz o acompanhamento da evolução da área plantada nas regiões norte e noroeste do estado do Rio, e uma preocupação dos atores institucionais relatadas é que, ao se definir uma atividade produtiva, deve-se ter, como fator primordial, o conhecimento das exigências do consumidor.

#### **4.2.3. Empresa Campo – Cia. de Promoção Agrícola**

A partir do contato com a FIRJAN, foi constatado a atuação da empresa Campo, Cia de Promoção Agrícola, no estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na região norte e noroeste fluminense, empresa com sede em Brasília (DF).

Foi feito contato com o departamento de comunicação durante o mês de janeiro de 2014. A empresa atendeu à solicitação e articulou contato com um dos principais organizadores e executores da pesquisa na década de 1990, possibilitando, assim, um relato do Sr. Cezar A. Rizzi, coordenador da equipe técnica da empresa Campo, cujas respostas foram de importância significativa para este estudo.

O coordenador evidenciou, em um documento emitido no dia 03 de fevereiro de 2014, que a empresa foi contratada pela FIRJAN para diagnosticar e elaborar um plano de negócios visando buscar uma alternativa de renda para o setor do agronegócio nas regiões norte e noroeste fluminense. Inicialmente, o projeto se voltava para a região norte, uma vez que a crise no setor sucroalcooleiro afetava toda a região na época. Posteriormente, foram expandidos os estudos para a região noroeste, que também estava inserida em um panorama de crise explicada pela queda na pecuária leiteira e de corte, baixa renda das pequenas propriedades, dentre outros fatores.

No decorrer do projeto, a fruticultura irrigada foi identificada com uma das melhores alternativas para as regiões analisadas. No diagnóstico e nas visitas de reconhecimento, foram levantadas e cruzadas informações edafoclimáticas, de relevo e altitude, da malha fundiária, geração de renda e empregos, entre outras informações importantes. Essa base de dados permitiu identificar que a fruticultura irrigada atenderia às expectativas de geração de renda e empregos, redução do êxodo rural, diversificação da economia, além de outros ganhos socioeconômicos. Identificada a fruticultura, partiu-se para a elaboração de um amplo estudo de mercado, identificando inclusive a origem da importação de outros estados e países das frutas.

Para o norte, devido às condições edafoclimáticas, o estudo preconizou frutas de clima tropical. Já para o noroeste, foram indicadas as frutas tropicais para as baixas altitudes e, nas mais elevadas, alguns nichos de frutas típicas de climas temperados. Em ambos os planos de negócios, foram elaborados cenários de diversas dimensões de áreas, demonstrando a viabilidade econômica da fruticultura irrigada. Com estas informações, os produtores interessados teriam informações que auxiliariam de forma significativa na tomada de decisão.

Também foi estimada uma área potencial de irrigação para a fruticultura, o que permitiu projetar a produção total de cada fruta selecionada e as necessidades de infraestruturas de casas de embalagens (*packing house*) e agroindústrias de processamento. A prioridade nos planos de negócios eram frutas para consumo "*in natura*", pois estas remuneram melhor o produtor e agregam um menor percentual para o processamento em polpas e sucos. Identificados os volumes de frutas para consumo e para processamento, foi feito um levantamento dos investimentos e dos preços de venda para os cálculos das viabilidades econômicas das unidades das casas de embalagens e agroindustriais.

A fruticultura irrigada, apesar de haver na época algumas iniciativas nesse sentido, representava, de maneira geral, uma atividade nova. Com o intuito de minimizar os riscos, passíveis de ocorrência, foi proposto um modelo de gestão para a cadeia produtiva já identificado e proposto em outros estudos de cadeias produtivas utilizando-se "Empresa Âncoras" ou Integradoras. No estudo proposto pela empresa Campo, uma empresa integrada e tem competência para administrar todos os segmentos da cadeia produtiva, sendo o fruticultor responsável pela produção, ficando vinculada, entretanto, à empresa âncora, que se encarrega de fornecer desde o apoio técnico no campo até a comercialização e distribuição das frutas, polpas e sucos com os padrões de qualidade que o mercado exige.

O estudo contemplou ainda um plano de *Marketing* e a projeção dos ganhos socioeconômicos para as regiões, além de outros temas que envolveram um plano de negócios. No total, os dois planos ficaram subordinados à coordenação do pesquisador, que percorreu as duas regiões e a capital durante o levantamento de dados e informações.

Esse relato consistiu nos resumos das atividades da empresa, que destacou que, caso houvesse necessidade de informações adicionais, a orientação era de que a FIRJAN do Rio de Janeiro deveria ser procurada – em especial o departamento responsável pelo segmento do agronegócio. Este departamento foi constituído, inicialmente, para apoiar as ações de fomento e ainda para atuar no fortalecimento dos futuros polos frutícolas de ambas às regiões, e hoje se expandiu para outros segmentos do agronegócio. Os resultados do estudo, na época, foram entregues reunidos em planos de negócios, em volumes impressos e meio digital, para este departamento.

#### **4.2.4. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – SEAPEC**

A partir dos relatos da FIRJAN, foi feito um contato com os responsáveis pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. A Coordenação de Comunicação da instituição informou que o secretário de agricultura direcionou a solicitação de entrevista para o gerente setorial do Programa Frutificar e secretário do Grupo Executivo do Agronegócio da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. O gerente setorial, por sua vez, evidenciou que a Secretaria de Agricultura e o Programa Frutificar possui atualmente 800 projetos consolidados e que o estado tem investido de forma contínua na agricultura.

Segundo informações fornecidas na entrevista, o grande desafio dos programas é proporcionar as melhores condições para o agricultor. O estado atua diretamente com os agricultores e espera-se que o produtor tenha seriedade e aproveite os benefícios oferecidos. O órgão tem atuado de forma a contribuir para que a pesquisa e a extensão estejam engajadas com o produtor, incentivando-o a se associar para comprar e vender de forma a melhorar o seu lucro. Programas da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, como o denominado "Rio Genética", visa a melhoria da produtividade do estado,

tendo em vista que hoje a capacidade de processamento de lácteos é o dobro da capacidade de operação. Os programas buscam, assim, normalizar esta situação a partir da melhoria das matrizes e de todo o rebanho. No mesmo sentido, espera-se melhorar a produtividade de todos os produtos agrícolas no estado, em consonância que a melhoria contínua na agricultura se faz necessária e o quadro nos últimos dez anos tem se modificado substancialmente.

No caso de Campos dos Goytacazes, houve um aumento considerável da produção, sendo o abacaxi considerado um arranjo produtivo por possui uma rede de produtores, ter o apoio do estado, da prefeitura, SENAR, SEBRAE e atores locais, além, de certa forma, de ter funcionado bem. O coordenador foi muito pragmático ao afirmar que existe um APL em Campos, mas, apesar de existir uma rede informal entre os produtores e esses possuem apoio dos atores institucionais, não há uma governança compartilhada entre esses atores envolvidos.

Na cidade de Campos, o grande apoio da secretaria e dos agricultores é oferecido por parte da UENF. A secretaria manifestou, ainda, o interesse em implantar a produção de cacau na região, que já possui uma área plantada na cidade vizinha de Bom Jesus do Itabapoana.

No início do Programa Frutificar, exigia-se que deveria haver uma empresa integradora que se comprometesse a comprar toda a produção. Na época, o então governador Anthony Garotinho fez uma parceria com o Grupo MPE e este construiu a indústria Bela Joana Sucos e Frutas para aquisição das frutas produzidas pelo Programa Frutificar. Segundo o coordenador, pouco tempo depois essa exigência passou a não ser mais obrigatória, e os produtores poderiam produzir mesmo se não tivessem uma empresa integradora. Com isso, surgiram pessoas interessadas em cultivar uva, pêssago, banana, figos, representando uma diversificação de produtos, que teve início com o plantio de abacaxi, que até então possuía as maiores áreas plantadas. O abacaxi era produzido em grande quantidade na região, mas não possuía a qualidade e tamanho esperados para comercialização de forma lucrativa. Os agricultores, por falta de técnicas de manejo, utilizavam mal a área de plantio e cortavam as folhas para entrar na plantação, reduzindo a área foliar e fazendo, assim, com que o abacaxi não se desenvolvesse. Após uma parceria feita com a Universidade Federal de Viçosa, no entanto, que enviou um professor para efetuar os treinamentos dos agricultores, esse cenário começou a se modificar.

Ainda em 2002, houve alguns insucessos, pois a equipe do programa teve que se ausentar por oito meses. Na ocasião, o governador Anthony Garotinho se afastou para se candidatar a presidência e governo do estado foi assumido pela vice, Benedita da Silva, entre 06 de abril de 2002 a 01 de janeiro de 2003. Com a mudança, a equipe foi alterada, e como o programa estava no seu segundo ano, a nova equipe desconhecia as ações, suspendendo as liberações e prejudicando, assim, muitos processos. Como existiam culturas que precisavam de liberação de recursos, tal fato causou muito ruído na condução do programa.

Segundo o gerente, houve a necessidade de reestruturação e o estado ajustou o programa, admitiu as imperfeições e, de forma solidária, renegociou as dívidas. Ainda assim, houve agricultores que passaram por dificuldades, pois a agricultura possui características específicas que carecem de atenção. Dessa forma, alguns perderam a produção por falta de verbas, abandonando o projeto.

No ano seguinte, em 2003, assumiu a governadora Rosinha Garotinho, tendo a equipe de trabalho articulada com pessoas que já trabalhavam com Anthony Garotinho. Segundo o coordenador, eles corrigiram as falhas existentes outrora, criaram resoluções novas, normatizações e renegociaram as dívidas.

Nesse patamar, o estado tem oferecido condições e melhorias, como no caso da agroindústria, em que o governo devolveu o ICMS no período de 2002 a 2010 para que as empresas se modernizassem e efetuassem a modernização de suas infraestruturas. Para

participar do programa, as empresas tinham que apresentar um projeto de melhoria que seria analisado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, que, após aprovado, era enviado à Secretaria da Fazenda para liberação. É válido destacar que as atividades são fiscalizadas pela Secretaria da Agricultura, e que os produtores agropecuários do Rio de Janeiro não pagam ICMS, desde que devidamente cadastrados.

A organização dos agricultores que trabalham com frutas em Campos iniciou com o projeto e a vinda do professor da UFV, para orientar os agricultores no manejo das culturas - em especial o abacaxi. Muitos agricultores não faziam parte do projeto, mas as melhorias divulgadas para o manejo das plantações foram absorvidas pelos agricultores da região independente de estarem ou não no projeto, evidenciando uma rede de comunicação entre eles. No início do programa, foi introduzida entre os agricultores a ideia do quão importante e necessário era a criação de uma rede formal com assembléias, de forma que todos os envolvidos pudessem participar. O programa possuía 942 produtores integrantes na região - incluindo os do município de Campos -, que tinham cursos, assistência técnica e faziam excursões para visitarem propriedades, com o intuito de absorver novas tecnologias e exemplificações práticas que interessassem aos produtores e se manterem, assim, unidos no processo. Eram realizados dias de campo para integração dos agricultores, de forma a fazer com que o produtor fosse um disseminador de conhecimento.

O programa, no início, introduziu uma grande divisa, que consistia no financiamento com assistência técnica. A partir dos anos 2000, a facilidade de financiamento e os juros de 2% sem a necessidade de exigências bancárias, passou a ser o motivador de um grande desenvolvimento na região.

Os projetos da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro foram assistidos pela EMATER-Rio na época da implantação, quando ainda não se tinha uma equipe formada para o projeto. Hoje, no entanto, o programa conta com os seus próprios técnicos, que fornecem assistência às propriedades. Nesse contexto, a EMBRAPA tem dado substancial assistência sempre que o programa necessita de seu apoio ou de alguma tecnologia direcionada e específica, assim como conta com o apoio de universidades como UFRRJ, UFV e UENF.

O projeto chegou a 3 mil hectares plantados e hoje, segundo a FIRJAN, a área é de 6 mil hectares, beneficiando, desde o início de sua implantação, mil produtores. Essas e outras informações precisas se encontram na FUNDENOR, parceira que possui ramificações na região com a participação de uma extensa rede de agricultores, consistindo em um agente central de rede. Trata-se de uma entidade que implementa os programas na região e faz convênios com entidades como a FIRJAN, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, empresas de agronegócio e outras entidades. A entidade atua sempre que há necessidade de um dos parceiros para qualquer consultoria, tanto no que tange ao apoio quanto ao contrato, sendo considerada um centro de referência na região norte e noroeste e no estado, com dados de produtores de toda a região.

Existem doze técnicos trabalhando com assistência técnica na região norte e noroeste do estado, contratados pela FUNDENOR. Muitos agricultores não fazem parte do projeto com financiamentos, mas recebem assistência técnica, pois existe um corpo técnico por município trabalhando na assistência e acompanhamento dos projetos. O projeto se iniciou no norte e noroeste, e hoje se expandiu para todo o estado.

A infraestrutura dos produtores com relação à compra de insumos e vendas de produção em comum não possui uma organização -, inclusive a EMATER-Rio realizou um trabalho nesse aspecto visando criar uma associação de produtores, sem sucesso. Não existe uma cooperativa de produtores de frutas, apenas de leite, fato este explicado em função da

falta de uma governança e estrutura organizada, ao contrário da realidade de um APL citado anteriormente. Conforme verificado, os produtores só se reúnem em necessidades conjuntas, em função de demandas pontuais, como refazer uma estrada ou angariar determinado benefício, não sendo presente o hábito de trabalharem em conjunto. Existe uma patrulha mecanizada do estado para reparo das estradas e preparação dos solos, denominado Estradas da Produção. As questões da unificação desses agricultores, no entanto, carecem de serem trabalhadas junto ao estado.

A COOPROFRUTA, de Porciúncula, criada há alguns anos e que conta, atualmente, com uma boa estrutura – inclusive com câmara de climatização para a produção de banana e pêssego - trabalha na região com a cultura de produção de frutas em parceria com a FIRJAN. Embora alguns produtores enviem suas produções para a cooperativa, a grande maioria é vendida para atravessadores intermediários.

A tecnologia da irrigação teve início com a produção de abacaxi e maracujá, se ampliando para o cultivo de goiaba, coco, banana, pêssego, uva e morango na região de Friburgo. No início, houve um interesse generalizado para ingresso no Programa Frutificar, tendo em vista que o empréstimo concedido era de 2%. Embora tenham entrado produtores tradicionais e na região, muitas pessoas que ingressaram o fizeram apenas visando ao aproveitamento dos juros baixos, não possuindo nenhuma experiência na agricultura de frutas.

A assistência da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro não conseguiu se manter presente, levando-se em consideração que o técnico não poderia ficar 24 horas em uma única propriedade, muito menos sete dias por semana, ou trinta dias no mês. Na ocasião, não foi feita nenhuma análise das condições técnicas e financeiras do produtor para entrar no programa, ou uma triagem com o intuito de verificar se o produtor oferecia condições financeiras estáveis para arcar com a dívida. O recurso era, então, liberado à medida em que os produtores faziam o pedido, sendo implantados nos três primeiros anos 50% dos projetos da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. Além dos fatores destacados, a equipe ainda não tinha o perfil definido para a assistência técnica. O técnico da EMATER-Rio, apesar de oferecer apoio ao programa, atuava em outros programas e compromissos. Com os ajustes necessários, hoje a equipe do Frutificar oferece assistência técnica na região com sua equipe própria e com um perfil definido para este tipo de ação.

Os agricultores tradicionais entraram no programa analisando as suas necessidades, buscando capital de acordo com as prioridades da lavoura e assim, conseguiram ir em frente, sem nenhum problema, desenvolvendo as suas necessidades. O Programa Frutificar tem a cobertura do Programa Moeda Verde, que proporciona segurança para o agricultor e para o agente financeiro, com possibilidade de cobertura de, em alguns casos, até 100% da dívida.

A irrigação representou a possibilidade de aumentar a produtividade das propriedades, e o polo de fruticultura, criado pelo decreto do governador Anthony Garotinho, é gerenciado pelo Grupo do Programa Frutificar, em sintonia com a FUNDENOR, para fortalecer a produção da região norte e noroeste, inicialmente com abacaxi e maracujá, que é muito plantado na região. Em algumas regiões, foram triplicadas as áreas plantadas em função do programa. No cenário atual, a produção do maracujá não é mais patrocinada pelo programa em funções de doenças acometidas nas plantas. Com essa informação, o coordenador encerrou a entrevista e encaminhou o entrevistador para a Coordenação de Agronegócios.

#### 4.2.5. Coordenação estadual de crédito fundiário da SEAPEC

O coordenador de agronegócios e coordenador estadual de crédito fundiário fez um relato sobre o programa conhecido como Moeda Verde, já existente à época do Banco do Estado do Rio de Janeiro, BANERJ, porém em um formato diferente.

Em agosto de 1999, o programa foi redesenhado no governo de Anthony Garotinho e foi feita uma parceria com o Banco do Brasil, relação conduzida pelo Sr. Alberto Moffat, hoje atual subsecretário estadual de agricultura. A filosofia no BANERJ era "promover oferta de alimento nas entre safras". No Banco do Brasil, mudou-se o cenário e o convênio Moeda Verde buscou atender demandas voltadas à proteção de preço de produto.

Existe uma tabela com 47 produtos agropecuários, típicos do Rio de Janeiro, constituída por 16 produtos holerícolas, 16 produtos frutícolas, quatro tipos de pescado, além da rã, leite de cabra e de bovino, café, milho, café, arroz e feijão, contemplados pelo programa. Trata-se de uma proteção ao produtor e mitigador de riscos por parte do Estado, embora os recursos fiquem à cargo do agente financeiro.

O estado possui programas de fomento com as seguintes linhas de crédito: i) Cultivar Orgânico, financiamento do estrado com juros de 2% ao ano, para subsidiar a agricultura orgânica; ii) Programa Florescer, dedicado à floricultura e que já destaca o Rio de Janeiro como o segundo polo de floricultura do país, oferecendo financiamento com juros de 2% ao ano, com recursos financiados pelo estado; iii) Programa Frutificar, financiado com juros de 2% ao ano, sendo o programa mais antigo; iv) Programa Multiplicar, que se destina à aquicultura, piscicultura, ranicultura ou organismos que utilizam água em uma das fases da sua vida, também com juros de 2% ao ano, com um prazo máximo de oito anos; v) Programa Prosperar Agroindústria, que financia agroindústrias rurais como ablambiques, fábricas de queijos, doces de leite e compota, também com 2% de juros no investimento e custeio com um prazo de oito anos; vi) Programa Rio Genética, que financia a bovinocultura de leite e iniciou o apoio ao gado de corte a partir dezembro de 2013.

Todos os programas descritos são executados com recursos do Tesouro do Estado, com juros de 2% ao ano e prazo de oito anos, exceto o Programa Rio Genética e Café, que têm prazo máximo de cinco anos. Esses projetos têm tido continuidade e mais de R\$70 milhões de reais foram aplicados pelo estado. Nesse cenário, um fator de interesse percebido é a verificação *in loco* de que os programas em andamento têm tido continuidade e vêm obtendo êxito. Muitos membros da equipe possuem experiência bancária, o que facilita na administração destes programas. Os membros da equipe da secretaria esperam, ainda, que as pessoas que irão sucedê-los em épocas posteriores possam dar continuidade e aprimorar os trabalhos executados até então.

A filosofia do Programa Moeda Verde atual é a seguinte: o produtor que explora qualquer um dos 47 produtos no Rio de Janeiro e que contraia financiamento junto ao Banco do Brasil, em quaisquer das linhas de crédito de custeio ou de investimento, seja PRONAF, PRONAN ou outro disponível, tem o preço do produto aferido na data da contratação e depois na data da amortização ou liquidação. Se houver elevação do preço daquele produto, o programa não participa (lucro do produtor o Moeda Verde não participa), situação que se repete nos casos em que o preço se mantém estável. Se houver queda no valor do produto, contudo, o Governo assume a diferença, cuja tabela é publicada no Diário Oficial semanalmente, às terças-feiras.

Os recursos disponibilizados são do Tesouro do Estado e já estão aportados no Banco do Brasil, mais especificamente na Agência Setor Público Rio de Janeiro 2234, situada na

Praça Quinze de Novembro, no centro do Rio de Janeiro. Quando o produtor contrata a operação, o banco verifica na tabela o valor do produto e preenche o documento denominado Termo de Compromisso Público. Nesse documento, o Governo do Estado, representado pelo escritório da EMATER-Rio, assume o compromisso de que, se houver queda no preço do produto, ele pagará. O produtor assume a ciência do programa e o banco, então, mantém o compromisso de debitar do Estadostado e creditar ao mutuário na ocorrência desses eventos.

No documento, fica preenchido o valor de hectares plantados que correspondem a um determinado financiamento. No caso da produção de tomates, por exemplo, as informações constantes representam o valor correspondente ao número "x" de caixas do produto, e este documento é arquivado junto ao dossiê da operação de crédito do banco. Se houver queda do produto na amortização, o funcionário verifica a tabela do dia e compara, debitando proporcionalmente do Estado e complementando o valor para que o produtor não seja prejudicado.

Esta é uma das interfaces conhecidas como equivalência em produto. O produtor pode visualizar as informações no site da secretaria<sup>6</sup>, que dispõe dos dados necessários para o entendimento da questão. No sítio eletrônico, é informado ainda ao público que o programa possui duas formas de operacionalização: Equivalência em Produto e Equalização de Taxas para a Agricultura Familiar, explicitadas a seguir.

#### **a) Equivalência em produto:**

O Tesouro Estadual promove a equivalência em 47 itens agropecuários e pesqueiros que sejam objeto de financiamento de crédito rural pelo Banco do Brasil para agropecuaristas fluminenses, cujo processo é conduzido da seguinte forma: No ato da contratação do financiamento, o valor emprestado é convertido em produto ao preço do dia, levantado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio). Quando das amortizações/liquidação do empréstimo, multiplica-se o volume de produto pelo valor atribuído a ele também no dia. Observando-se queda do valor, o Tesouro Estadual subsidia ao produtor a diferença.

No site SEAPEC (2014) é apresentado o seguinte exemplo:

O produtor rural X, em um determinado dia, contrata um financiamento de R\$ 2.000,00 para produzir tomates. A PESAGRO-Rio vai destacar o valor do tomate nesse dia. Supondo que o tomate valesse R\$ 2,00 na data, o produtor pegou um empréstimo equivalente a 1.000 tomates. Caso no dia do pagamento do empréstimo o tomate esteja cotado a R\$ 1,00 ele pagará R\$ 1.000,00 e o Estado complementarará com mais R\$ 1.000,00, pagando os R\$2.000,00 ao banco.

#### **b) Equalização de taxas:**

Outra interface possível é a equalização de taxas, metodologia criada a partir de 2010 que determina que, se o produtor que contraiu o financiamento for familiar, enquadrado no PRONAF, ele não paga o juro, apenas o capital. Esse procedimento é conhecido como juro zero, exceto nos programas de reforma agrária, que não se aplica pois, institucionalmente, pela norma de financiamento de reforma agrária, ele já tem 44% de rebate e então o Estado não comparece. Em outros casos, porém, todos os juros de empréstimos para a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro é assumido pelo governo.

A partir de 2014, pretendia-se iniciar o débito e crédito automático no sistema, pois até 2013 o produtor pagava o juro e o governo ressarcia. O banco mandava, então, a relação dos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041294>>

produtores que efetuaram o pagamento, o valor de juros e o governo realizava o pagamento. Desse modo, a mudança representou melhoria significativa para o programa. O sistema do banco não permitia a automatização deste processo, mas com a aquisição pelo Banco do Brasil da Nossa Caixa em São Paulo, que possui um sistema similar automático para financiamento de tratores, o sistema foi incorporado pelo banco. Em São Paulo, quem financia tratores não paga juros.

O banco pretendia incorporar, assim, o sistema para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, firmando um compromisso com o governo de efetuar esta automatização em 2014, já que já dispunha de capacidade técnica para essa questão.

O Programa Moeda Verde veio como uma política pública positiva para a agricultura. Em casos, como o do tomate e café - produtos de grande oscilação no estado - o governo chegou a arcar com 41% da dívida do agricultor em alguns momentos. Atualmente, o Governo Federal criou um programa semelhante, o Programa de Garantia de Produção da Agricultura Familiar (PGPAF), que garante uma quantidade bem menor do que o Programa Moeda Verde.

Em todos os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para agricultores fluminenses classificados como familiares, ou seja, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde o dia 01 de julho de 2010, os juros dos financiamentos são assumidos pelo Tesouro Estadual, tendo o agricultor a obrigação de arcar somente com o valor do capital emprestado. O objetivo do programa é estimular a produção rural do estado, aumentando a geração de renda do segmento e promovendo a manutenção do produtor rural em sua atividade. A responsabilidade fica a cargo da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC), da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Janeiro (EMATER-Rio).

Embora o programa tenha uma recepção muito boa por parte dos agricultores, segundo os entrevistados neste estudo, o produtor leva menos a sério o Estado em relação ao banco, sendo que foi observado que o tomador de crédito é mais rigoroso com relação ao banco no cumprimento de suas obrigações. Já com o Estado, ele tende a não cumprir de forma efetiva os compromissos firmados pois sabe que o Estado não é tão incisivo na cobranças, além de não visar ao lucro, e sim, ao crescimento da atividade. Dessa forma, se o produtor não obtiver êxito em sua atividade, o Estado renegocia diversas vezes, ao contrário do agente financeiro, que é menos tolerante no processo. Mesmo que tal situação conduza o agricultor a negligenciar o cumprimento de obrigações com o Estado, essa situação já tinha sido prevista no início do programa, que apresenta êxito na maioria dos casos.

Observa-se a necessidade de uma mudança de cultura, de interesse dos atores locais, e, principalmente, de interesse do produtor em querer melhorar a sua situação e se associar, criando condições de melhoria nas atividades. Nesse sentido, o agricultor depende essencialmente da pesquisa, da assistência técnica e da extensão rural. Esse é um ponto fundamental, pois o produtor deve ser bem orientado com relação ao melhor animal para a sua propriedade ou qual o melhor vegetal, compreendendo qual o tipo de manejo necessário à adoção para utilizar os aspectos produtivos da propriedade rural.

O grande desafio dos programas é proporcionar as melhores condições. O Estado faz a sua parte e espera que o produtor tenha seriedade e aproveite os benefícios oferecidos. De maneira geral o programa é efetivo para os produtores da região, com possibilidade de potencial expansão à medida em que a pesquisa e a extensão estiverem engajadas com o produtor, e este se associe para comprar e vender de forma a melhorar o seu lucro.

O coordenador, por fim, reafirma que, no caso de Campos, o cultivo do abacaxi pode ser considerado um APL, pois possui uma rede de produtores, tem o apoio do Estado, da prefeitura, SENAR e SEBRAE. Na visão do pesquisador, este depoimento é idêntico ao do engenheiro Norton, mas fica evidente novamente nas visitas aos fruticultores do município de Campos que não existe uma governança estabelecida. Não se pode afirmar, assim, que exista um APL de abacaxi na região e não foi encontrada nenhuma comunicação sobre esse assunto.

#### **4.2.6. Coordenação PESAGRO-Rio**

O coordenador da PESAGRO-Rio e coordenador do Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico (PEFETE), da SEAPEC, recebeu o entrevistador à frente desta pesquisa na sala do Programa Frutificar, na Secretaria da Agricultura, em Niterói, na data de 13 de fevereiro de 2014. Na ocasião, o coordenador relatou que a PESAGRO-Rio tem os dados dos agricultores que estão no projeto e dos que recebem assistência, mas não fazem parte do programa. Informou ainda que, atualmente, no município de Campos dos Goytacazes, existem 13 produtores ativos no Programa Frutificar programa de transferência de tecnologia que já beneficiou 165 agricultores conforme os dados divulgados na entrevista.

O Programa Frutificar, embora não financie, é um programa de fomento à atividade com orientação técnica, introdução de novas tecnologias, acompanhamento do agricultor e, quando o mesmo necessita de um suporte financeiro para poder implementar sua lavoura, recebe auxílio dos programas de financiamento do governo.

A PESAGRO-Rio trabalha com um polo de produtores, o que facilita a dinâmica de atendimento e a integração entre eles, mesmo que de maneira informal. Essa integração está possibilitando a compra de insumos em comum, com casos práticos de compra de caminhões fechados, que proporcionou uma diminuição do custo de produção. Não se observa no estado do Rio de Janeiro a característica de associativismo entre produtores rurais, com exceção dos produtores de leite. Do mesmo modo, essa integração também não foi vista pelo pesquisador no município de Campos dos Goytacazes, onde os agricultores não têm a visão de cooperativismo e não conseguem se organizar, mesmo com a ajuda dos atores institucionais. Apesar disso, é incentivada a associação entre produtores de frutas, e alguns produtores estão se integrando com a participação do SEBRAE, FIRJAN, PESAGRO-Rio, Ministério da Integração Nacional, com criação inclusive de uma associação de fruticultura em São João da Barra.

Em Campos dos Goytacazes, no entanto, a PESAGRO-Rio desconhece uma cadeia de associados com relação à fruticultura, que foi instituído pelo decreto de Anthony Garotinho. A entidade acredita no APL de maracujá, que se encontra em atividade com todos os atores integrados, envolvendo os atores locais e institucionais, e teve o seu apogeu até o ano de 2005. As plantações diminuíram em função de pragas - não só do Rio de Janeiro -, e problemas do solo que transferem para a planta e não tem cura, aliado ao manejo incorreto, ocasionou situações de plantas contaminadas na lavoura. Hoje, em uma mudança de cenário, a produção se encontra estável, voltada para implantação de uma nova qualidade mais resistente às pragas, desenvolvida no cerrado. A busca de um indicativo técnico para o maracujá - que inclui investigar qual variedade plantar e verificar se é possível plantar nas áreas contaminadas - para que se possa fazer um fomento sem risco para os agricultores proporciona um ótimo retorno para o produtor, à medida em que os indicativos e pesquisas se desenvolvam nesse aspecto.

As informações obtidas na entrevista se voltam em considerar um APL de maracujá na região, com atuação contínua dos atores envolvidos na área em conjunto com o trabalho

realizado pela UENF sobre aproveitamento de cascas e das sementes. Em Bom Jesus do Itabapoana, existe uma indústria que extrai óleo para cosméticos, limítrofe ao município de Campos dos Goytacazes. Na visão do pesquisador, trata-se de uma aglomeração em desenvolvimento.

Com relação ao termo APL de frutas, existe a participação de diversos atores institucionais, dentre eles o SEBRAE, PESAGRO-Rio, FIRJAN, EMBRAPA, EMATER-Rio e, UENF, com participações eventuais do Ministério de Integração Nacional. O coordenador reafirmou na entrevista a existência de um APL de frutas reconhecido pelos atores institucionais na região, mas este, na visão do pesquisador, não apresenta uma governança participativa envolvendo todos os atores e não se percebe uma associação dos agricultores, principalmente no município de Campos.

O entrevistado relatou ainda que a política pública do estado o Rio de Janeiro deu incremento à atividade e houve um aumento de produtividade após a implantação do polo de fruticultura, com ascendência da área plantada. Existe uma centena de produtores na fruticultura de Campos dos Goytacazes em um universo de 1000, na região norte noroeste do estado, com 13 ativos no programa. A parceria com UFV foi feita pela FIRJAN e municípios, e a PESAGRO-Rio trabalhou como parceira, em uma ação específica da FIRJAN.

Os agricultores que não fazem parte do sistema têm assistência técnica e, em sua rede informal, divulgam para os demais as tecnologias existentes para a fruticultura. Na prática, existe um associativismo, mas ele não é formal, o que pode-se dizer que existe uma transmissão de conhecimento conhecida na região como "boca a boca".

A indústria Bela Joana foi reinaugurada pela ARBOR BRASIL processando polpas de frutas e tem outra empresa processando em Bom Jesus do Itabapoana. Nesse panorama, as políticas para a fruticultura têm sido efetivas e têm melhorado a condição dos agricultores e a qualidade dos frutos colhidos.

#### **4.2.7. Coordenação Estadual de Fruticultura do SEBRAE-Rio**

A coordenadora estadual de fruticultura da Gerência de Programas Estratégicos do SEBRAE-Rio foi uma das pesquisadoras que contribuiu com subsídios para a elaboração deste estudo. No dia, 27 de fevereiro de 2014, relatou em entrevista que o SEBRAE-Rio é uma entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1972, com a missão de promover a competitividade e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo, com foco no processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, feiras e rodadas de negócios. A visão de futuro é "ter excelência no desenvolvimento das micro e pequenas empresas contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, competitivo e sustentável". O SEBRAE-Rio tem como um de seus objetivos principais a difusão e o estímulo de ações empreendedoras, apoiando e oferecendo capacitação para a formação de cooperativas e associações, por acreditar que são formas que podem garantir autossustentabilidade.

Com o objetivo de criar um ambiente mais propício às micros e pequenas empresas de localidades mais carentes, passou a desenvolver projetos de desenvolvimento territorial, que atualmente estão centradas nos Territórios da Cidadania.

A entidade dispõe de vários produtos e serviços que orientam os empresários na obtenção de um financiamento, incluindo o produtor rural, também visto como um empresário. Essa orientação contempla estimular a melhoria do negócio através da melhoria da produção.

Nas regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, o SEBRAE trabalha com alguns parceiros, como: i) Universidades; ii) Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro; iii) Programa Frutificar; iv) UENF; v) FIRJAN; vi) EMATER-Rio; vii) PESAGRO-Rio; viii) Ministério de Integração Nacional, dentre outros.

No que tange aos projetos de fruticultura na região, cada um dos parceiros têm uma meta a cumprir. Nesse contexto, a FIRJAN, com recursos do Ministério da Integração Nacional, contratou o professor Dr. Flávio Alencar de Araujo Couto para atuar como consultor especialista na região, ministrando cursos, palestras, e acompanhando os trabalhos dos agricultores nas novas técnicas implantadas no manejo de frutas, na região de Campos dos Goytacazes - em especial no manejo do abacaxi.

A coordenadora informou que o SEBRAE-Rio tem trabalhado na região na perspectiva de mudar o padrão de negócio e quebrar paradigmas, já que o cultivo de abacaxi na região fica na mão do atravessador, em que "os produtores não vendem, são comprados". Trata-se de relação nociva para o produtor, que conviveu com este processo em família por gerações e precisa quebrar este padrão. Dessa forma, o SEBRAE-Rio trabalha na perspectiva de quebrar esse paradigma incentivando a associação dos produtores e o cooperativismo como novo modelo de negócio. No entanto, uma realidade percebida pelo órgão é a de que os fruticultores não conseguem romper com esse modelo, se estagnando em uma zona de conforto com ganhos considerados, mesmo que pequenos, como certos. O relato da coordenadora reflete o que foi observado no município de Campos, onde percebe-se, inclusive, uma pequena aversão ao associativismo, vista como uma relação nociva que acompanha a cultura local por décadas.

#### **4.2.8. Coordenação SEBRAE - Fruticultura**

O coordenador do SEBRAE Itaperuna, ligado à fruticultura do estado do Rio de Janeiro, também foi entrevistado em 27 de fevereiro de 2014 para esta pesquisa. O especialista evidenciou que a equipe, no início do programa do polo de frutas, perdeu seus membros em função de novas empresas do município ligadas ao petróleo. Em relação ao Programa Frutificar, ele relatou que o mesmo sofreu alguns problemas no início, pois havia falta de apoio da prefeitura de Campos dos Goytacazes. O depoimento deste funcionário está de acordo com os outros atores institucionais consultados ao longo do trabalho, que também relataram os problemas no início do projeto.

A empresa Bela Joana, na ocasião, não apresentou uma política consistente e não manteve uma relação positiva com os agricultores. Houve problemas de preço, problemas de devolução de mercadoria e queda de valores que prejudicou de forma significativa os agricultores. Além disso, foram observados problemas ambientais, pois alguns agricultores abandonavam cargas de maracujá nas estradas. Está situação só foi confirmada por um funcionário da EMATER-Rio local, mas, segundo ele, esses problemas acabaram por culminar no fechamento da referente empresa.

O projeto, de cunho imediatista, divulgou na ocasião que para o agricultor obter rendimentos suficientes, teria que produzir acima de 30 toneladas por hectare, sendo que alguns conseguiram, no máximo, 14 toneladas. A situação gerou muita desconfiança por parte agricultor, embora hoje na região se mantenha a plantação de abacaxi, mesmo que incipiente.

Na região norte, teve início o plantio de áreas com banana, mas que não apresentou um volume grande que possibilitasse alterar o perfil da região. Existem as dificuldades de se colocar no mercado as frutas que se apresentam fora do padrão, embora os supermercados de Campos, comprem 80% da produção.

#### **4.2.9. SEBRAE no Município de Campos dos Goytacazes**

O coordenador do SEBRAE da região norte fluminense, no dia 18 de março de 2014, informou que a equipe local é composta de novos funcionários em função de transferências, aposentadorias e concursos. Os trabalhos locais foram iniciados com a contratação de novos funcionários, não tendo, atualmente, nenhum funcionário que atuava no órgão no início do Programa Frutificar. Por esse motivo, o entrevistado não soube relatar sobre a participação da entidade na época ou mesmo os fatos ocorridos.

Segundo informações fornecidas pelo especialista, o SEBRAE trabalhava com agronegócio e hoje atua na área de alimentos, piscicultura e fruticultura no Programa de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), que foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e proporcionar sustentabilidade para as comunidades atendidas. O programa visa, ainda, estimular as boas práticas da agricultura orgânica utilizando um processo produtivo sem o uso de agrotóxicos. Para isso, há um corpo técnico de consultores que realiza a pesquisa e analisa o perfil das famílias para o Programa PAIS. O trabalho é feito junto à Secretária de Educação de Campos e junto aos agricultores familiares, para que eles possam fornecer alimentos para as escolas da rede pública de ensino. Este novo viés foi originado com a Lei 11.947/2009, que determina que no mínimo 30% do valor destinado para a compra da merenda escolar com os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser utilizados na aquisição da produção agrícola familiar. O relato coincide com a tendência da Secretaria de Agricultura do município de Campos em trabalhar com os agricultores locais para a venda de produtos para a merenda escolar na região, já que existe uma parceria com a prefeitura, e no Programa Mais Leite existe uma parceria com o Instituto Biossistêmico (IBS).

Há uma preocupação em relação à idade das pessoas que atuam no campo, que, segundo ele, é definida atualmente pelo fato dos filhos das famílias preferirem buscar novos caminhos. A grande preocupação, desse modo, é sobre como reverter essa tendência. Atualmente, não existe um projeto voltado para a fruticultura ou algum outro em parceria com o Programa Frutificar.

#### **4.2.10. Sociedade Brasileira de Fruticultura - SBF e Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF**

Na sequência dos eventos, foi realizado um contato com a diretoria da Sociedade Brasileira de Fruticultura – SBF, em 21 de fevereiro de 2014, para se buscar uma visão do polo frutícola do norte e noroeste fluminense, em especial na cidade de Campos dos Goytacazes.

A diretoria da SBF direcionou para o vice-presidente da entidade e professor titular da UENF, com quem se estabeleceu um contato por telefone e e-mail no dia 08 de março de 2014. Posteriormente, o pesquisador recebeu o entrevistado em sua sala na UENF no dia 13 de março de 2014, relatando que exerceu os cargos de coordenador do curso de Agronomia de 1999 a 2003, foi Pró-Reitor de Graduação e 2003 a 2007 e Reitor da UENF no período de 2007 a 2011, possuindo vasta experiência na área de Agronomia - com ênfase em Fruticultura -, e atuando principalmente nos seguintes temas: Fruticultura Tropical e Nutrição Mineral de Plantas. O entrevistado foi membro do Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Fruticultura e atualmente, é vice-presidente da Sociedade Brasileira de Fruticultura, membro dos Conselhos Superiores do Instituto Federal Fluminense (IFF) e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

O professor evidenciou que, neste período (1999 a 2013), houve algumas ações para incrementar a fruticultura regional, como o Programa Frutificar, que não se efetivaram por várias razões, principalmente pela descontinuidade do programa, pelo fortalecimento da cadeia produtiva do petróleo, e pela falta de mão de obra no campo. Neste período, desde a implantação do Frutificar, com início em 2001, a SBF e o SEBRAE promoveram alguns eventos (XX Congresso Brasileiro de Fruticultura em Cabo Frio em 2006 e o Simpósio Brasileiro do Maracujá em 2003).

Segundo ele, a descontinuidade do processo não proporcionou a efetivação de um polo de fruticultura no norte fluminense (também em Campos), sendo observado um avanço apenas do cultivo do abacaxi, conforme dados do IBGE.

A UENF "abraçou a causa" e, neste período, impulsionou a elaboração de mais de 200 teses/dissertações sobre o tema; lançou variedades de fruteiras que já são realidade no mercado brasileiro e mundial - mas que são cultivadas em outros estados- ; testou várias espécies frutíferas e demonstrou a viabilidade fitotécnica das mesmas na região. Dessa forma, pode constatar que o problema estava no fomento descontinuado e na gestão agrícola, o mesmo observado pelos outros atores institucionais consultados, ficando assim comprovado que, após a transição de governo no início do programa, ele não voltou a ser da mesma forma inicial com a sua consolidação.

De uma forma comparativa, a agricultura não faz parte do "DNA" do estado do Rio de Janeiro, já que, em relação à atuação, a Secretaria de Agricultura de Campos dos Goytacazes, como as de outros municípios de uma maneira geral, têm dificuldade de se relacionar com a universidade. Um dos aspectos podem explicar esse panorama diz respeito à falta de propositivos dos professores com a realidade local.

O depoimento do professor salientou também que a evolução da realidade regional por meio da agricultura não é algo que se obtém no curto prazo, devido aos desafios ligados à cultura já arraigada da sociedade local e a falta de visão dos envolvidos, que acaba por comprometer a eficácia do Programa Frutificar conforme o esperado. A rapidez com que se efetivou a implementação do projeto, sem os devidos cuidados necessários, ocasionou diversos problemas, ainda que, do ponto de vista teórico, se trate de um dos melhores programas de incentivo nessa área. Entre os problemas identificados, é possível destacar a falha na planilha de custos da empresa Campo - que, porém, era corrigível, e deveria se aperfeiçoar com o tempo -; falta de descontinuidade dos trabalhos - pois acordos precisam ser cumpridos, e quando se planeja investir para mudar a realidade de uma região, estima-se um período de, no mínimo de 10 a 15 anos; e a existência do programa no viés político, mas não efetivamente prático - o Frutificar foi implementado há 13 anos, mas do ponto de vista empresarial ele não existe. Desde a sua criação, em 2001, perguntas simples, como "quanto se aumentou em área?", "e em produtividade?", "em quais frutas?", que deveriam ser feitas pelos organizadores do programa e pela sociedade, ainda se mostram em aberto.

Com exceção das questões que envolvem o cultivo do abacaxi, no qual foi possível observar significativo crescimento, e a produção de maracujá e goiaba, que diminuíram, não existem respostas para as perguntas descritas anteriormente, sendo os dados obtidos de maneira inócua no IBGE, com informações faltantes sobre o que é fruta irrigada ou não, por exemplo.

O Programa Frutificar não é convicto no que tange à relação dos dados que o envolve, não sendo possível afirmar o quanto aumentou em área de atuação e em produtividade. Para fins de exemplificação, pode-se traçar um comparativo entre a produção de uva em Petrolina, além da manga e demais outras frutas que representam casos de sucesso no cultivo, subsidiados pelo Banco do Nordeste, por trás do financiamento dos programas. Mesmo com o

cenário positivo observado hoje naquela região, por outro lado, existia da mesma forma o produtor com problemas, devolvendo dinheiro por não ter investido na lavoura, por exemplo. Nesse caso, é importante ressaltar que foram 25 anos para peneirar, mudar a cultura, captar empreendedores de outros lugares e capacitar os produtores da região para que, de fato, se observasse ganhos e destaque como o visto hoje dentro do panorama nacional.

Na visão do pesquisador, o grande desafio no início do Programa Frutificar, em 2001, foi a descontinuidade nos fomentos e na forma de financiar o programa. Houve a mudança de secretaria com a governadora Benedita, e no governo de Rosinha Garotinho, o programa não retornou com a mesma intensidade, gerando, dessa forma, uma impressão negativa.

Para mudar essa concepção de realidade é preciso ser afirmativo e persistir, mesmo diante dos desafios observados, já que na região existe uma tradição de agricultura com um *modus operandi* diferente.

Novamente no caso de Petrolina, o programa começou do zero, em um cenário semelhante que sequer existia uma cultura agrícola. Mesmo que a situação seja diferente, pois introduzir um hábito muitas vezes se mostra mais fácil do que mudar uma concepção de agricultura não se pode desmerecer o trabalho executado. De qualquer forma, a capacidade do plantio da cana, por exemplo, é muito mais simples do que o cultivo da fruta, que exige muito do agricultor nos processos de plantio, tempo de colheita, tempo de armazenamento e observação de especificidades de cada fruto (perecível).

No contexto do Frutificar, é importante destacar a descontinuidade do programa do ponto de vista em que várias instituições envolvidas não permitiram sanar os problemas do programa original, situação comum para a universidade. Nesse sentido, na visão dos atores, a estimativa de custo foi alta, baseada em um plano de produtividade média extremamente elevada. Os organizadores do programa, às vezes, utilizavam uma produtividade científica de laboratório, a partir de uma tese, visualizada a partir do seguinte exemplo: Pode-se produzir o maracujá em determinada quantidade em laboratório, mas no campo, essa produção é menor, pois na ciência há um controle absoluto difícil de se reproduzir no campo, que está sujeito a condições adversas. Na universidade, cria-se um experimento utilizando o maracujá e trabalha-se nele, mas o produtor não tem as condições necessárias para reproduzir o experimento da mesma forma, pois o custo operacional se apresenta como alto e inacessível.

A produção científica veio para revelar qual a melhor ou a pior forma de fazer, e não necessariamente comprovar que a média de produção obtida no campo é aquela mesma do laboratório. Às vezes o resultado pode ser diferente do planejado, pois, mesmo com as orientações, cada produtor executa de uma maneira e está sujeito a interpéries distintos. Nesse contexto, deve-se levar ainda em consideração a qualidade da água e solo, comprovando que a produção de unidades em condições controladas não representa garantias de que se vá produzir a mesma quantidade no campo.

No Programa Frutificar, os problemas ainda não foram sanados, aliados a um cenário agrícola que enfrenta, nos últimos quinze anos, uma competição desonesta em torno de um discurso sobre o que é e traz, de fato, desenvolvimento para a região. Com o dinheiro advindo da indústria do petróleo, a mão de obra do campo não consegue competir, em uma realidade em que se observa a migração definitiva de trabalhadores para esse novo segmento, onde o serviço é mais brando do que o observado no campo e o retorno imediato é maior.

Fazendo uma reflexão direcionada para o estado do Espírito Santo, estado pujante com uma agricultura de ponta obtida a partir do desenvolvimento científico tecnológico, sendo um dos que mais se desenvolve na federação, mesmo recebendo *royalties* da indústria do petróleo, o estado consegue manter sua matriz a agricultura, o que pode ser explicado na visão do pesquisador pelo "DNA", ou seja, a cultura já desenvolvida e arraigada para o cultivo.

Alia-se a essa realidade, no campo político, às figuras dos vereadores ao governador, com cadeiras ocupadas por técnicos da área agrícola, cenário oposto ao observado no Rio de Janeiro.

Desse modo, se faz necessário uma agricultura com um viés diferente e de qualidade para atender o mercado local, baseada em uma logística adequada. Embora o Rio de Janeiro seja o maior consumidor de frutas, o filho do agricultor não tem o "DNA" para agricultura, ficando os programas de fruticultura no estado com problemas no nascedouro diante das dificuldades e da competição desigual frente à indústria pesada e do petróleo.

É possível observar, nos últimos quinze anos, a indústria petrolífera como uma realidade brasileira, sendo os seus *royalties* imprescindíveis para o estado do Rio de Janeiro. Essa situação, na visão do pesquisador consultado, é um complicador, pois o petróleo influencia toda a cadeia produtiva, criando dificuldades de se gerar outras rendas em função de novas ou outras tradicionais atividades.

O pesquisador questionou que, se o PIB do estado, que é um dos mais ricos da federação, possui uma das menores participações da agricultura na composição deste PIB frente à uma população grandiosa, de onde está vindo a produção alimentícia para atender a essa população? A resposta dessa conta é simples: de outros estados.

Um grande negócio no Brasil voltado para o cultivo de alimentos é produzir para atender o mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo, que mesmo sendo um grande produtor, representar 35% da riqueza brasileira e ter apresentado alta na produção de alimentos, não consegue ainda atender toda a demanda.

O sonho do agricultor que se encontra no estado do Pará e está produzindo determinado tipo de fruta, por exemplo, é entregar sua produção ao CEAGESP, ou ao CEASA-RJ, a mesma situação de quem produz e está em Juiz de Fora (MG). O Rio de Janeiro possui amplo mercado consumidor e apresenta condições para produzir e atender a demanda. Assim como a serra capixaba, altamente produtiva, a serra carioca também possui o mesmo padrão, clima e demais características para reproduzir a realidade do estado vizinho. O norte do Rio de Janeiro é muito semelhante ao norte do Espírito Santo no que tange ao tipo de solo, composição da malha hídrica e amplitude dos rios, que permitem inclusive canalizações, salvo algumas preocupações como o avanço do mar em Atafona.

As dificuldades do ponto de vista da agricultura verificam-se em vários programas em andamento na composição da Secretaria da Agricultura, do estado, da PESAGRO-Rio, da UENF, UFRRJ, e da EMBRAPA, constituídos em sua maioria por ações e materiais produzidos voltados apenas à fruticultura. Conforme já explicitado anteriormente, das mais de 250 dissertações e teses defendidas nos últimos dez anos na UENF, a maior parte se concentra na área de fruticultura, sejam voltadas para a ciência básica ou para a pesquisa aplicada e imediata.

A universidade e a SEAPEC já discutiram sobre o programa voltado para esse setor no Rio de Janeiro, a exemplo da produção de banana. O estudioso relatou que, quando chegou a Campos, existia uma indústria de doces chamada "Nolasco", na atualidade com pouca expressão. A goiabada de Campos alcançou visibilidade no mundo inteiro, assim como o doce de banana produzido na região, mas os insumos vinham de fora. Existem pesquisas que evidenciam que se pode plantar na região e obter uma produtividade elevada, mas é preciso colocar em prática algumas ações como por exemplo, as voltadas para os ventos abundantes na região, sendo necessário a utilização de quebra vento.

Existem algumas perguntas que devem ser respondidas com muito critério e de forma científica e pragmática: "como acreditar nos dados do IBGE?"; "qual a produção real de frutas

no Rio de Janeiro?"; "quanto da fruta vendida no Rio de Janeiro sai do próprio estado?";, questões ainda sem respostas e passíveis de discussão.

Nesse sentido, há um problema operacional que envolve, sobretudo, custo. Estados como Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina; regiões específicas como a Serra Capixaba, por exemplo, ou algum outro produtor olerícola ou de flores na região serrana do Rio de Janeiro, permitem verificar que boa parte dos agricultores detém de boas informações sobre o negócio no qual estão envolvidos, sendo os técnicos agrícolas conhecedores inclusive do preço do café na Bolsa de Nova York. Fazendo uma leitura do Rio de Janeiro, ao contrário, verifica-se que existem poucos representantes da agricultura nos colegiados políticos, na Assembléia Legislativa e nas câmaras de vereadores, fato que, na opinião do entrevistado, se explica pelo baixo interesse pela agricultura no estado.

No cenário atual, os agricultores estão entusiasmados com a possibilidade de venderem e destinarem sua produção para a merenda escolar, contatados pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, que ainda não deu retorno sobre a parceria, apesar de estar fazendo o cadastro dos agricultores da região. Embora a iniciativa seja positiva, na opinião do professor, o setor público não tem capacidade de administrar esse tipo de procedimento, sendo necessária a organização e pressão oriunda do próprio setor produtivo para que as ações se concretizem. Vender para um órgão público é um risco enorme para o agricultor, visto que existe a dificuldade para vender e para legalizar, o que torna o produto mais caro; e a necessidade de participação em pregão de licitação, tornando o processo demorado, inclusive para receber. Essa situação está mudando, tendo em vista os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, mas existe um teto de venda ao ano para cada agricultor.

Sendo assim, é preciso fazer algumas ações que vão além da solução oferecida pela Secretaria de Agricultura em relação a merenda escolar. Os órgãos públicos compram, mas é preciso que o agricultor tenha outras alternativas. Mesmo que a gestão pública brasileira se apresente como falha, a sociedade está à sua mercê e os "temporais políticos" alteram os cenários a todo o momento. Existem programas que não podem ser modificados, como o Frutificar, que precisa cumprir os contratos, mas que estão sujeitos a acarretar prejuízo para os agricultores como aconteceu no início do programa. Desse modo, é necessário que o setor produtivo ganhe forças para pressionar os órgãos públicos, o que não é representa uma realidade contemporânea no estado do Rio de Janeiro, marcada por problemas de infraestrutura e a falta de algumas regulações, apesar de existir uma lei orgânica nacional e a legislação estadual que respalda os agricultores.

No estado do Rio de Janeiro existem dois cursos de agronomia, oferecidos pela UFRRJ e UENF, entre os melhores do país, mas que possuem a menor taxa de concorrência no Brasil. Uma constatação é que os alunos que querem cursar agronomia, zootecnia, veterinária, entre outras áreas similares, procuram cursos próximos de suas casas, indicador de que os jovens residentes no estado não se interessam pelo tema.

Na condição de professor de Fruticultura, o entrevistado destacou a importância de se preocupar com o controle de qualidade da produção, sobretudo em relação ao aspecto visual da fruta cultivada. O consumidor, quando vai ao mercado e percebe a fruta com aspecto ruim, não irá adquiri-la. Houve mudanças nos últimos 30 e 40 anos, época em que as frutas eram expostas em um lado escuro do supermercado, ao fundo. Hoje, ao contrário, a fruta é o cartão de visita, ficando na entrada do estabelecimento, sob um ambiente climatizado. Manter tal padrão de qualidade exige um profissionalismo, no qual o produtor precisa pensar de uma maneira ampla, pois quem só produz frutas voltadas para a indústria acaba por ter problemas devido ao preço mais baixo de venda. Por outro lado, deve-se pensar na produção voltada ao mercado *in natura* e vender para a empresa um subproduto, sobretudo em um local como o

Rio de Janeiro que, como cidade turística, apresenta um consumo de fruta *in natura* grande e, conseqüentemente, um nicho interessante a ser explorado.

Campos dos Goytacazes está a 700 km das regiões com os maiores PIBs brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora, Campinas e Belo Horizonte. Para melhorar a condição da fruticultura, é preciso otimizar a produtividade e o número de pessoas envolvidas. Não se trata, nesse caso, de um discurso acadêmico, mas de uma solução que requer muito estudo, embora seja possível. Uma dessas soluções é o subsídio como o oferecido pelo Programa Frutificar. Nos primeiros dois anos do projeto, foram oferecidos financiamentos sem juros, porém sem controle da aplicação do recurso. O caminho deve ser repetido, porém de forma controlada, já que, se a sociedade quer a mudar a realidade de uma região, em qualquer sentido, é preciso qualificação e recursos aplicados.

No país, verifica-se que a estrutura de fiscalização é muito ruim, sendo necessários mais agrônomos, fitotecnistas e técnicos agrícolas que estejam envolvidos na questão. Do ponto de vista teórico e prático, as informações colhidas na entrevista não constataram a existência de nenhum produtor que contraiu empréstimo e não plantou. Por outro lado, como o financiamento agrícola foi feito sem o devido acompanhamento, a aplicação prática do recurso foi destinada para outras atividades.

Para evitar que essa realidade se repita, é preciso perseverar, já que existe um problema com mão de obra, nacional, que se agravou na capital fluminense com o estabelecimento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, até o norte do estado. Uma das soluções apontadas seria vincular os agrônomos que o estado do Rio de Janeiro forma ao campo, seja como sócio, como dono da terra ou gestor do negócio.

Em outros estados como Ceará, Tocantins, Bahia, no Espírito Santo, essa alternativa já vem sendo colocada em prática, vinculando-se o agrônomo ao setor produtivo. A sociedade precisa empreender desse modo no estado do Rio de Janeiro, como empreendido pelo último governo nacional, no qual foram feitos investimentos maciços no nordeste, incentivando novas universidades, formação de doutores e interiorizando o conhecimento e desenvolvimento de habilidades. O Banco do Nordeste, por exemplo, financia para os agrônomos a compra de terra nos estados de Tocantins, Bahia e Piauí, e vincula o empréstimo a uma assistência, para que possa tornar o produtor modelo na região e vir a mudar a realidade local, já que é notável ao auxílio para a mudança observar outras pessoas ganhando dinheiro.

Desse modo, se faz necessário uma política estruturante de médio e longo prazo, não podendo o Brasil, na dimensão atual, apresentar variações nos processos de produção em função de mudanças de governo.

Uma outra solução seria um quadro de carreira no setor público voltado para o segmento. Do ponto de vista técnico, percebe-se que o órgão público remunera mal, no qual um bom engenheiro, por exemplo, dificilmente se submete. Na universidade, do ponto de vista da dedicação exclusiva em tempo integral, já se obteve avanços nos últimos tempos nesse sentido. É importante se manter um bom quadro técnico integral de carreira, com um bom plano de salários, aliado a instrumentos que quantifiquem a produtividade. Do ponto de vista meritocrático, enquanto o Brasil estiver nomeando de 300 a 500 mil pessoas por ano, haverá extrema dificuldade em se mensurar a qualidade do serviço público, sob uma ótica de que não se pode pagar de maneira igualitária pessoas que produzem de forma diferente.

Quando o retrato do chefe do executivo é substituído, perde-se a continuidade e todo o trabalho anterior, não existindo informações nos bancos de dados que podem auxiliar na manutenção dos projetos. Situações como essas são comuns de serem verificadas em qualquer instituição, pois não existe histórico, seja na universidade ou outras, que permita fazer perguntas como: o projeto deu certo? Como se aprimora? Em conformidade com essa

premissa, comenta-se na academia: "o que não deu resultado positivo você não publica; ou seja, tem muita gente repetindo o que não deu resultado positivo porque você não publicou".

As próprias pessoas do estado desconhecem o Rio de Janeiro na sua total dimensão. Um exemplo comum é a marcação de reuniões na capital sobre assuntos ligados diretamente no âmbito do município, como se Campos dos Goytacazes estivesse em um local próximo como Niterói, e esquecendo-se das dificuldades existentes com rodovias como a BR101, que liga os dois trechos. No caso do Espírito Santo, por exemplo, traçando um breve comparativo, leva-se em conta Vitória, mas também as especificidades de municípios como Linhares, que tem 20 mil habitantes, ou São Mateus, como situações distintas.

Há uma dificuldade em se enxergar a dimensão de Campos e compará-lo com o norte e noroeste fluminense devido à grande maioria dos municípios adjacentes ter sido originada do desmembramento de município, como o caso das cidades de Italva, Cardoso Moreira, entre outras. As pessoas confundem, e quando se trata da produção de abacaxi no estado, por exemplo, a mesma não é remetida a Campos ou São Francisco do Itabapoana, mas talvez em Marataízes. Campos é um município extenso, com uma agricultura fraca, pois a mesma não é valorizada pelo próprio município.

Essa constatação se mostra como um dos maiores desafios, já que a agricultura do Rio de Janeiro não tem papel importante no desenvolvimento como detém em outros estados. Pode-se verificar que os países desenvolvidos, principalmente do ponto de vista bélico, possuem uma agricultura forte e as suas regiões são desenvolvidas no entorno.

Outro exemplo colocado pelo professor foi com relação ao acesso ao interior do Espírito Santo, Minas Gerais, e outros estados que possuem indústrias de frango, couro, leite, vinho, frutas e outros insumos. Um pequeno exemplo: para se chegar a Maringá, existem 15 vôos, e para Campos, apenas um. Nesse contexto, a logística assume um papel essencial, já que o segundo estado mais rico da federação não tem uma rodovia que liga um extremo ao outro do estado com capacidade.

Diante dos problemas na agricultura do estado do Rio de Janeiro, e em especial em Campos, um ponto importante é responder a tais questões: "existe agricultura irrigada em Campos? Ela deu certo ou deu errado? Por que não existem números para provar?" Trata-se de uma realidade da agricultura brasileira. Apesar do IBGE demonstrar, segundo o professor, os dados são questionáveis, principalmente quando não há a descrição, de forma clara, da metodologia do IBGE utilizada na relação das informações.

Sendo assim, ainda há muitas dificuldades para se obter informações. Com relação ao Programa Moeda Verde, não existe um polo de fruticultura irrigada em Campos com agricultores pontuais, assim como um APL de frutas não se faz presente. O pesquisador afirma que Campos possui plenas condições para a constituição de um APL, mas falta organização. O município está bem localizado, possui água e solo apropriado, mas ainda é falha uma agricultura de impacto.

O relato obtido na entrevista vai de encontro a de outros atores institucionais consultados nesta pesquisa, na qual se percebe a ausência de uma governança compartilhada nos processos.

#### **4.2.11. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Campus no município de Campos dos Goytacazes**

Em visita ao Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no município de Campos dos Goytacazes, em 17 de março de 2014, o diretor, professor e pesquisador da UFRRJ recebeu o entrevistador e direcionou a entrevista para o vice diretor e engenheiro

agrônomo que atua na fruticultura e também leciona cursos no SENAR. O engenheiro agrônomo em produção vegetal da instituição evidenciou que as culturas tradicionais e de maior impacto na região são de produção de goiaba, coco e abacaxi.

Tradicionalmente, o cultivo da goiaba é uma cultura que tem maior expressão em termos de fruticultura. No caso do coco, se faz presente principalmente nos municípios litorâneos, como São João da Barra e Quisamã. Campos dos Goytacazes tem produtores de goiaba, abacaxi e muitas culturas de menor expressão, como de cultivo da banana. São Francisco de Itabapoana também tem tradição em fruticultura, principalmente goiaba e abacaxi.

O trabalho de extensão que se executa no município - inclusive por meio de convênios com a prefeitura - permite uma visualização das condições regionais. Embora o pesquisador consultado atue de forma específica na área fitossanitária, a universidade se lida com o processo desde o plantio até a colheita, oferecendo cursos, treinamentos e assistência técnica e conhecendo, assim, a atual realidade das culturas de produção de frutas descritas na região.

Observa-se que um dos fatores mais limitantes de produtividade no município é a questão fitossanitária de pragas e doenças. No caso do coco, por exemplo, o problema se concentra no gorgulho e na broca do pedúnculo do cacho. Na goiaba, o fator limitante é o nematóide, que é um verme de solo que ataca a raiz, produz nódulos e mata a planta. Existem técnicas de manejo, mas é a eliminação das plantas o melhor a se fazer, pois ao apresentar o sintoma, a única alternativa é retirar da plantação e queimar.

O caju anão precoce hoje está hoje substituindo a cultura da goiaba e do coco, mas a questão da produção do fruto se deu em função de um programa que a prefeitura desenvolveu em São João da Barra. Há alguns anos, havia um convênio com a prefeitura sugerindo a implantação do caju precoce, que era explorado de forma extrativista. Foi sugerido então que a prefeitura incentivasse o caju como forma de plantio profissional e em escala industrial. Como o solo da região possui semelhanças com o do Ceará, foram distribuídas para os produtores mais de 30 mil mudas, existindo hoje 16 mil fruteiras comerciais.

No caso da goiaba, a maior parte é produzida para a indústria, fábricas pequenas de goiabada, com potencial econômico para região, se concentrando em grande parte na cidade de São João da Barra.

O maracujá, em São Francisco do Itabapoana, vem apresentando problemas de doença. A broca da haste da fruta, a fusariose, é uma doença que ataca as raízes da planta, provocada pelo fungo *Fusarium oxysporum f. passiflorae*, que se dissemina de uma planta para a outra. O mesmo aconteceu no município de Campos dos Goytacazes. Para o controle, é necessária assistência técnica efetiva voltada para o monitoramento e manejo integral de pragas. Com relação à questão fitossanitária, existem práticas científicas para esse manejo, mas é preciso controle constante, com reconhecimento da praga, tipo de estrutura e treinamento dos agricultores. Após o monitoramento, se faz mensuração do que pode ser feito - inclusive de forma biológica - e essa prática vale para todos os cultivares existentes. No caso da fruticultura, o controle de pragas é mais fácil, já que, se o solo está infectado, é preferível não plantar, a não ser que se utilize a técnica de enxertia.

O coco tem muita expansão e o MAPA está incentivando o agricultor a produzir a espécie de coco anão com produção de mudas. Toda cultura é diferente e tem suas peculiaridades, mas alguns produtores, mesmo com assistência técnica, são refratários à ideia.

O trabalho da universidade se concentra em fazer a análise completa para os produtores e oferecer assistência técnica. Nas parcerias firmadas, o técnico vai à propriedade e colhe amostras em 20 pontos conectados para maior representatividade, visando não mascarar

o resultado. Após uma semana, o agricultor pode obter o resultado completo, mesmo procedimento adotado também no Programa Frutificar.

Segundo o pesquisador, não existe parceria entre o trabalho da universidade e o Programa Frutificar ou a Secretaria de Agricultura do município de Campos dos Goytacazes, mas a instituição está à disposição para dirimir dúvidas, como no caso da mosca branca para o caju e pragas de coco. Se não existir verba para o combustível, o deslocamento do técnico fica por conta do solicitante, mas a assistência é gratuita, por ser a universidade uma instituição pública.

Já foram ministrados muitos cursos de fruticultura no SENAR e relatado um convênio para a produção da cana de açúcar. Em umas dessas oportunidades, foi feito um levantamento geral, inclusive para controle biológico da mosca da fruta. Existe capacidade para fazer, já se produziu no Campus da UFRRJ em parceria com a UENF, e, se existir recurso, a universidade se mostra aberta a aferir parcerias novamente.

Foi questionado para o entrevistado se existe uma política pública para a região e se essas políticas são efetivas para o produtor local. Nesse sentido, as informações colhidas trouxeram à tona que o Programa Frutificar foi implantado de cima para baixo, sem consultar as bases necessárias, questão já levantada em outro ponto da pesquisa nas entrevistas. Na época, o entrevistado possuía muita experiência com maracujá, bem como outros pesquisadores da EMATER-Rio, que foram ignoradas ao não serem convidados a participar do programa.

Na ocasião, a coordenação do Programa Frutificar evidenciou que iriam trazer sementes de maracujá de uma região de São Paulo, que produziria de 40 a 60 toneladas por hectare. No município, os agricultores trabalhavam com o maracujá de baixa produtividade, conhecido como "pé duro", mas que poderia ser melhorado. Após trazerem um material "altamente selecionado", próprio para a atividade, o pesquisador foi, então, convidado para participar de uma reunião no CEFET a fim de discutir a situação do projeto. O programa já havia iniciado e o coordenador estava apreensivo, pois havia uma doença em voga no cultivo do maracujá, denominada antracnose, que ataca normalmente durante o verão, quando a temperatura e a umidade estão altas. A mesma é causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides*.

Esse foi um dos problemas iniciais observados, já que o material selecionado foi trazido de outra região sem a devida aclimação. Esse foi um dos pontos, inclusive, criticados à época pela PESAGRO-Rio de Macaé, que questionou que deveria existir muito cuidado no tráfego do material vindo de outra região, uma vez que o clima é diferente em Campos, com vento nordeste predominante. Esse depoimento corrobora com o de outros atores institucionais consultados.

Outro aspecto importante é a diferença de solos. O maracujá havia sido selecionado para outra localidade, e no município de Campos dos Goytacazes, a realidade é composta por solo diferente. Para a implantação dessa linhagem no município, o primeiro passo seria trazer o material e fazer uma experimentação na região. A PESAGRO-Rio deveria ter sido convidada a introduzir as plantas em sua estação experimental e, após os procedimentos técnicos, em dois ou três anos, lançar a linhagem para os produtores. Porém, esse processo não aconteceu, e o programa entregou o material diretamente aos produtores sem os devidos testes e aclimação. Ao contrário, o programa deveria ter convidado os produtores comerciais e prepará-los para a produção de semente de qualidade, melhorar a planta no contexto do município, selecionar as melhores e continuar a aprimorar o material.

O primeiro passo seria usar a lavoura local, que produzia de 15 a 20 toneladas por hectare. Foram então buscar uma linhagem que produzia acima de 40, considerando que o

processo de implantação se mostraria fácil. Como consequência, muitos produtores não conseguiram quitar o financiamento, pois produziam abaixo de 20 toneladas, e houve ainda produtores que produziram 10, sendo a base de produtividade para quitar o financiamento fixada em 40 toneladas. O resultado gerou um descontentamento generalizado e brigas, e muitos tiveram anistia.

Na visão do pesquisador, o correto era ter sido trabalhado o material da própria região. Houve ainda a complicação causada pela praga da broca da haste, e todas essas situações deveriam ter sido pesquisadas antes, possibilitando assim a criação de um plano de contingência.

Segundo ele, a questão do maracujá foi um caos, pois ocasionou na quebra de muitos produtores que já tinham experiência. Muitos aderiram ao Programa Frutificar pelo financiamento barato de 2% ao ano e pelo equipamento de irrigação, o que era compensador, mas o grande problema foi utilizar material genético sem o devido cuidado.

Os técnicos da EMATER-Rio já haviam previsto essa situação, mas o programa, ao ser instituído sem o parecer de conhecedores técnicos, não levou em consideração tais fatores variáveis. A conversa dos dirigentes do programa foi direcionada para a qualidade e alta produtividade do material, enquanto havia a necessidade de testes na estação experimental, com os devidos cruzamentos, para obtenção de linhagem de qualidade e aclimatada na região.

O melhor caminho, na visão do entrevistado, seria a criação um processo envolvendo os produtores que possuíam plantas matrizes de qualidade, para fornecer sementes para o programa e, paralelamente, serem efetuadas pesquisas por dois ou três anos. Nesse contexto, o início do programa foi tumultuado por uma série de questões. O Frutificar contratou diversos técnicos, agrônomos recém-formados sem experiência em práticas fitossanitária, e, com isso, os técnicos da universidade passaram a ser chamados para resolverem os problemas de campo, apesar da inexistência de parceria.

Como exemplo, houve um ataque de lagarta em uma das propriedades que se plantava maracujá, e testado um produto chamado "Dipel", à base de *Bacillus thuringiensis* - bactérias que causam doenças em inseto. Este produto é um inseticida biológico, aplicado nas culturas em pulverização, utilizando equipamentos convencionais de aplicação e quantidade suficiente de água, a fim de dar uma boa cobertura e proteger o cultivo adequadamente. O inseto, ao ter contato com o material biológico, tem o seu sistema digestivo atacado e morre entre dois e três dias. Esses produtos são muito usados no cultivo do maracujá, apesar de, atualmente, se fazer uso maior de inseticida. Não foi orientado o produtor quanto ao uso do produto, pois ele não pode ser usado com a radiação solar alta, por exemplo, devido ao fato dos organismos serem sensíveis à radiação ultravioleta. Como o produto é ingerido pela lagarta, é necessário aplicar ao entardecer, após às quatro ou cinco horas da tarde, ou à noite, no horário da alimentação da lagarta. Ao contrário dessa regra, na visita o produtor relatou a mistura de outro produto, demonstrando total conhecimento técnico na produção. Por sorte, nesse caso, o agricultor tinha feito uma aplicação única e não perdeu muito da produção. Foi explicado, então, a maneira correta de uso do produto e feitas as recomendações necessárias para o correto manejo. A partir dessa ocorrência, o agricultor citado no exemplo passou a aplicar o produto a noite e dentro do recomendado, não deixando de destacar, porém, que até então não havia sido orientado nesse sentido.

Pode-se verificar, a partir deste exemplo, que os técnicos não estavam preparados e não possuíam experiência para lidar com as situações expostas. Outro problema comum na região continua sendo a cópia de procedimentos, onde os agricultores têm o costume de dizer: "se o meu vizinho usou isso, vou usar". O agricultor tem que ser orientado que existem particularidades nas propriedades, e que todas devem ser analisadas individualmente.

O pesquisador ressalta que não é preciso inventar a roda, discurso que comumente se utiliza. Nesse contexto, proceder da forma como já existe é suficiente. Observa-se, o caso da empresa Bela Joana, que foi feita uma fábrica de grande porte, mas não havia matéria prima suficiente. Na ocasião, houve muita reclamação, como preço e o descumprimento de acordos, já que foi combinada uma situação e os processos se conduziram de maneira contrária, resumidas em um cenário político, não comercial.

Em sua visão, fica uma pergunta: "por que não fizeram unidades pequenas nos locais de produção?" Nesse caso, o governo deveria ter incentivado o processo, pois a região tem aptidão para agricultura irrigada, sendo necessário apenas a utilização de tecnologia normal, seleção de mudas, tecnologia e capacitação.

Segundo o entrevistado, houve a pretensão da criação de um APL apenas na teoria, como um procedimento simples, sem a devida pesquisa técnica e envolvimento das bases, o que, em termos comerciais, fez com que o programa destruísse o maracujá.

O Programa Frutificar deixou raízes. Muitos agricultores iniciaram na fruticultura, outros passaram a usar tecnologia, mas como objetivo geral, o projeto se reuniu como caótico. O pesquisador relatou que conhece muito produtor que ainda está com dívidas da época em que foi implantado, aguardando anistia, além de casos, respaldados em laudo, de lavouras completas perdidas por falta de assistência.

O programa deveria ter iniciado sem escala comercial, a partir dos testes na estação experimental. No caso da cana, por exemplo, leva-se dez anos para lançar uma variedade, há até trocas entre países, tudo testado com quatro anos de seleção e quatro anos de produção, pois a lavoura necessita de tempo. Nesse ponto, o projeto poderia ter sido melhor, pois a documentação é fantástica no que tange às ideias e pretensões na busca de incentivo para a agricultura local. Faltou, no entanto, definir de forma sistemática os procedimentos em consulta com demais parceiros e técnicos conhecedores dos processos.

Foram gastos amplos recursos e um consultor foi até a universidade buscar os dados. Em uma reflexão semelhante à feita pelo professor da UENF, é possível estabelecer o seguinte questionamento: "Por que as plantações em Petrolina deram certo?"

O clima no município é bom para diversos cultivares, mas é preciso envolver o fruticultor para o futuro, ouvir os atores que estão no sistema e implantar uma visão técnica e não somente política.

Outro ponto relevante relatado e visível é que o produtor no campo tem um nível de escolaridade baixo. O agricultor precisa, assim, de uma assistência e orientação para colocar em prática os benefícios da tecnologia, ainda que em nível básico, pois ele não consegue sozinho e não tem consciência dessa situação.

Existe um fator negativo para agricultura no município e na região, onde os agricultores querem trabalhar sozinhos, sem cooperação entre eles, mas o associativismo é básico e essencial para o pequeno produtor. Em alguns lugares, já se nota a criação de associações, mas em Campos essa realidade ainda é inexistente.

Segundo relatou, o cultivo do maracujá é uma boa cultura comercial, mas precisa ser trabalhado de forma correta, com inspeções e tratamentos. A fruticultura no município é muito viável, mas se mostra passível de dedicação.

#### **4.2.12. PESAGRO-Rio: Estação Experimental no Município de Campos dos Goytacazes**

O entrevistador foi recebido na unidade no dia 18 de março de 2014, no setor de apoio à pesquisa. O entrevistado relatou que o Programa Frutificar foi muito comentado em sua implantação no estado, mas que perdeu expressão em função de uma série de imprevistos que

aconteceram no início do projeto, resumidos principalmente pelas pragas nas lavouras de maracujá. Segundo ele, não existe parceria com a unidade de Campos e o programa apresentou muitos problemas. Atualmente, o programa não está mais em voga, sendo no estado do Rio de Janeiro o centro das atenções voltado para o Programa Rio Rural. Dessa forma, a entrevista foi direcionada para o chefe do Centro Estadual de Pesquisa, ao justificar que ele seria a pessoa mais indicada para prestar informações sobre o Programa Frutificar.

O novo entrevistado relatou, então, que a Estação Experimental de Campos dos Goytacazes (EEC) foi criada em 1913, incorporando-se à PESAGRO-Rio a partir de 1976, com o objetivo principal de promover a diversificação agropecuária das regiões norte, noroeste e baixadas litorâneas.

Além da cana-de-açúcar, desde a sua incorporação às atividades de pesquisa da PESAGRO-Rio, a EEC desenvolve pesquisas com grãos de arroz, feijão, milho, olericultura, fruticultura e pecuária. A partir de 1997, com a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Cafê), do qual a PESAGRO-Rio é sócia fundadora juntamente com outras nove instituições nacionais de pesquisa, desenvolve trabalhos com a cultura do café.

Existe uma Estação Experimental no município de Itaocara que desenvolve atividades relacionadas à pecuária de leite, fruticultura e produção de grãos, com abrangência em toda a região noroeste Fluminense, caracterizada por pequenas e médias propriedades fortemente baseadas na agricultura familiar.

Nesse cenário, são executados projetos que visam melhorar a produção leiteira através de tecnologias geradas para promover a saúde animal, ampliar a produtividade e reduzir custos de produção. Nas áreas da Estação Experimental de Itaocara, existe um corpo técnico de olericultura e fruticultura, no qual se difunde práticas agroecológicas para a agricultura familiar regional, com vistas a aumentar a produtividade, diminuir o custo de produção e reduzir a utilização de agrotóxicos.

A Estação Experimental de Macaé, por sua vez, é responsável pelos estudos que visam ao desenvolvimento da fruticultura fluminense, pesquisa as culturas de banana, citros, goiaba, manga, maracujá, anonáceas (pinha, graviola e outras), uva e mamão, possuindo, em seu acervo, uma coleção de fruteiras silvestres, nativas e exóticas.

A unidade dispõe do Campo Experimental de Silva Jardim para o desenvolvimento de pesquisas em citricultura, visando, principalmente, à introdução de variedades de laranja, limão e tangerina de elevado potencial genético e econômico para o estado.

O pesquisador é oriundo do município de Petrolina, onde existe uma fruticultura de manga, uva, banana, dentre outras muito avançadas. Desse modo, pode evidenciar, em sua trajetória de estudos, que a agricultura é uma arte complexa, pois para ser eficaz é preciso ser formulada em bases técnicas e científicas.

A ocasião possibilitou que ele comentasse sobre a sua experiência como estagiário da FAO, sua contribuição no projeto de irrigação Nilo Coelho, e sobre estudos na CODEVASF e EMBRAPA na condução de canais e fusão de tecnologia.

Os trabalhos desenvolvidos eram feitos a partir de informações comprovadas e com estudos profundos nas estações experimentais de Bebedouro e Mandacaru, inclusive com estudos sobre "gotejamento de turno pé a pé," sistema de gotejamento baseado na distribuição de água, gota a gota, ao pé da planta. Quanto ao início do processo do plantio de maracujá irrigado em Campos e região, ele comentou que não se tratava, de fato, de irrigação, ao seu ver.

Em relação ao Programa Frutificar, o pesquisador esteve presente nas primeiras reuniões e foi convidado para a reunião de abertura do programa pelo Secretário de

Agricultura em exercício na época, Dr. Noel de Carvalho, que foi prefeito da cidade de Resende, secretário de agricultura no governo Anthony Garotinho (1999-2002), e secretário de habitação no governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008).

No lançamento do programa, antes da reunião começar, em conversa com o Dr. Noel, ficou evidenciado que o programa, para ter sucesso, precisaria de uma base técnica, de muito critério para indicação de variedades e ser baseado em estudos antes do lançamento de qualquer atividade.

Ao iniciar a reunião, o secretário passou a palavra para o entrevistado para que ele pudesse dar o seu parecer, mas foi interrompido, pois tudo já estava acordado anteriormente. Comentou, assim, que não conseguiu transmitir para os ouvintes a necessidade de um processo consolidado e de pesquisas para se iniciar a implantação do programa.

Nesse sentido, uma falha do projeto, segundo ele, foi não convidar o maior especialista da PESAGRO-Rio na produção de abacaxi, o engenheiro agrônomo Ricardo Sérgio Sarmiento Gadelha.

Na ocasião, ao contrário, o convite se concentrou no grupo MPE, para ser a empresa integradora, que criou a empresa Bela Joana. Desse modo, foi constituído o processo de instalação de um programa sem nenhum estudo, onde colocaram material genético entregue aos produtores sem os devidos testes.

A EMATER-Rio, no mesmo panorama, foi forçada a participar do programa sem os devidos estudos técnicos. Os agricultores receberam um financiamento para o cultivo do maracujá em bases de uma produtividade de 50 toneladas por hectare, sendo que a média nacional estava entre 15 e 20, e os financiamentos deveriam ter sido feito a partir de dados reais e comprovados, ratificando os depoimentos de outros atores institucionais.

Como já é sabido, muitos produtores não conseguiram quitar o financiamento e alguns estão na justiça até os dias atuais. Ficou evidenciado que não foi realizado um estudo de solo e irrigação adequados na região, e, sem estudo, a irrigação do abacaxi se deu de maneira ampliada.

Como exemplo, pode-se recorrer aos empreendimentos frutícolas no nordeste que resultaram em saldo positivo, que trabalharam com mais de 20 anos de pesquisa antes de se iniciar um programa. O relato foi idêntico aos dos professores da UFRRJ e da UENF.

O depoimento se concentrou na afirmação de que o programa teve início sem base técnicas. Deveria ter sido iniciado com os passos corretos, com convite à PESAGRO-Rio de Macaé, que é a unidade especialista em fruticultura. As políticas não foram efetivas para os agricultores na ocasião, e, hoje, o programa está caminhando a partir de sua vivência e da experiência adquirida.

#### **4.2.13. EMATER-Rio no Município de Niterói-RJ**

Realizou-se contato com a EMATER-Rio, em sua sede, na Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, na cidade de Niterói, no dia 14 de fevereiro de 2014.

Foi evidenciado pelo engenheiro Emerson Leone que a EMATER-Rio trabalha em parceria com o município e os sindicatos. Uma das parcerias é a patrulha de rodovias, para manutenção das estradas vicinais no estado, conhecido como Programa Estradas da Produção, onde a solicitação é feita pelos agricultores, grupos de interessados, sindicatos, por ofício ou outro documento - de preferência contendo fotos - não sendo o atendimento efeito de imediato, mas segundo a ordem de solicitação, com exceção de calamidades.

O engenheiro comentou que em todas as cidades do estado do Rio de Janeiro há um núcleo da EMATER-Rio. No caso de Campos dos Goytacazes, existem dois escritórios: o

regional e o local, ambos independentes. Ele evidenciou que seria conveniente para essa pesquisa visitar os dois escritórios para colher as informações *in loco* informando, em seguida, os respectivos contatos e os endereços.

#### **4.2.14. EMATER-Rio: escritório regional no Município de Campos dos Goytacazes**

Em Campos dos Goytacazes, o engenheiro agrônomo do escritório regional, Geraldo Luiz Costa Monteiro, recebeu o pesquisador nos dias 13 e 14 de março de 2014. A entrevista foi dividida em dois dias pois ele apresentou em detalhes a situação do município comentando que existe um supervisor regional, assistentes técnicos e o escritório local em cada município, com uma unidade avançada em Santo Eduardo.

Em relação ao cenário da fruticultura, houve uma grande expansão do coco de 1997 a 2004 e, posteriormente, uma decadência. Um dos problemas apontados é o alto custo de manejo para o crescimento da planta, o que reflete, na atualidade, em uma tendência de redução de área plantada.

Em Campos, existe uma área nobre e complicada em função dos canais, além de problemas relacionados a secas e enchentes. A área irrigada para plantação no município é desprezível, sendo a cana, por exemplo, irrigada por inundação e muito pouco por canhões.

A EMATER-Rio apoiou o Programa Frutificar no seu início, com observação de um grande impacto na região, mas também uma quebra de continuidade com a mudança de governo. Novamente se observou o discurso do programa como uma ação política, depoimento confirmado por diversos outros relatos de atores institucionais.

Como os demais atores, ele também relatou que foi criada uma fábrica âncora para comprar a produção e os fruticultores tinham a tarefa de abastecê-la. A princípio, muitos agricultores queriam adquirir financiamentos para plantar, inclusive quem, até então, não tinha experiência com fruticultura. Havia critérios para a triagem, como: i) O agricultor tinha que está com sua vida financeira correta, sem dívidas; ii) tinha que ter água e solo favoráveis para o plantio, como o clima de sua microbacia adequado, dentre outros.

Vários produtores iniciaram no programa, mas pode-se dizer que houve certo rigor na seleção dos agricultores. De 150 agricultores interessados, foram selecionados apenas seis, o que gerou um grande problema na época.

Houve também problemas nas lavouras, principalmente nas de maracujá, devido a doenças e falta de mudas adaptadas, aliados aos interpérios de entrega de frutas na fábrica, pois o preço praticado era muito baixo. Os agricultores eram amadores sobre a cadeia produtiva, a fábrica não recebia em quantidade, o produtor não entregava e, com isso, no momento do pagamento ao programa o produtor não tinha dinheiro conforme se esperava.

Atualmente, o programa continua devagar, mas pode-se dizer que é um recomeço baseado em sua experiência de aprendizado ao longo de 13 anos de trajetória. Esse depoimento relata o tempo de desenvolvimento necessário para se efetivar um programa com essa envergadura, como o relato do chefe de pesquisa da PESAGRO-Rio em Campos.

O Programa Frutificar respalda bons projetos e a produtividade do abacaxi é muito boa quando se colhe com 11 a 12 meses. É preciso salientar, no entanto, que o manejo é fundamental nesse processo, sendo uma tecnologia que se adquiriu ao longo do tempo e que, na prática, representa referência nacional.

Segundo informações constantes no relatório de atividades da EMATER-Rio 2012, o Programa Frutificar tem sido um dos principais fatores de desenvolvimento do setor no estado, ao aliar fomento e tecnificação das culturas. Em 2012 foram aplicados recursos da ordem de R\$1.107.767,65. (EMATER-RIO, 2012, p. 44)

Percebem-se algumas tendências hoje na região como a terceirização das atividades de irrigação e pulverização, principalmente devido à falta de segurança e furtos de equipamentos.

#### **4.2.15. EMATER-Rio: escritório local no Município de Campos dos Goytacazes**

Na EMATER-Rio, escritório local em Campos dos Goytacazes, foi entrevistado o engenheiro agrônomo José Roberto, cuja relato se concentrou na situação atual do município e na fruticultura.

O monitoramento da produção da região é feita por cada técnico por área, denominado Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. O procedimento é definido por uma estimativa da produção que é repassada para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Os documentos antigos estão registrados em papel e em arquivo, e não se sabe se serão digitalizados.

A EMATER-Rio tem investido no norte e noroeste do estado e trabalhado com a tecnologia de microbacias, se concentrando em novas tecnologias, fomento e assistência técnica.

Na região, uma minoria de agricultores se encontra na fruticultura e trabalham com recursos próprios, sem tecnologia, com mudas próprias, sem ainda aderirem ao Programa Frutificar. O projeto já certificou diversos produtores nos 13 anos de existência, e na atualidade possui uma dezena de agricultores no processo de transferência de tecnologia no município de Campos.

A EMATER-Rio tem incentivado o plantio escalonado, ou seja, definido pela divisão das datas de plantio de forma a colher em várias épocas do ano, garantindo assim uma renda mais estável para o produtor, principalmente de abacaxi. Observa-se que as boas práticas estão sendo copiadas e repassadas entre os agricultores, mesmo aqueles que não fazem parte de um projeto como o Frutificar. O conhecimento se espalha e um observa a lavoura do outro, gerando, aos poucos, uma mudança de perfil, ainda que lento.

Existe um forte apoio em Campos nos assentamentos de Zumbi dos Palmares I, II, III, IV e V. Uma grande dificuldade encontrada na região se traduz no perfil dos agricultores, muito desconfiados e sem a visão da necessidade de se associarem. Trata-se de uma tradição cultural da região ao individualismo, que impede benefícios para os grupos e a organização de um grupo formal ou informal capaz de comprar e vender produtos e insumos – realidade trabalhada pelo SEBRAE, sem sucesso. Esse depoimento reflete os anteriores captados ao longo da pesquisa.

Em sua visão, o estado tem trabalhado em muitas questões na região. Em 2005, o Governo do Estado assinou um convênio com o Banco Mundial, com aval do Ministério da Fazenda, e, em 2006, iniciou o Programa de Microbacias juntamente com os municípios, secretarias e ONGs. Cada município foi dividido então em microbacias com base em mapas e satélite, e o Programa Rio Rural é um dos que exigem a divisão dessas unidades para a programação dos trabalhos.

Ficou evidenciado que uma bacia hidrográfica compreende toda a área de captação natural da água da chuva, proporcionando escoamento superficial para o canal principal e seus tributários. O município foi dividido em 24 bacias por origem de importância para se trabalhar, e os trabalhos foram iniciados com uma programação piloto. Em seguida, foram formados os Comitês Gestores de Microbacias (COGEM), que mantêm reuniões constantes, com lista de presença e ata. Seus membros são classificados por grupos de identidade, alocados na produção de leite, frutas, etc.

Cada microbacia possui uma característica de produção das atividades econômicas e visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A produção orgânica é incentivada com práticas conservacionistas, o programa tem um técnico gestor - atualmente da EMATER-Rio - e a prefeitura apoia com contatos e visitas. Desse modo, é feita uma reunião geral para apresentar o programa e o modelo da carta de adesão.

Segundo o engenheiro, o programa do estado é lei, e está apresentado na página do programa no site: [http://www.microbacias.rj.gov.br/programa\\_rio\\_rural.jsp](http://www.microbacias.rj.gov.br/programa_rio_rural.jsp).

O programa, dessa forma, busca melhorar a qualidade de vida no campo e aumentar a renda do produtor rural em conformidade com a conservação dos recursos naturais. Utiliza, como estratégia de ação, a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes neste espaço geográfico.

Executado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC), através da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), com financiamento do Banco Mundial/BIRD, o Rio Rural incentiva os produtores a adotarem práticas sustentáveis e técnicas produtivas mais eficientes, ambientalmente adequadas. Deste modo, contribui para a diminuição das ameaças à biodiversidade, para o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e para a inversão do processo de degradação das terras em ecossistemas de importância global da Mata Atlântica.

Vale destacar ainda que o Programa Rio Rural vê o homem do campo como protagonista no processo de desenvolvimento, ao promover a participação comunitária nas políticas públicas e gestão de recursos naturais, buscando a conscientização e adesão do produtor às práticas sustentáveis. Por outro lado, o relato defende que o agricultor familiar seja compensado pela limitação do uso dos recursos naturais impostas pelas políticas de conservação. Atualmente, 300 mil habitantes de 470 microbacias são beneficiários diretos do programa identificadas no estado, pelo desenvolvimento da cidadania e melhoria de suas condições de vida, recuperação ambiental, aumento de renda, melhoria da infraestrutura, maior inserção no mercado e, principalmente, criação de uma nova perspectiva de vida para suas famílias e para as futuras gerações.

São beneficiadas ainda as populações residentes nos centros urbanos e na região metropolitana do Rio de Janeiro, pelo aumento na oferta de alimentos e água, diminuição da pressão por emprego, saúde e moradia.

Em última análise, é beneficiada também a população global, pela proteção à biodiversidade e pela imobilização de gases do efeito estufa. O Rio Rural apresenta-se ainda como proposta para os setores de saúde, educação, turismo, trabalho, obras, energia, transporte e em especial, meio ambiente, buscando ampliar as oportunidades de recursos da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

A metodologia de trabalho em microbacias hidrográficas vem sendo aprimorada no Brasil nos últimos 20 anos, na busca pela autogestão comunitária dos recursos naturais através da adoção de práticas de manejo sustentável pelas comunidades rurais a partir da constatação de que o homem depende do ambiente para sobreviver.

Desse modo, o programa promove práticas de conservação de solo e água, incentiva a descentralização e a participação da comunidade nas ações com transparência das decisões e nas informações sobre investimentos. Estimula o fortalecimento organizacional, o associativismo e cooperativismo, sempre buscando a sustentabilidade e o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental.

Segundo o engenheiro, trata-se de uma ótima metodologia, pois incentiva a participação dos produtores familiares e demais moradores de cada comunidade a se reunirem em grupos de interesse, elegendo assim representantes para compor os Comitês Gestores de

Microbacias (COGEM). Com essas ações, a própria comunidade passa a determinar o caminho para o desenvolvimento rural sustentável.

Os membros do COGEM realizam um levantamento das principais demandas e potenciais da microbacia junto aos atores locais, através do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A partir deste primeiro documento, é construído o Plano Executivo da Microbacia (PEM), que contém as ações que serão realizadas.

Uma grande vantagem para o agricultor, segundo o engenheiro, é a formação de um fórum para participar do desenvolvimento local, oportunidade de praticar o associativismo. Todas as questões da comunidade, podem ser colocadas no fórum que, com isso, fortalece e promove a cooperação.

O Programa Rio Rural foi aderido pela comunidade, com práticas incentivadas e com o apoio do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF. Para participar do Programa Rio Rural, o agricultor precisa da Declaração de Aptidão ao PRONAF, denominado pela sigla DAP. O programa promove o equilíbrio ambiental, com proteção das nascentes, mata ciliar, dentre outras e áreas de topo de morro, e cada estado tem autonomia de planejar a metodologia que será colocada em prática.

É feita então a carta de adesão, que depende da mobilização do técnico, e, a partir daí, um diagnóstico rápido de viés participativo. Desse processo, origina-se o documento chamado Plano Executivo da Microbacia (PEM), formulado com os dados do diagnóstico DRP, sorteio de beneficiários com aval do COGEM, e plano individual de desenvolvimento (PID), que tem subprojetos. O PID, plano geral da propriedade, é um planejamento de desenvolvimento individual do imóvel rural, constituído por um ou mais subprojetos estimulados pelo Programa Rio Rural e conhecidos como práticas incentivadas.

O programa libera no máximo R\$7 mil reais e incentiva o produtor a percorrer o entorno do negócio para verificar o preço mais barato. Por se tratar de recursos públicos, a nota fiscal deve ser gerada de forma correta, pois está sujeita à auditoria do Banco Mundial.

A capacidade de extensão dos técnicos diminui em função do acúmulo de atividades. Existem demandas e projetos oficiais do estado e parcerias municipais, convênios, dentre outras atividades, sobrecarregando as atividades desses técnicos. Por isso, leva-se meses para o andamento dos processos, situação minimizada pelo estabelecimento recente de um ranqueamento de projetos por prioridade.

Um dos complicadores no município, segundo o entrevistado, é a sua extensão. Existem microbacias a mais de 40 km da sede da EMATER-Rio, o que torna difícil a execução das atividades. Os lançamentos são feitos manualmente e as medidas coordenadas pelo GPS, possibilitando saber, de qualquer lugar, o local onde o produtor se encontra. O trabalho do técnico inclui a elaboração de um *croqui* de cada propriedade, por incentivo e com as coordenadas geográficas, constituindo um demorado processo.

Em Campos, a EMATER-Rio incentiva e atende por demanda. No estado existem 70 práticas e o incentivo no município está escalonado, sendo muitas práticas possíveis de serem aplicadas no município em função de clima, solo e tradição. Para a fruticultura de Campos, especificamente, existem práticas que podem beneficiar os produtores, como a aquisição de implementos como fósforo, e correção de solo com calcário e adubo orgânico, que pode ser usado para plantar abacaxi, coco e goiaba - frutas típicas de agricultura familiar. O agricultor não familiar, maior porte, também está sujeito ao incentivo, porém com um percentual menor (40%).

Para participar do programa, é necessário obter a DAP segundo os procedimentos descritos anteriormente, e a EMATER-Rio possui convênio para emitir o documento. Para o crédito rural, são necessárias algumas exigências para se obter o empréstimo, como

apresentação de documentos de uso da água exigido pelo INEA e que envolvem questões envolvendo o uso de água, solo, proteção de matas ciliares com cercamento e cultivos de matas nativas.

A proteção das nascentes é um incentivo, principalmente em Campos, com a proteção de área de recarga. Nos projetos fixos, tal ação se mostra com significativo destaque por constituir o foco do programa Rio Rural, que antigamente não exigia documentação, mas agora é fixado e obrigado a atender a legislação ambiental.

Embora cada prática possua um valor, o incentivo é suficiente para a execução dos trabalhos: montagem de cerca, plantio, quantidade de estacas, grampos e arame, e a contrapartida é delimitada pela mão de obra, sendo a muda e a cerca de responsabilidade do governo.

Muitos produtores, no início, diminuíram a produtividade, pois o crescimento do negócio dificulta o manejo. Além da necessidade de irrigação, que apresenta alto custo – mas que é financiada pelo Programa Frutificar, é preciso mais estudo para facilitar a produção.

O cultivo da goiaba, por exemplo, é altamente exigente de manejo e solo, que deve se apresentar extremamente fértil ou garantir grande quantidade de adubo. Existem pequenas indústrias de goiaba, mas, para o agricultor, a venda *in natura* tem um retorno financeiro maior. No município, existem diversos ambientes nas microbacias, sendo apenas algumas delas adequadas para o cultivo. O abacaxi – outro exemplo - tem dado muito resultado na região, principalmente com a tecnologia do Programa Frutificar. De uma forma geral, percebe-se que o programa está sendo efetivo para os agricultores, independentes de estarem ligados ou não ao programa, pois existe a transmissão de conhecimento entre eles.

#### **4.2.16. Programa Frutificar no município de Campos dos Goytacazes**

Durante a estadia do entrevistador no município, acompanhando as atividades dos engenheiros e técnicos do Programa Frutificar, ficou evidente nos depoimentos que existe uma divulgação do programa em nível estadual muito forte, para todos os produtores. Segundo eles, a divulgação informa os passos para a entrada dos produtores no programa.

Durante as pesquisas, foi programado um dia de campo para a data de 09 de abril de 2014, em Campos dos Goytacazes. A programação foi muito produtiva e contou com a presença de diretores e técnicos do Programa Frutificar, TV *Record*, alunos da UENF e produtores de frutas da região, sendo o encontro importante para a divulgação das tecnologias e do estado da arte das lavouras de abacaxi.

Todos foram recebidos na propriedade do Sr. Edson, que faz parte do Programa Frutificar e constitui um dos treze agricultores ativos no projeto. Houve estímulo ao entrosamento, à divulgação dos nomes dos agricultores presentes e à separação em quatro grupos distintos de trabalhos direcionados para cada estação de produção.

Na ocasião, foi esclarecido para os presentes que o Frutificar é um programa de divulgação de tecnologia para a fruticultura. A metodologia utilizada foi a de estações de ensino colocada estrategicamente na propriedade, em uma lavoura de abacaxi. Em cada estação havia um engenheiro agrônomo do programa, que fez explicações sobre as principais atividades na plantação do abacaxi, desde a análise de solo e água até a comercialização. Após meia hora em cada estação, os agricultores se dirigiam a outra estação e, no final, todos participaram das atividades em sua totalidade.

#### 4.2.16.1. Palestra da engenheira Joana Siqueira – Dia de Campo

Após o trabalho nas estações, foi ministrada uma palestra final com a engenheira Joana Siqueira, concluída pelo engenheiro Ronaldo Soares, ambos da FUNDENOR. A descrição do programa foi feita utilizando-se a Figura 8.

**Frutificar**  
Um programa do Sistema Moeda Verde

**FINANCIAMENTO DE IMPLANTAÇÃO E CUSTEIO FRUTICULTURA**  
**JUROS DE 2% AO ANO**  
ATÉ R\$ 50.000,00 SEM FIADOR  
ATÉ R\$ 100.000,00 COM FIADOR

**Quais culturas financia?**  
Abacaxi Goiaba  
Coco Laranja  
Banana Uva

**O que financia?**

- SISTEMA DE IRRIGAÇÃO
- MUDAS
- MÃO-DE-OBRA
- ADUBOS E CORRETIVOS
- DEFENSIVOS
- ...
- TUDO ATÉ A COLHEITA

**O que é necessário?**

- NOME E CPF OK
- DOCUMENTOS DA TERRA OK
- SER PRODUTOR RURAL
- ÁGUA SUFICIENTE
- ENERGIA ELÉTRICA
- TERRENO ADEQUADO
- CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

**Como o dinheiro sai?**

- PARA ABACAXI, 5 PARCELAS:
- 1ª NA ASSINATURA DO CONTRATO
- 2ª, 3ª E 4ª PARA CUIDADOS DA LAVOURA
- 5ª PARA A COLHEITA.

**O dinheiro sai na conta?**

- PARTE NA CONTA DO PRODUTOR
- PARTE PAGA DIRETO AO FORNECEDOR

**Como se paga?**

- PARA O ABACAXI, EM 3 PARCELAS
- 1ª COM 24 MESES
- 2ª COM 48 MESES
- 3ª COM 72 MESES.

**Quanto custa 1,0ha de Abacaxi?**

- R\$ 36.000,00 COM IRRIGAÇÃO E CASA DE BOMBA

**E a irrigação?**  
Dados técnicos → Topografia → Substituição dos materiais por áreas → Projeto de Custo e Tempo → Injeção na irrigação sobre as plantações

**Qual o prazo do custeio?**

- TEM ATÉ 24 MESES PRA PAGAR

**Financia só a irrigação?**

- SIM. SÓ IRRIGAÇÃO OU QUALQUER OUTRO ITEM

**Frutificar**  
ESCRITÓRIO CAMPOS – FUNDENOR  
AV PRESIDENTE VARGAS, 180 – PECUÁRIA  
AO LADO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES  
22 2732-2755

**Figura 8.** Descrição do Programa Frutificar

Fonte: Siqueira, 2014.

A engenheira informou que o programa é diferente do PRONAF e que possui índice de juros diferenciado. O financiamento apresenta um custo baixo para o produtor e, além disso, apresenta uma programação (amortização) para ser feita junto à produção, com o que vai ser colhido. Os técnicos, presentes no campo, acompanham a construção da lavoura. Se a qualquer momento houver algum empecilho para cumprir o cronograma de pagamento que for estipulado, será verificada a melhor possibilidade para cumprir o compromisso estabelecido, de forma coerente e acessível para todos.

O programa, segundo ela, financia até R\$50 mil reais como intenção principal. Quando ultrapassa esse valor, pode-se chegar a até R\$100 mil reais, mas com rigor na triagem do perfil do produtor. Outro aspecto analisado é a experiência do agricultor na cultura, de forma a não representar um investimento arriscado. Para esse valor, é necessário um fiador.

Sendo assim, foi explicado que a fruticultura, de maneira geral, exige trabalho muito mais assíduo na lavoura, sobretudo em relação ao plantio da cana ou outras culturas ou atividades rurais menos intensivas. Se não houver dedicação, o risco do investimento torna-se

grande, depoimento coerente com o do professor da UENF, que destacou a dedicação necessária para a fruticultura em seu relato.

Um aspecto abordado de interesse geral é o incentivo para trabalhar com pequenas áreas, ainda mais quando se busca nova tecnologia. Segundo a engenheira, para se iniciar uma lavoura em que não se está habituado, é melhor que seja em uma área pequena, fato que representa segurança e que possibilita, com o trabalho contínuo, dar início a um aprendizado e crescimento escalonado. Esse cuidado se mostra como fundamental, visto que o início em uma área muito grande representa uma chance maior de cometer erros. O painel da figura 8 traz algumas informações e facilita a memorização dos dados descritos neste estudo. O programa financia todas as etapas de produção, desde o momento do preparo do solo até o início da colheita. Pode-se financiar, também, a construção de uma casa de bombas ou outra estrutura que seja necessária para a condução da lavoura, além do sistema de irrigação, que é indissociável. Quando se investe na adubação e se inicia com um trabalho utilizando-se técnicas de cultivo mais avançadas, a irrigação passa a ser fundamental. É preciso levar a água no momento certo, pois, do contrário, pode-se perder todo o adubo colocado e, conseqüentemente, perder a muda de qualidade. A irrigação, nesses casos, sempre está associada aos financiamentos do Programa Frutificar.

A mão de obra, os defensivos agrícolas, os agrotóxicos e adubos fazem parte do pacote de financiamento, mas, para o acesso a esse crédito, é preciso estar com o "nome limpo na praça", CPF liberado, possuir documentos da propriedade, contrato de arrendamento ou de comodato. No caso de assentado, é necessário obter as certidões junto à EMATER-Rio e à prefeitura que comprovem a posse da terra. Como parte do programa se traduz em condução de financiamento, se faz necessário obter a uma documentação correta. Para isso, é preciso ser produtor rural, ter o perfil avaliado pelo programa, possuir experiência com agricultura e, especificamente, com a fruticultura, e tempo disponível para a área investida nesse novo empreendimento. As características descritas estão de acordo com as relatadas pelos secretários do programa e da FUNDENOR.

É preciso ainda ter água suficiente para irrigar a demanda da cultura que se deseja financiar, energia elétrica, um terreno adequado para a cultura que está tentando implantar e, ainda, pensar nos canais de comercialização. É necessário ter em mente para quem vender e quem são os compradores potenciais, conhecendo de fato o negócio. Este depoimento vai de encontro às palavras da coordenadora do SEBRAE e destaca a necessidade da atuação dos atores institucionais para a qualificação dos produtores e a formação de associações para compra e venda de insumos e produtos.

Se o agricultor se enquadrar no perfil esperado, estiver com a documentação correta e dispor de uma área boa para a plantação nas condições exigidas, deve entrar em contato com os técnicos através dos telefones do programa na figura 8. O técnico do programa é chamado pelos agricultores interessados e realiza uma visita à propriedade. O primeiro passo é cadastrar o nome e a propriedade, buscar informações da pessoa que quer financiar e conferir a documentação.

Em seguida, é feita a avaliação das condições da propriedade como a água e a terra, se possui energia elétrica, se o acesso é bom na propriedade. Nesse passo, é feita uma avaliação das condições da propriedade para instalar aquele investimento.

Na conclusão dessa fase, será feita uma coleta de amostra de água e solo para análise no laboratório. Confirma-se então a viabilidade dessa água e solo para a cultura e segue a condução para as outras etapas.

A partir do ponto anterior, inicia-se a construção de um projeto, que vai apresentar o quantitativo de adubo necessário, o investimento imprescindível para a irrigação e a

quantidade de mão de obra para conduzir aquela cultura. O projeto pronto possui todas essas despesas organizadas para administrar tanto o financiamento quanto o empreendimento.

A partir da conclusão do projeto e anexados todos os documentos que comprovam a idoneidade do produtor e a posse da propriedade, o mesmo é encaminhado para o comitê estadual que defere o crédito, que pode, após a análise do processo, autorizar ou não o financiamento.

Nesse processo, a partir da análise da água e do solo, pode haver continuidade e planejar o sistema de irrigação. Uma questão muito solicitada é: "qual o valor final do financiamento, qual o valor real da irrigação, quanto ela vai custar?" Trata-se de um questionamento cuja resposta deve ser dada a partir do projeto concluído, pois a situação varia dependendo da distância do ponto de captação da água, do tamanho da área, da tecnologia de irrigação necessária e da dimensão da bomba. Logo, o valor pode variar de acordo com o tamanho da propriedade e da área escolhida para o plantio. É preciso avaliar todas as condições e finalizar o valor do projeto de irrigação para que seja obtido o valor real.

A partir dos dados finais do projeto, essas informações são repassadas para empresas que são credenciadas no programa e que trabalham com sistemas de irrigação. Elas irão fazer as suas propostas de projeto de irrigação, e cada uma faz a análise do projeto e a cotação de preços. O produtor, no momento oportuno, recebe todas as propostas em envelope lacrado, e observa e avalia essas propostas, que já passaram por uma avaliação técnica prévia. Quanto aos valores, os técnicos do projeto não têm acesso, e o produtor opta, assim, pela empresa que achar mais conveniente. É importante ressaltar que quando o projeto segue para a provação de crédito ou não, o produtor já escolheu a empresa que ele pretende contratar para realizar o sistema de irrigação. Trata-se de uma escolha livre, tendo o programa a responsabilidade apenas de cadastro das empresas visando garantir a qualidade do serviço.

Uma pergunta frequente diz respeito à liberação dos recursos. O Programa Frutificar não disponibiliza o financiamento total de uma só vez, e algumas despesas relacionadas com aquisição de insumos e infra-estrutura - adubo, sistema de irrigação e agrotóxicos, por exemplo - são enviados diretamente para o fornecedor. O processo se dá da seguinte forma: o produtor vai à empresa, faz a compra do produto recomendado para a cultura específica, traz a nota fiscal para o escritório do programa (Campos), e o técnico autoriza no verso da nota. Em seguida, o pagamento é efetuado pelo escritório.

As despesas de mão de obra e outros investimentos são depositados na conta do produtor no momento da assinatura do contrato, como as que se referem à implantação da lavoura e preparo do solo. Para as mudas e adubos, efetua-se a compra e são encaminhados, em seguida, os recibos e notas fiscais para o escritório do programa, a fim de que seja efetuado o pagamento. Um ponto importante é que as mudas devem ser vistoriadas pelo técnico que está acompanhando o projeto.

As dúvidas mais comuns dos participantes são em relação aos recibos, mas segundo a engenheira, eles são suficientes para as mudas, pois alguns agricultores que vendem não possuem nota fiscal. O programa já trabalha dessa forma desde o início, contudo, é importante frisar que para a liberação do dinheiro é necessário o atestado do técnico que acompanha o produtor, informando se a muda tem qualidade e pode ser plantada.

No caso específico do abacaxi, são cinco liberações, sendo a primeira na assinatura do contrato, referente ao valor para preparo do solo e preparo do plantio. A segunda, terceira e quarta são valores para a condução da lavoura, para capina, aplicação de remédio e para forrar o fruto, fechando, assim, as etapas distribuídas ao longo do período de condução. O dinheiro é liberado de forma parcelada para cada etapa descrita da condução da lavoura, e parte desse

recurso é depositado diretamente na conta do produtor, principalmente o recurso destinado ao pagamento de mão de obra (funcionários).

Um dos participantes perguntou se o dinheiro é liberado durante toda a cultura. A resposta foi que ele é liberado até a colheita, mas no período desta, o programa tem por costume financiar 30% do valor dessa despesa, que também está no pacote, definido pelo primeiro momento do projeto no qual o agricultor contrata pessoas e precisa ter capital imediato para pagar pelo menos os custos referentes à primeira semana de trabalho. A partir daí, o agricultor começa a receber e começa a gerar seus próprios recursos de subsistência.

Outro questionamento feito por um dos participantes foi sobre a forma e condições de pagamento uma vez feito o empréstimo. A engenheira respondeu que esse processo se dá de acordo com a cultura e a sua produção. Mais uma vez utilizando como exemplo o cultivo do abacaxi, o programa trabalha com três parcelas: uma em 24 meses, outra em 48 e última em 72 meses, quitando o agricultor, ao final, o financiamento.

Quando questionada sobre a possibilidade de ocorrer algum problema ao longo da condução da lavoura, a resposta da engenheira se definiu da seguinte forma:

*Vou pedir autorização ao coordenador. Se tiver errado, ele me corrija. Nós não temos um seguro agrícola instituído, mas o programa divide com vocês qualquer frustração que exceda a nossa capacidade de controle ou uma eventualidade, pois as coisas acontecem de fato, e reprogramam as parcelas. Não deu, colheu e não recebeu, o cara só vai me dar o dinheiro depois só com 15 dias, e para essa data eu não tenho dinheiro para pagar a parcela. Entra em contato com o técnico ou com o escritório, que vamos fazer uma carta justificando com as informações. A gente tenta sempre negociar e ajustar isso, de forma que não fique aquela coisa engessada, hoje tem que sair, hoje não tenho, meu Deus! O que vou fazer? [...] Temos essa prática, a gente sempre tenta, isso é bom, é confortável para o produtor, que às vezes não tem esse diálogo com o financiador, que não está ali para ouvir essa fala. (SIQUEIRA, 2014)*

O depoimento da engenheira, conforme relatado, não vai ao encontro dos depoimentos obtidos do coordenador do Programa Frutificar e do seu respectivo Departamento de Crédito, que em entrevista para esta pesquisa haviam informado, no escritório da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, que o programa está sob o amparo da Moeda Verde na equivalência de produto, em que se verificaria a quantidade plantada e no final da lavoura, se fosse constatado qualquer perda, as dívidas do agricultor seriam quitadas pelo programa.

Outro participante perguntou se o agricultor consegue mensurar, desde o início do plantio, o valor total que será emprestado. A resposta foi que sim, pois a partir do fechamento do projeto já se tem todas as informações necessárias. O contrato é preparado com o valor estabelecido de forma detalhada – inclusive em centavos –, com informações sobre como ele vai ser liberado e como ele vai ser pago.

Outra dúvida surgida durante a palestra de esclarecimento se concentrou na possibilidade do agricultor, caso deseje, quitar o valor total do empréstimo no final da colheita. Em relação a essa indagação, a resposta foi positiva – não é necessário dividir o financiameto em três vezes. Nesse caso, se faz um pacote básico em três vezes, mas é possível antecipar o pagamento para o momento que for conveniente para o agricultor, gerando automaticamente uma redução de juros.

Foi ainda perguntado se é possível renovar o crédito para uma ampliação de lavoura. A resposta foi que sim, desde que atendidos alguns critérios. O programa, segundo a engenheira, tem dois formatos de investimentos. A implantação da lavoura, aquisição da

irrigação, toda a despesa de condução até a colheita integra um plano de custeio, que é feito a partir da lavoura implantada e o agricultor necessita de dinheiro para o adubo ou para uma etapa que não vai conseguir entrar com recursos próprios, mas esse custeio tem outros critérios para ser concedido.

Se o agricultor fez o financiamento, implantou a lavoura e no ano seguinte solicita o custeio, podem existir justificativas para aquele aporte. Caso ainda não tenha conseguido pagar todas as despesas ou deseja aumentar a área de produção, a situação então é analisada, caso a caso, visando verificar a necessidade real da solicitação. Isso porque o programa não possui o viés de um banco que empresta dinheiro, mas se concentra no negócio oferecido de tecnologia para fins de produção.

A dúvida de um dos participantes presentes se concentrou em traçar um paralelo com um ditado popular: "O programa ensina a pescar? Depois que aprendeu, não dá o peixe mais? Então vamos ter que andar com as próprias pernas?" A resposta dada foi que é "exatamente isso".

Outra dúvida comum foi em relação ao direito à assistência técnica futura, depois de efetivado o financiamento. A resposta fornecida foi a de que os agricultores terão direito, sim, a essa assistência, evidenciando que esse apoio não está vinculado ou atrelado diretamente ao financiamento. Se o agricultor quer receber assistência técnica, o programa tem outro procedimento para que isso ocorra sem o necessariamente o oferecimento do aporte financeiro, pois o objetivo é a transferência de tecnologia, sendo o financiamento apenas uma maneira sólida de concretizar essa realidade no campo. Na visão dos envolvidos no programa, não adianta oferecer um sistema de irrigação se os produtores não tiverem condições de adquiri-lo uma taxa de juros atrativa, em conformidade com a que o programa oferece.

Outro participante (o solicitante da informação participa da assistência técnica de forma não oficial ainda) fez o seguinte questionamento: "Por exemplo, eu peguei R\$20 mil reais, paguei, só que agora quero plantar 500 mil pés de abacaxi e eu preciso, para isso, de R\$100 mil reais. Existe essa possibilidade? [...]".

A engenheira esclareceu que o programa financia até R\$50 mil reais sem fiador. Acima deste valor, há o limite de R\$100 mil reais, por CPF. Este financiamento ocorre em situações específicas e varia conforme o caso, a forma de financiamento e para quem se destina. Será proposta vai ser, então, avaliada, discutida e quem assina o cheque é um grupo formado por três pessoas ligadas ao Governo do Estado. Não são pessoas do convívio do município. Eles irão analisar os projetos que os técnicos montaram junto com os agricultores, e o valor do sistema de irrigação, que é calculado pela equipe responsável, será dado pelas empresas que estão credenciadas para fazer o projeto técnico e para orçar os valores. O sim ou não, não é local, mas de um grupo no Rio de Janeiro que irá decidir sobre o feito no município, sempre dentro da premissa "ensinar a pescar e não dar o peixe, pois se der muito dinheiro para um, vai faltar dinheiro para outro".

Outro participante questionou sobre a necessidade de energia elétrica e queria saber por qual motivo. A resposta dada foi que é para alimentar a irrigação. E ele voltou a questionar: "E se eu tiver um motor a diesel?" A resposta foi: O programa tem que avaliar dentro do orçamento, pois existe diferença da tarifa de energia elétrica e combustível.

O participante, então, explicou que já possui seu próprio sistema de irrigação e pretende aderir ao projeto, mas sem a aquisição do sistema de irrigação oferecido pelo programa. Nesse caso, a engenheira respondeu que o equipamento é avaliado, assim como a viabilidade ou não do pedido. A princípio, o programa opta pela energia elétrica, mas cada caso é um caso.

#### 4.2.16.2. Palestra do engenheiro Ronaldo Soares – Dia de Campo

Logo em seguida, dando continuidade à descrição das atividades observadas no dia de campo, tomou a palavra o engenheiro Ronaldo Soares, coordenador do projeto Frutificar em Campos dos Goytacazes. O engenheiro evidenciou que propôs fazer esse encontro para trazer um conjunto de informações que o programa não estava conseguindo transmitir, mesmo com 14 anos de existência; e ressaltou que só recentemente o Sr. Edson, (agricultor proprietário do local do dia de campo) e demais agricultores começaram a obter essa informação, quando foram ao encontro dos organizadores do Frutificar e perguntaram de que forma eles poderiam ser beneficiados.

O coordenador, que faz parte da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, da PESAGRO-Rio e da EMATER-Rio, está coordenando o programa especial de fomento da secretaria, que envolve tanto a questão da fruticultura como outros programas correlatos. Seu envolvimento com o programa e, sobretudo, com a região, é definido por uma situação pessoal, já que o pesquisador advém da região de Santo Amaro, é conhecido pelas pessoas e vinha, há algum tempo, querendo de alguma forma proporcionar transferência de tecnologia para a região, de forma que todos os agricultores possam melhorar a sua produção. A região relatada pelo coordenador era a área da propriedade e adjacências onde se estava realizando o dia de campo.

O dia de campo se originou, então, de um desafio feito ao técnico Rodrigo, do Programa Frutificar, para que promovesse o evento visando reunir os agricultores da região, a equipe envolvida, e esclarecer o programa para todos.

Entre os presentes no evento, haviam parceiros que pertencem ao Programa Frutificar desde o início do projeto, destacando o número atual de agricultores que aderiram ao programa desde então. Nesse sentido, o interlocutor responsável pela palestra descrita fez o seguinte relato:

*[...] quero deixar bem claro para vocês, nós não viemos aqui oferecer dinheiro para ninguém. Viemos dizer que existe uma forma de produzir abacaxi e você pode [...] antecipar a colheita, sair daquele período de novembro e dezembro que todo mundo colhe abacaxi e o preço está lá embaixo e você sabe disso, mas para isso acontecer é preciso fazer uma seleção de mudas, traçar a época de plantio adequada, fazer uso correto do adubo, e ainda tem a irrigação que é fundamental. [...] Não adianta vir aqui e falar com vocês faça isso ou aquilo, não adianta, e agora: o dinheiro está curto e não tem como fazer, e aí o Estado vem através do programa e diz que se você precisar de recursos financeiros para fazer aquilo que o pessoal está orientando, tem. Vai cobrar juro de banco? Não. Tem que deixar muito claro, não é banco. O Banco do Brasil é apenas um repassador do dinheiro, o banco não diz: eu não vou liberar o dinheiro por que não gostei da cara do João, [...] ele não opina em nada. Apenas faz o depósito na conta que nós orientamos, [...] tira tanto da conta do estado e transfere para a conta x. (SOARES, 2014)*

Um dos participantes, em seguida, questionou se há necessidade do produtor possuir conta no Banco do Brasil para obter o empréstimo. À essa indagação, o coordenador respondeu que sim, pois o dinheiro é repassado diretamente para a conta do produtor, tecendo, em seguida, o seguinte comentário:

*Então, quero deixar claro que estamos aqui para informar a vocês que podem produzir de uma maneira que a gente entende que é melhor do que vocês estão fazendo hoje. Não é que vocês estão fazendo mal feito, muito pelo contrario, estão*

*fazendo muito bem, mas tem algumas coisas que precisam ser feitas e nós estamos aqui para oferecer essa oportunidade para vocês e dizer: [...] como a Joana (engenheira) falou, a forma de acessar o programa independentemente de financiar ou não [...] (o Programa) quer que o polo de abacaxi da região se desenvolva. Se para isso você tem o recurso, já tem irrigação, tem adubo estocado, você só precisa do técnico para informar e nós estamos fazendo o nosso papel e levando o nosso conhecimento para o produtor sem necessariamente fazer ele se endividar. Quem gosta de ficar endividado? Todo o mundo tem medo de se endividar e [...] nós não somos banco, nós somos o Governo do Estado apoiando a produção. (SOARES, 2014)*

O coordenador agradeceu a presença do Dr. Norton Naldi, que é o gerente setorial do Programa Frutificar, na função de coordenar tecnicamente todas as ações e de outros colegas de outras regiões do estado, de Porciúncula, de Araruama e de Friburgo. Agradeceu também a todo o grupo, composto por mais de 30 técnicos vinculado ao programa, além dos colegas da EMATER-Rio; e fez um agradecimento especial ao Sr. Ivanir, gerente regional, que, embora não pode estar presente no evento, estava representado por diversos colegas. Por fim, agradeceu a presença do Sr. Martinho Belo, que é o gerente estadual da EMATER-Rio para fruticultura e o Programa Florescer.

A apresentação foi concluída com um agradecimento geral, e, em seguida, a palavra foi conduzida ao produtor dono da propriedade onde ocorreu o evento.

Dando seguimento à apresentação, o Sr. Edson agradeceu a todos pela presença e evidenciou que os técnicos do programa auxiliam em muito a vida dos agricultores, fato comprovado em sua propriedade visto os ganhos apresentados pelos técnicos e pelo coordenador do programa.

#### **4.2.17. Secretaria de governo do município de Campos dos Goytacazes**

O pesquisador entrou em contato com a Secretaria de Governo do município de Campos dos Goytacazes e foi agendada uma entrevista. O encontro com o então secretário de governo em exercício, Dr. Suledil Bernardino, se concretizou no dia 18 de março de 2014. Na ocasião, foi edestacado que o Programa Frutificar é estratégico para a região e para o desenvolvimento do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Embora no início do programa houve relatos de vários problemas, inclusive com a disseminação de pragas na lavoura de maracujá, atualmente o projeto se encontrava em andamento com significativo sucesso. Este depoimento ratifica o dos demais atores institucionais obtidos no decorrer do estudo.

Um pequeno relato sobre o início do programa descreveu que a empresa Bela Joana possuía muita tecnologia e que, na época, se produzia abacaxi em lata, com intenção de ampliar as instalações ao lado da fábrica número um, fato não consumado devido à não obtenção de insumos necessários para a implementação da segunda fábrica. Desse modo, o projeto foi interrompido e o município não participou, na época, do Programa Frutificar.

Atualmente, porém, o município apoia o pequeno produtor e muitos são agricultores de subsistência, existindo uma demanda muito grande por máquinas na região. Ficou explicitado que, para o rejuvenescimento do setor agrícola, é necessário o surgimento de novos gestores aliado ao incentivo do espírito de empreendedorismo aos produtores da região e tecnologia para produção. Este relato se enquadra ao dos demais atores e, em particular, ao da coordenadora do SEBRAE.

No passado, havia muitos técnicos oriundos da Escola Agrícola que hoje pertence à FAETEC. A instituição possuía um destaque significativo quando era vinculada à Secretaria de Agricultura, mas com a mudança do secretário de educação, o cenário se alterou negativamente. Atualmente a UENF oferece o curso de Horticultura.

Em conformidade com o que foi exposto, pode-se destacar o comentário de Portinho (2014):

*a caminho de Mata da Cruz, onde fomos fazer uma reportagem a pedido da população local que reclama do abandono, por parte da prefeitura, fomos parados pela travessia de uma vacada. Elas vieram uma ao lado da outra, disciplinadamente cruzaram a estrada municipal que já foi de asfalto. Passados dez anos sem manutenção, trechos de terra intercalam com o asfalto original e, finalmente, pelo maquinário da IMBEG na área, e verificamos que o poder municipal resolveu recuperar a estrada que, como as demais do interior de Campos, foram deixadas de lado por um bom tempo.*

O depoimento de Portinho confirma o abandono do município pelos atores institucionais e a volta das atividades evidenciadas pelos agentes consultados. Durante as entrevistas, foi possível perceber muitos depoimentos em relação a essa situação e o descaso com as estradas vicinais da região, também confirmada pelo secretário de agricultura. Ele afirmou que o município está se renovando e que a partir do cadastro dos agricultores do município serão implantadas ações que irão solucionar os problemas apontados, sendo que, a partir de seu governo, esta situação já está sendo normalizada. Suas palavras são confirmadas nas declarações de Portinho (2014), onde destacou que "o poder municipal resolveu, finalmente, recuperar a estrada".

#### **4.2.18. Universidade Federal de Viçosa - UFV**

O pesquisador entrou em contato com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a partir da indicação da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e da FIRJAN. A secretaria da universidade informou que o agente responsável por trabalhar como consultor no Programa Frutificar foi o Professor Dr. Flavio Alencar d'Araujo Couto, atualmente aposentado pela universidade onde atuou como professor adjunto. O estudioso é pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais e membro da Sociedade Brasileira de Fruticultura, com ampla experiência na área de agronomia com ênfase em fitotecnia, atuando principalmente nos temas abacaxizeiro, adubação foliar e adubação potássica.

Foi informado pela secretaria o endereço e telefone do professor. O pesquisador, após várias tentativas, obteve contato com o professor no dia 26 de agosto de 2014. O Dr. Flávio foi muito cordial na condução da entrevista e confirmou a sua atuação no Programa Frutificar na região norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes.

Segundo o depoimento, os trabalhos de consultoria se iniciaram a partir de um edital que selecionou a UFV para trabalhar no programa. Na ocasião, o trabalho foi feito também em conjunto com a Empresa Júnior da UENF na coleta de dados sobre a "*fusariose*", cujo levantamento de dados foi feito por propriedade, em um panorama em que se observava sérios problemas com a doença que ataca a platanção.

A atuação se empenhou então no aumento da produtividade do abacaxi, introduzindo a plantação por fileira dupla e no maior adensamento de plantação. Um dos grandes problemas foi com relação à mudança na cultura e no manejo do abacaxi, pois a região era muito

tradicional, com repetição de técnicas ancestrais ultrapassadas para o plantio. O maior avanço observado foi na região de São Francisco, com dificuldades em São João da Barra e Campos.

Durante os trabalhos, era entregue mensalmente relatórios para a FIRJAN apresentando os avanços, caracterização, lançamento e repasse das verbas de custeio.

O trabalho em conjunto contribuiu para o aprimoramento das técnicas e do manejo do abacaxi em aumento da produtividade, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida dos fruticultores e da região.

No início do programa, o apoio técnico ficava a cargo da EMATER-Rio e havia limitação de técnicos. O projeto teve acertos e erros frente à associação de produtores, que se mostrava inoperante. Em São João da Barra, havia um produtor que intermediava a comercialização, e a associação durante os treinamentos existiu, embora fora de operação.

Para inicializar os trabalhos na região, foi feita uma palestra motivadora para um grupo bastante numeroso no auditório local em São João da Barra, com produtores da região. Foi feito um apanhado geral da cultura do abacaxizeiro focando os principais problemas e indicando possíveis soluções e, após a reunião, foi realizado um cadastro com todo produtor que se interessasse pelo projeto, onde foram reunidas, aproximadamente, 50 inscrições. Na sequência, foram realizadas reuniões para explicar o papel de cada ator responsável pela execução dos trabalhos.

As políticas públicas para o polo de fruticultura não foram efetivas no longo prazo em função da influência marcante do início das obras de construção do terminal de Cabotagem de EXU, vinculado ao empresário Eike Batista. Valorizando a terra e aumentando o custo da mão de obra, foi observada uma decadência na lavoura de abacaxi.

Seu depoimento confirma o dos outros atores institucionais e fruticultores na região. Com relação à existência de um APL de frutas local, o entrevistado concorda que, na ocasião de sua atuação como consultor, era nítida a existência do APL, supervisionado pelo SEBRAE e FIRJAN, mas com o fechamento da fábrica ficou descaracterizada toda a cadeia produtiva. O seu relato confirma, portanto, a formação de um APL no município de Campos dos Goytacazes e adjacências, evidenciado por Campos (2004, p.45): "lista de APLs, estudos SEBRAE 2004". O relatório, na ocasião, confirmou a presença de uma empresa âncora denominada "Bela Joana" e uma malha de pequenos agricultores, com expressivo apoio institucional, e coordenado pelo Programa Frutificar do Governo do Estado.

As políticas públicas que poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva dos fruticultores do município deveriam se iniciar com um trabalho com produtores comprometidos e interessados em aprimorar a produtividade da lavoura. Em seguida, se mostraria apropriado averiguar qual seria o sistema de plantio e condução da lavoura para as características de clima, solo e água.

No município de Campos dos Goytacazes, durante a sua permanência como consultor, foi percebido que ocorriam falhas na eficiência técnica dos sistemas de irrigação implantados e a sua relação direta com a incidência da doença "fusariose".

O estudioso desconhece ações com relação ao incentivo dos agricultores para obterem uma certificação em agência nacional ou internacional de fruticultura. Afirmou, no entanto, que havia citações sobre a possibilidade de certificação a partir de uma qualidade na produção e uma constância na oferta, mas sem a observação de ações concretas.

Com relação à interação dos atores institucionais federais, estaduais e municipais, destacou o trabalho realizado de forma conjunta com instituições estaduais FIRJAN e SEBRAE e técnicos ligados ao município, e ainda com o apoio dos trabalhos de extensão da UENF, aliados à Empresa Júnior de Agronomia.

O professor afirmou que como parte da contrapartida da UFV foram encaminhados os relatórios para a FIRJAN e também para a FAO no ano que a instituição financiou as atividades, destacando que o sucesso maior de seu trabalho e do Programa Frutificar ocorreu na cidade de São Francisco do Itabapoana.

#### **4.2.19. Fundação Estadual do Norte Fluminense – FENORTE**

Em contato com a Fundação Estadual do Norte Fluminense-FENORTE, o pesquisador foi direcionado para o gerente de projetos, o engenheiro José Armando Ribeiro Barreto, no dia 08 de setembro de 2014.

O entrevistado afirmou em depoimento coletado que a FENORTE tem parceria direta com a EMATER-Rio no projeto de mobilização. A instituição conta com um grande corpo técnico de doutores e professores da UENF, e possui parceria com o Programa Frutificar desde o início, colocando-se sempre à disposição do programa para atividades ligadas à fruticultura. Existem contatos com relação a uma biofábrica para produção de mudas de abacaxi para o Programa Frutificar, ação ainda não concretizada. Tal informação foi obtida do engenheiro Ronaldo Soares, que foi contatado no mesmo dia por telefone, ratificando as palavras do engenheiro entrevistado anteriormente no que tange à busca na instituição parceria para desenvolvimento de *software* para controle do Programa Frutificar. Foi relatado ainda que a troca de presidentes da instituição influenciou para amenizar alguns projetos, mas que a mesma encontra-se disposta a atuar nos projetos na medida em que for solicitada.

#### **4.2.20. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**

Durante a entrevista na SEAPEC, foi comentado pelo gerente setorial do Programa Frutificar a parceria com a EMBRAPA, também especificada no site da instituição. Segundo ele, essa parceria é definida com base nos estudos e apoio técnico ligados ao aspecto fitossanitário.

O pesquisador buscou aprofundar o assunto e efetuou um contato com o Núcleo de Comunicação Organizacional da EMBRAPA Agroindústria de Alimentos, no início de fevereiro, e não obteve uma resposta com relação à parceria existente. Foram efetuadas diversas tentativas durante o primeiro semestre de 2014, e no dia 09 de setembro de 2014 foi novamente solicitado à instituição o direcionamento para o responsável pela parceria informada pela SEAPEC, para identificar as ações das instituições envolvidas.

Segundo informações obtidas por telefone, foi constatado que existe, de fato, uma parceria para troca de informações. O Sr. Marcos, responsável pelo setor de comunicação, nos direcionou para EMBRAPA Agrobiologia e para a UENF em Campos dos Goytacazes. No dia 10 de setembro de 2014, conseguiu-se um contato com a jornalista do Núcleo de Comunicação Organizacional (NCO) da Embrapa Agrobiologia em Seropédica/RJ, Ana Lúcia Ferreira, Jornalista (MTB 16.913/RJ), que informou contatos e enviou o *link* da instituição apresentando os trabalhos no projeto APL de maracujá no norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, contatou-se o professor da UENF, que confirmou o contato do Dr. Sérgio Cenci, da EMBRAPA Agroindústria de Alimentos, responsável pela fruticultura na região, no APL de maracujá.

O Projeto Inovação Tecnológica no Arranjo Produtivo do Maracujá no Rio de Janeiro é coordenado pela EMBRAPA Agroindústria de Alimentos e congrega uma rede de parceiros que representa quase toda a cadeia produtiva da cultura, com ações voltadas para recuperar o cultivo do maracujá, que estava em decadência. A recuperação tem sido lenta, mas está em andamento e beneficiando a cadeia produtiva de sucos (EMBRAPA, 2013).

Os trabalhos, segundo o vídeo institucional, foram desenvolvidos para a melhoria da produtividade, melhoria do manejo das plantações, combate a pragas com novas tecnologias e aproveitamento de semente para óleos para cosméticos e farinha de maracujá que podem ser adicionada a dieta humana.

Esse projeto finaliza a cadeia do agronegócio reduzindo o passivo ambiental das empresas com relação ao que seria resíduo industrial gerado no processamento do maracujá, que são a casca e as sementes. O material é matéria prima com potencial de negócio e pode ser transformado em novos produtos, acrescentando uma renda adicional para os fabricantes de sucos e polpas. Nesse sentido, existe parceria com a UENF, PESAGRO-Rio, indústria, produtores, Programa Frutificar, prefeituras, EMBRAPA Cerrado e a EMBRAPA Agroindústria de Alimentos.

Já existe uma fábrica de processamento de óleos de maracujá de alto valor agregado e bem requisitado pela indústria de cosméticos, instalada no município de Bom Jesus. Para cada 100 kg de sementes, se aproveita 25 litros de óleo, sendo que a polpa, conhecida como torta, também está sendo requisitada pela indústria. O processo de lavagem das sementes foi desenvolvido pela UENF em uma tese de doutorado, e o mercado sinaliza para o sucesso do negócio. A fábrica funciona desde agosto de 2010 e exporta óleo para os Estados Unidos como fitoterápico para hospitais.

Segundo o entrevistado, em seu depoimento em vídeo institucional, o maracujá apresentou problemas técnicos e fitossanitários da cultura que o produz não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país e no mundo. O projeto veio, desse modo, para dar sustentabilidade e eliminar os gargalos existentes, criar novos materiais resistentes e mais produtivos, e reduzir a grande quantidade de lixo (semente e casca) que não são aproveitados, além de capacitar os técnicos envolvidos.

O Dr. Sérgio nos relatou em entrevista por telefone no dia 10 de setembro de 2014 que existe uma parceria com o SEAPEC e o Programa Frutificar no projeto APL de Maracujá na região norte do estado do Rio de Janeiro. A partir do início do projeto, em 2007 e 2008, foi estabelecida uma parceria formal, evidenciando que o Programa Frutificar colaborou nas pesquisas e diagnósticos na cultura, incluindo ações de projetos e promoção de cursos. Todos os parceiros envolvidos participaram com ações individualizadas e no contexto do processo.

O Programa Frutificar não trabalhou com maracujá na região e é sabido que houve falhas técnicas no início. Para se iniciar ações ligadas à fruticultura, é preciso que exista um lado técnico consolidado e embasado, tendo o programa falhado justamente nesse quesito - por falta de base técnica e por ter tido forte conotação política. A doença acometida nas plantações foi uma consequência, mas ela acontece em qualquer lugar e deve ser combatida e estudada, consistindo em um equívoco por parte do Programa Frutificar a opção de não mais atuar com o maracujá por conta desses fatores. Este depoimento coincide com a de outros atores institucionais. Para iniciar um programa, é necessário muito planejamento e hoje o projeto de APL traz novos estudos e variedades resistentes às doenças.

Ainda no que tange ao cultivo do maracujá, as informações sobre o fruto no estado estão distorcidas, sendo que existe muita produção, com uma comercialização certa, uma vez que a produção do estado é insuficiente para o consumo, existindo a necessidade de se importar a produção de outros estados.

A partir de bases técnicas e fomento apropriado, pode-se desenvolver a fruticultura no estado de modo produtivo. O fomento é uma ação fundamental do Frutificar, e outra ação interessante seria o incentivo e apoio à comercialização.

Conforme as informações levantadas, a fruticultura tem se destacado na região, mas hoje, no país, se percebe que existe uma tendência das empresas a trabalharem somente com a

polpa e a terceirizarem o esmagamento de frutas. Quanto ao projeto APL maracujá, trata-se de um projeto de pesquisa de desenvolvimento e inovação tecnológica, que tem como principal objetivo promover a inovação tecnológica no campo e na indústria. Não se trata de um projeto de fomento - até porque, para se constituir de maneira tal, seria necessário obter o amparo de políticas públicas do estado, com assistência técnica e crédito rural.

Ao contrário, o projeto trabalha em parceria com produtores e indústria na instalação de unidades demonstrativas e experimentais na produção de maracujá e no processamento da fruta e seus resíduos. A metodologia envolve alguns produtores e indústrias selecionados, para que seja validada a tecnologia e para que se faça a transferência dessa tecnologia para os agricultores no dia de campo.

Segundo o entrevistado, apenas 30% dos produtores foram contemplados inicialmente no Programa Frutificar. Em Campos, só existe um parceiro, mas o projeto APL de maracujá abrange as regiões norte, noroeste e baixadas litorâneas, ampliando o conceito tradicional de APL, que apresenta a necessidade de proximidade. Os principais atores no processo são a EMBRAPA, UENF, PESAGRO-Rio, EMATER-Rio, Instituto Federal Fluminense (Campus Bom Jesus do Itabapoana), FIRJAN, Superintendência de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Programa Frutificar, Agroindústrias, Prefeituras Municipais, Produtores Rurais, Agências de financiamento (MCT/CNPq/FINEP, FAPERJ) e SEBRAE.

O direcionador para um APL de maracujá nasceu na construção de uma cadeia produtiva agrícola, onde o maracujá e a inovação tecnológica tem sido um dos fatores cruciais para a melhoria da cadeia. A partir deste trabalho, veio a criação de valor que gerou resultados positivos e, conseqüentemente, ampliou a cadeia produtiva com o aumentada complexidade.

O processo, assim, vem recuperando a viabilidade da cultura do maracujá, que esteve desacreditada na região por um longo tempo - muito em função das pragas e doenças disseminadas -, confirmando o relato dos demais atores, já mencionados.

Com relação ao reconhecimento do APL de maracujá, o estado do Rio de Janeiro não contempla nenhum APL na área agrícola em seus programas de desenvolvimento de APLs, confirmando o relato da superintendente de APL da Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, é possível confirmar a existência do APL pelas redes institucionais, uma vez que, no Brasil, o conceito de APL de uso comum é o adotado da REDESIST, que mostra que onde houver produção, haverá sempre um arranjo em torno da mesma, envolvendo os diversos atores. A complexidade da cadeia é que vai ser o direcionador da classificação e tipologia do APL. Apesar dessa premissa, não é identificada uma governança compartilhada nesse processo.

No relato, o entrevistado realizou uma explicação sobre APL, definido como aglomerações de empresas, firmas e agentes econômicos, políticos e sociais, interagindo num mesmo território e atuando em atividades produtivas similares em busca de maior competitividade regional, por meio de cooperação e aprendizagem. As informações são respaldadas em um conceito conhecido e divulgado de forma ampla a partir dos estudos dos teóricos José Eduardo Cassiolato e Helena M. M. Lastres.

De forma muito fluente e didática, foi comentado ainda sobre as características principais de um APL, já apresentadas no referencial desta tese, enfatizando que o conhecimento e inovação tecnológica são elementos cruciais para o sucesso.

Outro ponto fundamental destacado, também baseado na literatura, é que a articulação entre os atores envolvidos devem causar a aprendizagem organizacional, que leva ao desenvolvimento de capacidades propulsoras dos avanços tecnológicos.

A cooperação e o ambiente de interação são elementos importantes, integrando o processo de construção e desenvolvimento de capacidades. Como fundamento, a aprendizagem organizacional e a inovação tecnológica são as chaves para a melhoria da competitividade.

A adesão dos produtores é espontânea e se concretiza na medida em que exista a cooperação entre os atores do APL. Sobre o ponto de vista holístico, trata-se de um tipo de governança onde a regra principal é a competição com cooperação.

Outro ponto chave destacado no relato está relacionado à questão de governança compartilhada, que apresenta deficiência de lideranças, pelo menos entre os agentes privados, o que dificulta a implementação deste arranjo. Esse depoimento, mais uma vez, confirma o dos diversos atores ao afirmar que existe dificuldade de cooperativismo na região - em parte, pelo processo ancestral que vem sendo desenvolvido a gerações.

A logística dos produtores é individualizada e, de um modo geral, não há organização no setor para compra e venda conjunta.

Com relação às políticas públicas para o APL, não há assistência técnica aos produtores, pesquisas para a solução dos problemas tecnológicos e incentivos em crédito agrícola por parte do estado a ponto de promover o fomento da cultura e atender a demanda do estado para fruta, seja para a indústria ou ao mercado *in natura*. Nesse contexto, a cadeia do agronegócio está em expansão e precisa de apoio.

#### **4.2.21. Câmara Especial de Gestão dos APLs do Estado do Rio de Janeiro**

O pesquisador responsável por este estudo entrou em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, por telefone e *e-mail*, no dia 19 de setembro de 2014. Em resposta, a coordenadora de imprensa Jacqueline Farid redirecionou o assunto para a assessora de imprensa Viviane Garcia Costa, que retornou, por *e-mail*, com a informação obtida junto aos técnicos responsáveis por APL de que a Câmara não tem registro de APL de Frutas no município de Campos dos Goytacazes.

O pesquisador voltou a insistir na entrevista e comentou que, segundo o primeiro relatório do mapeamento de APLs do estado do Rio de Janeiro, realizado pelo SEBRAE em 2004, havia evidências da existência de APL de fruticultura no município e adjacências cuja existência foi negada. O APL identificado tinha, na ocasião, sua atividade principal direcionada para processamento, preservação e produção de conservas de frutas. A estrutura de governança apresenta ainda uma empresa âncora que processava fruta para produção de sucos, denominada empresa "Bela Joana". Segundo o referido relatório, existia uma malha de pequenos produtores que poderiam, com sua produção, atrair outras indústrias para a região. O papel de coordenação do referido APL era feito pelo Programa Frutificar.

Com base nessa réplica, a assessora Viviane Garcia, no dia 22 de setembro de 2014, prontificou-se em verificar com a subsecretária de Estado de Comércio e Serviços, Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho, que está integrada a Câmara, a possibilidade de agendamento de entrevista por telefone, pois seria mais difícil pessoalmente. Durante a conversa com a subsecretária Dulce Carvalho, o pesquisador foi informado que a câmara participa de ações voltadas aos APLs do estado, mas que não interage com o Programa Frutificar, que está ligado à Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. A entrevistada informou que não teria como ajudar com informações sobre o tema mas, por telefone, a subsecretária convidou o pesquisador a conhecer a Câmara e o recebeu com toda a sua equipe no dia 25 de outubro de 2014.

No encontro, a equipe se prontificou em informar sobre o funcionamento da câmara, o seu papel junto aos APL, e entregou mapas de APLs reconhecidos no estado do Rio de Janeiro (apresentado na Figura 09), além de um folder explicativo contendo informações sobre o que é um APL e princípios de governança.



**Figura 9.** APLs apoiados no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (2014).

O relato e os informativos consolidam os conceitos de APLs desenvolvidos nesta tese, cuja constituição apresenta diversas vantagens, como: i) desenvolvimento de potencialidades locais; ii) aumento da competitividade e inovações; iii) aumento de inclusão social pelo empreendedorismo; iv) maior aprendizagem; v) aumento de acesso ao crédito; vi) reconhecimento e valorização da iniciativa local.

Foi enfatizado que o governo apoia os APLs coordenando os trabalhos da câmara especial de gestão, acompanhando e articulando as respectivas governanças, e consolidando as informações com a elaboração dos planos de desenvolvimento de APLs do estado do Rio de Janeiro.

#### 4.2.22. Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes

Foi concretizada uma entrevista com o Sr. Isac de Azevedo Barros, diretor do Departamento de Fruticultura do Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes, na data de 14 de março de 2014, na sede do sindicato. Na ocasião, ficou explícito que o sindicato promove diversos cursos de capacitação em parceria com o SENAR, que, por sua vez, possui

instrutores credenciados na região constituídos por professores, engenheiros agrônomos, técnicos da EMATER-Rio e do Programa Frutificar.

Com relação ao Programa, o relato enfatizou que, no momento de seu lançamento, o projeto consistia em uma ação meramente política, que induziu os agricultores para a fruticultura. Hoje, ao contrário, reflete uma outra realidade. Um dos problemas relatados foi que, no início, colocaram-se pessoas na assistência que não conheciam a fruticultura a fundo, aliado à distribuição de mudas de abacaxi oriundas de Minas Gerais, com problemas fitossanitários, que acarretaram, conseqüentemente, naperda da qualidade da fruta. A produção foi iniciada a partir de técnicas erradas, e processo similar aconteceu com o maracujá, confirmando o depoimento de outros atores.

Por conta dos problemas estruturais, houve muita dificuldade no passado, fato que permaneceu com pessoas com dívida ativa em função do programa ainda na contemporaneidade (pessoas que optaram por não se pronunciar, salvo quando convocadas pela justiça, até a finalização do processo).

Um dos problemas da agricultura no município hoje é a idade avançada dos produtores, sendo alguns já aposentados. A maioria é autônoma e cultiva abacaxi, citrus, maracujá e goiaba. Os filhos estão migrando para a cidade, visando melhores condições de vida e emprego na indústria e comércio, confirmando os relatos dos atores entrevistados até então.

Ainda que, na atualidade, o Programa Frutificar atue com bases mais sólidas em comparação com o início do processo, marcado pelo viés político criado na gestão de Garotinho, e que o lançou e induziu os agricultores para a fruticultura, é difícil mudar a cultura de quem migra das plantações de cana para a fruticultura, pois se trata de atividades com características distintas. Quem nunca plantou fruta e tem como tradição o cultivo da cana, com um histórico de 500 anos, para uma tecnologia de fruticultura, sente uma grande diferença.

Um depoimento de grande importância e que corrobora com os atores entrevistados é:

*[...] Nós temos um problema muito grave. Nós produtores somos desorganizados, temos um problema de organização. Nós não temos espírito cooperativista, não temos espírito associativista, por que também não tivemos exemplos das grandes, já tivemos uma cooperativa, uma das maiores do estado, a Cooper leite. Das cooperativas aqui só ficou a de cana, o resto acabou.*

Na atualidade, para se vender para a indústria, é preciso abrir uma cooperativa para produzir polpa. Nesse contexto, a indústria no Programa Frutificar começou errado, com problemas de preço e não compensava, desse modo, entregar produto para ela, o que ocasionou em seu fechamento por falta de matéria prima. A empresa demorava a pagar, ao contrário do que se observa nas indústrias do nordeste, que pagavam bem e aceitavam todo tipo de fruta, efetuando o pagamento para os produtores de maneira imediata.

O programa deixou raízes, tem sido efetivo para os que participam atualmente, mas não obteve o resultado e o reflexo na economia como o governador havia anunciado no início. Diante desse panorama, porém, faltam números oficiais e reais para comprovar a situação.

### **4.3. Atores Empresariais**

O estudo relacionado aos atores empresariais no município de Campos dos Goytacazes levou em consideração uma pesquisa exploratória no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e o elatório de Identificação das

Agroindústrias da Região Norte Fluminense, realizado pelo SEBRAE e Attivítá Consultoria e Eventos (Attivítá, 2014), que foi cedido pela coordenação do SEBRAE do Rio de Janeiro. Foram entrevistados os principais empreendimentos que estão ligados à fruticultura na região, cujo conteúdo assimilado é descrito a seguir.

#### **4.3.1. ARBOR BRASIL: unidade produtora no município de Campos dos Goytacazes**

A visita à fábrica pelo pesquisador ocorreu em 12 de abril de 2014. Segundo a engenheira responsável, que concedeu a entrevista, a fábrica foi arrendada pelo grupo em 2012 e comprou a área onde atualmente exerce atividades em 2013. A empresa processava frutas até 2013, mas na atualidade atua apenas no trato de polpa de frutas, que são oriundas de outros estados, além de envasar vinhos e sucos que vêm de outras unidades do grupo. Não existe interesse em esmagar frutas neste complexo nos dias de hoje, mas nada impede de poder mudar essa idéia, visto que já disponibilizaram uma linha de esmagamento. A mão de obra utilizada na fábrica veio de fora do município por falta de pessoas especializadas na região, discurso novamente apontado.

Os dados passados pela engenheira foram muitos sucintos, mas possibilitou verificar uma notícia vinculada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que relatou que a unidade foi instalada no local com o objetivo de ajudar a retomar o crescimento da fruticultura na região.

A ARBOR BRASIL reinaugurou em 12 de abril de 2013 a unidade produtora de sucos denominada "*Unidrinks*", no município de Campos dos Goytacazes. Segundo o relato, a empresa investiu R\$ 30 milhões de reais na aquisição do espaço, novos equipamentos, reestruturação completa da planta, envolvendo obra civil, utilidades e capital de giro projetado para o referido ano (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

O governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, evidenciou que o norte fluminense e todo o estado do Rio de Janeiro seriam beneficiados com a reinauguração da empresa. O vice-governador e coordenador de infraestrutura do estado, Luiz Fernando Pezão, destacou a importância da fábrica para a geração de emprego e renda, e desenvolvimento econômico local (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

A *Unidrinks* atua com uma capacidade produtiva para sucos e chás de 80 milhões de litros/ano (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013). As notícias disponibilizadas evidenciam, assim, os benefícios para a região, mas não se percebe na prática essa questão. Não verificou nas entrevistas uma ação que objetivasse a integração dos produtores da região e a criação de uma unidade de esmagamento para o fornecimento de polpa para a fábrica.

#### **4.3.2. Parente Água de Coco**

Segundo o proprietário da envasadora Parente Água de Coco, Sr. Jorge Parente, a empresa foi criada em 2005 e possui capacidade para produzir cinco mil copos e dois mil litros de água de coco diariamente, destacando como missão o discurso de promover a saúde e o bem estar da sociedade por meio da venda de um produto de qualidade. A entrevista foi concedida no dia 18 de março de 2014.

Segundo o relato, o setor primário no município está muito desprestigiado, estando o empreendimento e o município, de uma maneira geral, com problemas relacionados à falta de mão de obra qualificada e ainda à concorrência com o setor de petróleo, que paga muito mais.

Seu depoimento confirma o de atores institucionais que tem a mesma visão. Percebe-se essa relação nos entrevistados e na dinâmica do município, inclusive com falta de mão de obra para suprir a área industrial, e percebida também no setor hoteleiro, onde é difícil fazer

uma reserva de quarto pois todas são ocupadas, em sua maioria, por funcionários de empresas ligadas ao petróleo e à construção do porto.

A produção em Campos dos Goytacazes é muito pequena, principalmente a de alimentos, que tem que buscar insumos fora do município. Para constatar essa questão, segundo o empresário, basta observar na porta de qualquer mercado e perceber que tudo vem de fora. Existe grande potencial na região, mas uma mudança efetiva requer vontade política que apoie e tecnologia para a sustentabilidade dos projetos. A matéria prima da empresa, de acordo com as informações prestadas, pode ser comprada por quatro meses na região e representa apenas 20% da necessidade, sendo os 80% restantes comprados em Fortaleza (CE). A empresa processa uma carreta por semana, com aproximadamente 30 mil kg.

O proprietário tem uma plantação irrigada de dois mil coqueiros, com um sistema de gotejamento importado de Israel, baseado em material resistente que evita o entupimento e compõe uma estrutura enterrada que atua diretamente na raiz.

A empresa gostaria de aumentar a produção, mas não pode por falta de matéria prima e mão de obra. Segundo o empresário, existe muita dificuldade de mudar a cultura na região, pois as pessoas se habituaram a trabalharem com o cultivo de cana, cujo plantio e colheita não exigem trato. "Essa é a mentalidade, e quando se trabalha com fruticultura, a coisa é ainda mais complicada, principalmente na produção de coco, que precisa de muita mão de obra para cuidar". Segundo o proprietário, para melhorar essa situação, é preciso, sobretudo, vontade política.

#### **4.3.3. Codin Comércio e Indústria de Doces Ouro Ltda**

Foi realizada uma entrevista com o proprietário no dia 17 de março de 2014. Ele relatou que a empresa trabalha no ramo de doces, conhecida como "Doces Ouro de Campos", e que possuem 15 funcionários, trabalhando com 80% de insumos advindos do município de Campos dos Goytacazes, e 20% de outras regiões, totalizando 30 toneladas por mês.

Ficou evidenciado que os fornecedores da empresa são tradicionais, e que não se percebe incentivo da prefeitura para os agricultores que trabalham com fruticultura na região, fato este exemplificado no seguinte relato: "a gente percebe até uma pequena diminuição nas lavouras e muita reclamação dos produtores com relação à conservação das estradas internas do município, por onde trafegam a produção, além do problema da falta de mão de obra".

#### **4.3.4. Doces Nolasco Ltda**

O sócio gerente da empresa Nolasco, Sr. Eduardo R. Simões Riscado, em entrevista realizada no dia 17 de abril de 2014, relatou que o negócio reúne mão de obra da própria região e que toda a produção de doces é feita à base da goiaba. A empresa ainda consegue trabalhar com 40% dos insumos da própria região, que são de pequenos fornecedores da agricultura familiar, e com 60% da região de São Paulo.

Segundo o empresário, uma grande dificuldade encontrada na compra dos insumos é o preço, que se mostra mais acessível quando adquirida e trazida diretamente de São Paulo.

O relato destacou ainda as dificuldades observadas em relação à mão de obra local e a produção de insumos na região. A entrevista foi muito sucinta, já que, mesmo após o entrevistador mostrar suas credenciais como professor e pesquisador, foi percebida certa resistência por parte do entrevistado, bem como receio de tecer comentários acerca do tema.

#### **4.3.5. Doces Caseiros Boas Novas Ltda**

A entrevista com a proprietária, Dona Leda, de 80 anos de idade, foi realizada em 17 de abril de 2014, que relatou que trabalha com doces há 60 anos e que atualmente, por causa da idade, diminuiu a produção, e contando hoje no seu estabelecimento com cinco funcionários. A empresa compra toda a produção na região.

Em relação à fruticultura na região, ela percebe uma decadência, com exceção do cultivo do abacaxi. Em sua visão, o Programa Frutificar não foi adiante e teve muitos problemas no início. Ela não tinha notícias do programa e não sabia que ainda estava ativo no município e no estado do Rio de Janeiro.

A proprietária destacou que não percebe um incentivo do governo estadual e local para manter o homem no campo, e há uma reclamação generalizada sobre a falta de manutenção das estradas vicinais da região. Esse relato confirma o dos demais entrevistados.

A "feira da roça", evento realizado semanalmente às terças e sextas-feiras, não acontece com produtos locais. Percebe-se que os feirantes não plantam mais, compram fora do município para revender, e que muitos produtos vêm de Petrópolis e Friburgo. Não existem plantações de hortaliças na região, e faltam incentivos para a produção de alimentos no próprio município, situação que define como muito grave.

Outra questão preocupante abordada pela proprietária é a percepção de que as pessoas do interior estão ficando envelhecidas e os filhos se deslocando para a cidade.

Ainda em relação à mão de obra, existe uma carência de pessoas para trabalhar no município. A causa seria as obras do porto e as grandes indústrias ligada à área do petróleo, que acabam por pagar melhor os seus funcionários.

#### **4.3.6. Dopázio e Silva Sucos Ltda**

A entrevista foi concedida pelo encarregado Sr. Otávio Júnior, em 14 de março de 2014. A visita foi proporcionada pelo Sr. Isac de Azevedo Barros, diretor do departamento de fruticultura do Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes, que conduziu o pesquisador ao local. A empresa tem como nome fantasia Curumatan, e está localizada no município de São Francisco de Itabapoana, sendo inserida na relação das empresas entrevistadas tendo em vista que alguns produtores do município de Campos dos Goytacazes têm seus produtos comercializados na empresa.

Segundo o responsável, o grupo foi fundado em 1994, inicialmente no município de Belford Roxo – RJ, e seu objetivo era atingir o comércio local, bares e pequenos mercados. Entretanto, devido à grande aceitação do mercado local, em pouco tempo o suco de maracujá Curumatan já era encontrado em grandes redes de supermercados do estado do Rio de Janeiro.

Por conta da grande demanda de mercado, em 2001 a fábrica foi transferida para São Francisco de Itabapoana – RJ, atendendo, hoje, todo o município do Rio de Janeiro e Grande Rio, nas principais redes de supermercados.

A atividade principal é a fabricação e envase de frutas, polpas de frutas e refrescos. Para manter a sua produção, trabalha com 20% de insumos da região e 80% de Linhares, no Espírito Santo, sendo que o caju vem totalmente do nordeste, de Fortaleza (CE). A goiaba é oriunda de cinco fornecedores do município. A produção de maracujá na região caiu, o que gerou a necessidade de se buscar o insumo em Linhares. Já a manga é comprada em Minas Gerais em uma média de 80%, e o restante é adquirido na região. A empresa produz 40 mil garrafas de sucos por mês, e ressaltou que tem dificuldades de comprar seus insumos na região por falta de fornecedores.

#### **4.3.7. HJorges Indústria e Comércio de Doces Ltda**

O proprietário, Sr. Nilson, na data de 18 de abril de 2014, relatou que é fabricante de mariola e que compra todos os seus insumos no estado do Espírito Santo. Segundo ele, a produção na região é muito pequena e não tem preço competitivo. Ressalvou que existe pouca mão de obra para se trabalhar na roça, e que não existe apoio do município e do estado para a agricultura.

O entrevistado desconhecia o Programa Frutificar e, na oportunidade, foram transmitidos para ele os dados do programa, pois o mesmo manifestou interesse em plantar na sua propriedade para garantir a sua produção de doces.

#### **4.3.8. Doces Tradição**

Segundo o proprietário, a produção da fábrica é baseada em frutas. São utilizadas as frutas colhidas da época, compradas na região, e o insumo que não se consegue no município é comprado em São Paulo.

Quando os produtores não conseguem comprar frutas em Campos, procuram nos municípios próximos, como São João da Barra, que acaba por ter a sua produção dividida pelos fabricantes de goiabadas dos municípios vizinhos, não sendo suficiente para todos. Tal fato explica porque muitos buscam comprar em São Paulo.

Outro fator a ser considerado é o preço da mercadoria, que acaba sendo mais barato fora do município. Existem problemas de mão de obra para o produtor local devido a diversos fatores, como a construção do porto e os empregos na área de petróleo, que oferecem oportunidades melhores para os trabalhadores. Com isso, percebe-se que poucos estão ficando no interior, vendendo suas propriedades para granjas de fim de semana e contribuindo, assim, com o declínio da produção na região.

#### **4.3.9. Outros produtores**

Existem outros pequenos micros produtores, como as empresas de doces Kidoçuras, Doces Tia Sônia, Goiabada São Tomé, Doces Q Delícia e outros de fabricação caseira, de atividade familiar, e que não apresentam expressão econômica no contexto do município. Os pequenos agricultores trabalham com material próprio ou compram na região, sendo identificadas as mesmas características dos produtores relatados, apresentando as mesmas dificuldades com relação à matéria prima e mão de obra.

#### **4.4. Atores Locais: Fruticultores**

Segundo o coordenador, o Programa Frutificar faz uma transferência de tecnologia para os fruticultores preparando-os para desempenhar a atividade frutícola posteriormente, de forma independente. Desde o seu início, o programa habilitou 165 agricultores no município de Campos dos Goytacazes. O participante recebe toda a metodologia necessária durante o projeto e se torna apto a trabalhar com essas técnicas sem a assistência rotineira dos técnicos do programa.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de março, abril e maio de 2014, e foram entrevistados os 13 agricultores participantes ativos do Programa Frutificar no município de Campos dos Goytacazes. Um dos técnicos acompanhou a visita aos entrevistados.

Os agricultores participaram de uma entrevista semiestruturada para evidenciar o seu perfil e os impactos do programa na rotina de seu trabalho, além da eficácia das políticas públicas no município para os fruticultores.

Ficou confirmado que o programa proporcionou conhecimentos que implicaram na melhoria de qualidade de seu trabalho e em sua condição de vida. Todos os entrevistados são do sexo masculino. A tabulação dos dados levantados com esses agricultores a partir de diferentes âmbitos está explicitada nos gráficos dispostos adiante.

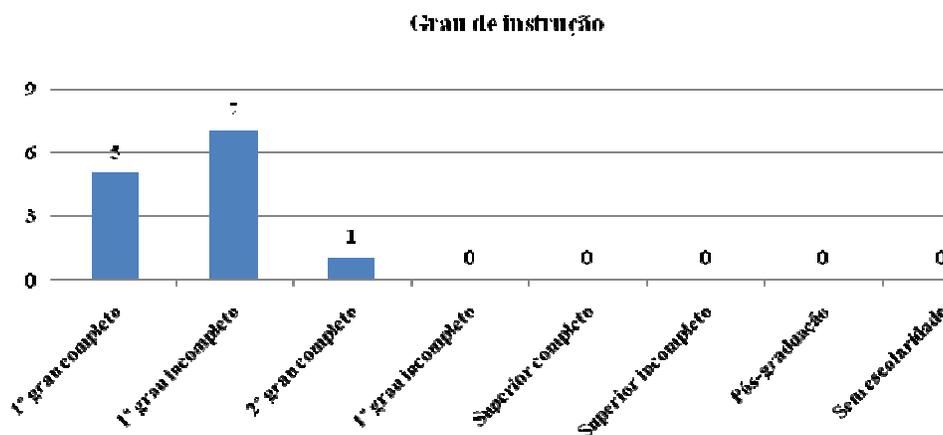
Uma preocupação com relação aos entrevistados foi o grau de instrução (Figura 10), que apresenta mais da metade dos entrevistados com o primeiro grau incompleto. Foi constatado que a resposta sobre a situação de escolaridade causou um desconforto.

Percebeu-se ainda certa dificuldade de se expressarem ou mesmo escreverem, o que, na visão do entrevistador, dificulta os procedimentos relacionados à transferência de tecnologia, que envolvem um processo cognitivo dos indivíduos mais avançado e maior entendimento de pontos técnicos.

Essa questão ficou clara no acompanhamento de um técnico em visita a uma propriedade, em que o agricultor, após as indicações comentou que estava encomendando uma carga de calcário e adubos. O técnico explicou, na ocasião, que ele precisava esperar o resultado da análise. O agricultor rebateu, respaldado pela frase "ouviu falar", que seria necessário colocar calcário, inclusive afirmando que o vizinho da outra propriedade, em outro local, havia feito o mesmo. O técnico, então, explicou novamente todo o processo e na interlocução percebeu-se a necessidade de uma formação escolar para facilitar o processo de entendimento para a transferência de tecnologia.

A educação formal é importante para o desenvolvimento de uma região e, para isso, é fundamental a parceria com as instituições de ensino, centro de pesquisas e universidades.

O que se percebe no campo é que a rotina dos trabalhadores é árdua e se inicia muito cedo, o que faz com que se abandone o ciclo de estudos. Outro aspecto relacionado é a jornada de trabalho, pois, segundo os entrevistados, "se inicia nos primeiros raios de sol e vai até a tarde", restando apenas a parte da noite para complementar a educação. Como as propriedades ficam afastadas dos centros urbanos e, conseqüentemente, das escolas, a situação fica ainda mais difícil. Segundo alguns entrevistados, eles "não têm ânimo e idade para continuar os estudos". Para isso, é importante, na visão do autor, a existência de parcerias no início de cada projeto, programando um nivelamento educacional para os participantes, que pode vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e melhorar a capacidade de entendimento e diálogo com os técnicos, fornecedores, clientes e a sociedade de uma maneira geral.



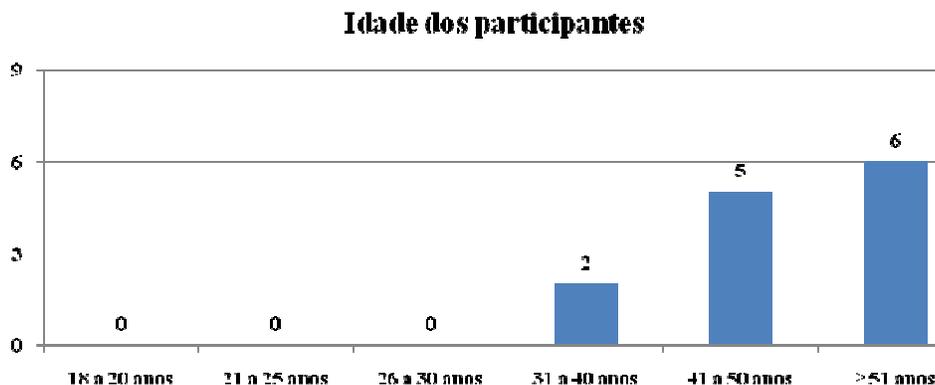
**Figura 10.** Grau de instrução

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um aspecto preocupante na pesquisa é a idade relatada pelos agricultores (Figura 11). A grande maioria está acima dos 40 anos de idade e, se não houver um trabalho de inclusão de pessoas mais jovens na atividade frutícola no município, a mesma tende a desaparecer.

Outro fator de interesse na pesquisa foi o relato dos entrevistados da situação na qual os filhos não querem continuar na propriedade, preferindo um trabalho na "rua", expressão utilizada para quem trabalha na cidade. Segundo eles, há um senso comum arraigado de que os filhos não passem pelas mesmas dificuldades. Por sua vez, os filhos com um grau de instrução médio ou com uma formação técnica, conseguem uma remuneração maior do que a dos pais. Existe uma concorrência de mão de obra no município entre a agricultura e as empresas ligadas a área de petróleo e gás. Como a falta de mão de obra na região é grande, os filhos são incentivados a buscarem uma formação média para se empregarem nessas empresas, fato relatado pelos atores institucionais que evidenciaram o êxodo do campo.

Outro fator preocupante relatado foi que, com a saída dos filhos, provavelmente as terras que ficarão de herança serão vendidas, o que já está ocorrendo com a venda de terras produtivas para "sítios de finais de semana, para pessoas mais abastadas." A partir deste ciclo, pode ocorrer, em um futuro próximo, uma diminuição de áreas plantadas e, conseqüentemente, o decréscimo da produção frutícola.



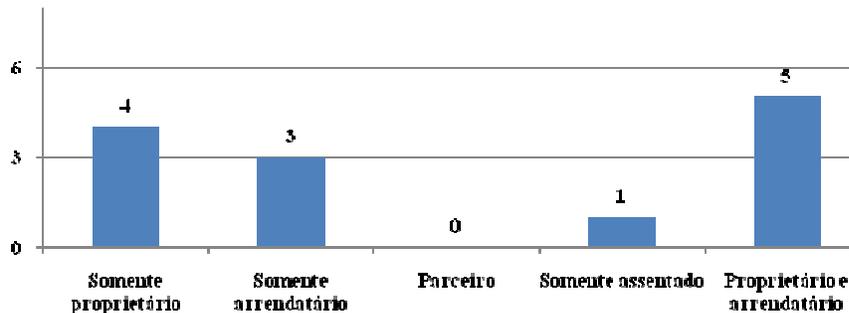
**Figura 11.** Idade dos participantes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à condição de ocupação da propriedade (Figura 12), existem agricultores que são proprietários, arrendatários e assentados. Com a divulgação do dia do campo, em que foram convidados novos indivíduos do município para o projeto, espera-se aumentar o número de assentados, uma vez que o município possui grandes áreas de assentamento, propícias ao cultivo principalmente do abacaxi, que tem expandido na região em função do Programa Frutificar.

Quando o agricultor se sente a vontade e com segurança nas técnicas aprendidas no programa, percebe que existe uma vontade de expandir a sua área de cultivo, o que levou ao aumento do número de proprietários e arrendatários ao mesmo tempo.

### Condição de ocupação da propriedade



**Figura 12.** Condição de ocupação da propriedade

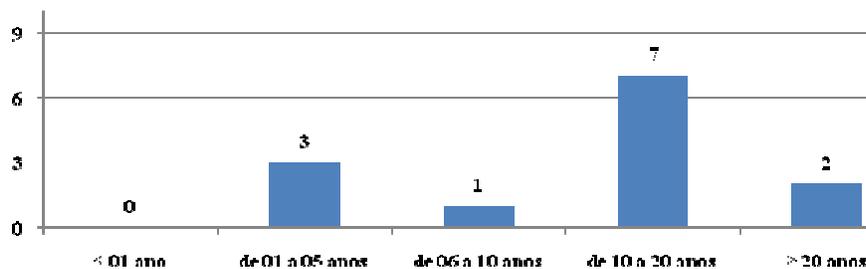
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os entrevistados ativos no programa se caracterizam como agricultores, sendo que três deles têm atividades paralelas. As atividades frutícolas, segundo os agricultores, são completamente diferentes das rotinas de plantação de cana, que sempre foi realizada na região por um saber coletivo sobre a produção.

A fruticultura necessita, segundo eles, fato também relatado pelos atores institucionais, de um envolvimento dos agricultores, dependendo da cultura até mesmo tempo integral.

A experiência dos agricultores (Figura 13) apresenta uma maior profissionalização e seleção dos participantes no projeto. Para se iniciar no programa, é necessário que se tenha experiência na lavoura desejada para se financiar e receber a transferência de tecnologia, sendo que a maioria possui mais de 10 anos de experiência no ramo de atividades.

### Experiência dos fruticultores no ramo



**Figura 13.** Experiência dos fruticultores no ramo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos recursos utilizados na propriedade para a produção frutícola, percebe-se que os agricultores trabalham com recursos próprios e com a moeda verde, oferecida pelo programa. Trata-se de um financiamento de baixo custo com forma de pagamento facilitada. Em caso de qualquer impedimento que dificulte o ressarcimento ao banco, o mesmo pode ser renegociado de forma a não comprometer a situação financeira do agricultor.

No universo dos entrevistados, doze agricultores trabalham com recursos próprios e recursos do programa, e apenas um trabalha somente com moeda verde. Nenhum deles

trabalha somente com recursos próprios, uma vez que, estando ativo no sistema, ainda recebem o financiamento.

Outro fator de relevância para os agricultores e para o município é a questão da mão de obra (Tabela 14). Em um primeiro momento, procurou-se entender os anseios e características dos indivíduos que trabalham como profissionais do campo. Pelo grau de importância, segundo os entrevistados, quanto maior o grau de escolaridade do trabalhador ou empregado, melhor seria para o trabalho. Essa questão é relevante tendo em vista que a maioria dos entrevistados possui apenas o primeiro grau, mas afirmam, através de seus relatos, a importância desta condição para a atividade. De uma forma geral, buscam por pessoas que sejam criativas, tenham disciplina no trabalho e sejam criativas para inovarem. Outra característica expressa como importante para o trabalho no campo foi o agricultor contratado ter a capacidade de aprender novas qualificações, o que evidencia, de certa forma, a necessidade de aprendizado, tendo em vista que o próprio produtor está, no momento, em processo de formação no Programa Frutificar. Com isso, ele sente a necessidade de ter pessoas no seu ambiente de trabalho que também busquem melhorias e estejam aptas a novidades.

Um ponto fundamental que se buscou entender nas entrevistas seria o grau de comprometimento e contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais (Tabela 15).

Nesse sentido, procurou-se entender a questão com relação ao apoio dado para os agricultores a partir de seus pares, que demonstrasse um grau de comprometimento e interação entre eles de forma que se pudesse verificar a existência no município de uma governança mínima para se iniciar uma organização de um arranjo produtivo local.

**Tabela 14.** Grau de importância da mão de obra

Características	Grau de importância			
	0	1	2	3
Escolaridade, primeiro e segundo grau.	01	01	02	09
Escolaridade de nível técnico e superior	-	-	02	11
Conhecimento Técnico ou prático na produção	-	-	03	10
Disciplina	-	-	-	13
Flexibilidade	-	01	-	12
Criatividade	01	02	01	09
Capacidade para aprender novas qualificações	-	-	02	11
Outras. Citar	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi solicitado que identificassem as situações com um grau de importância de zero a três. Observou-se pelas respostas dos entrevistados que a participação dos sindicatos, associações e cooperativas locais é mínima e não tm importância, não refletindo, assim, nos seus anseios. Percebe-se que não se trabalha com objetivos comuns e não existe estímulo em relação à visão futura, a partir de um âmbito estratégico.

Foi relatado pelos agricultores que as pessoas na região são muito desconfiadas e que não gostam de trabalhar em conjunto. Com este tipo de atitude, não compram em conjunto insumos e não se organizam para obterem uma maior penetração no mercado. Apesar dos técnicos do programa esclarecerem essas questões, não se percebe um interesse amplo sobre o tema. Inexiste uma promoção de ações cooperativas envolvendo os fruticultores do município, e esse depoimento confirma o de outros atores institucionais e, em particular, o da

coordenação do SEBRAE. Segundo alguns entrevistados, porém, no município vizinho de São Francisco do Itabapoana já se percebe essa iniciativa.

Um dos entrevistados, que tem sua propriedade em um assentamento, está organizando uma cooperativa. Evidenciou que "trabalha sozinho com o objetivo de organizar a compra de insumos e vendas de produto para mercados e para o governo, em particular para a merenda escolar". No seu depoimento, enfatizou que sonha em abrir uma fábrica de sucos para comercializar a sua produção e a dos amigos. É notável que se trata de uma iniciativa individual e de difícil aceitação dos colegas, e que vai demandar muito trabalho para que se possa concretizar. Mas, de acordo com o relato do entrevistado, ele está disposto a seguir em frente para concretizar essa empreitada, já que a mesma trará benefícios para os amigos e a comunidade.

O sindicato do município promove cursos para os agricultores, sendo essa lista de cursos contemplada com apenas um na área de fruticultura. As formações são oferecidas em parceria com o sindicato e o SENAR, e têm promovido ações de capacitação tecnológica, ao contrário do que foi sinalizado pelos fruticultores. Existe falha no processo de divulgação dos cursos e ações do sindicato, pois a maioria dos entrevistados não tinha conhecimento dessas ações. Não existe, segundo os relatos, eventos técnicos comerciais voltados para os fruticultores.

Um dos relatos evidenciou a necessidade da promoção de mais "dias de campo", onde se inicia uma integração maior entre os participantes. No evento organizado, houve um número razoável de participantes, que poderia ter sido maior, mas em função do horário, que coincidiu com a jornada do agricultor em sua propriedade, não foi possível. Esta seria uma estratégia para maior divulgação - talvez se realizada em um domingo -, como um dia de campo e de lazer para a família, pois pelo que se percebeu, no domingo a atividade na lavoura é mínima. Mas para isso, os organizadores do evento teriam que se enquadrar também nas questões relacionadas à disponibilidade ao tempo e horários.

**Tabela 15.** Grau de importância da contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais

Características	Grau de importância			
	0	1	2	3
Auxílio na definição de objetivos comuns para todos da associação.	12	01	-	-
Estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica	12	-	1	-
Disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamentos, assistência técnica, consultoria, etc.	11	01	1	-
Identificação de fontes e formas de financiamento.	10	01	1	1
Promoção de ações cooperativas	10	02	1	-
Apresentação de reivindicação comum	11	02	-	-
Criação de fóruns e ambientes para discussão	09	02	2	-
Promoção de ações dirigidas a capacitação tecnológica	10	02	1	-
Organização de eventos técnicos e comerciais	11	02	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação ao conhecimento e ações específicas das esferas governamentais no segmento de fruticultura (Tabela 16), percebe-se um total desconhecimento das ações do próprio município. Esse fato foi considerado, pois, segundo o secretário de agricultura do

município, a prefeitura está organizando o cadastro dos agricultores para iniciar ações de apoio. Com relação aos programas estaduais, o conhecimento é maior tendo em vista que fazem parte do Programa Frutificar. Quanto aos programas federais, apenas sete dos entrevistados conhecem, mas não fazem parte, sendo que o mais relatado é o Programa de Agricultura Familiar.

O depoimento dos entrevistados revela a ausência de vontade política para se organizar o campo, tendo em vista que eles querem trabalhar e não têm apoio suficiente. Um dos entrevistados fez um relato da época em que era jovem e havia, na sua percepção, um incentivo do governo sob o *slogan* "plante que o governo garante". Nessa ocasião, segundo o depoimento, se plantou e se colheu muito. Houve outro relato evidenciando o apoio do governo para o plantio da cana em consórcio com feijão no município, que obteve êxito, mas que foi abandonado na mudança do secretário de agricultura. Esse depoimento confirma a entrevista do engenheiro da EMATER-Rio, que também destacou esse fato.

**Tabela 16.** Conhecimento sobre programas ou ação específica para o segmento onde atua

<b>Instituição/esfera governamental</b>	<b>Não tenho conhecimento</b>	<b>Conhece mas não participa</b>	<b>Conhece e participa</b>
Governo Municipal.	<b>13</b>	-	-
Governo Estadual			<b>13</b>
Governo Federal	<b>06</b>	<b>07</b>	
Outras Instituições. Citar:	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação às fontes de informação para o aprendizado (Tabela 17), a família está em primeiro lugar como a maior fonte de aprendizagem. Verifica-se essa situação pois os agricultores vieram de famílias que pertencem ao campo ou estão integrados a atividades relacionadas a ele.

Foi relatado que, no passado, existiam ações da UENF junto aos agricultores, o que foi confirmado com um dos professores entrevistados que pertence à instituição. Com relação às empresas de consultoria, quatro entrevistados relataram mas, na realidade, foram empresas que fornecem insumos, tentando induzir os produtores a comprarem seus produtos.

A maior fonte de aprendizado relatada advém do Programa Frutificar, incluindo o dia de campo relatado por um dos agricultores, que já havia participado de um e que, segundo, ele iria ao próximo evento que estava agendado. De fato ele estava presente no dia de campo, conforme havia combinado.

**Tabela 17.** Grau de importância das fontes de informações para o aprendizado (continua)

<b>Fontes</b>	<b>Grau de importância</b>			
	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Fontes Internas</b>				
Família	06	-	-	07
Outros	13	-	-	-
<b>Fontes Externas</b>				
Outros produtores da localidade	10	03	-	-
Fornecedores	11	01	01	-
Clientes	11	-	02	-
Concorrentes	13	-	-	-
Empresas de Consultoria	08	1	-	04

**Tabela 17 - continuação**

Universidades	12	-	-	01 - UENF
Institutos de Pesquisa	13	-	-	-
Centros de Capacitação	13	-	-	-
Incubadora de empresas	13	-	-	-
Instituições de testes, ensaios e certificação.	13	-	-	-
Cursos	13	-	-	-
Férias	13	-	-	-
Internet	12	-	1	
Encontros de Lazer	11	-	1	1 Dia de campo
Fazenda modelo	13	-	-	-
Outros. Citar – Programa Frutificar	-	-	-	<b>13</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação às avaliações dos programas para os fruticultores (Tabela 18), a avaliação é positiva para o Governo Estadual em virtude do Programa Frutificar, sindicato e SENAR, que apesar de terem sido colocadas anteriormente como indiferentes no aprendizado, receberam uma avaliação positiva. Uma grande preocupação é a avaliação de indiferença, onde se percebe a falta de ações das entidades para o segmento frutícola.

**Tabela 18.** Avaliação dos programas ou ações específicas para os fruticultores

<b>Instituição - Esfera Governamental</b>	<b>Avaliação positiva</b>	<b>Avaliação negativa</b>	<b>Indiferente</b>
Governo Municipal	-	<b>02</b>	<b>11</b>
Governo Estadual	<b>13</b>	-	-
Governo Federal	-	<b>01</b>	<b>12</b>
EMBRAPA	-	-	<b>13</b>
FIRJAN	<b>1</b>	-	<b>12</b>
Associação	-	-	<b>13</b>
Sindicato	<b>6</b>	-	<b>7</b>
SENAR	<b>9</b>	-	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação às ações de políticas públicas (Tabela 19), é unânime a concordância de que a melhoria na educação básica, no sistema de saúde e em programas de apoio, consultoria e capacitação profissional são importantes para o desenvolvimento da região. Mas, de acordo com o sindicato, a procura por capacitação e treinamento técnico pelos fruticultores nos cursos do SENAR é pequena, e não se percebe muito interesse nas ações de formação relatadas.

Percebe-se em alguns entrevistados a necessidade de uma ação paternalista do município, que poderia organizar os eventos de capacitação e providenciar transporte e alimentação para os participantes. Com relação a essa questão, verifica-se no depoimento do secretário de agricultura que a prefeitura pretende tomar iniciativas no campo, a partir das necessidades que forem relatadas e das informações geradas no cadastro dos agricultores, que estava aberto para participação mas que, até no momento da entrevista, ainda não tinha as informações consolidadas.

**Tabela 19.** Ações de políticas públicas para o aumento da eficiência competitiva dos fruticultores

Ações de política	Grau de Importância			
	0	1	2	3
Melhoria na Educação básica	-	-	1	12
Melhoria no sistema de saúde	-	-	1	12
Programas de apoio e consultoria técnica	-	-	-	13
Programas de capacitação profissional e treinamento técnico.	-	-	-	13

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo os agricultores, os programas mais conhecidos que são realizados no município são o Frutificar, Estradas da Produção, Rio Rural, PRONAF e o Prosperar. Segundo os relatos obtidos, os produtores não sabem descrever como funcionam e desconhecem o papel do município na evolução desses projetos. Houve relatos que, no período de 2002 a 2005, a Prefeitura era mais atuante nos programas, principalmente nos estaduais, mas depois se retirou do processo. É notável, nesses depoimentos, uma necessidade no âmbito político, já que, segundo os agricultores, se não houver uma concordância de partido entre governo municipal e estadual, as coisas não acontecerão de forma satisfatória no município.

Com relação à implementação dos programas voltados para a realidade do município, os agricultores nunca foram consultados ou convidados para participarem de debates sobre o assunto.

Existem alguns programas ou projetos voltados para desenvolvimento local, realizados no município, que foram relatados. É de conhecimento de alguns o Programa Mais Leite e o Máquinas da Produção, que, na realidade, é de interesse de todos, pois os tratores são essenciais para manter as estradas vicinais.

Em visitas a algumas propriedades, percebe-se que as estradas estão em péssimas condições e, segundo alguns, há muito interesse político envolvido. Segundo o Secretário de Agricultura, essa situação irá se normalizar a partir do cadastro dos produtores, e que o aspecto político na utilização dos equipamentos pelos agricultores foi substituído por uma fila de espera baseado no cadastro e necessidades de plantio de cada um.

Para controlar as horas máquinas em cada propriedade, foi instalado nos equipamentos um sistema de monitoramento por GPS, o que inibirá a utilização fora do programado.

Percebe-se um discurso comum nos agricultores que apresentaram a necessidade de mecanização da lavoura pela falta de mão de obra. Por outro lado, o custo deve aumentar, mas já se houve comentários, entre os agricultores, sobre alguns equipamentos que podem ser utilizados nas plantações de abacaxi.

O maior impacto das ações da prefeitura e Secretaria de Agricultura relatadas se concentra no fornecimento de máquinas; e, segundo alguns, "quando a secretaria atende, o serviço é muito bom". Os agricultores não sabem relatar como o sistema funciona ou mesmo como é o programa. Alguns ainda não sabiam do cadastro do agricultor que está sendo realizado na prefeitura, e foram informados na ocasião da entrevista.

Um dos entrevistados relatou que nos anos de 1999, 2003 e 2005 foram realizadas algumas reuniões com objetivo de tomada de decisão, incluindo alguns seminários, mas que logo foram descontinuadas. Outro aspecto relevante relatado é a falta de retorno para os agricultores, pois, segundo eles, quando existiram as reuniões, ninguém fazia um registro do que ocorreu em função delas.

Por outro lado, alguns relataram que nunca foram convidados a participar de ações voltadas para a agricultura da região; e um deles relatou que foi convidado apenas para o cadastro até então. Os agricultores foram procurados para uma possível venda de produtos para a merenda escolar, foi solicitada a eles a regularização junto a uma contabilidade para que pudessem fornecer dentro dos moldes da legislação, mas segundo relataram, o processo parou nas visitas e não mais resgatado.

Sobre a participação de organizações da sociedade nos programas, projetos, bem como na formulação e no acompanhamento de procedimentos, foi verificado que não existiram ações nas quais os fruticultores foram convidados, com exceção das programações do Programa Frutificar. Houve relatos que a participação é pequena e que existem ações que são pouco divulgadas. Segundo um dos entrevistados, "o setor agrícola está esquecido, mas a EMATER-Rio está tentando fazer a diferença, embora a população não ajude nesse sentido".

A participação das entidades da sociedade civil na formulação de políticas públicas no município, em especial para os fruticultores, não é satisfatória, pois segundo eles nunca foram convidados a participar, com exceção de ações organizadas pelo Programa Frutificar.

Percebe-se que a população e os fruticultores mostram-se interessados em participar de tais projetos. Um dos participantes se entusiasma ao falar do dia de campo, com o envolvimento da universidade, e diz que "só os inteligentes pensam no futuro". Existe uma forma de estimular a população a participar, sendo o primeiro passo fazer o convite e dar condições para o produtor ajustar os acessos às propriedades e promover seminários e discussões.

Com relação à continuidade de programas ou projetos da gestão passada, não souberam responder, desconhecendo essa informação. Não existe um representante dos agricultores na câmara de vereadores do município, o que, segundo o professor entrevistado da UENF, seria necessário para promover ações conjuntas e melhorias da sociedade do campo. Mas para que isso ocorra, é necessária a promoção da participação dos agricultores nas associações e sindicatos.

Não souberam dizer se existe ação do governo ou de alguns programas no município para o fortalecimento da cidadania. Segundo o relato, o município não estimula a participação do cidadão e o governo afasta os agricultores, que querem trabalhar mas que, muitas vezes, não tem condições devido a falhas desde incentivos às condições das estradas. Por outro lado, a prefeitura iniciou o cadastro dos produtores, mas não se percebe uma ação efetiva e conjunta com as suas secretarias, havendo relatos de que os órgãos não conseguem trabalhar em conjunto. Houve apenas um relato que evidenciou que as unidades públicas trabalham bem.

Com relação aos Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMI para o desenvolvimento do município e da região, não souberam como funciona e ainda relatam que "para nós, agricultores, tudo é difícil, pois não temos apoio". Segundo eles, "as pessoas que integram movimentos locais tentam, mas não conseguem se aproximar".

Segundo relato, a prefeitura não participa no desenvolvimento do polo frutícola de Campos e "cada um puxa para o seu lado". Como existe o Frutificar, as outras instituições que deveriam ajudar atuam por conta própria. Não souberam relatar a relação da prefeitura com outras instituições, mas sabem que existe pouca parceria ou é inexistente.

Evidenciaram que as políticas para a fruticultura no município de Campos são efetivas. Todos os entrevistados afirmaram positivamente que estão indo no caminho certo e que o Programa Frutificar está gerando retornos positivos. Essas afirmações asseguram que somente o Frutificar é efetivo, mas na atualidade não existe apoio do município.

Um dos participantes fez uma ressalva de interesse quando afirmou que "o programa foi criado pelo governador Garotinho e hoje a prefeitura não apoia, mas a prefeita do município é mulher do idealizador do programa".

O Programa Frutificar tem políticas que são efetivas, principalmente de forma direta para quem participa, e indireta na melhoria da agricultura, ao se espalhar através do "boca a boca".

Com relação à certificação, os entrevistados não possuem documentos emitidos por agência nacional ou internacional de fruticultura, o que dificultaria um processo de exportação e uma melhor qualificação para o mercado nacional. Um dos entrevistados relata a falta de mão de obra e a necessidade de presença de uma empresa âncora, mas se percebe, em uma visão paternalista, que para se comprar o que se produz, mas no preço que eles querem, ou mesmo do varejo no caso de fruta *in natura*, o preço se mostraria inoperante no mercado.

Houve um relato que "o futuro indica que teremos que comprar equipamentos para substituir a mão de obra, criar uma cooperativa para vender para a merenda escolar e para a produção e venda de produtos agrícolas".

Um dos entrevistados relatou que vende para a Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, pois além do abacaxi, planta outros cultivares para venda, que ajudam a manter a propriedade na entressafra da fruta. Este mesmo agricultor está tentando organizar uma cooperativa, mas, segundo ele, embora haja vontade, falta uma equipe para se efetivar, de fato, a ideia.

Outro relato obtido se concentrou na observação da falta de uma agroindústria na região para a compra dos produtos. Foi buscada a implementação de uma agroindústria, sendo as expectativas depositadas na empresa Bela Joana. No entanto, como o grupo só compra polpa no momento e os fruticultores do município não possuem uma esmagadora de frutas, a criação de uma cooperativa facilitaria não só a compra da máquina para se produzir a polpa para a indústria, como até mesmo a fabricação de sucos e revenda direta.

Segundo os entrevistados, o Programa Frutificar tem incentivado a mudança no período de safra (intercalar o plantio) para o produtor receber em várias épocas. Segundo eles, com a "crise da cana, a tendência é melhorar a fruticultura."

#### **4.5. Análise dos Resultados**

O estudo desenvolvido nesta tese é revelado a partir de diversos conceitos e abordagens. O autor visualiza nesta pesquisa um desenvolvimento traduzido em crescimento econômico, acompanhado de melhoria na qualidade de vida das pessoas, que promova a diminuição da desigualdade, proporcionando um retorno social que se iguale ao retorno financeiro dos investidores. A concretização é possível a partir de um projeto e de uma execução coerente e eficaz de longo prazo.

A busca pelo crescimento em um processo de desenvolvimento local ou regional, enfatizando a melhoria contínua da vida de pessoas, precisa de planejamento para a promoção do crescimento e de instituições eficientes, capazes de estimular o ator individual ou coletivo a investir de forma a trazer retornos financeiros para o seu capital, e social para a sociedade. Para que ocorra o planejado, é fundamental que existam regras, que sejam cumpridas e que não venham a ser alteradas durante o processo ou na conclusão dos mesmos.

Quando o Estado é o agente responsável pela promoção, ele se permite utilizar de políticas públicas, ações e diretrizes que irão compor o ciclo de planejamento, desenvolvimento de atividades, instalação, práticas de operação e comercialização. São ações de longo prazo que devem ser sustentadas e aperfeiçoadas pela evolução das instituições. Os

enfoques institucionais irão fixar as condições de êxito para se atingir os objetivos propostos, a partir de uma matriz institucional que permita o desenvolvimento orientado por uma sólida legislação, com base em regras e capazes de estimular a criação e o desenvolvimento de atividades. O cumprimento dessa questão é superior ao processo de acesso às novas tecnologias, pois se estas estiverem prontas para serem utilizadas, sem legislação coerente e sem regras eficazes podem ser induzidas ao fracasso.

Logo, as ações institucionais a serem cumpridas necessitam de etapas delimitadas. Este portfólio deve ter como fundamento a capacitação do capital humano com ênfase no conhecimento e competências, e precisa ser trabalhado em todas as fases com objetivos no longo prazo. Outro ponto a ser considerado é o desenvolvimento do capital social a partir da cooperação e interação construtiva, que deve ser incentivado e estabelecido a partir de suas bases e dos inter-relacionamentos, no processo de crescimento e desenvolvimento. O fator de grande importância é o capital empresarial, que carece de ser apoiado e financiado para a geração de riqueza, bem como a promoção do capital natural, através da conservação e recuperação de valores naturais.

Em uma visão holística, é fundamental que o desenvolvimento venha possibilitar a evolução do sistema de produção, o processo de acumulação, o progresso técnico e social, e ampliar de forma substancial o grau de satisfação das necessidades humanas.

O processo de desenvolvimento de uma região é complexo para uma análise, pois está inserido em um sistema de forças com atuações de determinadas variáveis que apresentam resultantes de acordo com as condições e peculiaridades desenvolvidas em sua história, advindas de suas características locais, demográficas, culturais, de recursos naturais e do seu capital intelectual. A resultante pode vir a objetivar em um saldo de crescimento acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia, que ampliem o padrão médio de vida da população, com a possibilidade da redução da pobreza aliada ao desenvolvimento político e social de forma sustentável.

Uma das diretrizes nacionais é a busca da redução da pobreza e desigualdades, que precisa, porém, estar municiada na capacitação dos indivíduos, de forma a produzir a igualdade de oportunidades. Neste aspecto, é notório observar que se o indivíduo é carente de habilidades e talentos, possui uma limitação da liberdade de ter e fazer escolhas. Com isso, fica evidente no cotidiano que quando as oportunidades reais são apresentadas às pessoas, elas são consideradas em função de suas capacidades e de uma série de outros fatores. Esta visão tem sido compartilhada também por empresários, que evidenciam o desafio contemporâneo na contratação de pessoas em função da falta de mão de obra qualificada, demonstrando que existem vagas, mas que faltam profissionais capacitados.

Uma das soluções do problema pode ser obtida a partir de políticas públicas de aumento de capacidades das pessoas, bem como de transferência de renda. As etapas precisam ser trabalhadas e é primordial, nesse processo, ter o entendimento do local, para a compreensão dos processos de desenvolvimento espacial e dos fatores que podem influenciá-lo, como as empresas, organizações, sindicatos, instituições regionais e demais atores.

O desenvolvimento pode ser alcançado através de um processo de crescimento econômico, com um contínuo acréscimo da capacidade de geração e agregação de valor no giro da produção.

O ciclo de ações deve ser trabalhado pela comunidade e por indução de políticas adequadas, para se transformar em um movimento perpétuo. As nações buscam o seu desenvolvimento nacional, mas as ações são locais, por isso é fundamental a compreensão da importância da capacidade de absorção da região, bem como da retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras

regiões. Percebe-se que esse processo pode apresentar como resultante a ampliação do emprego, da renda e do produto local, ou da região.

A política de promoção do desenvolvimento pode gerar uma nova dinâmica de desenvolvimento, com a criação de emprego e renda tendo como foco as pessoas e o seu bem estar. A realidade tem mostrado uma dinâmica comprometida, com perda de ações em função de políticas eleitoreiras e não em ações de desenvolvimento.

A base de ação do desenvolvimento deve ser consolidada através da mediação dos poderes municipal, estadual e federal, municidadas pela ação local, permitindo assim a participação de todos os agentes, desde a tomada de decisões, passando pelo planejamento, até a concretização das ações.

As consolidações locais são determinantes para a estrutura espacial da economia, a partir dos fatores de natureza social e política e do conhecimento holístico e setorial das economias de aglomeração, das famílias e das empresas.

A existência de redes formais ou informais entre os atores é uma realidade, e possuir o diagnóstico e o reconhecimento destes fatores é fundamental, pois o desenvolvimento local está ligado à organização social, as redes interacionais e às relações cívicas que envolvem o ambiente social, pela cultura e pelo dinamismo das relações. Ele é consolidado através da mediação entre os poderes central e local, através das relações horizontais, permitindo a participação de todos os agentes, desde a tomada de decisões, planejamento até a concretização das ações, novamente evidenciando que, quanto maior o grau de civismo e democracia, maior será o desenvolvimento econômico e social.

O conhecimento do local torna-se fundamental, pois se os agentes indutores do desenvolvimento não conhecerem a sociedade sobre a qual devem decidir, passam a operar em uma realidade subjetiva e atuam de forma incoerente pela limitação de informação.

Dessa forma, no desenvolvimento local, percebe-se a necessidade de uma construção participativa com modelos próprios, nos quais a comunidade esteja envolvida diretamente e coletivamente na solução dos problemas, não se abdicando de existir uma governança que coordene esforços locais.

Nas entrevistas realizadas ao longo deste estudo, foi constatado que existe uma intenção de participação demonstrada pela comunidade, de se construir junto; Por outro lado, as pessoas são muito desconfiadas em função da cultura local. A participação deve ser efetiva em relação, principalmente, às políticas, envolvendo todos os atores no ciclo de criação de uma política pública, até o momento de sua avaliação.

Nos depoimentos dos atores envolvidos, houve a percepção de que as ações em todo o programa não foram construídas em conjunto com a sociedade, sendo, ao contrário, impostas à população sem a devida análise dos fundamentos locais, das capacidades de cada ator e, principalmente dos fruticultores, cuja renda é essencialmente do campo, e em alguns casos, advinda da aposentadoria. Durante as entrevistas, foi observado ainda que não se apresentou uma proposta delineada nas bases. Houve um estudo efetuado pela "Empresa Campo", com falhas na implantação do programa relatadas pelos diversos atores entrevistados, que culminaram em diversos problemas ocasionados no início e no decorrer do programa.

O apoio à consolidação de um modelo de rede ou de um APL para os fruticultores do município de Campos dos Goytacazes pode vir a consolidar condições de melhoria de vida das comunidades locais no longo prazo e, conseqüentemente, levar a uma mudança de paradigma local, com novos conceitos que articulem o crescimento econômico, e outros fatores humanos e sociais, de forma inovadora e sustentável.

Um fato a ser considerado no norte fluminense é a articulação para consolidação do APL de maracujá, que possui uma cadeia produtiva culminando em uma empresa de óleos exportados para a América do Norte, e que possui parceria com o Programa Frutificar.

Nesse viés, o modelo firmado em bases sociais pode vir a impulsionar o crescimento do capital intelectual, em suas habilidades, conhecimentos e competências locais, ao incitar o crescimento do capital social, permitindo a cooperação mútua, de forma a conquistar uma boa governança que possa vir a construir canais de participação na gestão das esferas municipal, estadual e federal. A efetiva participação neste modelo implica no aumento no nível de representatividade em conseqüentemente, na legitimidade e na confiança das esferas governamentais.

Os investimentos privados ou parcerias com instituições públicas, que nascem com o objetivo de terem uma continuidade e geração de riquezas, necessitam de condições, pesquisas e de tempo para se consolidarem. Na questão envolvida da fruticultura, percebe-se que houve um atropelamento de ações e de planejamento, falta de informações respaldadas em pesquisas científicas, falta de conhecimento das bases e a não consolidação de processos. O não cumprimento das etapas ocasionou uma série de problemas no início do programa, que estão sendo superados na atualidade.

Na visão do pesquisador e dos atores entrevistados, os problemas enfrentados não deveriam ter acontecido se houvesse um plano de pesquisa e amadurecimento das ações. Esse foi um discurso comum levantado pelo pesquisador dos atores institucionais entrevistados. Tais estratégias de desenvolvimento devem ser negociadas e efetivadas com o poder municipal, estadual e federal de forma a consubstancializarem condições para a geração da prosperidade.

Ainda segundo os atores entrevistados, para se iniciar um polo de fruticultura, levam-se vários anos de pesquisa, como o caso no nordeste brasileiro, com aproximadamente 20 anos de estudos desenvolvidos antes de iniciar o programa. Os atores relataram que os resultados estão disponíveis para verificação, e a visita e percepção de forma coerente, *in loco*, sobre como as coisas acontecem, se mostra como imprescindível.

Quando as bases são sólidas, proporcionam um retorno satisfatório para a sociedade como um todo. Na visão dos consultados, a pesquisa e a participação social são fundamentais para o desenvolvimento de uma região e dos empreendimentos ligados a ela.

A atuação do conjunto de forças pode vir a trazer como resultante o crescimento do capital empresarial, que vai ser evidenciado pela capacidade do grupo social se organizar para empreender, gerando renda e melhorando a qualidade de vida da população local, – realidade que pode ser visualizada nas comunidades onde está se consolidando o APL de maracujá na região norte do estado, mas não verificada no município de Campos dos Goytacazes.

Quando existe um modelo de crescimento legitimado pela sociedade, instituições governamentais e não governamentais, a sinergia pode contribuir para a promoção de um crescimento contínuo e sustentável. O grande desafio é buscar a satisfação das carências atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das carências das gerações futuras, no uso dos recursos naturais materiais ou energéticos.

O desenvolvimento participativo parte da conjectura de que o envolvimento dos atores locais é fundamental para se produzir conhecimentos necessários à solução dos problemas, mobilizando a comunidade e as instituições em torno de objetivos comuns.

A mobilização social é importante e precisa ser considerada em todos os seus aspectos, pois pode vir a criar condições de criatividade social e confiança de maneira que as pessoas se sintam protagonistas, em um processo compartilhado de tomada de decisões, coordenando ideias e ações.

O desenvolvimento rural é um tema relevante e estratégico para o país, que precisa ser consolidado para a melhoria da sociedade. No caso particular da fruticultura, com a carência nacional e internacional, verifica-se que é um mercado em expansão. É fundamental para o país o investimento em ações que consolidem esse desenvolvimento, advindas de políticas públicas de forma sustentável e moderna.

Nesse contexto, a entrevista com o secretário de agricultura evidenciou um descaso e descompasso de ações de governos anteriores, que refletiram na queda da produção agrícola local. Um fato relevante é a prefeitura não ter em mãos um cadastro dos agricultores ao longo da história do município, levando a secretaria a iniciar um cadastro para fazer o diagnóstico e iniciar ações de incentivo e melhorias na atividade da região. Este fato reflete a falta de políticas de longo prazo dos governos anteriores, além da falta de integração, conhecimento da máquina administrativa e da legislação - em particular, da Lei Agrícola Brasileira.

Percebe-se que faltam especialistas e servidores municipais de carreira, e que ainda são predominantes no país as contratações sem concurso público, nas quais a falta de interesse dos contratados é nitidamente observada. Quando o pesquisador iniciou conversa com funcionários da secretaria, ficou evidente que desconhecem o que se acontece na mesma e não há preocupação com o que ocorre, com exceção dos estagiários, alunos da UENF, nos quais se percebia nitidamente um compromisso e entusiasmo principalmente por parte dos que estavam envolvidos com o cadastro dos agricultores e alguns que participaram do dia de campo, junto à equipe do Programa Frutificar e demais atores.

Este foco desmotivador local, e mesmo nacional, contribuiu para que o rural por muitos anos fosse visto com olhares diferentes, com uma visão distorcida e rotulado de atrasado. Este estigma pode explicado, em parte, pelas razões na qual a história da colonização do país evidencia. Pode-se dizer que se trata do reflexo da falta de planejamento e ações para os pequenos produtores do país, pois o grande agronegócio está indo muito bem e reflete na economia nacional.

O secretário discorreu ainda sobre a necessidade de quebra de paradigma, pois, no Brasil, o rural renasce com uma nova economia com novos atores que estão atentos às fatias de mercado. O agronegócio bem trabalhado e com escala de produção contribui para as exportações de peso do país, e o município precisa e tem condições de contribuir para o contexto nacional.

A partir desse discurso, percebe-se que existe uma perspectiva de mudança de cenário no município, que pode se modernizar e aprimorar a qualidade de vida a partir de novas políticas públicas e do cumprimento das legislações. É primordial o ajustamento de conduta dos municípios para atuação em consonância com a visão nacional de desenvolvimento prevista, por exemplo, no Plano Brasil Maior.

No contexto da pesquisa, pode-se observar que o incentivo aos produtores rurais do setor frutícola do município de Campos dos Goytacazes, consolidando a produção local e regional das áreas relacionadas, pode direcionar o excedente de produção, ou mesmo a especialização produtiva para a exportação.

O país possui uma capacitação nacional em frutas, sendo fundamental destacar que é o terceiro maior produtor mundial, se posicionando em 12º lugar nas exportações. Por outro lado, observa-se que as perdas internas podem alcançar 40%, em virtude do mau uso das técnicas de manejo do solo e das plantas, bem como a falta de estrutura de armazenamento, logística, embalagens inadequadas e a desinformação do produtor. Este é um fator que deve ser muito bem trabalhado no local, com equipes multidisciplinares e engajadas, que possam fortalecer as bases. Na visão do pesquisador, para a realização desta questão, é fundamental a criação de equipes direcionadas e comprometidas, que sejam concursadas e bem remuneradas.

Percebe-se que existem trabalhos realizados de qualidade, que foram relatados nos discursos dos atores institucionais, mas ainda há muitas ações a serem feitas. De certa forma, a fruticultura brasileira tem evoluído no país, tendo em vista a sua importância como um agronegócio promissor, diante das expectativas de mercado nacional e internacional e da capacidade de produção.

As potencialidades nacionais na fruticultura são promissoras e existem pesquisas de ponta no setor, em diversas entidades e universidades, com estudos inovadores, como na UENF, que demonstram que o país pode produzir todo tipo de fruta em função da sua extensão territorial, diversidade de solos e tipos de clima.

Foi constatado, durante a entrevista na UENF, o entusiasmo e orgulho sobre o que a instituição tem feito e desenvolvido. Existem professores capacitados e comprometidos que integram a Sociedade Brasileira de Fruticultura, podendo contribuir para a criação das equipes, bem como outros atores institucionais, que não foram envolvidos no início do Programa Frutificar.

A mudança do quadro atual pode ser feita a partir do aperfeiçoamento do Programa Frutificar, discutida em suas bases, com o que foi destacado pelos atores, no que tange aos melhores caminhos e soluções na visão local.

O programa deve estar em consonância com as políticas públicas e a legislação complementar, que compõem um arcabouço de ferramentas para o desenvolvimento do país. No setor agrícola, o país apresenta um ganho substancial com a Lei nº 8.171/91, que veio como um marco para a agricultura brasileira, atendendo a determinação da constituição e a política agrícola nacional. Trata-se de um mecanismo capaz de direcionar e permitir o planejamento e execução da política agrícola.

O legado da legislação é fundamental e foi questionado durante as entrevistas com os atores institucionais, principalmente com o secretário de governo do município de Campos dos Goytacazes, sobre o posicionamento da prefeitura a partir do dispositivo legal, embora não tenha sido observado um posicionamento satisfatório. Com o secretário de agricultura, obteve-se a informação de que teve início o cadastro dos agricultores, que, após a sua finalização, permitiria ao município debater as prioridades no setor agrícola.

Na trajetória da pesquisa, ficou caracterizado que a FIRJAN buscou um referencial para o entendimento das questões referente à região norte e noroeste fluminense. A federação iniciou na ocasião uma busca para identificar as possibilidades e potencialidades que pudessem vir a desencadear um programa de desenvolvimento para as regiões que perderam a competitividade nas lavouras de cana de açúcar.

Foi contratada então a empresa Campo, com o objetivo de obter um diagnóstico que, quando entregue, apresentou a fruticultura como uma alternativa viável. As perspectivas eram boas, segundo o coordenador operacional do Grupo Executivo de Agroindústria, e a fruticultura irrigada viria como uma alternativa e complemento para a economia local e desenvolvimento regional.

A FIRJAN, capitaneando e coordenando os estudos, em 1999 criou o Grupo Executivo de Agroindústria, para trabalhar com a fruticultura, e o governador encampou o estudo como programa de seu governo.

Para o entendimento das questões relatadas pela FIRJAN sobre o Programa Frutificar, o pesquisador entrou contato com o gabinete, em Brasília (DF), do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que iniciou o programa, mas não conseguiu estabelecer uma entrevista ou mesmo obter respostas para alguns questionamentos, que foram enviadas por e-mail.

Na oportunidade, buscou-se entrevistar também a ex-governadora Benedita da Silva, posterior ao início do programa, o que não se concretizou. Na sequência, os questionamentos foram direcionados para a ex-governadora Rosinha Garotinho, atual prefeita do município de Campos dos Goytacazes, para buscar o seu parecer sobre o Programa Frutificar, enquanto primeira dama, na criação do programa, como governadora e como prefeita. Foram feitas diversas tentativas por telefone, e-mail e visitas a prefeitura de Campos, sem sucesso.

Buscou-se, então, contato com o governador Sérgio Cabral Filho, não sendo possível entrevistá-lo em função de sua agenda. A equipe de governo direcionou o pesquisador para a Secretaria de Agricultura que, posteriormente, direcionou para a coordenação do programa.

Foi feito contato com o atual governador Luiz Fernando de Souza, e não foi possível entrevistá-lo em função de sua agenda. Segundo a comunicação de imprensa, por se tratar de um ano político, o pesquisador não iria conseguir uma entrevista com as pessoas envolvidas no governo, em função dos mesmos estarem engajados em suas respectivas campanhas eleitorais. Desse modo, o ano político (2014) foi um fator que ocasionou em dificuldades nos setores envolvidos, onde os atores não se sentiram a vontade para conversar, comprometendo, em partes, as informações complementares que poderiam ter sido obtidas neste estudo.

Em relação ao Programa Frutificar, percebeu-se que a FIRJAN possui parceria com o estado do Rio de Janeiro e prefeituras, possibilitando articulações e disponibilização de informações para os agricultores e indústrias. As ações de fomento ficaram com a equipe do programa, e não foi percebida uma articulação entre as duas equipes.

Na percepção do pesquisador, uma das ações de grande importância efetuadas pela FIRJAN foi a parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os trabalhos realizados pelo professor Couto representaram um divisor de águas na cultura do abacaxi no município e na região, confirmado por ele em entrevista. Segundo o especialista, as políticas públicas para o polo de fruticultura não foram efetivas no longo prazo em função da influência marcante do início das obras do porto.

O processo desenvolvido a partir dessa parceria se difundiu por toda a região e pela rede de produtores que estavam no programa, incluindo aqueles que não faziam parte até então. Os agricultores adotaram as novas práticas, incorporaram e continuam alavancando a produção. Neste ponto, ficou evidente que o programa foi efetivo para os agricultores que participaram e para região, em função da disseminação das novas técnicas estabelecidas. Com relação à interação dos atores federais, estaduais e municipais, foi observado um trabalho conjunto com as instituições estaduais FIRJAN e SEBRAE e técnicos ligados ao município, além do apoio dos trabalhos de extensão da UENF, em parceria com a Empresa Júnior de Agronomia.

A FIRJAN reconhece que a região apresenta oportunidades para APLs de frutas, em particular, frutas tropicais, - abacaxi, pêssego e figo. A coordenação informou que o abacaxi está concentrado na região e se fortalecendo, mas não pode ser ainda considerado um APL. O entrevistador verificou *in loco* e constatou que não existe no município de Campos dos Goytacazes um cooperativismo e uma governança ligada a fruticultura, que é uma característica fundamental de um APL, embora a coordenação do Programa Frutificar esteja à frente coordenando o processo.

A fruticultura veio como um complemento de renda para o agricultor, mas percebe-se que foi recebida como prática salvadora para a agricultura na região e com um viés político muito forte. O referencial teórico evidencia que Brito (2004, p.35; p.39) identificou uma concentração agroindustrial ligada à fruticultura no município de Campos dos Goytacazes que não reflete, segundo os empresários, uma realidade em 2014. As frutas de destaque durante o estudo foram maracujá, abacaxi, coco e goiaba.

Segundo o referencial teórico, Britto (2009, p.41; p.69-71) informa que a fruticultura em Campos dos Goytacazes e municípios adjacentes possui arranjos ainda incipientes, com potencial de expansão, mas faz críticas à articulação ainda insatisfatória entre os órgãos de coordenação das políticas de apoio a APLs (em especial a Câmara de APLs e a Superintendência de Arranjos Produtivos Locais da SEDEIS) e os outros órgãos estaduais responsáveis para operacionalização dos instrumentos de incentivo.

O pesquisador, em visita à Superintendência de Arranjos Produtivos Locais da SEDEIS, foi informado que a mesma não se envolve com a fruticultura. Percebeu-se que a fruticultura está ligada à SEAPEC e, durante as entrevistas, não houve citação da Câmara de APL. No contexto, o discurso de Britto (2014) apresenta a falta de articulação entre os órgãos do estado. Do mesmo modo, percebe-se nas entrevistas e nas visitas que não existe uma sincronia entre os atores institucionais.

Segundo relato dos atores institucionais, houve uma reunião no início do programa onde foi definida a ação de cada um deles. Foi solicitada à coordenação da FIRJAN, SEBRAE, Frutificar e FUNDENOR uma cópia do plano de trabalho idealizado na reunião, mas não se conseguiu o documento final ou mesmo uma ata que comprovasse essas questões.

Segundo Rovere e Carvalho (2005), existe o Comitê Gestor da Fruticultura Irrigada. Com relação à atuação deste comitê, o pesquisador entrou em contato com os diversos atores, mas não houve uma palavra final sobre o assunto, apenas um comentário informando que as discussões relacionadas estão migrando para o Comitê Gestores de Microbacias Hidrográficas (COGEM).

Foi confirmada a atuação e envolvimento da empresa Campo no estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na região norte e noroeste fluminense. O pesquisador entrou em contato com o principal articulador do programa, que evidenciou como foi feito o estudo e que o mesmo foi entregue à FIRJAN. Esse estudo, segundo os atores institucionais entrevistados, foi de excelente qualidade, mas precisava de alguns ajustes. Na ocasião da implantação da empresa âncora, houve problemas relacionados a insumos e preços, e a empresa fechou suas atividades, sendo reinaugurada em 2013 importando seus insumos de outros estados. Por outro lado, aguçou os fruticultores a tentarem se organizar para criarem uma cooperativa para a produção de polpa. Com isso, a história da empresa Bela Joana, atualmente *Unidrinks*, tem sido efetiva para os fruticultores como indutora de novas possibilidades e de discussões, que podem levar os agricultores a estabelecerem parcerias que possam vir a constituir uma mudança para a região.

Segundo a coordenação do programa, houve um aumento considerado da produção no município de Campos dos Goytacazes, e o abacaxi pode ser considerado um arranjo produtivo. O pesquisador observou que, apesar de existir uma rede informal entre os produtores institucionais, não existe uma governança compartilhada entre os atores, não caracterizando, assim, um arranjo efetivo.

O coordenador afirma que em Campos dos Goytacazes, a PESAGRO-Rio desconhece uma cadeia de associados com relação à fruticultura, caracterizando, assim, a falta de governança necessária para a constituição de um APL.

Contudo, a coordenação destaca a existência de um APL de maracujá no norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, que se encontra em atividade com todos os atores integrados, mas não existe uma confirmação oficial de reconhecimento desse APL de maracujá, mas apenas a existência do Projeto Inovação Tecnológica no Arranjo Produtivo do Maracujá, coordenado pela Embrapa Agroindústria de Alimentos.

A Coordenação Estadual de Fruticultura do SEBRAE-Rio afirmou que no programa de fruticultura na região, cada um dos parceiros tem uma meta a cumprir, mas o pesquisador não conseguiu documentação comprobatória desta parceria.

O órgão ressaltou ainda que o SEBRAE-Rio vem trabalhando na região na perspectiva de quebrar o paradigma do atravessador, evidenciando para os agricultores a formação de uma associação ou mesmo uma cooperativa, aja que a relação atual é nociva para o produtor, que conviveu com este processo em família por gerações e necessita quebrar este padrão.

Na visão de outro coordenador do SEBRAE-Rio, o programa foi muito imediatista. Além de afirmar que desconhece um APL de frutas na região, o representante do SEBRAE local destacou que, atualmente, não existe um projeto voltado para a fruticultura, não estabelecendo, dessa forma, parceria com o Programa Frutificar.

O vice presidente da SBF e professor da UENF relatou os problemas iniciais do Programa Frutificar, a sua descontinuidade, a falta de mão de obra em função da cadeia produtiva do petróleo e falta de pesquisa inicial, evidenciando a sua existência de forma política mas não comercial.

O vice diretor e engenheiro agrônomo da UFRRJ, do Centro de Pesquisa de Campos dos Goytacazes, fez um relato na mesma linha, concluindo que o programa foi implantado de forma política e sem consulta às bases, o que ocasionou ruído entre os atores, diversos problemas práticos e, em termos comerciais, prejuízo ao cultivo do maracujá. Por outro lado, evidenciou-se que o Programa Frutificar deixou raízes positivas.

A coordenação de apoio à pesquisa da PESAGRO-Rio, unidade voltada para estudos em Campos dos Goytacazes, relatou que o programa frutificar foi um programa muito comentado no início em todo estado, mas que perdeu sua expressão em função de uma série de imprevistos que aconteceram, principalmente, devido às pragas nas lavouras de maracujá. Segundo ele, não existe parceria com a unidade de Campos e o programa apresentou muitos problemas no decorrer do processo.

No mesmo sentido, a coordenação da unidade ressaltou que o programa iniciou atropelando etapas, o que prejudicou o seu desenvolvimento. Seu depoimento corrobora com o dos demais atores institucionais, que também relataram essas questões.

Em sua visão, as políticas não foram efetivas para os agricultores na ocasião e hoje o programa está caminhando a partir de sua vivência e da experiência adquirida.

A investigação proporcionou o entendimento de que a falta de pesquisa anterior ao início do programa contribuiu para os problemas ocasionados. Na atualidade, a dinâmica de trabalho tem proporcionado um aprendizado junto aos agricultores, nas lavouras desenvolvidas, que está permitindo o programa prosseguir a partir das soluções encontradas.

Segundo o relato dos engenheiros dos escritórios em Campos dos Goytacazes, a EMATER-Rio apoiou o Programa Frutificar no seu início, sendo destacado que houve um grande impacto na região, mas houve uma quebra de continuidade com a mudança de governo e a falta de pesquisa inicial. Com o levantamento das informações fornecidas por eles, o programa foi muito político, comprovando mais uma vez o relato de outros atores institucionais.

O discurso desenvolvido pelo interlocutor objetivou demonstrar que o programa continua se reestruturando, a partir da experiência de aprendizado ao longo de sua trajetória. Na visão dos entrevistados, o programa está consolidando uma tecnologia que permite colher o abacaxi no período de 11 a 12 meses, tempo considerado referência nacional.

O entrevistado afirmou que a EMATER-Rio tem incentivado o plantio escalonado, que é uma técnica que está sendo repassada para os agricultores, de forma que eles possam dividir as datas de plantio para colheita em várias épocas do ano, garantindo uma renda mais

estável, principalmente no caso de lavouras de abacaxi. Este discurso demonstra uma parceria com o Programa Frutificar, onde os técnicos, de uma maneira geral, opinam junto aos fruticultores e participam dos eventos.

O programa tem raízes e as boas práticas estão sendo copiadas e repassadas entre os agricultores, mesmo aqueles que não fazem parte do projeto. O conhecimento se espalha e um observa a lavoura do outro, ocasionando, aos poucos, uma mudança no perfil da fruticultura na região. Percebe-se, porém, que o processo é lento, visto a necessidade de uma mudança de cultura.

O pesquisador acompanhou técnicos do Programa Frutificar em ações junto aos participantes e, em especial, no dia de campo. Houve atividades práticas e palestras descrevendo o programa, etapas de formação, esclarecimentos sobre as formas de financiamento e critérios para participação. As informações repassadas na palestra divergiram das fornecidas pela coordenação central do programa, na SEAPEC.

O secretário de governo de Campos dos Goytacazes relatou que o Programa Frutificar é estratégico para a região e para o desenvolvimento do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, não se percebeu o apoio da prefeitura.

Seu relato corrobora com os demais atores no que tange ao envelhecimento da população rural e à necessidade de rejuvenescimento do setor agrícola e surgimento de novos gestores.

O relato obtido na FENORTE confirmou a parceria com o Programa Frutificar desde o início e a existência de contatos para a construção de uma biofábrica, o que ainda não foi concretizado.

Já o diretor do Departamento de Fruticultura do Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes evidenciou que o Programa Frutificar, quando foi lançado, foi meramente político, deixando raízes e representando mudanças efetivas para os que participam atualmente, mas não obtendo o resultado e o reflexo na economia como o governador havia anunciado no início do programa. Nesse sentido, ainda faltam números oficiais e reais para comprovar a real situação.

Os atores empresariais entrevistados concordam na afirmação de que existem problemas na região com relação à falta de mão de obra qualificada e a concorrência com o setor de petróleo, confirmado com o discurso dos atores institucionais que possuem a mesma percepção.

Um depoimento comum dos entrevistados é a de que as empresas gostariam de aumentar a produção, mas não podem por falta de matéria prima e mão de obra.

Outro fator citado pelos atores diz respeito à dificuldade de mudar a cultura na região e alcançar a compra de insumos, em função do município não ser autossuficiente, o que acaba acarretando o aumento de preço e necessidade dos empresários buscarem matéria-prima em outros estados.

Constatado um ponto de vista comum, a prefeitura não incentiva os agricultores que trabalham com fruta na região. É notória a percepção de uma diminuição nas lavouras, sendo os atores empresariais solidários com as reclamações dos produtores em relação à conservação das estradas internas do município, por onde trafegam a produção.

Outra questão preocupante abordada é a percepção de que as pessoas do interior estão envelhecendo e os filhos se deslocando para a cidade.

Além disso, os pequenos agricultores trabalham com material próprio ou compram na região, sendo identificadas as mesmas características dos produtores relatados, evidenciando as dificuldades com relação à matéria-prima e mão de obra.

Em relação ao Programa Frutificar, não foi apresentado um relato comum. Houve apenas um depoimento dizendo que o programa não foi adiante e teve muitos problemas no início, relato frequentemente observado. Era de conhecimento de alguns entrevistados que o programa não estava ativo no município e no estado do Rio de Janeiro.

A mudança da situação, segundo eles, pode advir de uma postura diferenciada dos órgãos públicos e da vontade política. Ou seja, segundo os entrevistados, a melhoria da situação depende de vontade política.

A pesquisa de campo com os fruticultores do Programa Frutificar foi realizada com o apoio de um dos técnicos do programa. Foram entrevistados os 13 participantes ativos no projeto e os atores institucionais locais. As entrevistas evidenciaram que o programa proporcionou aos fruticultores conhecimentos que implicaram na melhoria de qualidade de seu trabalho e em sua condição de vida.

Percebeu-se a necessidade de uma formação escolar para facilitar o processo de entendimento na transferência de tecnologia, como uma questão importante para o desenvolvimento de uma região. Nesse aspecto, se mostra como fundamental a parceria com as instituições de ensino, centro de pesquisas e universidades, principalmente no início de cada projeto, para se programar um nivelamento educacional entre os participantes. Esta ação pode vir a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e melhorar a capacidade de entendimento e diálogo com os técnicos, fornecedores, clientes e a sociedade de uma maneira geral.

A pesquisa evidenciou que a grande maioria dos entrevistados se encontra acima dos 40 anos de idade e, se não houver um trabalho de inclusão de pessoas mais jovens na atividade frutícola no município, a mesma tende a desaparecer.

Outro ponto importante para o pesquisador foi a constatação de que os filhos dos agricultores não querem continuar na propriedade. Por outro lado, os pais afirmam que não querem que os filhos passem pelas mesmas dificuldades as quais eles passaram, embora esse discurso apresente ressalvas já que os filhos com um grau de instrução médio ou com uma formação técnica conseguem uma remuneração maior do que a dos pais.

Outro fator preocupante relatado foi que, com a saída dos filhos, provavelmente as terras que ficarão de herança serão vendidas, situação que já está sendo observada. A partir deste ciclo, pode ocorrer em um futuro próximo uma diminuição de áreas plantadas e, conseqüentemente, o decréscimo da produção frutícola.

Existem agricultores que são proprietários, arrendatários e assentados. Com a divulgação do dia do campo, em que foram convidados novos indivíduos para o projeto, pode-se aumentar o número de assentados, uma vez que o município possui grandes áreas de assentamento que são propícias ao cultivo, principalmente do abacaxi, que tem expandido na região em função do Programa Frutificar.

Os entrevistados ativos no programa se caracterizam como agricultores, sendo que três deles têm atividades paralelas. As atividades frutícolas, segundo os agricultores, são completamente diferentes das rotinas de plantação de cana, que sempre foi realizada na região e detém de um saber coletivo sobre a produção.

A pesquisa evidenciou que há agricultores que trabalham com recursos próprios e recursos do programa, e os que atuam somente com moeda verde. Nenhum deles trabalha exclusivamente com recursos próprios, uma vez que, estando ativo no sistema, ainda recebem o financiamento.

Outra evidência foi a de que o apoio mútuo entre os agricultores não confirmam um grau de comprometimento e interação entre eles, não se verificando, no município, uma governança mínima para se iniciar uma organização de um arranjo produtivo local. A

participação dos sindicatos, associações e cooperativas locais são mínimas e, segundo os entrevistados, não tem importância.

Existe muita desconfiança com relação ao colega produtor e percebe-se que os mesmos não trabalham em conjunto, não havendo, desta forma, uma promoção de ações cooperativas envolvendo os fruticultores do município. Essa constatação confirma o que foi dito pelos atores institucionais e, em particular, pela coordenação do SEBRAE. Mas, segundo alguns entrevistados, no município vizinho de São Francisco do Itabapoana, já se percebe essa iniciativa.

Verificou-se uma ação isolada, onde um dos entrevistados, que tem sua propriedade em um assentamento, está organizando uma cooperativa. Trata-se de uma iniciativa individual, de difícil aceitação dos colegas e que vai demandar trabalho para se concretizar. De acordo com seu relato, porém, o agricultor está disposto a ir em frente nessa empreitada, que ele acredita que trará benefícios para os amigos e a comunidade.

Com relação à capacitação, o sindicato do município promove cursos para os agricultores, incluindo na área de fruticultura, ao contrário do que foi sinalizado pelos fruticultores. O pesquisador percebeu que existe falha no processo de divulgação dos cursos e ações do sindicato, pois a maioria dos entrevistados não tinha conhecimento dessas ações. Não existe, segundo os entrevistados, eventos técnicos comerciais voltados para os fruticultores.

Um dos relatos evidenciou a necessidade da promoção de mais dias de campo, para que se possa iniciar um processo de integração maior entre os participantes, o que na visão do pesquisador, poderia vir a ser um embrião de uma cooperativa. Nesse viés, um discurso comum dos entrevistados é a falta de vontade política para se organizar o campo.

Os entrevistados afirmam de forma unânime que a maior fonte de aprendizagem com relação à fruticultura é o Programa Frutificar, e fazem uma avaliação positiva do governo federal e estadual, em virtude do programa, sindicato e SENAR.

Existe uma percepção dos agricultores de que a melhoria na educação básica, do sistema de saúde e dos programas de apoio, consultoria e capacitação profissional são importantes para o desenvolvimento da região. Por outro lado, esse discurso fica inócuo, à medida em que a procura por capacitação e treinamento técnico pelos fruticultores, nos cursos do SENAR, é pequena, não sendo percebido significativo interesse nas ações de formação relatadas. Segundo o sindicato, não existe uma busca por parte dos agricultores para requerer em conjunto a melhoria de condições no campo.

Observa-se que, em alguns entrevistados, existe a necessidade de uma ação paternalista do município, para organizar os eventos de capacitação, providenciar transporte e alimentação para os participantes.

O secretário de agricultura evidenciou que a prefeitura pretende tomar iniciativas no campo nesse sentido, a partir das necessidades que forem relatadas e a partir das informações geradas no cadastro dos agricultores, que está aberto para participação, mas ainda não tem as informações consolidadas.

Os agricultores identificaram que os programas mais conhecidos e realizados no município são: Frutificar, Estradas da Produção, Rio Rural, PRONAF e o Prosperar. Houve a constatação, por parte deles, de que nunca foram consultados ou convidados para participar de algum debate sobre os programas relacionados, com exceção do dia de campo do Frutificar e, na atualidade, com a participação no COGEM, ainda que precipiente.

O pesquisador, em visita a algumas propriedades, percebeu que as estradas estão em péssimas condições e, ao comentar com o secretário de agricultura sobre tal situação, a resposta obtida é que essa situação iria se normalizar a partir do cadastro dos produtores.

Outro ponto importante observado foi a percepção dos fruticultores sobre a necessidade de mecanização da lavoura pela falta de mão de obra. Existem comentários sobre a elevação dos custos de produção e da existência de equipamentos que podem ser utilizados nas plantações de abacaxi.

Da mesma maneira, o maior impacto das ações da prefeitura e secretaria de agricultura relatadas diz respeito ao fornecimento de máquinas.

Outro ponto fundamental pesquisado é a falta de comunicação dos atores institucionais com os agricultores, pois alguns ainda não sabiam do cadastro do agricultor que está sendo realizado na prefeitura e foram informados na ocasião da entrevista. Um dos entrevistados relatou, inclusive, que no passado houve várias reuniões com objetivo de tomada de decisão, incluindo alguns seminários, mas que na atualidade não existem mais. Por outro lado, uma crítica comum foi com relação ao retorno sobre o resultado e aplicação do conhecimento adquirido nas reuniões, que nunca foi fornecido.

Em relação à participação de organizações da sociedade nos programas, projetos, bem como na formulação e no acompanhamento dos mesmos, ficou evidenciado que não existiram ações nas quais os fruticultores foram convidados, com exceção das atividades previstas no Programa Frutificar. A participação é mínima e, mesmo quando existem ações, elas são pouco divulgadas.

Existe a percepção de que a prefeitura não participa no desenvolvimento do polo frutícola de Campos, pois como existe uma coordenação do Programa Frutificar, as outras instituições se afastaram e não foi percebida, na condução do processo, uma interação entre elas. Os entrevistados ativos no programa compartilharam da mesma opinião ao afirmarem que as políticas para a fruticultura no município de Campos são efetivas, embora não exista apoio direto do município.

Uma afirmação fundamental de um dos participantes foi a de que "o programa criado pelo Governador Garotinho não é apoiado pela atual prefeita do município, esposa do idealizador do programa".

Na visão do pesquisador, o resultado das ações do programa é positivo e atinge diretamente quem participa. Ao contrário, de forma indireta, as ações do projeto atuam na melhoria da agricultura, pois se espalha pela rede formal e informal do município, incorporando boas práticas e proporcionando, assim, a melhoria da qualidade das frutas produzidas e da vida dos fruticultores.

Não se percebeu uma preocupação ou ação voltada à certificação em agência nacional ou internacional de fruticultura, o que, na visão deste pesquisador, é de fundamental importância para o mercado.

No município de Campos dos Goytacazes e nas regiões norte e noroeste, não foram observadas também a existência de um APL de frutas, apesar da afirmação de alguns atores. No mesmo viés, não foi identificada uma comunicação oficial de formação de APL ligado à fruticultura pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro ou mesmo pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

A falta de mão de obra e a necessidade de uma empresa âncora é um discurso comum, que resume a vontade dos agricultores de terem à disposição uma empresa para comprar o que eles produzem, porém oferecendo um preço convidativo para ambas as partes. Existem outras possibilidades apresentadas para os agricultores, como a venda de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e para a merenda escolar no município.

Observou-se uma constância na afirmação de que é necessária uma agroindústria na região para a compra dos produtos. Foi constatado por meio de uma das entrevistas que a esperança para a situação local era depositada na empresa "Bela Joana", mas como atualmente

o grupo só adquire polpa de frutas, os fruticultores dos municípios se deparam com dificuldades nesse sentido. Em tal contexto, observa-se a necessidade de criação de uma cooperativa, pois, sem dúvidas, seria facilitada a compra de uma máquina para produzir a polpa para a indústria ou mesmo fabricar sucos e revender diretamente, como alternativa de negócio.

Uma ação positiva para os fruticultores, na visão do pesquisador, é o incentivo ao plantio escalonado, que permite ao produtor receber em várias épocas. Foi observado que a intervenção das políticas públicas do Programa Frutificar não impactou na formação de um arranjo produtivo local, em função dos vários aspectos relatados, bem como na preparação adequada dos atores envolvidos.

A sucessão de eventos ocorridos na rede formal e informal dos atores não apresentou uma evolução consistente a partir das experiências vividas nos últimos anos do programa, que fossem fortes o suficiente para a criação de estruturas sociais sólidas que pudessem levar à efetivação de um APL. O histórico dos últimos anos não culminou em ações que permitissem a sua constituição, mas, apesar dos anos de existência do programa, percebe-se que há uma evolução no conjunto, que pode contribuir para uma formação participativa dos atores e possibilitar a formação e surgimento de um arranjo.

Apesar da existência da Secretaria de Agricultura e do Programa Frutificar como mediadores das relações, não se percebeu a formação e a aproximação entre os atores.

O sindicato, também figurado como um agente mediador e catalisador para o desenvolvimento local, não se mostrou envolvido o suficiente para concretizar ações que pudessem aumentar os laços de proximidade e a criação de uma rede formal interinstitucional.

O intermediador e também "fomentador", juntamente com os atores envolvidos, não conseguiram alavancar as relações de forma a concretizar a formação de um arranjo. A falta de apoio da prefeitura e comprometimento político nas três esferas contribuiu para a consolidação de uma frágil aliança, que não aguçou a vontade local de participação efetiva no programa pelo setor empresarial e agricultores, embora se perceba um sentimento entre os entrevistados de que a participação efetiva irá trazer melhorias no longo prazo.

A busca de soluções rápidas não culminou efetivamente para a melhoria regional, pois o Programa Frutificar não veio representar uma salvação para a região, mas uma forma complementar de renda para os agricultores que poderia alavancar a indústria alimentícia no município.

O estudo visualizou uma precariedade nas relações entre os atores, a partir da falta de informação, divulgação e comunicação. Não se percebeu os limites efetivos de atuação de cada instituição parceira e não se obteve uma documentação hábil comprobatória de todas as instituições. Contudo, as ações e o tempo de implementação do programa estão contribuindo para a maturidade das relações entre os atores, que poderá concretizar ações como a formação de uma cooperativa e, posteriormente, culminar em um APL.

O tecido social ainda não tem consistência, e a continuação do programa poderá aumentar as relações e criar um ambiente social fluente e uma rede de valores, que serão decisivos para organização e comportamento entre os atores na tomada de decisão a médio e longo prazo. As ações colaborativas do programa devem continuar estimulando as ações conjuntas e o desenvolvimento do capital social, para a criação de uma governança que, embora de fundamental importância, até então não foi percebida no município..

Como resultados esperados, verificou-se que as políticas públicas para as aglomerações do setor frutícola do estado do Rio de Janeiro não tiveram o resultado esperado. Por outro lado, as ações promoveram o avanço do conhecimento no setor produtivo frutícola e

possibilitou posicionar a região como referência na produção de abacaxi no país, com um tempo reduzido de 24 para 11 meses de maturação da fruta.

Não se pode comprovar se as políticas públicas induziram ao aumento da capacidade regional e local, pois não existem números oficiais para identificar o quanto evoluiu a agricultura (fruticultura) irrigada no município e região. Nesse aspecto, segundo alguns atores entrevistados, os números do IBGE são questionáveis.

## 5. CONCLUSÕES

Com o objetivo de analisar a governança em aglomerações do setor produtivo agrícola frutícola e as ações públicas no processo de desenvolvimento rural sustentável do município de Campos dos Goytacazes, e do Programa Frutificar, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi necessária uma imersão na região para o entendimento das questões inicialmente levantadas.

Verificou-se que a fruticultura irrigada no município de Campos dos Goytacazes, com o direcionamento oferecido pelo Programa Frutificar, apresenta potencial significativo de desenvolvimento. O município possui tradição no cultivo natural sem irrigação e a nova tecnologia vem proporcionar oportunidades distintas de qualidade e produtividade para os produtores.

A contínua modernização do setor pode contribuir para o desenvolvimento local e para o aumento de produtividade a partir da utilização da tecnologia difundida pelo Programa Frutificar, com investimentos em infraestrutura e em capital humano.

O município não é autossuficiente na produção de frutas, importando para o consumo *in natura* e para suprir as empresas locais, o que evidencia a potencialidade para a fruticultura local.

Os fruticultores não possuem uma associação ou cooperativa. Faz-se necessário, assim, o apoio institucional, capitaneado pela Secretaria de Agricultura do município, para promover a organização dos produtores, com objetivo de efetuarem uma produção competitiva com acesso ao mercado consumidor. O município precisa se organizar nesse quesito, incentivando a formação de uma cooperativa para a compra de insumos, venda de produtos, busca de novos mercados, diminuição de custos e aumento dos lucros, empregando pessoas da comunidade e evitando o êxodo rural.

Percebe-se que ainda não existe maturidade empresarial dos agricultores para se estabelecerem sem apoio instituições externas, embora tenha sido identificado um relato de um fruticultor que manifestou interesse em iniciar uma cooperativa. O processo de aprendizagem é lento e não se apresentou satisfatório nos últimos anos, segundo informações fornecidas pelos entrevistados. Um fator preocupante apresentado pelo Secretário de Agricultura foi a falta de informações sobre o perfil dos agricultores, o que dificulta as ações do governo. Para solucionar essa questão, a prefeitura iniciou o cadastro dos produtores do município, mas até a data da pesquisa, a ação ainda tinha sido consolidada.

Verificou-se também que não existe, formalmente identificada, uma rede logística na cidade, que precisa ser mapeada, iniciando na cadeia produtiva, seguida pelos canais de distribuição e consumo. Uma das grandes preocupações relatadas pelos parceiros é a venda da produção aos atravessadores, que realizam a manipulação dos preços. Outro aspecto relacionado e relatado pelos atores institucionais é a espera pelos atravessadores até a propriedade para a compra. Tal situação é vista como um agravante, uma vez que, se eles não vierem, perde-se a produção.

O município, pela baixa maturidade empresarial dos fruticultores, precisa de uma ação de uma empresa âncora para viabilizar o direcionamento da produção. O Programa Frutificar, na atualidade, descartou essa possibilidade como exigência do projeto que, porém, deve ser repensado. A mediação pode ser viabilizada de uma maneira pragmática, a partir da formação de uma cooperativa e/ou na introdução de pequenas empresas processadoras de frutas, que poderão vir a produzir polpa para a indústria e mesmo suco para venda direta aos grandes mercados consumidores.

Durante a pesquisa, foi verificada a experiência da empresa "Dopazio e Silva Sucos Ltda", grupo de pequeno porte, empresa pequena, produtora de polpa e suco, que relatou a falta de frutas na região. Devido à essa constatação, ela importa de outros estados grande parte de seus insumos, o que comprova a viabilidade do negócio para os fruticultores locais.

Reforça-se, dessa forma, o grande potencial de desenvolvimento no setor, mas é preciso repensar o programa, buscar uma governança a partir do envolvimento dos atores locais, para atuar nas reais necessidades dos produtores, e fortalecer a aglomeração, para que possa vir a constituir um arranjo.

É fundamental que uma das instituições assuma a coordenação dos diferentes parceiros, de forma a organizar toda a cadeia. A coordenação do Programa Frutificar não tem feito esse papel com efetividade, ficando direcionada para a transferência de tecnologia e assistência técnica. Por isso, verifica-se a necessidade e o envolvimento da Câmara de APLs como órgão articulador, pois ela possui experiência em governança, no encaminhamento de demandas para as instituições responsáveis, na troca de informações, produção de conhecimento, cooperação e experiência em arranjos produtivos no estado.

As ações efetivadas pelo Programa Frutificar não foram suficientes para a indução de um arranjo, embora haja relatos de que, no início, havia a existência de uma cadeia completa, envolvendo todos os estágios da produção, mas que foi comprometido com o fechamento da empresa âncora por uma série de problemas relatados, que poderiam ter sido evitados. É fundamental esclarecer que existe uma cadeia de micro empresas produtoras de doces no município, que também busca fora do estado parte de seus insumos, sendo que um dos fabricantes evidenciou a sua disposição em plantar frutas visando facilitar a viabilidade do seu negócio. Esta aglomeração produtiva formada por micro e pequenas empresas locais deveria ser alvo da Câmara de APLs do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O município apresentou um pico de desenvolvimento no setor no início do programa, voltando, no entanto, a declinar. Atualmente, o cenário se encontra estagnado, necessitando de um apoio a partir de ações que devam ser pragmáticas e não políticas eleitoreiras. Sendo assim, é necessária a indução de mecanismos que venham a gerar renda, com capacidade adicional, permitindo a criação em cadeia de novos investimentos e proporcionando a sustentabilidade do negócio, na qual o agricultor possa observar a oportunidade de crescimento.

É fundamental para a sociedade um desenvolvimento traduzido em crescimento econômico, acompanhado de melhoria na qualidade de vida das pessoas, que promova a diminuição da desigualdade e proporcione um retorno social que se iguale ao retorno financeiro dos investidores.

A política de promoção do desenvolvimento pode vir a criar uma nova dinâmica na região, com criação de emprego e renda quando o processo estiver com o foco nas pessoas e no seu bem estar. A realidade tem confirmado uma dinâmica comprometida, sem um programa de longo prazo para o município. Espera-se, de maneira positiva, que ele possa ser melhor administrado a partir do cadastro dos agricultores do município, para que, em posse dessas informações, a cidade possa ter condições de estabelecer uma nova política de desenvolvimento.

De maneira geral, o conjunto de ações do programa não permitiu estabelecer a identificação de um desenvolvimento sustentável. Percebeu-se, durante as investigações as quais se propôs este estudo, que as informações sobre o assunto não estão consolidadas, marcadas por poucos estudos sobre políticas públicas para o setor frutícola do estado.

O presente documento tem a sua limitação no que se refere à obtenção de dados, evidenciadas na metodologia. Com isso, espera-se que novos pesquisadores aprofundem as

questões debatidas, visto que o assunto se mostra amplo e passível de estudos continuados, visando oferecer subsídios ao desenvolvimento efetivo da região.

Acredita-se, assim, que esta pesquisa possa ter contribuído para o aperfeiçoamento do programa e para as relações entre os atores envolvidos, proporcionando um amadurecimento das ideias discutidas e iniciando um novo ciclo de pesquisa e diagnóstico para o setor.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, J. J. A.; FEICHAS, S. A. Q. **Atuação ambiental em distritos industriais: o caso do distrito industrial Fazenda Botafogo (RJ)**. In; Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 228p.

ABDALLA, J. J. A.; OLIVEIRA, J. A. P.; BOTELHO, D.; BOURGUIGNON, M. F. M. **Exigências ambientais em arranjos produtivos locais: o caso dos arranjos moveleiros em Bento Gonçalves e São Bento do Sul**. In; Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 228p.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI - **Plano Nacional de Capacitação em Arranjos Produtivos Locais (PNC/APLs)**. Versão. Final Contrato de Prestação de Serviços Nº 22/2012. Convite Nº 007/2012. Processo Nº 3754/2012. Brasília, 2012. 150 p. Disponível em: <[http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/publicacao/Plano\\_Nacional\\_de\\_Capacitaxo\\_para\\_Gestores\\_de\\_APLs.pdf](http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/publicacao/Plano_Nacional_de_Capacitaxo_para_Gestores_de_APLs.pdf)> Acesso em: 19/12/2013.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO- ADEJ. **Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp#p4>> Acesso em 01/10/2013.

ALCOFORADO, F. **O instituto de governança social: avanços e perspectivas no desenho de um novo arranjo organizacional**. II Congresso CONSAD de Gestão Pública – Painel 07: Governança social e reorganização dos espaços públicos no Brasil. 2009.20p.

ALMEIDA, R. A. **PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado [...]** Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 83-87, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Frevistas%2Fuef%2Findex.php%2Fgeografia%2Farticle%2Fdownload%2F10179%2F8958&ei=rRxIU5DcHpPm9gTp64CwAQ&usg=AFQjCNFUKFiH1rn8zaqXo6Sfhg30IV7t8w>> Acesso em 21/10/2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 120p.

AMABILE, A. E. N.; CASTRO, C. L. F.; GONTIJO C. R. B. **Dicionário de políticas públicas**. Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves. Eduemg - Barbacena 2012. 484 p.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 3, Vol. 26. p. 325-346, 1995.

\_\_\_\_\_. **A endoginização no desenvolvimento econômico regional no local**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001.

ARAÚJO, A. N. S. M. de. **Articulação entre o conceito de governança e as funções de Planejamento e controle na gestão de políticas públicas.** 2010. 25p. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001856.pdf>> Acesso em: 29/11/2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ. **Política Agrícola e fundiária.** Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/a43be768f90690cd03256561007ba04b>> Acesso em 09/11/2013.

ASSIS, R. L. de. **Processo de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura.** Notas de Aula. PPGCTIA, UFRRJ. Junho de 2012.

ATLAS BRASIL. **Perfil do município de Campos dos Goytacazes 2013.** Disponível em: <[http://www.camaracampos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Perfil-do-Munic%C3%ADpio-de-Campos-dos-Goytacazes-RJ-\\_-Atlas-do-Desenvolvimento-Humano-no-Brasil-2013.pdf](http://www.camaracampos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Perfil-do-Munic%C3%ADpio-de-Campos-dos-Goytacazes-RJ-_-Atlas-do-Desenvolvimento-Humano-no-Brasil-2013.pdf)> Acesso em 03/09/2014.

ATTIVITÁ CONSULTORIA E EVENTOS. **Relatório: Identificação das agroindústrias da Região Norte Fluminense.** Santo Antônio de Pádua. RJ. 14 p.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008.**2.p. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1191440805557/4249101-1191511674498/4252012-1192562307495/06\\_Crescimento\\_Alex.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1191440805557/4249101-1191511674498/4252012-1192562307495/06_Crescimento_Alex.pdf)> Acesso em 24/01/2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Programa de Desenvolvimento da Fruticultura – PRODEFRUTA.** 22/07/2013. Disponível em: <<http://www.fenabreve.org.br/noticias/docs/96.htm>> Acesso em 21/11/2013>. Aceso em 22/11/2013.

\_\_\_\_\_. CIRCULAR SEAGRI N° 06/2010. BNDES. **Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – Procap-Agro.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/productos/download/Circ006\\_10\\_SEAGRI.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/productos/download/Circ006_10_SEAGRI.pdf)> Acesso em 20/02/2014.

\_\_\_\_\_. **Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – MODERINFRA.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/moderinfra.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/moderinfra.html)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP Investimento.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/pronamp.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – INOVAGRO.** Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/inovagro.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/inovagro.html)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. CIRCULAR Nº 197, de 18 de agosto de 2006. **Normas Reguladoras do Produto BNDES Finame Agrícola.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/Circ197.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/Circ197.pdf)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. **CIRCULAR SEAGRI Nº 08/2011.** Rio de Janeiro, 05 de maio de 2011. Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável – PRODUSA. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/Circ008\\_11\\_SEAGRI.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/Circ008_11_SEAGRI.pdf)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. Circular SUP/AGRIS nº49/2012-BNDES. Rio de Janeiro 02 de outubro de 2002. **Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura – Programa ABC.** Disponível em: <<http://www.abimaq.org.br/Arquivos/Html/DEFI/Dowloads/circsupagris49.12.pdf>> Acesso em 20/02/2012.

\_\_\_\_\_. Circular SUP/AGRIS nº10/2014-BNDES. Rio de Janeiro 15 de julho de 2014. **Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – INOVAGRO.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/circulares/Circ010\\_14\\_AGRIS.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produutos/download/circulares/Circ010_14_AGRIS.pdf)> Acesso em: 22/10/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, BACEN. Resolução nº 2699 de 24 de fevereiro de 2000. **Institui o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinado ao financiamento de itens de investimento mencionados. Brasília, 24 de fevereiro de 2000.** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res\\_2699\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2699_v1_O.pdf)> Acesso em 20/02/2014.

\_\_\_\_\_. **Programa de garantia da atividade agropecuária – PROAGRO. Balanço. PROAGRO 31/12/2007.** P 1 – 37. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/inffina/be200712/fundos%20public%20dez.pdf>> Acesso em 17/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, PROAGRO. Relatório Circunstanciado - 1991 a 1996.** 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELAGRO9196>> Acesso em 21/10/2013.

\_\_\_\_\_. Circular (resolução) nº 2148, de 24 de março de 1992. **Atualiza os Valores Básicos de Custeio (VBC) das safras 1991/1992 e dispõe sobre medidas complementares decorrentes.** Brasília, 24 de março de 1992. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1992/pdf/circ\\_2148\\_v2\\_1.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1992/pdf/circ_2148_v2_1.pdf)> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2.191 de 24 de agosto de 1995. **Crédito Rural Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1995&numero=2191>> Acesso em 22/11/1995.

\_\_\_\_\_. Resolução 2205 de 19 de outubro de 1995. **Crédito Rural. Estabelece regras complementares aplicáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília 19 de outubro de 1995. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res\\_2205\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2205_v2_L.pdf)> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2204 de 31 de outubro de 1995. **Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a implementar operação especial de compras de soja para entrega futura (safra 1995/96), via Cédulas de Produto Rural (CPR)**. Brasília: 31 de outubro de 1995, Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1995&numero=2204>> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2260 de 21 de março de 1996. **Dispõe sobre a venda de contratos de opção de venda como novo instrumento de Política Agrícola**. Brasília: 21 de março de 1996. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res\\_2260\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2260_v2_L.pdf)> Acesso em 22/10/1996.

\_\_\_\_\_. Resolução 2295 de 28 de junho de 1996. **Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, encargos financeiros e outras condições**. Brasília, 28 de junho de 1996. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res\\_2295\\_v5\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2295_v5_L.pdf)> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2378 de 24 de abril de 1997. **Dispõe sobre a concessão de empréstimos ou financiamentos, ao amparo de recursos captados com base na Resolução nº 2.148, de 16.03.95, para os complexos industriais de fertilizantes e defensivos utilizados na agropecuária**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1997&numero=2378>> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2441 de 12 de novembro de 1997. **Dispõe sobre a concessão de crédito aos fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação**. Brasília 12 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1997&numero=2441>> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2469 de 19 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR), ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), e ajustes nas condições para concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV)**. Brasília 19 de fevereiro de 1998. Disponível em:

<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res\\_2469\\_v3\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2469_v3_L.pdf)> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3095 de 25 de junho de 2003. **RESOLUÇÃO Nº 3095. Institui o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PRODEFRUTA).** Brasília, 25 de junho de 2003. 3.p. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res\\_3095\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3095_v1_O.pdf)> Acesso em: 24/10/2014.

\_\_\_\_\_. Resolução 2.535, de 26 de agosto de 1998. **Racionalização das normas aplicáveis ao crédito rural. Revogação de normas sem função ou alteradas por regulamentação superveniente.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=1998&numero=2.535>> Acesso em 22/10/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução do Banco Central nº 3094 de 25 de junho de 2003. **Instituir o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO).** Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res\\_3094\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3094_v1_O.pdf)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução do Banco Central nº 3215 de 30 de junho de 2004. **Dispõe sobre alterações nas condições dos financiamentos ao amparo de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Finame Agrícola Especial.** Brasília 30 de junho de 2004. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=104104999&method=detalha rNormativo>> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3.352, de 24 de fevereiro de 2006. **Institui o Programa de Integração Lavoura/Pecuária (PROLAPPEC).** Brasília 24 de fevereiro de 2006. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res\\_3352\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3352_v1_o.pdf)> Acesso em 28/11/2013.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Local: Novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital.** Porto Alegre: Ensaio FEE, 1995. P. 221-241.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo endógeno y globalizacion.** Estudios Urbanos Regionales. Santiago, v. 26, n. 79, dez. 2000. 28p.

BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agro alimentar no Brasil.** Tese de livre decência apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000188946>> Acesso em 20/11/2013.

BOOTH, W. C; COLOMB, G. G; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.351p.

BUAINAIN, A. M. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Tese - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: 1999. 341 p.

BECATTINI, G.; **El distrito marshalliano: uma notícia socioeconômica** in: Benko, G. y Lipietz, A. (Eds) Las regiones que Ganam – Distritos y Redes. Los nuevos paradigmas de la geografía econômica. P. 39 – 58. Edicions AlfonsEl Mangnanim, Valencia.

BOBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1982. 173 p.

BOISIER, S. **¿Hay espacio para el desarrollo local em la globalización?** Revista de la CEPA. Santiago, n. 86, p. 47-62. Ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial**. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social. Documento 97/37 Serie Ensayos. 38p.

BRASILCHANNEL. **Campos dos Goytacazes, RJ. Lazer**. Disponível em: <[http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar\\_municipio.asp?nome=Campos%20dos%20Goytacazes&uf=RJ&tipo=lazer](http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Campos%20dos%20Goytacazes&uf=RJ&tipo=lazer)> Acesso em 03/09/2014.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_184\\_.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_184_.shtm)> Acesso em: 20/07/2013.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 4.623. Dispõe sobre os Conselhos Nacional de Política Agrícola - CNPA**. Brasília, 21 de março de 2003.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 24.114 de 12 de abril de 1934. **Aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal**. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24114.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 24.548 de 3 de julho de 1934. **Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal**. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-949/D24548.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-949/D24548.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 37.106, de 31 de Março de 1955. **Institui a companhia da Merenda Escolar. Rio de Janeiro 31 de março de 1955**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 14/02/2014

\_\_\_\_\_. Decreto nº 54.019, de 14 de Julho de 1964. **Cria a Coordenação Nacional de Crédito Rural - CNCR - e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1964-07-14;54019>> Acesso em 21/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto 57.391, de 12 de dezembro de 1965. **Autoriza a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a conceder financiamento aos beneficiadores dos produtos resultantes das atividades agrícola, pecuária ou extrativa que hajam assegurado aos produtores ou suas cooperativas o preço mínimo fixado pela legislação em vigor, e dá outras providências.** Brasília, 12 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57391-7-dezembro-1965-398117-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.291, de 4 de agosto de 1997. Revogado pelo Decreto nº 7.766, de 2012. **Aprova o Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2291.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2291.htm)> Acesso em 17/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. **Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1985-10-10;91766>> Acesso em: 29/08/2013.

Decreto-Lei n. 79, de 19.12.1966. Vide Lei nº 8.427, de 1992. **Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.** Brasília, 19 de dezembro de 1966. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0079.htm)> Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.212, de 21 de Janeiro de 1943. **Cria a comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.), e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1943. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5212-21-janeiro-1943-415228-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto 58.380 de 10 de maio de 1966. **Aprova o regulamento da lei que institucionaliza o crédito rural.** Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%2058.380-1966?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2058.380-1966?OpenDocument)> Acesso em 21/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966. **Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.** Brasília, 19 de dezembro de 1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0079.htm)> Acesso em 26/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982. **Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1940.htm)> Acesso em 21/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 87.457, de 16 de Agosto de 1982. **Institui o Programa Nacional de Política Fundiária, dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e dá outras providências.** Brasília, 16 de agosto de 1982. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87457-16-agosto-1982-437405-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 91.214, de 30 de Abril de 1985. **Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Dispõe sobre sua estrutura, e dá outras providências.** Brasília, 30 de abril de 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91214-30-abril-1985-441369-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto 1946/96 | Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto de 02 de Dezembro de 1999. **Institui o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo", e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/bdec1999sn231.pdf>> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.338, de 14 de Janeiro de 2000. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências.** Brasília, 14 de janeiro de 2000. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3338-14-janeiro-2000-370307-norma-pe.html> > Acesso em 31/07/2013.

\_\_\_\_\_, Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000. **Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3420.htm)> Acesso em 22/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001. **Regulamenta a Lei no 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, e dá outras providências.** Brasília, 03 de julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3855.htm)> Acesso em 18/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006. **Institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.** Brasília, 30 de março de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm) Acesso em 12/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.996, de 20 de Dezembro de 2006. **Institui o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF nas operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.** Brasília, 20 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5996-20-dezembro-2006-548595-publicacaooriginal-63767-pe.html>> Acesso em: 05/02/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a->

informacao/legislacao/assistenciasocial/decretos/2008/Decreto%20de%2025%20de%20fevereiro%20de%202008.pdf> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto/09 | Decreto de 23 de Março de 2009. **Dá nova redação aos arts. 1o, 3o e 6o do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania, e dá outras providências. Brasília, 23 de março de 2009.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129498/decreto-09>> Acesso em 20/02/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)> Acesso em 30/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. **Institui o Plano Brasil Sem Miséria.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011. **Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm#art30](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm#art30)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011. **Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm)> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.026, de 06 de junho de 2013. **Altera os decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o programa de aquisição de alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do programa de garantia de preços para a agricultura familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o programa de fomento às atividades produtivas rurais; e dá outras providências. Brasília, 06 de junho de 2013.** Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/8b6939f8b38f377a03256ca200686171/e0fec99cf8640c283257b830044e36b?OpenDocument>> Acesso em: 05/02/2014.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. **Institui o fundo de terras e da reforma agrária - banco da terra - e dá outras providências.** Brasília, 4 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp93.htm)> Acesso em 26/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 569, de 21 de dezembro de 1948. **Estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1930-1949/L0569.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0569.htm) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. **Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.** Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1950. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L1283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1283.htm) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 1.506/1951 (lei ordinária) 19/12/1951. **Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional.** Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1951. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/8b6939f8b38f377a03256ca200686171/44d88d962b55b093032569fa00706405?OpenDocument>> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 1.779/1952 (lei ordinária) 22/12/1952. **Cria o instituto brasileiro do café (IBC), e da outras providências.** Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1952. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%201.779-1952?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%201.779-1952?OpenDocument) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei no 5.851, de 7 de dezembro de 1972. **Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências.** Brasília, 07 de dezembro de 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L5851.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5851.htm) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 5.969, de 11 de dezembro de 1973. **Institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e dá outras providências.** Brasília, 11 de dezembro de 1973. Revogado pela Lei nº 12.058, de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L5969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5969.htm) > Acesso em 17/10/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 6.126/1974 (lei ordinária) 06/11/1974. **Autoriza o poder executivo a instituir a empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural (EMBRATER) e dá outras providências.** Brasília, 06 de novembro de 1974. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%206.126-1974?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.126-1974?OpenDocument)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei no 5.969, de 12 de dezembro de 1973. (Revogado pela Lei nº 12.058, de 2009). **Institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e dá outras providências.** Brasília, 12 de dezembro de 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L5969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5969.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.685, de 3 de setembro de 1979. **Introduz alterações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6685.htm)> Acesso em 17/10/2013

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos**

**resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.** Brasília, 11 de julho de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. **Regulamenta o art. 159, inciso i, alínea c, da constituição federal, institui o fundo constitucional de financiamento do norte - FNO, o fundo constitucional de financiamento do nordeste - FNE e o fundo constitucional de financiamento do centro-oeste - FCO, e dá outras providências – regulamenta os fundos constitucionais de desenvolvimento do norte, do nordeste e do centro-oeste.** Brasília, 27 de setembro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm)> Acesso em: 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, e dá outras providências (dentre outras, a extinção da EMBRATER).** Brasília, 12 de abril de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)> Acesso em 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política agrícola.** Brasília, 17 de janeiro de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18171.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. **Dispõe sobre a criação do serviço nacional de aprendizagem rural (SENAR) nos termos do art. 62 do ato das disposições constitucionais transitórias.** Brasília, 23 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8315.htm>> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.427, de 27 de maio de 1992. **Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.** Brasília, 27 de maio de 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8427.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8427.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. **Institui a cédula de produto rural – (CPR), e dá outras providências.** Brasília, 22 de agosto de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8929.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8929.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995. Conversão da MPv nº 1.170, de 1995. Brasília, 10 de novembro de 1995. Alterado pela lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 - dou de 14/6/2010. **Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de**

**Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9126.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995. **Conversão da MPv nº 1.199, de 1995. Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.** Brasília, 22 de agosto de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9138.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9138.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, regulamenta o inciso xix do art. 21 da constituição federal, e altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Brasília, 08 de janeiro de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm)> Acesso em 27/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. **Institui a lei de proteção de cultivares e dá outras providências.** Brasília, 25 de abril de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9456.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm)> Acesso em 27/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998. **Altera a lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.** Brasília, 20 de novembro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9712.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9712.htm)> Acesso em 27/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999. **Altera dispositivos das Leis nº. 9.138, de 29 de novembro de 1995, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 9.126, de 10 de novembro de 1995, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.** Brasília, 26 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Leis/lei9848.htm>> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000. **Regulamento.** Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários. Brasília, 29 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9973.htm)> Acesso em 28/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000. **Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9972.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000. **Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9973.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. **Dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do norte, do nordeste e do centro oeste, de**

**que trata a lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10177.htm) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001. **Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.** Brasília, 14 de fevereiro de 2001. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=920D502359D15764CAD36EC789CEFD72.node2?codteor=290698&filename=LegislacaoCitada+-PL+4984/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=920D502359D15764CAD36EC789CEFD72.node2?codteor=290698&filename=LegislacaoCitada+-PL+4984/2005)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.246, de 02 julho de 2001. **Acrescenta parágrafo único ao art. 4o e dá nova redação ao § 3o do art. 8o da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.** Brasília, 02 de julho de 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002. **Cria o fundo garantia safra e institui o benefício garantia safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. (redação dada pela lei nº 10.700, de 9.7.2003).** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10420.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10420.htm) > Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. **Dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências.** Brasília, 05 de agosto de 2003. Brasília 05 de agosto de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.711.htm)> Acesso em 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/mme\\_lei10762\\_mp\\_1271.pdf](http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/mme_lei10762_mp_1271.pdf)> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e dá outras providências.** Brasília, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.823.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.823.htm) > Acesso em 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Brasília, 23 de dezembro de 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm) > Acesso em 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004. **Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.** Brasília, 10 de janeiro de 2004. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm) > Acesso em 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. **Conversão da MPv nº 221, de 2004. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei no 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências– títulos de crédito do agronegócio.** Brasília, 30 de dezembro de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/L11076.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L11076.htm) > Acesso em: 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. **Conversão da MPv nº 214, de 2004. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.** Brasília, 13 de janeiro de 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm) > Acesso em 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.– política nacional da agricultura familiar.** Brasília, 24 de julho de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) > Acesso em: 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Brasília. 15 de setembro de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm) > Acesso em: 29/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. **Conversão da MPv nº 432, de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de**

operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências. Brasília, 17 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111775.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei no 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.** Brasília, 30 de dezembro de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/L11076.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L11076.htm)> Acesso em 25/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.** Brasília 16 de junho de 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)> Acesso em 14/02/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Conversão da Medida Provisória nº 621, de 2013. **Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm)> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007. **Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de coseguro, as contratações de**

**seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei no 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.** Brasília, 15 de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp126.htm)> Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Brasília, 17 de abril de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp130.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm) > Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Conversão da medida provisória nº 464, de 2009. **Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990. lei complementar nº 137/2010.** Brasília, 11 de novembro de 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L12087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12087.htm) > Acesso em: 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Lei nº 12.512/2011.** Brasília, 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm) > Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012. **Altera o Decreto-Lei no 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário; e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário.** Brasília, 19 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12689.htm) > Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 12.787/2013 (lei ordinária) 11/01/2013. **Dispõe sobre a política nacional de irrigação; altera o art. 25 da lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os decretos-lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.** Brasília, 11 de janeiro de 2013. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.787-2013?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.787-2013?OpenDocument) > Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. **Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno -**

**PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011 . Alterada pela Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011. Alterada pela Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011. Alterada pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012. Alterada pela Lei nº 12.788, de 14 de janeiro de 2013. Alterada pela Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013. Alterada pela Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013. Alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013. Brasília, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2010/lei12249.htm>> Acesso em 27/07/2013.**

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013. **Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Brasília, 29 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12805.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12805.htm)> Acesso em 30/07/2013.

\_\_\_\_\_. Portaria MDA nº 63 de 09/08/2004. **Aprova os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Secretaria de Reordenamento Agrário, da Secretaria da Agricultura Familiar, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário.** Disponível em: <[http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-63-2004\\_188802.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-63-2004_188802.html)> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Política de segurança alimentar e nutricional.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/documentos/proposicoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da-politica-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 30/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2004 – 2007.** Disponível em: <[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallpa/41\\_%28menspresanexo%29.pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallpa/41_%28menspresanexo%29.pdf)> Acesso em: 29/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Territórios da cidadania.** Disponível em:  
<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>  
Acesso em: 30/08/2013.

BRASLIAN FRUIT. **Fruticultura.** Programa de promoção das exportações das frutas brasileiras e derivados. Disponível em:  
<<http://www.brazilianfruit.org/Pbr/Fruticultura/Fruticultura.asp>> Acesso em: 01/11/2013.

BORGES, P. T. **Institutos básicos do direito agrário.** 11. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1988. 301p.

BRITTO, J. N. de P.; VARGAS, M. A.; CARVALHO, G. N. P.; **Políticas para arranjos produtivos locais no Estado do Rio de Janeiro.** In: Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Rio de Janeiro, 2010. 380 p.  
Disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/pesquisa/Consolidacao\\_APLs\\_Sul\\_Sudeste.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/pesquisa/Consolidacao_APLs_Sul_Sudeste.pdf)> Acesso em 14/10/2013.

BRITTO, J. N. de P. **Diversificação, competência e coerência produtiva.** In: KUPFER, D; Hasenclever, L.(Org). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro> campus, 2002. 640p.

\_\_\_\_\_. **Arranjos produtivos locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ 2004. 240p. Disponível em:  
<<http://www.redetec.org.br/publique/media/APLs.pdf>> Acesso em 14/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Análise do mapeamento e das políticas públicas para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro oeste do Brasil. Relatório de pesquisa 03 - Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas: O caso do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. 2009. 71p. Disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Caracterizacao\\_RJ.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Caracterizacao_RJ.pdf)> Acesso em 19/09/2014.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento local e municipal sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.104p.

CAMPOS, R. R. **Análise do mapeamento das políticas públicas para Arranjos Produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil. Relatório nº 01.** Rio de Janeiro. 2004.58 p.  
Disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento\\_RJ.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_RJ.pdf)> Acesso em 20/08/2013.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas.** In: WORKSHOP – IPEA discute Arranjos Produtivos Locais. Brasília: IPEA, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.531p.

\_\_\_\_\_. **A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura.** Volume I. A sociedade em rede. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 681p.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede.** 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 617p.

CASTRO, J. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Portal do desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2002. 3p. Disponível em <<http://www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html>> Acesso: 26/08/2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

CIMAS. **Manual de metodologia participativa.** Observatório internacional de cidadania e meio ambiente sustentável. Madri, 2009. Disponível em: <[http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/09/manual\\_2010.pdf](http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/09/manual_2010.pdf)> Acesso em: 29/10/2013.

CLEMENTI, J. A.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A. **A gestão do conhecimento e o desenvolvimento territorial sustentável nos órgãos públicos: a contribuição das tic, estratégias de comunicação e sistema de informação.** Disponível em: <<http://www.sbgc.org.br/kmbrasil2011/anais/pdf/TC72.pdf>>. SBG, 2011. Acesso em: 01/03/2012.

CODIMACO. **Guia para certificação GLOBALGAP (EUREPGAP).** Disponível em: <[http://www.soutosdavila.pt/Mini\\_Guia\\_GLOBALGAP.pdf](http://www.soutosdavila.pt/Mini_Guia_GLOBALGAP.pdf)> Acesso em: 05/11/2013.

CONAB. **Cartilha do Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP.** Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/be89e510efd3cef55fdd7687215b1dcc.pdf>> Acesso em 23/07/2013.

COSTA NETO, Y. C. **Bancos Oficiais no Brasil: Origem e Aspectos de Seu Desenvolvimento. Banco central do Brasil.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros\\_bancos\\_oficiais.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf)> Acesso em: 01/08/2013.

COSTA, A. N; POLIVANOV, H; ALVES. M. G. **Mapeamento Geológico-Geotécnico Preliminar, Utilizando Geoprocessamento, no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.** Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro 2008. ISSN 0101-9759 e-ISSN 1982-3908 - Vol. 31 - 1 / 2008 p. 50-64.

CRUSH, J. **Introduction: Imagining Development.** In: J. Crush (ed.). The Power of Development. London: Routledge, 1995. PP 1-23,

CRUZ, W. A. J. **Governança de redes, cooperação e desenvolvimento: Estudo de caso de uma rede de associações de coletores de material reciclável.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em:

<[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_arquivos/10/TDE-2007-10-04T065938Z-652/Publico/June%20Cruz.pdf](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/10/TDE-2007-10-04T065938Z-652/Publico/June%20Cruz.pdf)> Acesso em 29/11/2012.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2011. 280 p.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **História da EMBRAPA**. 30/07/2012. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>> Acesso em 17/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto APL-maracujá**. Disponível em: <[http://www.ctaa.embrapa.br/projetos/maracuja/o\\_projeto.htm](http://www.ctaa.embrapa.br/projetos/maracuja/o_projeto.htm) > Acesso em 07/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Missão e atuação**. Disponível em: <[http://www.embrapa.br/a\\_embrapa](http://www.embrapa.br/a_embrapa)> Acesso em 12/11/2013 a.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural RJ - EMATER. **Área e produção colhidas do estado do rio de janeiro**. Segundo grupos de culturas - ano 2009. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/culturas.HTM>> Acesso em: 09/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2012**. Rio de Janeiro, 2012. 75p. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/relatorio2012.pdf> > Acesso em 22/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Área e produção colhidas do estado do rio de janeiro**. Segundo grupos de culturas - ano 2010. Disponível em: <[http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/asp2010\\_culturas\\_correcao.HTM](http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/asp2010_culturas_correcao.HTM)> Acesso em: 09/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Atribuições**. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/atribuicoes.asp> > Acesso em 14/10/2013.

ESCOBAR, A. **Beyond the search for a paradigm? Post-development and beyond. Development** (SID), 43 (4), (2000). 5 p. Disponível em: <[simonbatterbury.net/.../escobar5asublished.doc](http://simonbatterbury.net/.../escobar5asublished.doc)> acesso em 10/08/2012.

EVANS, P. **Autonomia e parceria**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 401p.

FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. **Fruticultura: fundamentos e práticas**. Embrapa publicações *on line* série livro EMBRAPA Clima Temperado. Disponível em:

<[http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/livro/fruticultura\\_fundamentos\\_pratica/index.htm](http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/livro/fruticultura_fundamentos_pratica/index.htm)> Acesso em 02/10/2013.

FACHINELLO, J. C.; PASA, M. S.; SCHMITZ, J. D. ; BETEMPS, D. L. **Situação e perspectivas da fruticultura de clima temperado no Brasil**. Revista Brasileira de Fruticultura. vol. 33 no.spe1 Jaboticabal Oct. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbf/v33nspe1/a14v33nspe1.pdf> > Acesso em 19/11/2013. p 109-120.

FAERJ/SEBRAE/FIRJAN. **Polo agroindustrial associado à fruticultura irrigada na região Noroeste fluminense – plano de negócio/sumário executivo.** Brasília (DF), jul.1999. 40 p.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** v. 1. Porto Alegre: Globo, 1979. P.290.

FARIA, T. P. **Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2878677/Configuracao\\_do\\_Espaco\\_Urbano\\_da\\_Cidade\\_de\\_Campos\\_dos\\_Goytacazes\\_apos\\_1950\\_novas\\_centralidades\\_velhas\\_estruturas](http://www.academia.edu/2878677/Configuracao_do_Espaco_Urbano_da_Cidade_de_Campos_dos_Goytacazes_apos_1950_novas_centralidades_velhas_estruturas) > Acesso em 03/09/2014.

FERNANDES, E. **Desigualdades em campo.** Revista Educação. Agosto de 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>> Acesso em 02/10/2013.

FERREIRA, A. **Desenvolvimento Regional: Limites e Possibilidades Institucionais – Um Estudo de Caso da Região do Vale do Paraíba – RJ.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. 226 P.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 2ªed.1986. 1837p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. CAMPO: Ci. De Promoção Agrícola. **Um estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na região Norte-Noroeste Fluminense.** Rio de Janeiro: FIRJAN/CAMPO, Agosto de 1998. 30p.

\_\_\_\_\_. **Fruticultura Irrigada.** Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/4028808121372558012139E0472C54D1.htm> acesso em 19/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema FIRJAN promove Encontro da Agroindústria no Rio de Janeiro.** 27/08/2013. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=28871&secao=Agrotemas>> Acesso em 20/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (2006-2015).** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE921D5239A0121D554663232BC.htm>> Acesso em 20/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Grupo Executivo de Agroindústria do Sistema FIRJAN.** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC4012172DBB000002D.htm>> Acesso em 20/11/2013 a.

\_\_\_\_\_. **Visões do futuro do norte fluminense.** Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.firjan.org.br%2Fflumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload>>

jsp%3FfileId%3D2C908CEC3E3365F6013F110C9B411E21&ei=craMUtWXH46gkQem1Y  
HAAw&usg=AFQjCNExpvcQwC7QnGhXnlh9HVqiEBiBSA&sig2=Hc3ckSa9bLuYKP1AA  
-zj5g> Acesso em 20/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Estudo de viabilidade de um polo de fruticultura na região Norte/Noroeste Fluminense.** Rio de Janeiro, ago., 1998. 29 p.

FGV; SEBRAE-RJ; FIRJAN. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro – região Noroeste.** Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 47 p.

\_\_\_\_\_. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro – região Norte.** Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 52 p.

\_\_\_\_\_. **Potencialidades econômicas e competitividade no Rio de Janeiro/sumário executivo.** Rio de Janeiro, abr./maio. 1998. 66 p.

Fundação Estadual Norte Fluminense – FENORTE. **Descrição Histórica.** Disponível em: <<http://www.fenorte.rj.gov.br/fenorte.php>> Acesso em 22/02/2014.

FILIPPIM, E. S. ; ROSSETTO, C.; R. A. HERMES, F. M. F. **A gestão do desenvolvimento regional: análise de uma experiência no Meio Oeste catarinense.** Cadernos EBAPE.BR : Volume III. Número 2. Julho 2005. Disponível em: <[www.ebape.fgv.br/cadernosebpe](http://www.ebape.fgv.br/cadernosebpe)> Acesso em 05/01/2012.

FURNELATO, E. L.; CÂNDIDO, G. A.; Martin, M. de F. **Sustentabilidade em arranjos produtivos locais: uma proposta metodológica de análise.** Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – v 1. N. 9, p. 195 - 225, jan./abr. 2011. Disponível em: <[www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/314/199](http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/314/199)>. Acesso em 01/03/2012.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 161p.

\_\_\_\_\_. **A Fantasia Organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 232p.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à nova economia política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 137p.

\_\_\_\_\_. **A dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Cultura, 1964.181p.

\_\_\_\_\_. **O Subdesenvolvimento Revisitado.** Economia e Sociedade, N.1, 1992, p. 5 a 19.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974. 117 p.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 2168p.

FREITAS, A. F. de. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Vol. III; Nº 6; P. 27-58; jul/dez 2010.

FRUIT&TECH. **Feira Internacional de Frutas, Legumes e Derivados, tecnologia e logística**. Disponível em: <[http://www.fruitetech.com.br/2010/codigo/institucional.asp?idioma=1&nome\\_item=A%20Feira&nome\\_subitem=Perfil](http://www.fruitetech.com.br/2010/codigo/institucional.asp?idioma=1&nome_item=A%20Feira&nome_subitem=Perfil)> Acesso em 02/11/2013.

GARCEZ, C.; KAPLAN, E.; MAGALHÃES, W.; LEMOS, C.; LASTRES, H. M. M. **Análise de políticas públicas para arranjos produtivos Locais no Brasil: Uma introdução**. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu. Políticas para arranjos produtivos locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal. Natal, RN: EDUFRN, 2010. 400 p.

GARCIA, R. **Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter**. Revista Ensaios FEE, v. 27, n.2. 2006. p.p.301-324.

GEO GUIA. **A Teoria Malthusiana**. Disponível em: <<http://geoguia.blogspot.com.br/2008/11/teorias-demograficas.html>> Acesso em 15/07/2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2008. 219p.

GIL, D.; GAMEIRO S. **Organização e implementação da estratégia Estrutura organizacional estratégia e marketing**. Instituto superior de engenharia de Coimbra. Coimbra, 2009. Disponível em: <[http://prof.santana-e-silva.pt/EGI\\_estrategia\\_mk/trabalhos\\_dos\\_alunos/estrategia/Word/10-Estruturas%20Organizacionais.pdf](http://prof.santana-e-silva.pt/EGI_estrategia_mk/trabalhos_dos_alunos/estrategia/Word/10-Estruturas%20Organizacionais.pdf)> Acesso em 07/02/2013.

GLOBAL GAP. **Sistema integrado de garantia da produção**. Disponível em: <[http://www.4hsa.pt/a\\_seg/Globalgap/](http://www.4hsa.pt/a_seg/Globalgap/)> acesso em 02/11/2013.

GOGA, S.; SWINBURN; G. ; MURPHY F. **Desenvolvimento econômico local: Um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese\\_Primer.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf)> . Acesso em: 10/10/2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Fábrica de bebidas aumenta produção em Campos**. 12/04/2013. Texto de Virgínia Cavalcante. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1531223>> Acesso em 16/11/2013.

GRAÇA, A.; CARRANÇA, F. **Agricultura, Plano Safra e a política agrícola brasileira - O Agronegócio tem peso expressivo na economia brasileira**. São Paulo: 2010. Ano 7 . Edição 59 – 7p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=1278:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1278:reportagens-materias&Itemid=39)> Acesso em 12/07/2013.

GUTIERREZ, J. P. (Coord.). **Direito em Questão: aspectos agrários**. Campo Grande: UCDB, 2000. 01. ed. Campo Grande - MS: Editora UCDB, 2000. v. 01. 176p.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B. MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 471p.

HALPERIN, T. **A CEPAL em seu contexto histórico**. Revista CEPAL. Número especial em português. Maio/2010, pp.55:76.

HEIDEMANN, F. G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora universidade de Brasília. Brasília, 2010. 340p.

HERNÁNDEZ, D. **Desenvolvimento participativo**. Entrevista concedida na cidade de Volta Redonda, durante a semana de ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: Volta Redonda, 27/10/2013.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RESOLUÇÃO INEA Nº 54 DE 02 DE ABRIL DE 2012. **Estabelece os procedimentos a serem adotados pelos agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais para regularização do uso de recursos hídricos de domínio do estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter\\_pres\\_aspres/documents/document/zwff/mda2/~edisp/inea\\_006710.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_pres_aspres/documents/document/zwff/mda2/~edisp/inea_006710.pdf)> Acesso em: 25/05/2014.

\_\_\_\_\_. **O que é o INEA**. Disponível em: <<http://www.inea.proderj.rj.gov.br/inea/sobre.asp>> Acesso em 25/05/2014a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável, Brasil 2010**. Estudos e pesquisas, informações geográficas número 7. Rio de Janeiro, 2010. 443p. Disponível em: Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>> 02/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Campos dos Goytacazes**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100>> Acesso em 15/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Histórico: Campos dos Goytacazes**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330100>> Acesso em 15/11/2013 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS, IBRAF. **Comparativo das exportações de frutas brasileiras**. Disponível em: <[http://www.ibraf.org.br/estatisticas/est\\_frutas.asp](http://www.ibraf.org.br/estatisticas/est_frutas.asp)> Acesso em: 22/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Certificação Fruta Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ibraf.org.br/frutassaude/frutaSustentavel.asp>> Acesso em 02/11/2013 a.

INSTITUTO TERRA. **Estudo das potencialidades do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <[www.institutoterra.org/doc.04\\_cadeia\\_produtiva\\_fruticultu.pdf](http://www.institutoterra.org/doc.04_cadeia_produtiva_fruticultu.pdf)> Acesso em 10/11/2012.

INMETRO. **Produção Integrada de Frutas - PIF.** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/prodfrutas.asp>> Acesso em 02/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Fruticultores de Juazeiro buscam certificado para aumentar exportações.** Disponível em: <[http://www.inmetro.gov.br/noticias/verNoticia.asp?iacao=imprimir&seq\\_noticia=2170](http://www.inmetro.gov.br/noticias/verNoticia.asp?iacao=imprimir&seq_noticia=2170)> Acesso em 05/11/2013 a.

KIST, B. B.; VENCATO, A.Z.; SANTOS, C.; CARVALHO, C.; REETZ, E. R.; POLL, H.; BELING, R. R. **Anuário brasileiro da fruticultura 2012.** Santa Cruz do Sul, RS. Editora Gazeta Santa Cruz. 128 p. Disponível em: <[http://www.gaz.com.br/tratadas/eo\\_edicao/4/2012/04/20120402\\_0061a1612/pdf/3158\\_2012\\_fruticultura\\_double\\_web.pdf](http://www.gaz.com.br/tratadas/eo_edicao/4/2012/04/20120402_0061a1612/pdf/3158_2012_fruticultura_double_web.pdf)> Acesso em 22/08/2013.

LACERDA, A. D. M.; LACERDA, R. D. **O Cluster da fruticultura no Polo Petrolina/Juazeiro.** Revista Biologia e Ciência da Terra. V.4, nº 1. 1º semestre 2004.p 1-16. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/petrolina.pdf>> Acesso em 19/11/2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Metodologia do trabalho científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.

LEITE, S. P. **Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996).** Campinas, SP: 1998. 274p.

LIMA, L. A. Reestruturação **Produtiva da Indústria Petroquímica Brasileira: o caso de Camaçari.** UFSC, Florianópolis, 2006.196 p.

MALUF, R. S. (2000), **Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. Estudos Sociedade e Agricultura,** 2000. p. 53-86.

MALMEGRIN, M. L. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos.** Brasília: CAPES: UAB, 2010. 118 p.

MARSIGLIA, J. **Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças.** In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). Desenvolvimento local. São Paulo: Polis, n.25, 1996. p.63-74.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. ; ALMEIDA, A. C. R. ; ALIMONDA, H. A. ; SALDANHA, J. A. V. . **Local Productive Arrangements' Concepts Analysis Under the Social Management Optics.** In: Marcos Ferasso; Jorge Alberto Velloso Saldanha; Nelson Casarotto Filho. (Org.). Studies on Industrial Clusters and Local Development. 01ed.: Lambert Academic Publishing, 2013, v. , p. 241-271.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. . **Políticas públicas para os arranjos produtivos locais (APLs): uma visão estratégica.** Revista "Vianna Sapiens", v. 3, p. 140-167, 2013.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. ; MEIRELLES, C. A. . **Governança corporativa e competências organizacionais.** In: VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011, Niterói/RJ. Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói/RJ: UFF, 2011.

MIDGLEY, J. **Crescimento econômico, redistribuição e bem-estar: rumo ao investimento social.** In: GIDDENS, A. (Org.). O debate global sobre a terceira via. São Paulo: UNESP, 2007. P. 225-240.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAPA. **Política Agrícola.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola>> Acesso em: 13/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Fruticultura: Políticas, cenários, demandas e desafios.** Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/setor/fruticultura/acesse/noticias/acesse/noticias/Inform%20CGP%20CP%2051\\_jun11\\_Fruticultura%20%281%29.pdf](http://www.sebrae.com.br/setor/fruticultura/acesse/noticias/acesse/noticias/Inform%20CGP%20CP%2051_jun11_Fruticultura%20%281%29.pdf)> Acesso em: 02/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Agenda estratégica fruticultura 2010 – 2015.** Brasília: Mapa/ACS, 2011. 60 p.

\_\_\_\_\_. **Revista de política agrícola.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/publicacoes>> Acesso em 13/07/2013

\_\_\_\_\_. PROAGRO. Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zonamento-agricola/proagro>> Acesso em: 17/10/2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. **Plano agrícola e pecuário 2013/2014.** Brasília: 2013. 126p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO. **Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Art. 61. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções CD/FNDE n° 32, de 10 de agosto de 2006; n° 38, de 19 de agosto de 2008 e demais disposições em contrário. Brasília, 16 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>> Acesso em 14/02/2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Água para todos.** Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/entenda-o-programa>> Acesso em: 22/04/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Grupo de trabalho permanente.** Brasília, (2005). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/eventos.php?area=2>> Acesso em 15/09/2013.

\_\_\_\_\_. **Câmara de Gestão dos APLs do Estado do Rio de Janeiro.** (2007). Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1198759651.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1198759651.pdf)> Acesso em: 04/10/2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E RENDA. **Programa de geração de emprego e renda-PROGER.** <Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/spetr/sobre-o-proger/>> Acesso em 14/11/2013.

MINISTÉRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Políticas de desenvolvimento APL no Brasil. Disponível em < <http://www.mct.gov.br/index.php>> acesso em 15/06/2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO. Brasil. **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985>> Acesso em 15/06/2012<sup>a</sup>.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO. **Brasil Maior.** Disponível em: < <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>> Acesso em 01/12/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR. **Arranjos Produtivos Locais – APLs.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>> Acesso em: 30/08/2013.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Plano Brasil sem Miséria.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria>> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 22/10/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Manual de operações.** Brasília, 2009. 140p. Disponível em: <[http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual\\_Operacional\\_do\\_CPR\\_-\\_2009.pdf](http://www.agricultura.sp.gov.br/attachments/article/212/Manual_Operacional_do_CPR_-_2009.pdf)> Acesso em 03/08/2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Agricultura Familiar. **Mais Alimentos.** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>> Acesso em: 22/10/2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema único de saúde.** Portal da Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/7/o-ministerio.html>> Acesso em 30/08/2013.

MOREIRA, A. D.I; QUEIROZ, A. C. S. **Inovação tecnológica e operacional.** São Paulo: Thomson Learning, 2007. 326 p.

MULLER, P. **Les politiques publiques.** 7ed. Paris: PUF, 2008. 307p.

NETO, M. M.; WAKER, R. A. **Aplicação de Ferramenta Computacional Baseada em Redes Sociais para Análise de Relacionamentos em Organizações Produtivas**. P. 69 a 78. Disponível em:

< <http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/ubiquidade/Site/ubiquidade/pdf/Artigo7.pdf>> acesso em 11/02/2013.

NICOLAU J. A.; CARIO S. A. F. **Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: um estudo empírico**. Ensaios FEE, Vol. 33, Nº 1 (2012) Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2512>> Acesso em: 30/11/2012.

OFFE, Claus. **A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade**. In: Bresser Pereira, L.C., Wilhelm. J. ,e Sola, L. (orgs). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Enap, 1999, p. 119-145.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <[http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/v5\\_n2\\_maio\\_agosto\\_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf)> Acesso em 26/08/2013.

PAIVA, C. A. **O que são sistemas locais de produção (e por que eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul)**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande de Sul, 2004. In: Anais do I Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/eeg/>>. Acesso em 21/12/2011.

PEREIRA, L. C. B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Curso de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 27/08/2013. 24p.

PEREIRA, L. G. C. **Política agrícola brasileira: breves considerações**. Brasília: Marços de 2013. Camará dos Deputados. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13097/politica\\_agricola\\_pereira.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13097/politica_agricola_pereira.pdf?sequence=1)> Acesso em 23/07/2013.

PÉRICO, R. E.; PERAFÉN, M. V.; PINILLA, A. M. E. **Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.13) 244 p.

PESAGRO. Empresa de pesquisa agropecuária do Rio de Janeiro. **Publicações para leitura**. Disponível em <<http://www.pesagro.rj.gov.br/publicacao.html>> Acesso em: 09/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Atribuições**. Disponível em: <<http://www.pesagro.rj.gov.br/>> Acesso em: 09/10/2013 a.

\_\_\_\_\_. **Missão, visão e objetivos.** Disponível em: <<http://www.pesagro.rj.gov.br/>> acesso em 09/10/2013b.

PT NO SENADO. **Dilma destaca parcerias entre prefeituras e governo para setores prioritários.** Disponível em:< <http://www.ptnosenado.org.br/textos/122-curtas/27521-dilma-destaca-parcerias-entre-prefeituras-e-governo-para-setores-prioritarios>> Acesso em 14/11/2013.

PLANETA ORGANICO. **Relatório nº 2. Relatório de mercado 2006. Panorama geral da cadeia agro alimentar das frutas.** Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/relatorio-n-2/?s=fruticultura%20no%20brasil>> Acesso em 01/11/2013.

PORTER, **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. 897 p.

PORTINHO, L. **E tanto Brasil I.** Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes. 10/04/2014. Disponível em: <<http://fmanha.com.br/blogs/lucianaportinho/category/agronegocio/>> Acesso em 10/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES . **Prefeitura Municipal.** Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br>> Acesso em 15/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Cartão do Produtor já beneficia mais de 2 mil produtores rurais.** Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=21630](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=21630)> Acesso em 15/11/2013a.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura produz mudas de árvores para restauração de matas.** Disponível em: <[http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=13675](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=13675)> Acesso em: 03/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Mais Verde: arborização nos quatro cantos do município.** Disponível em: [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=26290](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26290) Acesso em 03/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Campos em dados.** Disponível em:<<http://www.camaracampos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Indicadores-Municipais-Campos-dos-Goytacazes.pdf>> Acesso em 04/09/2014.

PRESSER, Mário Ferreira. **Globalização e regionalização: notas sobre o MERCOSUL.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 3, nov. 1985. pp 86-100.

Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – **Redução da Pobreza.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ReducaoPobreza.aspx>> Acesso em 30/09/2013.

Programa de Crédito Fundiário. **Secretaria de desenvolvimento agrário. MDA.** Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>> Acesso em: 30/08/2013.

Programa de desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas. **Rio Rural.** Disponível em: <[http://www.microbacias.rj.gov.br/programa\\_rio\\_rural.jsp](http://www.microbacias.rj.gov.br/programa_rio_rural.jsp)> Acesso em 12/10/2013.

Programa de educação no Campo. INCRA. Disponível em:  
<<http://www.ufes.br/educacaodocampo/home.html>> Acesso em: 29/08/2013.

Programa fome zero. Presidência da república. Disponível em:  
<<http://www.fomezero.gov.br/>> Acesso em: 30/08/2013.

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais. (P1MC). Disponível em:  
<<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.pdf>> Acesso em: 30/08/2013.

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PROGER. Disponível em:  
<<http://portal.mte.gov.br/spetr/sobre-o-proger/>> Acesso em 25/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Informe PROGER 2001/2007.** Disponível em:  
<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B68B55D226926/InformePROGER\\_2001\\_a\\_2007\\_Vol2PB.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B68B55D226926/InformePROGER_2001_a_2007_Vol2PB.pdf)> Acesso em 25/11/2013.

Programa Luz para todos. MME. Disponível em:  
<<http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>> Acesso em: 30/08/2013

PROGRAMA MAIS MÉDICO. Mais médico. Disponível em:  
<<http://maismedicos.saude.gov.br/>> Acesso em: 22/10/2014.

Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Secretaria da agricultura familiar. MDA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>  
Acesso em 30/08/2013.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em:  
<<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>> Acesso em: 22/10/2014.

PUPIM DE OLIVEIRA, J. A. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 190 p.

PUTNAM; R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 230p.

QUEIROZ, J. M. **Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate.** Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.143-170, jul.-dez. 2011.

QUINTAR, A. **A governance no desenvolvimento regional e local: alguns eixos do debate para serem pensados na argentina.** In: territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio e janeiro, 2006. DP &A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006.

RAMÍREZ, J. C. ; JUÁREZ, D. **La nueva escalada matemática. El impacto reciente de la teoría de sistemas dinámicos en economía.** Economía Mexicana, 2009, Vol.18(1), p.71.  
Disponível em:

<[http://periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL2NhcnVzLW1ldGFsaWJwbHVzLmhc3RlZC5leGxpYnJpc2dyb3VwLmNvbS9wcm1tb19saWJyYXJ5L2xpYnd1Yi9hY3Rpb24vc2VhcnNoLmRvP2RzY250PTAmZnJiZz0mc2NwLnNjcHM9cHJpbW9fY2VudHJhbF9tdWx0aXBsZV9mZSZ0YWI9ZGVmYXVsdF90YWImY3Q9c2VhcnNoJm1vZGU9QmFzaWMmZHVtPXRydWUmaW5keD0xJmZuPXNlYXJjaCZ2aWQ9Q0FQRVM%3D&buscaRapidaTermo=+teoria+malth+usiana&x=26&y=9](http://periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL2NhcnVzLW1ldGFsaWJwbHVzLmhc3RlZC5leGxpYnJpc2dyb3VwLmNvbS9wcm1tb19saWJyYXJ5L2xpYnd1Yi9hY3Rpb24vc2VhcnNoLmRvP2RzY250PTAmZnJiZz0mc2NwLnNjcHM9cHJpbW9fY2VudHJhbF9tdWx0aXBsZV9mZSZ0YWI9ZGVmYXVsdF90YWImY3Q9c2VhcnNoJm1vZGU9QmFzaWMmZHVtPXRydWUmaW5keD0xJmZuPXNlYXJjaCZ2aWQ9Q0FQRVM%3D&buscaRapidaTermo=+teoria+malth+usiana&x=26&y=9)> Acesso em: 158/07/2013.

RELATÓRIO BRUNDTLAND 1987. **Relatório Brundtland 1987**. Disponível em: <[http://www.tiosam.org/~Relat%C3%B3rio\\_Brundtland/](http://www.tiosam.org/~Relat%C3%B3rio_Brundtland/)>. Acesso em: maio 2012.

REDEAPL. 6ª CBAPL – **Apresentações**. 2013. Disponível em: <<http://redeapl.ibict.br/files/app#/folder/c6b746b0-fa21-421a-9c65-46cd4787d356/>> Acesso em 16/01/2014.

REIS JUNIOR, R.A.; MONNERAT, P. H. **Diagnose nutricional da cana de açúcar em Campos dos Goytacazes**. R. Brasil. Ci. Solo, 26: 367-372, 2002. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Diagnose\\_nutricional\\_da\\_cana-de-acucarID-adcUJmZxVc.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Diagnose_nutricional_da_cana-de-acucarID-adcUJmZxVc.pdf)> Acesso em 05/09/2014.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX**. Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.brapci.ufpr.br%2Fdownload.php%3Fdd0%3D9071&ei=U6XOUsXPIsaqAe5mYHgBQ&usq=AFQjCNHk3ifKSPAuLY1zUPL3-IVP6fWXTg&sig2=48wWR4GKf\\_C7c6TVVsdNhw&bvm=bv.59026428,d.eW0](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.brapci.ufpr.br%2Fdownload.php%3Fdd0%3D9071&ei=U6XOUsXPIsaqAe5mYHgBQ&usq=AFQjCNHk3ifKSPAuLY1zUPL3-IVP6fWXTg&sig2=48wWR4GKf_C7c6TVVsdNhw&bvm=bv.59026428,d.eW0)> Acesso em 20/04/2012.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 716, de 27 de dezembro de 1983. **Dispõe sobre medidas de proteção ao solo agrícola**. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1315, de 07 de junho de 1988. **Institui a política florestal do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2155, de 10 de setembro de 1993. **Institui a abelha inseto útil e protege a flora melífera**. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2810, de 16 de outubro de 1997. **Autoriza o poder executivo a garantir empréstimo a ser contratado por produtor rural do estado do Rio de Janeiro, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na qualidade de agente financeiro do BNDES, no âmbito do PRONAF, na forma que menciona**. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3220 de 07 de junho de 1999. **Estabelece o selo verde para controle da qualidade dos produtos alimentícios.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3325 de 17 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro.** Acesso em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3326, de 17 de dezembro de 1999. **Autoriza o poder executivo a instituir o fundo de recuperação e estímulo ao plantio de café - pró-café.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 3.345, de 29 de dezembro de 1999. **Define as diretrizes e estabelece os instrumentos de ação relativamente à Defesa Agropecuária, quanto aos animais, aos vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados, bem como aos respectivos insumos e resíduos em geral.** Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26153.pdf/LEI\\_3345\\_DEFESAAGROPECUARIA.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26153.pdf/LEI_3345_DEFESAAGROPECUARIA.pdf)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3393, de 03 de maio de 2000. **Autoriza o poder executivo a participar do programa luz no campo na forma que menciona.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 3424, de 21 de junho de 2000. **Proíbe o uso de brometo de metila no estado do rio de janeiro.** Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/01017f90ba503d61032564fe0066ea5b/45c2d19ef5d1b0f10325690c00654772?OpenDocument>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3517, de 27 de dezembro de 2000. **Autoriza o poder executivo a instituir uma agência de fomento e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3978, de 08 de outubro de 2002. **Autoriza o poder executivo a criar condições para o financiamento aos agricultores familiares no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4177, de 29 de setembro de 2003. **Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais para o setor de agronegócio e da agricultura familiar fluminense e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 29/09/2013. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/69d90307244602bb032567e800668618/5414f39f835acf5083256db100777e81?OpenDocument>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.874, de 25 de outubro de 2006. **Assegura aos agricultores familiares o direito de comercializar seus produtos agropecuários com dispensa de licitação pública e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5067 de 09 de julho de 2007. **Dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico do estado do Rio de Janeiro e definindo critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do rio de janeiro.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5225, de 16 de abril de 2008. **Criar o Programa Estadual de Desenvolvimento da Floricultura, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA-RJ.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5381, de 16 de janeiro de 2009. **Dispõe sobre a criação do programa emergencial de recuperação de estradas vicinais no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.** Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87601/lei-5381-09>> Acesso em: 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5548, de 24 de setembro de 2009. **Institui o Programa RIO-MEL, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, destinado a promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do mel e seus derivados.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei 6003, de 08 de julho de 2011. **Altera a lei nº 5645, de 06 de janeiro de 2010, incluindo o dia 24 de junho, como o dia estadual da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6179, de 9 de março de 2012. **Cria o programa estadual de recuperação da economia do meio rural fluminense e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6441, de 30 de abril de 2013. **Altera a lei nº 3.345, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o cadastro estadual de agrotóxicos fitossanitários, proíbe o comércio de mudas e sementes não certificadas e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 25.520, de 12/08/1999. **Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAPI, o Programa Moeda Verde e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www2.normaambiental.com.br/bolzan/lpext.dll/np/RJ/191fba6/192b93f/1930e59?f=templates&fn=document-frame.htm&2.0#JD\\_RJDecreto2552099](http://www2.normaambiental.com.br/bolzan/lpext.dll/np/RJ/191fba6/192b93f/1930e59?f=templates&fn=document-frame.htm&2.0#JD_RJDecreto2552099)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 26.214 de 25 de abril de 2000. **Aprova o regulamento de defesa sanitária animal.** Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/230099/decreto-26214-00>> Acesso em 12/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 26.278 de 04 de maio de 2000. **Institui o Programa Moeda Verde – FRUTIFICAR, cria o Grupo executivo para a implementação do projeto Polo de Fruticultura das regiões Norte e Noroeste, e dá outras providências.** Disponível em:

<[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu\\_structure/legislacao?\\_afLoop=142453616332000&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81037&\\_afWindowMode=0&\\_adf.ctrl-state=elcw8o975\\_4](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/menu_structure/legislacao?_afLoop=142453616332000&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81037&_afWindowMode=0&_adf.ctrl-state=elcw8o975_4)> Acesso em 10/12/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 26.278 de 04 de maio de 2000. **Institui o programa moeda verde – frutificar, cria o grupo executivo para a implementação do projeto polo de fruticultura das regiões norte e noroeste, e dá outras providências.** Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26119.pdf/DECRETO\\_26278\\_MOEDAVERDEFRUTIFICAR.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26119.pdf/DECRETO_26278_MOEDAVERDEFRUTIFICAR.pdf)> Acesso em 10/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 29.194 de 14 de setembro de 2000. **Cria o comitê de deferimento de crédito dos programas especiais de fomento agropecuário e dá outras providências.** Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26125.pdf/DECRETO\\_29194\\_COMITEAGROPECUARIO.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26125.pdf/DECRETO_29194_COMITEAGROPECUARIO.pdf)> Acesso em 10/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 29.038 de 22 de agosto de 2001. **Altera a redação do Decreto n.º 26.278, de 04 de maio de 2000, que institui o PROGRAMA MOEDA VERDE - FRUTIFICAR e dá outras providência.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/instituicao?\\_afLoop=796255661902845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81692&\\_adf.ctrl-state=27fgwhlvw\\_345](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/instituicao?_afLoop=796255661902845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81692&_adf.ctrl-state=27fgwhlvw_345)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 29.409 de 16 de outubro de 2001. **Institui o programa MOEDA VERDE- MULTIPLICAR, cria o grupo executivo para a implementação do projeto, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?\\_afLoop=795772913708845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81684&\\_adf.ctrl-state=27fgwhlvw\\_294](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?_afLoop=795772913708845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81684&_adf.ctrl-state=27fgwhlvw_294)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 30.779 de 05 de março de 2002. **Institui o programa MOEDA VERDE - PROSPERAR / AGROINDÚSTRIA, cria o grupo executivo para a implementação do projeto, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?\\_afLoop=795493660174845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81979&\\_adf.ctrl-state=27fgwhlvw\\_266](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?_afLoop=795493660174845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81979&_adf.ctrl-state=27fgwhlvw_266)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 32.811 de 19 de fevereiro de 2003. **Institui o projeto jovens frutificando no interior, no âmbito do programa moeda verde - frutificar, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c39de50325681f0061559e/5fdb7a33831516e883256cd40063fe2d?OpenDocument>> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 34.015 de 03 de outubro de 2003. **Institui o Programa Moeda Verde – Cultivo Orgânico, cria Grupo Executivo para a sua implementação e execução e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?\\_afLoop=794696366223845&datasour](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?_afLoop=794696366223845&datasour)

ce=UCMServer%23dDocName%3A81302&\_adf.ctrl-state=27fgwhlvw\_238> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 34.335 de 18 de novembro de 2003. **Institui o programa moeda verde – florescer, cria grupo executivo para a sua implementação e execução e dá outras providências.** Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/286641/DLFE-31346.pdf/DECRETO\\_34335\\_INSTITUIMOEDAVERDEFLORESCER.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/286641/DLFE-31346.pdf/DECRETO_34335_INSTITUIMOEDAVERDEFLORESCER.pdf)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 35033, de 22 de março de 2004. **Regulamenta a Lei n.º 4177, de 29 de setembro de 2003 e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site\\_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2004/35033.html](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2004/35033.html)> Acesso em 09/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 32.811 de 19 de fevereiro de 2003. **Institui o "projeto jovens frutificando no interior", no âmbito do programa moeda verde frutificar, e dá outras providências.** Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26136.pdf/DECRETO\\_32811\\_PROGRAMAJOVENSFRUTIFICANDO.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/394900/DLFE-26136.pdf/DECRETO_32811_PROGRAMAJOVENSFRUTIFICANDO.pdf)> Acesso em 10/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 36.106 de 24 de agosto de 2004. **Altera o Decreto n.º 25.520, de 12 de agosto de 1999, que instituiu o Programa Moeda Verde.** Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?\\_afLoop=793595829843845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81605&\\_adf.ctrl-state=27fgwhlvw\\_195](http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/legislacao?_afLoop=793595829843845&datasource=UCMServer%23dDocName%3A81605&_adf.ctrl-state=27fgwhlvw_195)> Acesso em 09/11/2013.

ROCHA, D. F. **Política Pública, Burocracia e Instituição: um estudo de caso sobre o Banco do Brasil.** Tese de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Mestrado. 1995. 104 p. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8VEMYV/disserta\\_\\_o\\_mestrado\\_formatada.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8VEMYV/disserta__o_mestrado_formatada.pdf?sequence=1)> Acesso em: 24/07/2013

ROVERE, R. L. L.; CARVALHO, R. L. **Campos dos Goytacazes: os desafios da transformação de um epicentro regional.** In: FAURÉ, Y. A. HASENCLEVER, L. O Desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro, e-papers, 2005. 463p.

RUA, M. G. **Políticas Públicas.** Brasília: CAPES: UAB, 2009. 136 p.

\_\_\_\_\_. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** In: RUA, Maria G.; CARVALHO, Maria I. V. O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. 370p.

RURAL MASTER CONSULTORIA. **Definição do EUREGAP.** Disponível em: <<http://www.acz.vet.br/eurepgap.html>> Acesso em 05/11/2013.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.p 96.

\_\_\_\_\_. **As proposta de Ignacy Sachs na Rio+20**. Matéria de Vinicius Carioca. Rio de Janeiro, 2012. *Ciência Hoje on line*. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/as-proposta-de-ignacy-sachs-na-rio20>> Acesso em 07/12/2012.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis (RJ), Ed. Vozes. 2000.400 p.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de economia**. São Paulo (SP). Editora Best Seller. Atlas.1999. 650p.

SANTIAGO; M. M. S. **Desenvolvimento Endógeno e Interação Horizontal: Novas Perspectivas do Desenvolvimento Econômico Local**. Scientia Plena VOL. 7, NUM. 9 2011. [www.scientiaplena.org.br](http://www.scientiaplena.org.br). Disponível em: <<http://www.scientiaplena.org.br/ojs/index.php/sp/article/viewFile/214/191>> Acesso em 15/12/2012.

SANTISO, C. **Governance conditionality and The reform of multilateral development finance: The role of the group of eight**. G8 Governance, number 7. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.g8.utoronto.ca%2Fgovernance%2Fsantiso2002-gov7.pdf&ei=x1O3ULyFFoqy9gSp0IGQCw&usg=AFQjCNHk07T8jSgZKIYG8hL0KEnna2uelQ>> acesso em: 29/11/2012.

SANTOS, M. H. C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente**. V. 40, nº 3. Rio de Janeiro, RJ 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003&lng=&nrm=iso)> Acesso em: 29/11/2012.

SANTOS, L. D. **Concorrência e Cooperação em Arranjos Produtivos Locais: o caso do polo de Informática de Ilhéus / BA**. Dissertação (Mestrado em Economia). UFBA, Salvador, 2005. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=260](http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=260)> acesso em 12/12/2012.

SANTOS, J. G.; FEITOSA, M. J. S.; CÂNDIDO, G. S. **Redes empresariais como estratégia para o aumento da competitividade: um estudo comparativo entre os arranjos produtivos de confecções de campina grande/pb e caruaru/PE**. XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. Anais SIMPOI: 2011. 16 p.

SARRIS, A. H. **O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico e na Diminuição da Pobreza: Uma Base Empírica e Conceitua**. Departamento de Economia Universidade de Atenas. 51 p. Disponível em: <<http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/BuscaRace/Docs/sarris1.pdf>> acesso em 24/01/2013.

SCHMITTER, P. **Reflexões sobre o conceito de política**. In: BOBBIO, N.; FERRAZ JUNIOR, T.S.; SCHMITTER, P.; DEUTSCH, K.; PLATÃO. Curso de introdução a política. Brasília: UNB, 1984, p.29-35.

SEBRAE. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais: Projeto Promos - SEBRAE - BID : versão 2.0**. Brasília: SEBRAE, 2004. 287 p.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico empresarial APL de fruticultura das regiões norte e noroeste fluminense**. Rio de Janeiro: 2005. 80p.

\_\_\_\_\_. **Banana. Estudos de mercado SEBRAE /ESPM**. Brasília: SEBRAE, 2008. 38 p.

\_\_\_\_\_. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjo produtivo local**. Brasília: SEBRAE Nacional, 2003. Disponível em:<[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em: maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas das exportações e importações de frutas frescas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/fruticultura/exportacoes-de-frutas-fevereiro-2013>> Acesso em 06/11/2013.

\_\_\_\_\_. **O que é o SEBRAE?** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/institucional/quem-somos/sebrae-um-agente-de-desenvolvimento>> Acesso em 22/02/2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos**. São Paulo: cengage Learning, 2010. 133p.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO ENERGIA INDÚSTRIA E SERVIÇO DO RIO DE JANEIRO - SEDEIS. **Câmara Especial de Gestão dos APLs do Estado do Rio de Janeiro**. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeConteudo?article-id=199817>> Acesso em 19/09/2013

\_\_\_\_\_. **APLs apoiado no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157736/DLFE-66421.pdf/MapadeAPLparaosite\\_2014.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157736/DLFE-66421.pdf/MapadeAPLparaosite_2014.pdf)> Acesso em 30/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Superintendência de Arranjos Produtivos Locais – APL**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeConteudo?article-id=214290>> Acesso em: 04/09/2014

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. **O que são políticas públicas**. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticasPublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf)> Acesso em: 12/07/2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SEAPEC. Governo do Rio de Janeiro. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=140915>> Acesso em 10/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Rede de pesquisa do programa desenvolve plano de ação para estruturar a cadeia de orgânicos.** 01/08/2013. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=1698992>> Acesso em 12/11/2013 a.

\_\_\_\_\_. **Superintendência de defesa agropecuária.** Disponível em: <<http://crmvrj.org.br/forum%20de%20saude%20publica/educacao%20sanitaria%20e%20meio%20ambiente.pdf>> Acesso em 12/11/2013 b.

\_\_\_\_\_. **Conheça os principais programas voltados para a o setor rural. Programas da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC).** Disponível em: <[http://www.microbacias.rj.gov.br/politica\\_publica\\_rural.jsp](http://www.microbacias.rj.gov.br/politica_publica_rural.jsp)> Acesso em 17/01/2014.

\_\_\_\_\_. **Fábrica de sucos em Campos é incentivo para expansão da fruticultura na Região.** Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=1531585>> Acesso em 17/01/2014.

\_\_\_\_\_. **Informação Pública, Moeda Verde.** Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041294>> Acesso em 03/02/2014.

SECRETARIA POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM. **Organização produtiva de Mulheres Rurais.** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-aco-es-tematicas/area-rural>> Acesso em: 22/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-aco-es-tematicas/area-rural>> Acesso em: 22/10/2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo. Cia. das Letras, 2000.471 p.

\_\_\_\_\_. **The Concept of Development.** In H. Chenery and T.N. Srinivasan (eds.). Handbook of Development - Vol. I. Amsterdam: North Holland, 1988.516 p.

\_\_\_\_\_. **Development thinking at the begining of the 21st Century.** Harvard University and London School of Economics and Political Science March 1997. Disponível em: <[http://eprints.lse.ac.uk/6711/1/Development\\_and\\_Thinking\\_at\\_the\\_Beginning\\_of\\_the\\_21st\\_Century.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/6711/1/Development_and_Thinking_at_the_Beginning_of_the_21st_Century.pdf)> acesso em 19/09/2013.

\_\_\_\_\_. **A economia da vida e da morte.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 23, 1992.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada.** São Paulo: Record, 2001.301 p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o Ciclo econômico.** São Paulo: Nova Cultura, 1997.237 p.

SILVA, A. C. P. **As estratégias de modernização do espaço rural fluminense: técnica, planejamento e gestão no campo do Rio de Janeiro.** Campo Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 92-122, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11786/8292>> Acesso em 21/11/2013.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar.** In: MENDES, TADEU GRASSI (Orgs.). Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005. 176 p.

SILVA, M. L.; APOLINÁRIO, V. **Análise das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso.** In: APOLINÁRIO, V; SILVA, M. L. Políticas para arranjos produtivos locais. Natal, RN: EDUFRN, 2010.448 p.

SILVA, S. R.; Silva, L. M. R.; Khan, A. S. (2004) **Fruticultura e a regionalização da produção agrícola no Estado do Ceará.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. Anais. Brasília: SOBER, 2004. CDROM.

SIQUEIRA, J. N.. **Descrição Programa Frutificar.** FUNDENOR. Dia de Campo. Campos dos Goytacazes. RJ. 09/04/2014.

SOARES; R. **Descrição Programa Frutificar.** FUNDENOR. Dia de Campo. Campos dos Goytacazes. RJ. 09/04/2014.

SOUZA, S. M. A. de; CÂNDIDO, G. A. **Relações entre as formas de governança de arranjos produtivos com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável.** Revista Gestão Industrial. 2010. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/revistagi/article/view/629/538>> acesso em 01/12/2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 2012. 160 p.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias. Porto Alegre. Ano 8, nº 8. Jul/dez.2006.p 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> > Acesso em 07/11/2013.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. **Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção.** Gest. Prod., São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio-ago. 2007. Scielo Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/16.pdf>> Acesso em 01/12/2012.

STELLET, G. V. A; BORBA, R. C; **Campos dos Goytacazes: cidade dos contrastes – um estudo da paradoxal realidade socioeconômica do município fluminense.** São Paulo: UNICAMP, 2008. 17p. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_1330.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1330.pdf)> Acesso em:04/09/2014.

TEIXEIRA, S. **Produção de banana: um agronegócio promissor**. Disponível em: <<http://www.cpt.com.br/artigos/producao-de-banana-um-agronegocio-promissor>> Acesso em 24/01/2013.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. In: Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas. AATR-BA, 2002. 11 p. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)> acesso em: 12/07/2013.

TEIXEIRA, S. M. F. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 204p.

TEIXEIRA, S. M. F. **O desafio da gestão das redes de políticas**. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. 24p. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/375/%20>> Acesso em: 09/02/2013.

TESCO NUTURE. **La norma TESCO NUTURE**. Disponível em: <[http://www.nsf-cmi.com/spain/service\\_intl.asp?service\\_id=Tesco%20Nuture888blah88](http://www.nsf-cmi.com/spain/service_intl.asp?service_id=Tesco%20Nuture888blah88)> Acesso em: 02/11/2013.

TIBURCIO, B. MIRANDA, C. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. Avanços e Desafios. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA ) Série desenvolvimento sustentável. Brasília, 2010. 220 p.

THOMAS, J. C. ; BRITO, E. P. Z. ; MARCONDES, R.C. ; FERREIRA, F. C. M. **Benefícios das Aglomerações Produtivas: evidências do arranjo produtivo de semijoias de Limeira**. R. administração, São Paulo, V.46, n.2, p.191 – 206, abr/ maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2234/223421738007.pdf>> Acesso em 13/01/2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCERJ. **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes**. 2011. 91p.

PONCIANO, N. J; MONTEIRO, A. C; TOSTO, G. S. **Valoração econômica da perda de solo na cultura de cana de açúcar colhida crua e queimada no município de Campos dos Goytacazes**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belo Horizonte, 24 a 27 de julho de 2011. 11p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/59590/1/TostoSOber.pdf>> Acesso em 05/09/2014.

TRIVINÓS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987. 172 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos>> Acesso em: 10/02/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=historia>> Acesso em 12/11/2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE, UENF. **História da UENF**. Disponível em: <<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/historia-da-uenf.html>> Acesso em 22/02/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, UFV. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.ufv.br/>> Acesso em 22/02/2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 104 p.

VILLELA, L. E. **Gestão participativa, informação e acesso a financiamentos no banco do Brasil S/A, na percepção de atores locais e de empresários de micro e pequenas empresas dos APLS de CABO FRIO - RJ e NOVA FRIBURGO – RJ**. APGS, VIÇOSA, v1. n.3, pp. 56-75, jul./set. 2009<sup>a</sup>. p. 59.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de Cooperação e Competição de Organizações em Rede - Uma Realidade Pós-Fordista?** Rio de Janeiro, RJ. Revista ADM. MADE; Ano 6, V.10, nº12; pag. 39-79; jul/dez 2006.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. **Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro**. Rap: Rio de Janeiro 43 (5): 1067-1089; Set./out. 2009b.

YOU, J.; WILKINSON, F. **Competition and co-operation: toward understanding industrial districts**. Review of Political Economy, London, v.6, n.3, p.259-278, July 1994.

ZANI, F. B. **O programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais pela ótica da cidadania**. In. TENÓRIO, Fernando Guilherme (organizador). Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análises. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012. 264 p.

## 7. APÊNDICE

### APÊNDICE A. Legislações e resoluções importantes na fase da agricultura sustentável (continua)

Dispositivo Legal	Data	Objetivo
Lei nº 8.171	17/01/1991	Dispõe sobre a política agrícola.
Lei nº 9.138	29/11/1995	Dispõe sobre o crédito rural.
Lei nº 9.433	8/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; regulamenta o inciso xix do artigo 21 da Constituição Federal; e altera o artigo. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Lei nº 9.456	25/04/1997	Institui a lei de proteção de cultivares e dá outras providências.
Resolução Banco Central nº 2.148	24/03/1992	Atualiza os Valores Básicos de Custeio (VBC) das safras 1991/1992 e dispõe sobre medidas complementares decorrentes.
Resolução Banco Central nº 2.191	24/08/1995	Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
Resolução Banco Central nº 2.205	19/10/1995	Estabelece regras complementares aplicáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
Resolução Banco Central nº 2.204	31/10/1995	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a implementar operação especial de compras de soja para entrega futura (safra 1995/96), via Cédulas de Produto Rural (CPR).
Resolução Banco Central nº 2.260	21/03/1996	Dispõe sobre a venda de contratos de opção de venda como novo instrumento de Política Agrícola.
Resolução Banco Central nº 2.295	28/06/1996	Dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, encargos financeiros e outras condições.
Resolução Banco Central nº 2.378	24/04/1997	Dispõe sobre a concessão de empréstimos ou financiamentos, ao amparo de recursos captados com base na Resolução nº 2.148, de 16 de março de 1995, para os complexos industriais de fertilizantes e defensivos utilizados na agropecuária.
Resolução Banco Central nº 2.441	12/11/1997	Dispõe sobre a concessão de crédito aos fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação.
Resolução Banco Central nº 2.469	19/02/1998	Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR), ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), e ajustes nas condições para concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV).
Resolução Banco Central nº 2.535	26/08/1998	Racionalização das normas aplicáveis ao crédito rural. Revogação de normas sem função ou alteradas por regulamentação superveniente.
Lei nº 9.712	20/11/1998	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.
Lei Complementar nº 93	04/02/1998	Institui o fundo de terras e da reforma agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.
Lei nº 9.972	25/05/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.
Lei nº 9.973	29/05/2000	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

## Apêndice A. Continuação

Lei nº 10.177	12/01/2001	Dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do norte, do nordeste e do centro oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
Lei nº 10.420	10/04/2002	Cria o Fundo Garantia Safra e institui o benefício Garantia Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica (redação dada pela Lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003).
Lei nº 10.696	2/07/2003	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.
Programa de Desenvolvimento da Fruticultura. PRODEFRUTA	Carta Circular nº 32. BNDS. 22/07/2003. Resolução BACEN nº 3.095.25 de junho de 2003.	O Superintendente da Área de Operações Indiretas, Consoante Decisão da Diretoria do BNDES, COMUNICA aos AGENTES FINANCEIROS, nos termos da Resolução BACEN nº 3.095, de 25.06.2003, a instituição do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - PRODEFRUTA, resultante da unificação dos seguintes programas: Programa de Apoio à Fruticultura - PROFRUTA, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cacaucultura - PROCACAU, Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura - PRODEVINHO e Programa de Desenvolvimento da Cajucultura – PROCAJU.
Lei nº 10.711	5/08/2003	Dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências.
Lei nº 10.823	19/12/2003	Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e dá outras providências.
Lei nº 10.831	23/12/2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.
Lei nº 10.931	2/08/2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário; altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964; 4.728, de 14 de julho de 1965; e 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e dá outras providências.
Lei nº 11.076	30/12/2004	Conversão da MPv nº 221, de 2004. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, [...], dá nova redação a dispositivos das Leis nº 9.973, de 29 de maio de 2000, [...]; dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário; institui a alienação fiduciária de coisa imóvel; e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
Lei nº 11.097	13/01/2005	Conversão da MPv nº 214, de 2004. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; 9.847, de 26 de outubro de 1999; e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.
Decreto nº 5.741	30/03/2006	Institui o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
Lei nº 11.326	24/03/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Lei nº 11.346	15/09/2006	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências.

## Apêndice A. Continuação

Lei Complementar nº 126	15/01/2007	Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de coseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e a Lei no 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.
Lei nº 11.775	17/09/2008	Conversão da MPv nº 432, de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nº 11.322, de 13 de julho de 2006; 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 11.524, de 24 de setembro de 2007; 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; 7.827, de 27 de setembro de 1989; 10.177, de 12 de janeiro de 2001; 11.718, de 20 de junho de 2008; 8.427, de 27 de maio de 1992; 10.420, de 10 de abril de 2002; o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.
Lei Complementar nº 130	17/04/2009	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
Lei nº 12.087	11/11/2009	Conversão da Medida Provisória nº 464, de 2009. [...] e alteração das Leis nº 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990. Lei Complementar nº 137/2010.
Lei nº 12.188	11/01/2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Lei nº 12.512/2011.
Lei nº 12.689	19/07/2012	Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário; e dispõe sobre o registro, a aquisição pelo poder público, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário.
Lei nº 12.787	11/01/2013	Dispõe sobre a política nacional de irrigação; altera o artº 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.
Lei nº 12.805	29/04/2013	Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da legislação brasileira.

**APÊNDICE B. Políticas públicas de impacto para o setor rural**  
(continua)

<b>Política pública</b>	<b>Dados da criação</b>	<b>Objetivo</b>
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Implantado em 31 de março de 1955. Decreto nº 37.106. Lei nº 11.947/2009. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação . Conselho Deliberativo.	Instituiu a Merenda Escolar [...] e a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural [...].
Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Encontra-se sob-responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Criado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	Política fundiária de dotação de terras e de fortalecimento de créditos a famílias sem-terra.
Sistema Único de Saúde (SUS)	Foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelas Leis nº 8.080 de 1990 (Lei Orgânica de Saúde).	Universalização dos serviços sociais, tendo como princípios éticos políticos a universalidade, a integralidade, a equidade e a participação popular.
Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)	Decreto nº 72.034, de 30 de março de 1973.	[...] acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, e conseqüentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda.
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PRO AGRO)	Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973. Lei nº 6.685, de 03 de setembro de 1979. Introduz alterações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO. Revogado pela Lei nº 12.058, de 2009.	Instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e dá outras providências.
PROAGRO NOVO	Criado em 1991, reformulado com base no disposto da Lei Agrícola (Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991), regulamentada pelo Decreto nº 175/1991.	Ampliação da cobertura aos produtores.
Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO)	Resolução do Banco Central nº 3094 de 25 de junho de 2003.	Instituiu o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), [...] resultante da unificação dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento [...].

## Apêndice B. Continuação

Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP)	Criado em 1994. Regulamentado em 1996, através do Decreto Lei nº 1.946.	Programa de crédito voltado exclusivamente para agricultores familiares, classificados de acordo com sua receita. Trabalhava com créditos do BNDES.
Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (PROLEITE)	Criado pela Resolução do Banco Central nº 2618, de 1º de julho de 1999.	Financiar a realização de investimentos necessários à modernização da pecuária leiteira.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Evolução do PROVAP	Criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.	Fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores, mediante a concessão de crédito a taxas diferenciadas.
Programa de Incentivo ao uso de Corretivos do Solo (PROSOLO)	Criado pela Resolução do Banco Central nº 2618, de 1º de julho de 1999.	Financiamentos ao amparo do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO), de que trata a Resolução nº 2.534, de 17 de agosto de 1998.
FINAME AGRÍCOLA	Criado em 1997.	Financiar a produção e a comercialização de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção agropecuária, desde que sejam novos e de fabricação nacional.
Programa Luz no Campo	Criado pelo Decreto de 02 de Dezembro de 1999.	Promover a melhoria das condições sócio econômicas das áreas rurais do país.
Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE)	Criado em 2000. Incorporado como política pública do Governo Federal a partir da incorporação das ações no Plano Plurianual de 2004 a 2007.	Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural.
MODERFROTA	Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000.	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.
Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC)	Criado em 2000. Articulação no semiárido Brasileiro – ASA, no Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido, com convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Incorporado em 2003 ao quadro de políticas públicas governamentais.	Ampliar o acesso à água pelas famílias rurais no semiárido, por meio de cisternas de placas, e construir uma nova relação homem-natureza, baseada na convivência com o semiárido.

## Apêndice B. Continuação

Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (MODERINFRA)	Lei no 9.973, de 29 de maio de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001.	Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.
Programa Fome Zero	O Projeto Fome Zero foi lançado no Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro de 2001, pelo Instituto Cidadania, e adotado pelo Governo Federal em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária.	Alterar situações agudas de miséria e contribuir para a mudança de paradigmas de segurança alimentar que impedem o crescimento do país.
Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA)	Início em 2002.	Objetivo econômico de contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias.
Linha Especial de Crédito (LEC)	Criada em 2002.	Financiar a aquisição ou a estocagem de produtos agrícolas garantidos por preços mínimos, sob regras específicas para incentivo à comercialização.
Programa Garantia Safra	Lei 10.420, de 10 de abril de 2002.	Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.	Facilitar a comercialização de alimentos provenientes de agricultores familiares e suas organizações.
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos)	Criado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, atualmente na Lei nº 12.212/10 e regulamentada pelo Decreto nº 7.583. Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011.	Atendimento de comunidades e famílias que não possuem acesso ao serviço de energia elétrica, que em grande parte são empobrecidas e moradoras do meio rural.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	Construída coletivamente em 2003 a partir de diversas lideranças nacionais e fortalecida pela Lei nº 16.168, de 11 de janeiro de 2010.	Apoiar o desenvolvimento rural sustentável por meio de assistência técnica e extensão rural – ATER.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Criado em 2003 em substituição ao Banco da Terra.	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

## Apêndice B. Continuação

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)	Criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, em 2003.	Ações estratégicas, definidas para o Plano Plurianual, que possibilitam a implementação da política, o funcionamento dos colegiados e, principalmente, a operacionalização dos projetos territoriais por meio dos Projetos de Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF).
Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP)	Iniciado em 2003.	Incrementar a competitividade e o complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	Criado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Políticas para as Mulheres – 2014 (a).	Garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos.
Programa Bolsa Família	Lei 10.836/2004. Decreto nº 5.209/2004. BNDS – 2014.	Unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola [...].
PROAGRO MAIS	Criado em 2004 no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).	Seguro público destinado a atender aos pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios, na forma estabelecida pelo CMN, conforme estabelecido pela Lei nº 12.058/2009.
Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)	Criado em 2004 com o surgimento da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Inscrito no plano plurianual 2004-2007. Portaria MDA nº 63 de 09/08/2004.	Fortalecer os atores sociais do território em torno da construção participativa de um plano de desenvolvimento e elaboração de projetos coletivos.

## Apêndice B. Continuação

Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Criado em 2004. Plano Plurianual 2004-2007. 1ª Conferência: Panorama e desafios para a construção de políticas públicas, de 02 a 04 de agosto de 2004.	Estimular e apoiar a auto-organização produtiva de aglomerações setoriais para promover o desenvolvimento dos territórios.
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Decreto nº 5.996, de 20 de Dezembro de 2006. Decreto nº 8.026, de 06/2013.	Assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros.
Agência Especial de Financiamento Agrícola (FINAME AGRÍCOLA)	Resolução Banco Central nº N. 003215. Circular BNDES nº 197, de 18 de agosto de 2006.	Financiar, por intermédio de agentes financeiros credenciados, a produção e a comercialização de máquinas e implementos agrícolas novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.
Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)	Com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, SISAN com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.	Fomentar cadeias de produção de alimentos por meio do fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo.
Programa de Integração Lavoura-Pecuária (PROLAPEC)	Criado pela Resolução nº 3.352 de 2006 do Banco Central.	Estimular a produção sustentável, tanto econômica como ambiental, assim como disponibilizar recursos para investimentos necessários à implantação de sistemas de integração de agricultura com pecuária.
MODERFROTA PROGER	Criado pela resolução 2.699 de 24/02/2000 Central do Brasil (BACEN).	Institui o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, ao amparo de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).
Territórios da Cidadania (TC)	Lançado em fevereiro de 2008 pelo Governo Federal. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Decreto/09   Decreto de 23 de Março de 2009	Intervir nas causas estruturais da pobreza rural.

## Apêndice B. Continuação

Programa Organizadora Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR)	Criado em 2008. Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM - 2014.	Fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, por meio de ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Políticas para as Mulheres[...].
Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (PRODUSA)	Criado em 2008. BNDES. Circular SEAGRI nº 08/2011 de 05 de maio de 2011.	Disseminar o conceito de agronegócio responsável e sustentável, e também intensificar o apoio à utilização de sistemas produtivos sustentáveis, como o sistema orgânico de produção agropecuária.
Plano Brasil Sem Miséria	Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. MDS-2014.	[...] finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	Criado em 2011. PRONATEC – 2014.	Objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
Programa Mais Alimento	É uma linha de crédito do PRONAF que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. (MDA- 2014. Secretaria de Agricultura familiar)	Estimular o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira e promover a modernização e produtividade da atividade rural.
Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa- PROGRAMA (ABC)	Criado a partir de compromisso voluntário assumido pelo Brasil na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2009 em Copenhague. Circular sup/agris nº49/2012-BNDES	Esforço do governo de estímulo à implantação e ao desenvolvimento de sistemas produtivos agrícolas ambientalmente sustentáveis.
Programa Minha Casa MinhaVida Rural.	Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009. Revogado pelo Decreto nº 6.962, de 2009. Revogado pelo Decreto nº 7.499, de 2011. Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.	Tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) [...]. II - Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

## Apêndice B. Continuação

Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP)	Criado em junho de 2010. Está incluído no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.	Promover o acesso ao crédito para produtores classificados como da "classe média rural", já operado por algumas instituições financeiras.
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Constitui determinação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar nº 11.346 de 2006.	Elaborar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.	Ampliação e contextualização dos serviços de educação para o meio rural. Centra no público dos assentados da reforma agrária e é implementado pelo INCRA.
Programa Educação no Campo (PRONACAMPO)	Criado pelo Decreto 7.352/2010. Lançado em março de 2012.	Desenvolvimento e articulação de ações de educação em zona rural, incorporando na política educacional as demandas específicas dos sujeitos do campo.
Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO)	Criado em 2010. CIRCULAR SEAGRI Nº 06/2010. BNDES	Promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas singulares e centrais de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, bem como seu saneamento financeiro.
Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO)	Início em 1999. Ano Safra 2012/2013, nos termos do Capítulo 13, Seção 4, do Manual de Crédito Rural – MCR, tendo em vista as alterações introduzidas pela Resolução nº 4.105, de 28.06.2012, do Conselho Monetário Nacional. CIRCULAR SUP/AGRIS Nº28/2012-BNDES.	Apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos da [...] fruticultura. [...] Abrangência nacional.
PRONAF Jovem	Ampliação do Programa de Fortalecimento da Agricultura. Nova redação em 11 de março de 2013.	Financiamento aos itens descritos no item 4 da seção 5 do capítulo 10 do Manual de Crédito Rural.

## Apêndice B. Continuação

Projetos de Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF)	O PROINF é uma ação orçamentária de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), integrante do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012-2015).	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios.
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – INOVAGRO	à CIRCULAR SUP/AGRIS N° 10/2014 – BNDES BNDES 2014.	Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural, e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.
Programa Água para Todos	Integra ao Plano Brasil sem Miséria. Ministério da Integração Nacional 2014.	Garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza [...].
Programa Mais Médicos	Lançado no dia 8 de julho de 2013 por meio da Medida Provisória n° 621. Convertida na Lei n° 12.871, de 2013.	Formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da legislação brasileira.

**APÊNDICE C.** Legislação de interesse para agricultura do estado do Rio de Janeiro  
(continua)

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Data</b>	<b>Objetivo</b>
Lei nº 1315	07/06/1988	Institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Lei nº 716	27/12/1983	Dispõe sobre medidas de proteção ao solo agrícola.
Lei nº 2155	10/09/1993	Institui a abelha inseto útil e protege a flora melífera.
Lei nº 2810	16/10/1997	Autoriza o poder executivo a garantir empréstimo a ser contratado por produtor rural do estado do Rio de Janeiro, junto ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do BNDES, no âmbito do PRONAF, na forma que menciona.
Lei nº 3220	07/06/1999	Estabelece o selo verde para controle da qualidade dos produtos alimentícios.
Decreto nº 25.520	12/08/1999	Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, o Programa Moeda Verde e dá outras providências.
Lei nº 3325	17/12/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99.
Lei nº 3326	17/12/1999	Autoriza o poder executivo a instituir o Fundo de Recuperação e Estímulo ao Plantio de Café - Pró-Café.
Lei nº. 3.345	29/12/1999	Define as diretrizes e estabelece os instrumentos de ação relativos à defesa agropecuária, quanto aos animais, aos vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados, bem como aos respectivos insumos e resíduos em geral. Regulamentada pelo Decreto nº 26.214.
Decreto n.º26.278	04/05/2000	Institui o Programa Moeda Verde – Frutificar, cria o grupo executivo para a implementação do projeto Polo de Fruticultura das regiões Norte e Noroeste, e dá outras providências.
Lei nº 3393	03/05/2000	Autoriza o poder executivo a participar do Programa Luz no Campo na forma que menciona.
Decreto n.º26.278	04/05/2000	Institui o Programa Moeda Verde – Frutificar, cria o grupo executivo para a implementação do projeto Polo de Fruticultura das regiões Norte e Noroeste, e dá outras providências.
Decreto nº 26.214	25/04/2000	Aprova o regulamento de defesa sanitária animal.
Lei 3424	21/06/2000	Proíbe o uso de brometo de metila no estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 3517	27/12/2000	Autoriza o poder executivo a instituir uma agência de fomento e dá outras providências.
Decreto n.º 29.038	22/08/2001	Altera a redação do Decreto n.º 26.278, de 04 de maio de 2000, que institui o Programa Moeda Verde - Frutificar, e dá outras providências.
Decreto n.º 29.409	16/10/2001	Institui o programa Moeda Verde - Multiplicar, cria o grupo executivo para a implementação do projeto, e dá outras providências.
Decreto n.º 30.779	05/03/2002	Institui o programa Moeda Verde - Prosperar / Agroindústria, cria o grupo executivo para a implementação do projeto, e dá outras providências.
Lei nº 3978	08/10/2002	Autoriza o poder executivo a criar condições para o financiamento aos agricultores familiares no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

### Apêndice C. Continuação

Lei nº 4177	29/09/2003	Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais para o setor de agronegócio e da agricultura familiar fluminense, e dá outras providências.
Decreto Estadual n.º 34.015	03/10/2003	Institui o Programa Moeda Verde – Cultivo Orgânico, cria grupo executivo para a sua implementação e execução e dá outras providências.
Decreto Estadual n.º 32.811	19/02/2003	Institui o Projeto Jovens Frutificando no Interior, no âmbito do Programa Moeda Verde Frutificar, e dá outras providências.
Decreto Estadual n.º 34.335	18/11/2003	Institui o Programa Moeda Verde – Florescer, cria grupo executivo para a sua implementação e execução e dá outras providências.
Lei nº 4427	21/10/2004	Incentiva a agricultura orgânica, [...], e dá outras providências.
Decreto n.º 35033	22/03/2004	Regulamenta a Lei nº 4177, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências.
Decreto n.º 36.106	24/08/2004	Altera o Decreto n.º 25.520, de 12 de agosto de 1999, que instituiu o Programa Moeda Verde.
Lei nº 4.874	25/10/2006	Assegura aos agricultores familiares o direito de comercializar seus produtos agropecuários com dispensa de licitação pública e dá outras providências.
Lei nº 5067	09/07/2007	Dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico do estado do Rio de Janeiro e definição de critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado.
Lei nº 5225	16/04/2008	Criar o Programa Estadual de Desenvolvimento da Floricultura, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA-RJ.
Lei 5.381	16/01/2009	Cria o programa emergencial de recuperação de estradas vicinais do estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 5548	24/09/2009	Institui o Programa RIO-MEL, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, destinado a promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do mel e seus derivados.
Lei nº 6003	08/07/2011	Altera a Lei nº 5645, de 06 de janeiro de 2010, incluindo a instauração do dia 24 de junho como o Dia Estadual da Agricultura Familiar.
Lei nº 6179	9/03/2012.	Cria o Programa Estadual de Recuperação da Economia do Meio Rural Fluminense e dá outras providências.
Lei nº 6441	30/04/2013	Altera a Lei nº 3.345, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a defesa agropecuária, cria o cadastro estadual de agrotóxicos fitossanitários, proíbe o comércio de mudas e sementes não certificadas e determina outras providências.

Fonte: autor, a partir da Legislação Estadual do Rio de Janeiro.

**APÊNDICE D.** Principais programas do estado do Rio de Janeiro para o meio rural  
(continua)

<b>Programa</b>	<b>Objetivo</b>
Cultivar Orgânico	Programa que tem por objetivo estimular a conversão de práticas agrícolas convencionais para a agricultura orgânica e apoiar os produtores rurais que já atuam nessa atividade.
Crédito Fundiário	Oferecer oportunidades para que trabalhadores rurais, arrendatários, parceiros e meeiros, que têm tradição na lida rural, mas que não dispõem de recursos, possam adquirir a própria terra para o desenvolvimento de atividades agrícolas.
Estradas da Produção	Recuperação e manutenção das estradas vicinais das regiões produtoras, facilitando o escoamento da produção e o trânsito da população rural.
Eletrificação total	Proporcionar condições para que a oferta de energia no meio rural seja generalizada, com utilização de ICMS e financiamento da Eletrobrás.
Florescer	Programa que objetiva o desenvolvimento da cadeia produtiva de flores, de plantas ornamentais e medicinais no estado do Rio de Janeiro.
Frutificar	Programa que objetiva o aumento da produção e produtividade de frutas no estado do Rio de Janeiro, através de linha de crédito específica para financiamento de projetos de fruticultura irrigada.
Jovens Frutificando	Projeto que oferece acesso à moradia e condições diferenciadas na linha de crédito do Programa Frutificar, como atrativos para que jovens agricultores, de 18 a 24 anos, possam plantar e permanecer no interior do estado. O Projeto Jovens Frutificando no Interior adota as mesmas regras do Programa Frutificar com relação a crédito, comercialização, orientação técnica etc. Este projeto complementar permite um acréscimo de 30% no valor do limite de crédito, destinado à construção de sua moradia.
Prosperar	Programa que tem por objetivo aumentar a oferta de emprego e a renda na área rural.
Rio Agro Energia	Adequar e modernizar a estrutura do setor sucroalcooleiro no estado do Rio de Janeiro, para se adequar às demandas e à disponibilidade de áreas de produção.
Rio Café	Preparar o setor cafeeiro para atender as demandas de um mercado cada vez mais exigente, focado na qualidade e produção de cafés especiais, que geram melhor remuneração para o produtor.
Rio Carne	Estruturar a cadeia produtiva da carne no estado, atraindo para o território fluminense e para o segmento empresários de alto nível tecnológico.
Rio Genética	Promover o melhoramento genético dos rebanhos pecuários do estado, democratizando o acesso à tecnologia genética e fazendo com que a qualidade e o resultado estejam ao alcance de todos.
Rio Horti	Fornecer à população fluminense cada vez mais legumes e verduras produzidas em lavouras do próprio estado.
Rio Leite	Aumentar a produção de leite de qualidade, estimulando produtores e contribuindo para a ampliação do mercado.

#### **Apêndice D. Continuação**

Rio Mel	Incremento da produção e derivados, com a introdução de novas tecnologias; certificação dos produtos, através de um selo de qualidade; e difusão de ações educativas de disseminação de conhecimento sobre os insetos e a vegetação que contribui para a formação do mel.
Rio Rural	Desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas.
Sanidade Rio	Promove, mantém e recupera a saúde de animais e de vegetais produzidos no estado do Rio de Janeiro ou que transitam em território fluminense. O objetivo é garantir a qualidade da produção e a segurança alimentar da população.
Recuperação da economia do meio rural fluminense.	Combater o êxodo através de uma série de estudos e ações que serão comandados pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária.

Fonte: Adaptado pelo autor (SEAPEC, 2014).

## **APÊNDICE E. Principais instituições de apoio à Secretaria do Estado do Rio de Janeiro**

### **E.1. Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-Rio**

Para apoiar o desenvolvimento agrícola do estado do Rio de Janeiro, foi criada, no ano de 1976, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-Rio. A instituição tem a pesquisa como sua característica principal, e foi concebida como uma empresa pública, que está vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. (PESAGRO-Rio, 2013a)

A empresa é integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA e ao Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária - CONSEPA.

A PESAGRO-Rio, como prestadora de serviços públicos, utiliza o sistema de parcerias com outras instituições de pesquisa e desenvolvimento, e de ciência e tecnologia, direcionados às necessidades de seus clientes, tendo como missão "viabilizar soluções tecnológicas e subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro, em benefício da sociedade". (PESAGRO-Rio, 2013b)

O trabalho da instituição é evidenciado na contribuição para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro venha alcançar os seus objetivos de melhorar o nível de renda dos produtores, gerar empregos no interior e fixar a população no campo, tornando o agronegócio fluminense mais competitivo e oferecendo à população alimentos com garantia de qualidade. (PESAGRO-Rio, 2013)

Sua participação, através da melhoria das condições para o setor agropecuário e dos níveis do controle efetivo dos custos de produção - com a redução dos insumos e a promoção do aumento da produção e da produtividade - gera condições de pesquisa fundamentais que, apoiado pelo Governo do Estado, permite aos agricultores, através de tecnologia adequada, sobreviver e crescer através da efetiva presença na economia estadual. (PESAGRO-Rio, 2013a)

Os objetivos da PESAGRO-Rio (2013) são:

- *Gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro.*
- *Fornecer informações para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural.*
- *Contribuir para a segurança alimentar por meio da melhoria da qualidade dos produtos e serviços.*
- *Promover o equilíbrio socioeconômico e ambiental dos ecossistemas do estado.*

Para a execução de suas pesquisas, a empresa possui instalações experimentais nos municípios de Campos, Itaocara, Macaé, Seropédica e Nova Friburgo, contando ainda com os campos experimentais de Avelar, Silva Jardim e Quissamã. Em sua atuação junto ao Serviço de Informação de Mercado Agrícola, no município do Rio de Janeiro, utiliza os Laboratórios de Biologia Animal, de Controle de Qualidade e de Controle Biológico, no município de Niterói, onde também fica a sede da empresa. (PESAGRO-Rio, 2013)

A PESAGRO-Rio possui parceria com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL, 2013), que tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação dos recursos naturais. Para atingir este objetivo, o grupo desenvolveu uma estratégia de ação que utiliza a microbacia hidrográfica como unidade

de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes neste espaço geográfico. (PESAGRO-Rio, 2013)

## **E.2. EMATER-Rio**

A EMATER-Rio é responsável pela assistência técnica e extensão rural no estado do Rio de Janeiro, tendo como premissa as seguintes atribuições:

- *Colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;*
- *Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro;*
- *Pugnar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais;*
- *Prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária.*
- *Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes à sua execução. (EMATER 2013)*

## **E.3. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**

A EMBRAPA é uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e tem como missão "viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira".

A Embrapa Agroindústria de Alimentos atua em parcerias com a SEAPEC em todo o Estado do Rio de Janeiro, coordenando, na área de fruticultura, o Projeto Inovação Tecnológica no Arranjo Produtivo do Maracujá no Rio de Janeiro. EMBRAPA (2013a)

## **E.4. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE**

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE é uma entidade privada sem fins lucrativos que atua como agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte, garantindo o atendimento aos pequenos negócios em todo o território nacional.

O SEBRAE possui parceria com a SEAPEC e atua no estado através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, e os seus diversos outros apoios, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. (SEBRAE, 2014)

A parceria fica evidente nas atuações conjuntas, como a que foi apresentada no espaço do agronegócio da 34ª Exposição Agropecuária de Santo Antônio de Pádua, onde os técnicos do Rio Rural e do SEBRAE-RJ apresentaram o plano de apoio ao desenvolvimento da agroecologia. (SEAPEC, 2013 a)

### **E.5. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem suas origens no Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910. Após passar por vários processos em sua estruturação, finalmente em 1963, através do Decreto nº 1.984, a instituição passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Brasil, envolvendo a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola "Ildefonso Simões Lopes".

Sua denominação foi alterada com a Lei 4.759, de 1965, passando para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. (UFRRJ, 2013)

Atualmente, a universidade é parceira da SEAPEC nas áreas de qualificação, pesquisa e aperfeiçoamento técnico científico.

### **E.6. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF**

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro é uma universidade pública brasileira sediada em Campos dos Goytacazes, com atuação também em Macaé, ambos municípios situados no interior do estado do Rio de Janeiro. A instituição foi fundada em 27 de fevereiro de 1991.

O processo de implantação da UENF começou efetivamente em 23 de dezembro de 1991, quando o Decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação. Em 10 de dezembro de 1992, foi aprovada a Lei nº 2.043/92, de autoria do então deputado Fernando Leite Fernandes, criando assim a Fundação Estadual Norte Fluminense, com a missão de manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense. (UENF, 2014)

A universidade hoje é parceira da SEAPEC nas áreas de qualificação, pesquisa e aperfeiçoamento técnico científico, principalmente na área de fruticultura irrigada.

### **E.7. Universidade Federal de Viçosa – UFV**

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma universidade pública brasileira, com sede na cidade de Viçosa, Minas Gerais.

A instituição teve origem na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada pelo Decreto 6.053 de 30 de março de 1922, do então Presidente do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes. Foi inaugurada em 28 de agosto de 1926, por seu idealizador Arthur Bernardes, que na época ocupava o cargo máximo de Presidente da República.

Em 1927, foram iniciadas as atividades didáticas, com a instalação dos Cursos Fundamental e Médio. No ano seguinte, foi instituído o Curso Superior de Agricultura, seguido pela implementação, em 1932, do Curso Superior de Veterinária. (UFV, 2014)

No atual cenário, a universidade é um dos parceiros da SEAPEC nas áreas de qualificação, pesquisa e aperfeiçoamento técnico científico, sobretudo na área de fruticultura irrigada, que enviou um professor especializado para dar assistência técnica no polo de fruticultura de Campos de Goytacazes.

## **E.8. Fundação Estadual do Norte Fluminense – FENORTE**

A Fundação Estadual Norte Fluminense - FENORTE, fundada em 1992, é o único órgão estadual com sede fora da cidade do Rio de Janeiro. Localizada no município de Campos dos Goytacazes e dentro de sua área de atuação (regiões norte, noroeste e lags fluminense), inicialmente, foi responsável pela implantação e construção da UENF e de vários empreendimentos, como o Hospital Veterinário, o Centro de Convenções, o Laboratório de Cerâmica Vermelha, o Restaurante Popular, a Farmácia Popular, a Biofábrica, o Recreando, entre outros. Além de apoiar a pesquisa e a inovação, estimular a cultura, as incubadoras de empresas e o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense – o TECNORTE, a fundação colaborou também na implantação do consórcio CEDERJ. Hoje, a FENORTE é parte integrante da UNITV e responsável pelo Estúdio II na produção de conteúdo e na qualificação profissional dos estudantes de Comunicação Social.

Atualmente, a fundação passa por um processo de reformulação para, junto com as universidades, promover ações de desenvolvimento e cooperação técnica nos 32 municípios de sua abrangência como organismo estadual, em sintonia com as orientações do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Com capacidade técnica e operacional para estruturar e organizar tais ações, garante, dessa forma, crescimento planejado para receber os investimentos que chegam à região, como o Super Porto do Açú, o Complexo de Barra do Furado, a já realizada Copa do Mundo de 2014, e as Olimpíadas em 2016, entre outros empreendimentos. (FENORTE, 2014)

## **E.9. Câmara de APLs do Estado do Rio de Janeiro**

A Câmara foi criada com o Decreto nº 40.372, de 28 de novembro de 2006, com o objetivo de coordenar as ações governamentais com vistas ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio de Janeiro. Está estruturada como um órgão colegiado com representantes do Governo Estadual, "Sistema S" Instituições Financeiras, organismos de representação dos trabalhadores e instituições de ciência e tecnologia, sendo vinculada à superintendência de APLs que, por sua vez, integra a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS.

Trata-se de órgão de coordenação criado a partir do estímulo do MDIC, através do GT-APLS, que incentivou a criação de núcleos estaduais de apoio nos estados brasileiros.

O Governo Estadual participa com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado de Turismo, Companhia de Desenvolvimento Industrial e a Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual; e o sistema "S" participa através do SEBRAE. Já as instituições financeiras envolvidas são: i) Investe Rio, como uma Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro; ii) Banco do Brasil; iii) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e; iv) Caixa Econômica Federal.

O Setor Empresarial integra a partir da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e da Federação do Comércio, enquanto os trabalhadores estão representados na entidade através da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda.

O Sistema de Ciência e Tecnologia está presente por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Financiadora de Estudos e Projetos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ), Rede de Sistema de Arranjos Produtivos e Inovativos, Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A Câmara tem como objetivo aumentar a eficácia do apoio às atividades de fomento às APLs no estado do Rio de Janeiro (CAMPOS 2013, P.20-31; SEDEIS, 2014; MDIC 2007). Sua atuação se concentra no planejamento estratégico anual, articulação para novas linhas de crédito; realização anual do encontro dos APLs do estado do Rio de Janeiro; identificação e formatação desses APLs; disponibilização de informações sobre os APLs no site da SEDEIS; participação em feiras e eventos; capacitação; e articulação junto aos órgãos e entidades para captação de cursos demandados pelos arranjos. A câmara também produz material promocional dos APLs, como marcas, *folders*, mapas e *banners*. Possui e produz ainda uma coletânea de artigos e material promocional de APLs, realizando visitas técnicas e participando das reuniões de governança. (CAMPOS 2013, P.20-31; SEDEIS, 2014; MDIC 2007)

#### **E.10. Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes**

O Sindicato Rural agrega os produtores do município e promove diversos cursos de capacitação em parceria com o SENAR, que tem instrutores especializados, credenciados na região, constituídos por professores, engenheiros agrônomos, técnicos da EMATER-Rio e do Frutificar. Cada curso busca identificar um instrutor mais perto e na região.

O sindicato tem parceria com o SENAR e ministra cursos rápidos de sete dias e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER, com duração de seis a sete meses de curso.

## **APÊNDICE F.** Diretrizes para implantação do polo de fruticultura segundo a empresa Campo

1ª Diretriz: Adotar para o polo de fruticultura um modelo de rede de empresas, através do qual seriam estabelecidas relações associativas entre empresas ou condomínios agrícolas, agroindústria e uma empresa de comércio e logística, [...].

2ª Diretriz: Buscar o desenvolvimento de linhas específicas de financiamento tanto junto ao BNDES, como instituições internacionais [...]

3ª Diretriz: Iniciar a implantação do polo de fruticultura pela constituição de uma empresa de fomento agroindustrial para a região Norte e Noroeste Fluminense, que deverá atuar como coordenadora do projeto como um todo. [...]

4ª Diretriz: Dar partida às atividades operacionais do polo de fruticultura, através da constituição da empresa comercialização/logística. [...]

5ª Diretriz: A empresa de fomento agroindustrial para a região Norte e Noroeste Fluminense deverá atrair empreendedores com vocação para realizar a implantação de agroindústrias. [...]

6ª Diretriz: Utilizando financiamentos a serem obtidos dentre as linhas selecionadas para a implantação do polo de fruticultura, a empresa de comercialização/logística deverá dimensionar os investimentos necessários. [...]

7ª Diretriz: Completando sua atuação operacional, a empresa de comercialização/logística deverá coordenar a contratação dos recursos de transporte rodoviários, ferroviário, marítimo ou aéreo, necessários para assegurar as entregas em consonância com as respectivas exigências contratuais.

8ª Diretriz: Face à amplitude de escala a ser alcançada em suas atividades, a empresa de comercialização/logística será também responsável pelo desenvolvimento mercadológico do polo de fruticultura, no que diz respeito ao desenvolvimento de sua logomarca, promoções e demais atividades de comunicação.

9ª Diretriz: A empresa de comercialização/logística deverá buscar o estabelecimento de "joint ventures" com "tradings" internacionais, objetivando estabelecer uma gradativa penetração em mercados internacionais, de modo compatível com o aumento da produção, melhoria da qualidade, atendimento de exigências fitossanitárias e divulgação mercadológica.

10ª Diretriz: Para a concessão de financiamentos para a produção de frutas, a empresa de fomento agroindustrial para a região Norte e Noroeste Fluminense deverá exigir a constituição de empresas agrícolas do tipo sociedade anônimas ou condomínios de produção, de modo a possibilitar que grupos de produtores possam adquirir máquinas, equipamentos e insumos para a implantação e operação do módulo total que seja objeto da empresa ou condomínio, a exemplo do que ocorre em outros estados. [...]

11ª Diretriz: na concessão de financiamentos deverão ser previstas exigências relativas ao rigoroso atendimento a exigências fitossanitárias, proteção ambiental. [...]

12ª Diretriz: as empresas agrícolas ou condomínios de produção deverão, por sua vez, se tornarem sócios das unidades de processamento industrial. [...]

13ª Diretriz: [...] a empresa de fomento deverá promover a realização de um programa de desenvolvimento empresarial, mobilizando para isso as capacitações das diferentes entidades de ensino e pesquisa que atuam na região (FENORTE, UENF, UFRRJ, PESAGRO-Rio e EMATER-Rio) bem como de outras instituições quando necessário.

14ª Diretriz: [...] a empresa de fomento deverá promover a utilização de recursos de tecnologia da informação para constituição de banco de dados e de um sistema de informações executivas. [...]

15ª Diretriz: [...] a empresa de fomento deverá buscar a intensificação das atividades de instituições especialistas, tais como EMBRAPA, PESAGRO-Rio e EMATER-Rio.

16ª Diretriz: Deverão ser buscados entendimentos com Bolsas de Futuro, buscando estabelecer operações de "hedge" para a produção agrícola [.. com neutralização do risco de preço e de frustração de safras.

17ª Diretriz: A empresa de Fomento [...] deverá direcionar prioritariamente os financiamentos destinados à realização das obras coletivas de irrigação para os empreendimentos que se situem nas micro regiões selecionadas. [...]

**APÊNDICE G.** A evolução histórica do município de Campos dos Goytacazes  
(continua)

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Data</b>	<b>Objetivo</b>
Alvará de 1.674, deliberação estadual. Decreto nº 8.223, Decretos Estaduais nº 1, 1-A	10/08/1891, 06/05/1891, 08/05/1892, 03/06/1892	Freguesia criada com denominação de São Salvador dos Campos.
Ato deliberativo	02/09/1673	Elevado a categoria de vila com a denominação de São Salvador dos Campos. Instalada em 1676.
Alvará	11/09/1673	Criado o distrito de São Gonçalo e anexado à Vila de São Salvador dos Campos.
Alvará	1753	Vila de São Salvador de Campos é anexada à antiga capitania de Espírito Santo.
Decisão episcopal ou alvará, deliberação estadual, Decretos Estaduais nº 1, 1-A	03/01/1759, 10/8/1891, 03/06/1892. 08/05/1891 e 03/06/1892	Criado o distrito de Guarulhos e anexado à vila de São Salvador de Campos.
Resolução, deliberação, Decretos Estaduais nº 1, 1-A	1811, 21/11/1890 e 10/08/1891. 08/05/1892, 03/06/1892	Criado o distrito de São Sebastião e anexado à vila de São Salvador de Campos.
Carta de Lei	31/08/1832	Transfere a Vila da Capitania do Espírito Santo para a antiga Capitania do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 6	28/03/1835	Elevado à categoria de cidade, com a denominação de Campos.
Decreto Provincial nº 272, deliberação, Decretos Estaduais nº 1, 1-A	09/05/1842, 10/08/1891, 08/05/1891 e 03/06/1892	Criado o distrito de Santa Rita da Lagoa de Cima e anexado ao município de Campos.
Lei Provincial nº 964, deliberação estadual, Decretos Estaduais nº 1, 1-A	02/10/1857, 10/08/1891, 08/05/1891 e 03/06/1892	Criado o distrito de Dolores de Macabu e anexado ao município de Campos.
Lei Provincial nº 1.225	21/11/1861	Criado o distrito de Santo Eduardo e anexado ao município de Campos.
Lei Provincial nº 1.391, deliberação estadual, decretos estaduais nº 1 e 1-A	11/12/1868, 10/8/1891, 08/05/1891 e 03/06/1892	Criado o distrito de São Benedito de Lagoa de Cima e anexado ao município de Campos.
Lei Provincial nº 1.937, deliberação estadual, Decretos Estaduais nº 1 e 1-A	06/11/1873, 10/08/1891, 08/05/1891 e 03/06/1892	Criados os distritos de Santo Antônio das Cachoeiras de Muriaé e Travessão e anexados ao município de Campos.
Deliberação, Decretos Estaduais nº 1 e 1-A	22/07/1890, 08/05/1891 e 03/06/1892	Criados os distritos de Porto do Braga e Santo Amaro e anexados ao município de Campos.

## Apêndice G. Continuação

Deliberação estadual, decretos estaduais nº 1 e 1-A	10/08/1891, 08/05/1891 03/06/1892	e Criado o distrito de Vila Nova e anexado ao município de Campos.
Deliberação, deliberação, decretos estaduais nº 1 e 1-A	21/11/1890, 10/08/1891, 08/05/1891 03/06/1892	e Criado o distrito de Mineiros e anexado ao município de Campos.
Lei Estadual nº 481	08/11/1901	Criado o distrito de Paciência e anexado ao município de Campos.
Lei Estadual nº 1.028	03/11/1911	Distrito de Santo Amaro passou a denominar-se São Martinho.
Divisão administrativa	1911	Município de Campos é constituído de 15 distritos: Campos, Cachoeiras ex-Santo Antônio das Cachoeiras, Dolores de Macabu, Guarulhos, Mineiros, Paciência, Porto do Braga, Santa Rita da Lagoa de Cima, Santo Eduardo, São Benedito, São Gonçalo, São Martinho, São Sebastião, Travessão e Vila Nova.
Lei Estadual nº 1.794	31/12/1923	Distrito de São Martinho passou a denominar-se Santo Amaro e Cachoeira a denominar-se Paraíso.
Decreto Estadual nº 2.529	29/12/1930	Distrito de Paraíso passou a denominar-se Monção.
Divisão administrativa.	1933.	Município é constituído de 15 distritos:
Divisões territoriais.	31/12/1936 31/12/1937	e Campos, Dolores de Macabu, Guarulhos, Mineiros, Monção ex-Cachoeira, Morro do Coco ex-Santo Eduardo, Paciência, Porto do Braga, Santa Rita da Lagoa de Cima, Santo Amaro ex-São Martinho, São Benedito, São Gonçalo, São Sebastião Travessão e Vila Nova.
Decreto-Lei Estadual nº 392-A	31/03/1938	Distrito de São Benedito passou a denominar-se Novo Horizonte.
Decreto Estadual nº 641	15/12/1938	Distrito de Mineiros passou a denominar-se Mussurepe, Morro do Coco voltou a denominar-se Santo Eduardo, Porto do Braga a denominar-se Cardoso Moreira, Santa Rita da Lagoa de Cima a denominar-se Itaoca, São Gonçalo a denominar-se Goytacazes, São Sebastião a denominar-se Barão de São José e Vila Nova a denominar-se Morro do Coco.
Divisão administrativa	1939 a 1943	Município de Campos é constituído de 15 distritos: Campos, Barão de São José ex São Sebastião, Cardoso Moreira ex Porto do Braga, Dolores de Macabu, Guarulhos, Itaoca ex Santa Rita da Lagoa de Cima, Monção, Mussurepe ex Mineiros, Novo Horizonte ex São Benedito, Morro do Coco ex Vila Nova,

Paciência, Santo Amaro, Santo Eduardo ex Morro do Coco e Travessão.

### Apêndice G. Continuação

Decreto-Lei Estadual nº 1.056	31/12/1943	Distrito de Guarulhos passou a denominar-se Guarus, Itaoca a denominar-se Ibitioca, Monção a denominar-se Puris e Novo Horizonte a denominar-se Morangaba.
Decreto-Lei Estadual nº 1.244	1944	Distrito de Monção passou a denominar-se Italva.
Divisão administrativa	1944 a 1948	Município é constituído de 15 Distritos: Campos, Goitacazes, Barão de São José, Cardoso Moreira, Dolores de Macabu, Guarus ex Guarulhos, Ibitioca ex Itaoca, Italva ex Puris ex Monção, Morangaba ex Novo Horizonte, Morro do Coco, Mussurepe, Paciência, Santo Amaro de Campos ex Santo Amaro, Santo Eduardo Travessão.
Lei Estadual nº 1.445	22/03/1952	Criado o distrito de São Joaquim e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembradas do distrito de Cardoso Moreira.
Lei Estadual nº 2.115	07/01/1954	Distrito de Barão de São José passou a denominar-se São Sebastião de Campos.
Divisão territorial	1/07/1955	Município é constituído de 16 distritos: Campos, Goitacazes, Cardoso Moreira, Dolores de Macabu, Guarus, Ibitioca, Italva, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Paciência, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Joaquim, São Sebastião de Campos ex-Barão de São José e Travessão.
Lei Estadual nº 79	23/04/1958	Criado o distrito de Tocos e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembrado do distrito de Goitacazes.
Lei Estadual nº 80	09/06/1959	Criado o distrito de Poço Gordo e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembradas do distrito de São Sebastião de Campos.
Lei Estadual nº 4.342	17/06/1960	Criados os distritos de Santa Maria e Vila Nova e anexados ao município de Campos, distrito de Santa Maria formado com terras desmembrado do distrito de Santo Eduardo e o distrito de Vila nova formado com terras desmembrado do distrito de Morro do Coco.
Divisão territorial	1/07/1960	Município é constituído de 20 distritos: Campos, Cardoso Moreira, Dolores de Macabu, Goitacazes, Guarus, Ibitioca, Italva, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Paciência, Poço Gordo, Santo Amaro de Campos, Santa Maria, Santo Eduardo, São Joaquim, São Sebastião de Campos, Tocos, Travessão e Vila Nova.

## Apêndice G. Continuação

Decreto Estadual nº 88	11/04/1960	Extinto o distrito de Poço Gordo, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Campos.
Deliberação Municipal nº 1.505	12/11/1963	Criado o distrito de Doutor Matos e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembrada do distrito de Cardoso Moreira.
Deliberação Municipal nº 1.587	17/12/1963	Criado o distrito de Murundu e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembrada do distrito de Santa Maria.
Divisão territorial	31/12/1963	Constituído de 21 distritos: Campos, Cardoso Moreira, Dolores de Macabu, Doutor Matos, Goitacazes, Guarus, Ibitioca, Italva, Morangaba, Morro do Coco, Murundu, Mussurepe, Paciência, Santo Amaro de Campos, Santa Maria, Santo Eduardo, São Joaquim, São Sebastião de Campos, Tocos, Travessão e Vila Nova.
Lei Estadual nº 5.999	06/12/1967	Criado o distrito de Paraíso e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras desmembrada do distrito de Italva.
Lei Estadual nº 6.001	06/12/1967	Distritos de Goitacazes e Guarus foram extintos, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Campos.
Divisão territorial	1968	Município é constituído de 20 distritos: Campos, Cardoso de Moreira, Dolores de Macabu, Doutor Matos, Ibitioca, Italva, Morro do Coco Morangaba, Murundu, Mussurepe, Paraíso, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Joaquim, São Sebastião de Campos, Serrinha ex-Paciência, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos ex-Vila Nova.
Pela Lei Estadual nº 3952	17/11/1981	Criado novamente o distrito de Goytacazes e anexado ao município de Campos, distrito formado com terras do distrito sede do município de Campos.
Divisão territorial	I/ VII /1983	Distritos de Goitacazes, Doutor Matos e Murundu foram extintos.
Lei Estadual nº 681	11/11/1983	Desmembram do município de Campos dos Goytacazes os distritos de Italva e Paraíso, para formar o novo município de Italva.
Lei Municipal nº 559, homologada pela Lei Municipal nº 1371	16/10/1986, 24/10/1988	Município de Campos passa a denominar-se Campos dos Goytacazes.
Lei Estadual nº 1577	31/11/1989	Desmembram de Campos dos Goytacazes, os distritos de Cardoso Moreira e São Joaquim, para formar o novo município de Cardoso

Moreira.

**Apêndice G. Continuação**

Divisão territorial	17/I/1991 a 2007	Município é constituído de 14 distritos: Campos de Goytacazes, Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos.
Lei Municipal nº 62	28/03/ 1835	Alterado o nome de São Salvador dos Campos para simplesmente Campos.
Lei Municipal nº 559, homologado por força da Lei Estadual nº 1371	16/10/1986, 24/10/1988	Campos para Campos dos Goytacazes.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE (2013 a).

## 8. ANEXOS

### ANEXO 01

Constituição Federal - Capítulo III -da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (ART. 184 A 191)

Lei nº 4504, de 30.11.1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

Lei Complementar Federal nº 76, nº 6.7.1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Lei Complementar Federal nº 88, de 23.12.1996, que altera a redação dos arts. 5º, 6º, 10 e 17 da Lei Complementar nº 76.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

Lei nº 8171, de 17.1.1991, que dispõe sobre a política agrícola.

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

Lei nº 8171, de 17.1.1991, que dispõe sobre a política agrícola.

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Lei nº 8629, de 25.2.1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.